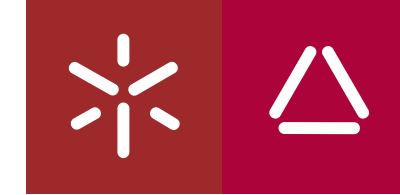




Marta Ribeiro de Araújo Cardoso Veloso

Relatório detalhado sobre a atividade
profissional desenvolvida no período
2007-2015 no Gabinete de Fundos
Comunitários do Município da
Póvoa de Lanhoso

Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais





Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Marta Ribeiro de Araújo Cardoso Veloso

**Relatório detalhado sobre a atividade profissional
desenvolvida no período 2007-2015
no Gabinete de Fundos Comunitários
do Município da Póvoa de Lanhoso**

Mestrado em Geografia / Área de Especialização em Planeamento e Gestão do
Território

Trabalho efetuado sob a orientação do

Professor Doutor Flávio Paulo Jorge Nunes

Outubro de 2015

DECLARAÇÃO

Nome: Marta Ribeiro de Araújo Cardoso Veloso

Endereço Eletrónico: veloso.marta@gmail.com

Telefone: 963092395

Número de Cartão de Cidadão: 11467671

Título da dissertação de mestrado: Relatório detalhado sobre a atividade profissional desenvolvida no período 2007-2015 no Gabinete de Fundos Comunitários do Município da Póvoa de Lanhoso

Orientador: Professor Doutor Flávio Paulo Jorge Nunes

Ano de conclusão: 2015

Designação do Mestrado: Mestrado em Geografia, área de especialização de 'Planeamento e Gestão do Território'

DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR, NÃO É PERMITIDA A REPRODUÇÃO DE QUALQUER PARTE DESTE TRABALHO.

Universidade do Minho, 12/10/2015

Assinatura:

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração da presente tese. Confirmo que em todo o trabalho conducente à sua elaboração não recorri à prática de plágio ou a qualquer forma de falsificação de resultados.

Universidade do Minho, de Outubro de 2015

Nome completo: Marta Ribeiro de Araújo Cardoso Veloso

Assinatura: _____

Agradecimentos

Apresento, antes de mais, o meu profundo agradecimento ao meu orientador, Professor Doutor Flávio Nunes, pelo profissionalismo, incentivo, conselhos e correções, fundamentais para o resultado final deste relatório. Sou-lhe igualmente grata pela compreensão demonstrada ao longo destes meses, bem como pela simpatia e generosidade com que sempre me brindou.

Agradeço ao Sr. Presidente da Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso, Manuel José Baptista, a cedência de toda a informação necessária à realização deste projeto, bem como pelo apoio demonstrado.

Agradeço ainda à Sr.^a Vice-Presidente e Vereadora do Pelouro da Educação, Dr.^a Gabriela Fonseca, pela partilha de informação relativa à referida área.

Um agradecimento final à minha família e amigos pelo apoio, conforto e encorajamento durante esta etapa da minha vida. Vocês sabem...

Resumo

O presente relatório enquadra-se no processo de obtenção do grau de mestre em Geografia pela Universidade do Minho, especialização em Planeamento e Gestão do Território, através do reconhecimento da experiência profissional da candidata no Gabinete de Fundos Comunitários do Município da Póvoa de Lanhoso.

Inicia-se com a apresentação do percurso profissional da candidata e enquadramento do mesmo, elencando e descrevendo, por ordem cronológica, os trabalhos realizados ao longo do período temporal em análise (2007-2015). De seguida procede-se a uma reflexão crítica em torno da experiência profissional desenvolvida no período temporal definido, destacando duas temáticas: o processo de planeamento que antecede os períodos de programação e o impacto dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento no concelho da Póvoa de Lanhoso, fazendo referência concreta aos investimentos no domínio da educação. Por fim e antes das notas conclusivas, procura-se explicitar o modo como a experiência profissional da candidata contribuiu para o desenvolvimento e / ou reforço de competências na área científica do mestrado, que se organizam em torno de dois grandes domínios de atuação. Por um lado, competências desenvolvidas ao nível da participação, conceção, implementação e acompanhamento/ avaliação de planos de cariz estratégico. Por outro lado, competências desenvolvidas ao nível da elaboração de projetos de desenvolvimento local no âmbito de candidaturas aos Fundos Europeus Estruturais e de Desenvolvimento.

Palavras-chave:

Planeamento Estratégico, Fundos Europeus Estruturais e de Desenvolvimento (FEEI), Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN); Gabinete de Fundos Comunitários (GFC); Município da Póvoa de Lanhoso.

Abstract

The present report frames itself on attainment to the master degree in Geography by the University of Minho, with specialization on Territorial Management and Planning, through the recognition of the candidate's professional experience on the Communitarian Funds Office of Póvoa de Lanhoso's Municipality.

It begins with the presentation of the candidate's professional career and by framing, listing and describing chronologically the works carried out over the period of time under review (2007-2015). After that we proceed to a critical reflection on the experience developed within the given time period, highlighting two main themes: the planning process that precedes programming periods and the impact of the European Structural and Investments Funds in Póvoa do Lanhoso's County, specifically referring the investment on education.

Finally, and before the concluding remarks, we try to explain how the candidate's professional experience has contributed to the development and/or reinforcement of skills on the master course's scientific area, which are organized around two main domains. On the one hand there are the skills developed through participation, planning, implementation and monitoring / evaluation of strategic-oriented plans. On the other hand, there are the skills developed preparing local development projects within the scope of applications for the European Structural and Development Funds.

Keywords:

Strategic Planning, European Structural and Development Funds (ESDF), National Strategic Reference Framework (NSRF); Communitarian Funds Office (CFO); Póvoa de Lanhoso's Municipality.

Índice

Agradecimentos	iii
Resumo	v
Abstract	vii
Índice de quadros	xii
Abreviaturas e siglas	xiii
INTRODUÇÃO	1
1 - Objetivos.....	4
2 - Limite temporal da atividade profissional em análise.....	4
3 - Estrutura e Metodologia	4
CAPÍTULO I - PERCURSO ACADÉMICO E ENQUADRAMENTO PROFISSIONAL E TERRITORIAL.....	7
1.1 - Formação Académica.....	7
1.2 - Percurso profissional	8
1.3 – O Gabinete de Fundos Comunitários do Município da Póvoa de Lanhoso	9
1.3.1 - Funções Desempenhadas.....	11
1.4 - O concelho da Póvoa de Lanhoso.....	20
CAPÍTULO II – A POLÍTICA DE COESÃO E OS FUNDOS EUROPEUS ESTRUTURAIS E DE INVESTIMENTO.....	27
2.1 - 1986 a 1988 - «Anterior Regulamento».....	31
2.2 - 1989 a 1993 - QCA I - Primeiro Quadro Comunitário de Apoio.....	32
2.3 - 1994 a 1999 - QCA II - Segundo Quadro Comunitário de Apoio	33
2.4 - 2000 a 2006 - QCA III - Terceiro Quadro Comunitário de Apoio	33
2.5 - 2007 a 2013 - Quadro de Referência Estratégico Nacional- QREN	34
2.6 - 2014 a 2020 – Portugal 2020	36
CAPÍTULO III - ATIVIDADE PROFISSIONAL DESENVOLVIDA NO PERÍODO 2007-2015	39
3.1 - Planeamento Estratégico.....	39
3.2 - Estudos e diagnósticos.....	51
3.3 - Financiamentos Comunitários e Nacionais.....	52
3.4 - Sistema de Gestão da Qualidade	88
3.5 - Apoio ao Executivo	89
CAPÍTULO IV - REFLEXÃO CRÍTICA EM TORNO DA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DESENVOLVIDA.....	91
4.1 - O processo de planeamento antecedente aos períodos de programação	91
4.2 - Impacte dos FEEI no concelho da Póvoa de Lanhoso.....	103

CAPÍTULO V - O CONTRIBUTO DA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL PARA O REFORÇO DE COMPETÊNCIAS NA ÁREA DO PLANEAMENTO E GESTÃO DO TERRITÓRIO	117
CONCLUSÃO	121
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	123
ANEXOS.....	127

Índice de figuras

Figura 1 - Funções efetivas desempenhadas pela candidata no GFC.....	12
Figura 2 - Enquadramento do concelho da Póvoa de Lanhoso na Região Norte.....	21
Figura 3 - Divisão administrativa do concelho da Póvoa de Lanhoso, por freguesia.....	22
Figura 4 - Evolução da População residente no Concelho da Póvoa de Lanhoso (1960-2011)	23
Figura 5 - N.º de projetos QREN nos quais a candidata participou, por ano (2007-2015)	86
Figura 6 - N.º de projetos QREN nos quais a candidata participou, por área e natureza do investimento.....	88
Figura 7 - Ilustração representativa da natureza dinâmica do planeamento ao longo de um período de programação.....	92
Figura 8 - Plano de Implementação da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável e sua articulação com o QREN	97
Figura 9 - Ciclo vicioso resultante da redução de oferta de transportes públicos.....	113

Índice de quadros

Quadro 1 - Taxa de natalidade, taxa de mortalidade e índice de envelhecimento, no ano de 2014.....	23
Quadro 2 - População residente por grandes grupos etários, nos anos de 2001 e 2011, peso relativo à população total e respetiva variação no concelho da Póvoa de Lanhoso	24
Quadro 3 - População residente com 15 e mais anos por nível de escolaridade completo mais elevado segundo os Censos 2011 (%).....	25
Quadro 4 - População empregada segundo os Censos, por sector de atividade económica (%)	26
Quadro 5 - Candidaturas nas quais o Município da Póvoa de Lanhoso participou no período de execução do QREN	53
Quadro 6 - Participação da candidata nos exercícios de planeamento associados ao QREN e ao Portugal 2020	93
Quadro 7 - Intenções de investimento, por área temática, identificadas pelo Município de Póvoa de Lanhoso aquando da elaboração do PAISCTP e aqueles que efetivamente foram os investimentos financiados pelo programa operacional regional do Norte ON.2.....	101
Quadro 8 - Remodelação/Construção e entrada em funcionamento dos equipamentos escolares - Impactes identificados pela candidata	105
Quadro 9 - Competências desenvolvidas / robustecidas, por área de trabalho do Gabinete de Fundos Comunitários.....	120

Abreviaturas e siglas

AIDT	Abordagens Integradas de Desenvolvimento Territorial
AMAVE	Associação de Municípios do Vale do Ave
APCER	Associação Portuguesa de Certificação
ARU	Área de Reabilitação Urbana
ATAHCA	Associação de Desenvolvimento das Terras Altas do Homem, Cávado e do Ave
CCDR-n	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte
CEE	Comunidade Económica Europeia
CEMAT	Conferência Europeia dos Ministros responsáveis pelo Ordenamento do Território do Conselho da Europa
CIM	Comunidade Intermunicipal
CMPL	Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso
COMPETE	Programa Operacional Fatores de Competitividade
CTP	Comité Técnico de Pilotagem
DGOTDU	Direção Geral do Ordenamento do Território
DLBC	Desenvolvimento Local de Base Comunitária
DREN	Direção Regional de Educação do Norte
EB	Escola Básica
EDL	Estratégias de Desenvolvimento Local
EIDT	Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial
EM	Estrada Municipal
EN	Estrada Nacional
ENDS	Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável
EPI	Equipamentos de proteção individual
FC	Fundo de Coesão
FEADER	Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural
FEAMP	Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas
FEDER	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FEEI	Fundos Europeus Estruturais e de Desenvolvimento
FEOGA	Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola - Secção Orientação
FEP	Fundo Europeu das Pescas
FSE	Fundo Social Europeu
GAL	Grupo de Ação Local
GEPE	Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação
GESTRAVE	Gestão de Riscos do Ave
GFC	Gabinete de Fundos Comunitários
IFOP	Instrumento Financeiro de Orientação da Pesca
IGT	Instrumentos de Gestão do Território
JI	Jardim de Infância

NUTS	Nomenclatura de Unidade Territorial para fins Estatísticos
ON2	Programa Operacional Regional do Norte 2007-2013
PAISCTP	Programa de Ação Intermunicipal de Serviços Coletivos Territoriais de Proximidade
PARU	Plano de Ação de Regeneração Urbana
PDCT/ITI	Pacto de Desenvolvimento e Coesão Territorial/ Instrumento Territorial Integrado do Ave
PDM	Plano Diretor Municipal
PDR	Plano de Desenvolvimento Regional
PEAASAR	Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Drenagem de Águas Residuais
PEDAP	Plano Específico de Desenvolvimento da Agricultura Portuguesa
PEDI	Plano Estratégico de Desenvolvimento Integrado do Ave
PEPAL	Programa de Estágios Profissionais na Administração Pública Local
PERU	Plano Estratégico de Regeneração Urbana
PET	Planeamento Estratégico Territorial
PIB	Produto Interno Bruto
PME	Pequenas e Médias Empresas
PNDES	Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social
PNE	Plano Nacional de Emprego
PNPOT	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
PO	Programa Operacional
POPH	Programa Operacional Potencial Humano
POVT	Programa Operacional Valorização do Território
PPNACE	Plano Nacional de Ação para o Crescimento e Emprego
PRACE	Programa de Reorganização da Administração Central do Estado
PRODER	Programa de Desenvolvimento Rural
PROT-N	Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte
PROVERE	Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos
PTD	Plano Territorial de Desenvolvimento
QCA	Quadro Comunitário de Apoio
QREN	Quadro de Referência Estratégico Nacional
RNB	Rendimento Nacional Bruto
SAMA	Sistema de Apoios à Modernização Administrativa
SGQ	Sistema de Gestão da Qualidade
EU	União Europeia
UM	Universidade do Minho

INTRODUÇÃO

O presente relatório de atividade profissional, elaborado ao abrigo do Despacho RT-38/2011, de 21 de junho, da Universidade do Minho, visa a obtenção do grau de Mestre em Geografia – área de especialização em Planeamento e Gestão do Território.

Com este relatório, pretende a candidata apresentar o seu percurso profissional enquanto técnica do Gabinete de Fundos Comunitários (GFC) do Município da Póvoa de Lanhoso - funções que exerce com carácter permanente desde 2004 – bem como uma reflexão crítica acerca do trabalho aí desenvolvido tendo por base a sua formação académica, nomeadamente ao nível do planeamento estratégico e da gestão do território.

A candidata concluiu a licenciatura em Geografia e Planeamento pela Universidade do Minho em 2001. Um projeto pedagógico com uma estrutura curricular tematicamente diversificada, o que advém da própria definição de Geografia enquanto “ciência de encruzilhada”, sendo o currículo do curso constituído por um conjunto de disciplinas nucleares como a Geografia Física, a Geografia Humana, a Geografia Rural, a Geografia das Atividades Económicas, a Estatística, a Demografia, a Sociologia, a Economia, o Direito, o Desenvolvimento Regional e Urbano, o Planeamento e Gestão Urbanística. Esta formação académica dotou a candidata de competências que tornam pertinente e adequada a sua inclusão no GFC do Município da Póvoa de Lanhoso, onde o conhecimento e domínio das temáticas abordadas nesta licenciatura tem sido essencial para o apoio ao desenvolvimento de projetos de naturezas tão diversas quanto são as áreas de intervenção duma autarquia.

No GFC do Município da Póvoa de Lanhoso prepararam-se projetos de desenvolvimento territorial, projetos que conceptualmente encontram a sua raiz na definição da Conferência Europeia dos Ministros responsáveis pelo Ordenamento do Território da União Europeia (CEMAT)

“projetos elaborados ou dirigidos por instituições públicas que visam contribuir positivamente para o desenvolvimento territorial a diferentes escalas. Os projetos de desenvolvimento territorial podem englobar obras de infraestruturação, a promoção económica e o desenvolvimento em domínios específicos, medidas de recuperação urbana, a recuperação de ecossistemas degradados, etc.” (DGOTDU, 2011: p. 26).

Efetivamente, é neste gabinete que se desenvolvem projetos a candidatar a Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) em áreas tão diversas e transversais como a política de cidades, a regeneração urbana, as acessibilidades, a educação, a cultura, o desporto, as atividades económicas, o turismo e lazer, o património, o ambiente, o desenvolvimento rural, os riscos naturais e tecnológicos, a modernização administrativa, etc.

Face ao exposto, o Planeamento Estratégico é fulcral ao trabalho desenvolvido pela candidata. De responsabilidade municipal, o Planeamento Estratégico visa identificar e definir um quadro coerente de intervenções que viabilize e materialize uma estratégia de desenvolvimento do território a médio e longo prazo, tendo em consideração os seus pontos fortes e fracos, conjugados com as ameaças e as oportunidades futuras que se lhe apresentam. O Planeamento Estratégico caracteriza-se por propor “um cenário de Desenvolvimento para o território em causa, baseado numa aposta clara e inequívoca num determinado fator ou projeto capaz de catalisar as “forças vivas” do território, introduzindo uma forte mudança com vista a atingir os objetivos delineados” (Marques, 2011: sp).

Efetivamente, a candidata participou e participa em diversos exercícios de planeamento levados a cabo com o objetivo de, à escala municipal, melhorar a sustentabilidade, competitividade e atratividade concelhia e de, a escalas superiores, reforçar a coesão intermunicipal e intrarregional, bem como a integração suprarregional.

Considerando que o planeamento é um meio para atingir determinados objetivos e não um fim em si mesmo e que, como tal, nunca pode ser considerado como terminado, o trabalho desenvolvido passa também pela avaliação *on going* dos estudos elaborados a fim de serem feitas as atualizações necessárias bem como os ajustes às políticas e orientações emanadas superiormente.

No contexto nacional a concretização dos projetos estruturantes de desenvolvimento territorial está fortemente dependente dos fundos europeus estruturais e de investimento. A realidade económica do Município da Póvoa de Lanhoso, exponenciada pelo contexto macroeconómico nacional, agudiza a dependência dos mesmos. O GFC torna-se, portanto, um dos gabinetes de maior relevância para a Autarquia, estando por isso na dependência direta do Presidente da Câmara.

A União Europeia (UE) desenvolve uma política de promoção da coesão, que cria novas oportunidades e atenua as diferenças entre as regiões. Neste contexto, os FEEI são os instrumentos financeiros da política regional da UE que têm por objetivo reduzir as diferenças de desenvolvimento entre os Estados-Membros e nestes, entre as suas regiões, participando, assim, plenamente, no objetivo de coesão económica, social e territorial. Este continua a ser o desiderato perseguido pelas instituições europeias desde a sua criação. Veja-se aliás o referido pela atual Comissária Europeia para a Política Regional, Corina Crețu, na primavera de 2015:

“Registamos progressos consideráveis na elaboração dos Programas Operacionais individuais para os Estados-Membros. Até ao momento, foram aprovados mais de 260 programas de política de coesão, num valor superior a 256 mil milhões de euros, para o período orçamental 2014-2020. Quando o processo estiver concluído, teremos mais de 390 programas com um orçamento superior a 351 mil milhões de euros, o que confirmará o papel dos fundos da política de coesão da EU como o principal instrumento de investimento da União.

Estes programas são altamente estratégicos e estão mais concentrados nos resultados do que nunca. Darão resposta aos problemas mais prementes que afetam a Europa e os seus cidadãos: a pobreza e o desemprego, a dependência energética e as alterações climáticas e a necessidade de inovação e de maior competitividade. Acima de tudo, acarretarão benefícios tangíveis para o quotidiano dos cidadãos europeus.” (Crețu, 2015: p. 3)

Percebe-se claramente que o desenvolvimento territorial está, assim, estritamente associado, não só em Portugal, mas na maioria dos países da UE, aos FEEI, realidade à qual o Município da Póvoa de Lanhoso não é alheio.

Neste enquadramento, o trabalho desenvolvido no GFC do Município da Póvoa de Lanhoso é de suporte à gestão territorial municipal, compreendida como a “lógica de desenvolvimento e de competitividade regional em detrimento de uma lógica distributiva” (Salvador, 2006: p. 331). Pelo que, neste relatório, é para a candidata importante apresentar uma perspetiva real do trabalho que um licenciado em Geografia e Planeamento pode desenvolver, demonstrando como a formação curricular diversificada é uma mais-valia para quem assume a responsabilidade de trabalhar num GFC, local por onde passaram e passam os projetos mais emblemáticos do Município.

1 - Objetivos

Tal como já foi referido, este relatório apresentado ao abrigo do Despacho RT-38/2011, de 21 de junho, da Universidade do Minho é essencialmente reflexivo e tem como objetivo a obtenção do grau de Mestre em Geografia – área de especialização em Planeamento e Gestão do Território.

Treze anos depois de terminar a licenciatura, a possibilidade de apresentar um trabalho associado à sua atividade profissional, conjugada com a vontade de refletir acerca de algumas problemáticas associadas ao desenvolvimento local e de tal implicar uma atualização de conceitos e conteúdos, fez com que a candidata decidisse encarar esta oportunidade como um desafio enriquecedor, quer em termos pessoais como profissionais.

Os grandes objetivos deste relatório são:

- a) refletir acerca de um conjunto de experiências profissionais com impacto direto no planeamento e na gestão do território, resultantes do trabalho desenvolvido nos últimos anos enquanto técnica do GFC do Município da Póvoa de Lanhoso;
- b) aferir da importância da formação académica no desempenho das funções desempenhadas pela candidata, bem como debater as competências entretanto desenvolvidas em contexto profissional.

2 - Limite temporal da atividade profissional em análise

Considerando o definido no despacho RT-38/2011, de 21 de junho, da Universidade do Minho, ao abrigo do qual este trabalho se desenvolve, poderíamos optar por limitá-lo temporalmente ao período de 2009-2014. No entanto, dada a temática a abordar e os objetivos a atingir, o intervalo temporal será de 2007 a meados de 2015, de modo a abranger todo o período de programação 2007-2013 (QREN) e o início do período 2014-2020 (Portugal 2020).

3 - Estrutura e Metodologia

O presente relatório estrutura-se de acordo com as orientações da Comissão de Curso do Departamento de Geografia da Universidade do Minho para trabalhos elaborados ao abrigo do RT-38/2011, de 21 de junho.

Numa primeira parte apresenta-se o percurso profissional da candidata e elencam-se, por ordem cronológica, os trabalhos realizados entre 2007 e meados de 2015. Sendo que para cada trabalho é realizada uma descrição sumária, bem como se apresentam as funções desempenhadas pela candidata.

A segunda parte é dedicada a uma reflexão crítica em torno de duas problemáticas relevantes no domínio da área de especialização do mestrado (o processo de planeamento que antecede os períodos de programação e o impacto dos FEEI no concelho da Póvoa de Lanhoso, fazendo referência concreta aos investimentos no domínio da educação).

Na terceira parte estabelece-se uma relação entre a experiência profissional e o desenvolvimento ou reforço de competências na área científica do mestrado.

Finalmente, apresenta-se uma pequena conclusão acerca dos aspetos mais relevantes apresentados ao longo do relatório.

Neste enquadramento, o método a utilizar passará, necessariamente, pela sistematização de informação relativa à atividade profissional desenvolvida no período temporal em referência e por uma análise crítica da mesma. Cumulativamente e com o objetivo de contextualizar teoricamente o trabalho desenvolvido, proceder-se-á a uma pesquisa bibliográfica e recolha e análise de informação de fontes variadas. Adicionalmente proceder-se-á a uma sistematização e categorização do total geral de candidaturas apresentadas a Fundos Comunitários pelo Município da Póvoa de Lanhoso no período em causa, e a partir de uma análise dos seus conteúdos, reflete-se acerca da sua integração com os exercícios de planeamento estratégico realizados, bem como acerca dos impactes dos projetos financiados na área da educação, em matéria de gestão territorial e desenvolvimento local.

CAPÍTULO I - PERCURSO ACADÉMICO E ENQUADRAMENTO PROFISSIONAL E TERRITORIAL

1.1 - Formação Académica¹

A candidata terminou a sua licenciatura em Geografia e Planeamento pela Universidade do Minho, ramo de Desenvolvimento Urbano e Regional no ano de 2001. Trata-se de uma licenciatura pré-Bolonha de 4 anos cuja primeira edição funcionou em 1996-1997, tendo a candidata ingressado na sua segunda edição (ano letivo 1997/1998).

A opção pela Geografia advém do gosto pessoal da candidata que, desde cedo, demonstrou a sua preferência por esta ciência, em especial pelo ramo da Geografia Humana. A observação no espaço de fenómenos naturais e humanos despertou na candidata a vontade de os interpretar, de os estudar e, se possível, de contribuir para a melhoria da qualidade de vida das populações, tendo permanentemente em atenção o desenvolvimento sustentável dos territórios.

Foi, portanto, com orgulho que a candidata ingressou no curso de Geografia e Planeamento na primeira opção da sua candidatura ao Ensino Superior.

O percurso académico decorreu tranquilamente, tendo a opção pelo ramo do ‘Desenvolvimento Urbano e Regional’ no 3.º ano da licenciatura sido favorável para a média final do curso, pois os resultados da avaliação foram significativamente melhores a partir daí, tendo inclusive ganho um prémio de mérito escolar atribuído pela Universidade do Minho. Durante o seu percurso académico, a candidata foi subdelegada de curso a partir do 3.º ano e cofundadora da Associação de Estudantes de Geografia e Planeamento da Universidade do Minho - GeoPlanUM.

No 4.º ano da licenciatura, a cadeira com maior relevância a nível de créditos foi o seminário de investigação, o qual a candidata desenvolveu na área da Geografia Rural com a orientação da Professora Doutora Elza Carvalho sob a temática: “O Concelho de Cabeceiras de Basto / a freguesia de Riodouro: realidade e perspectivas”.

¹ *Curriculum Vitae* em anexo - Anexo n.º 1

Após a conclusão da licenciatura, a candidata frequentou vários cursos de formação, seminários e congressos, inicialmente mais direcionados para os Sistemas de Informação Geográfica, mas depois com uma clara especialização nas áreas do trabalho desenvolvido no GFC do Município da Póvoa de Lanhoso: fundos estruturais e de desenvolvimento; planeamento e desenvolvimento territorial; contratação pública e qualidade (ISO 9001:2008).

Treze anos depois de terminar a licenciatura, a candidata procura agora a obtenção do grau de Mestre em Geografia, ao abrigo da possibilidade prevista no Despacho RT-38/2011 da Universidade do Minho, com a apresentação de um relatório detalhado da atividade profissional que tem desenvolvido no período de análise atrás fixado: 2007- 1º semestre de 2015. Com este relatório pretende conjugar a reflexão acerca de algumas problemáticas associadas às funções que desempenha no domínio do planeamento e da gestão do território, com a atualização de conceitos e conteúdos, encarando assim esta etapa como um desafio enriquecedor quer em termos pessoais como profissionais.

1.2 - Percurso profissional

Após a conclusão da licenciatura em Geografia e Planeamento, a candidata iniciou o seu percurso profissional desempenhando funções na Associação de Desenvolvimento das Terras Altas do Homem, Cávado e do Ave (ATAHCA), onde desenvolveu trabalhos essencialmente de caracterização sociodemográfica do território da área de intervenção da Associação (concelhos de Amares, Póvoa de Lanhoso, Terras de Bouro e Vila Verde).

A transição para a Câmara da Póvoa de Lanhoso dá-se em Novembro de 2002, onde a candidata teve oportunidade de frequentar um estágio de nove meses financiado pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional. O referido estágio desenvolveu-se na área do Planeamento e Ordenamento do Território, concretamente no processo de revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) com coresponsabilidade pela área da demografia e das atividades económicas. Neste estágio a candidata teve oportunidade, para além de aplicar os seus conhecimentos na referida temática, de experienciar pela primeira vez a participação numa equipa multidisciplinar, bem como de conhecer aprofundadamente o concelho da Póvoa de Lanhoso e, naturalmente, de ampliar os seus

conhecimentos ao nível da elaboração de um PDM, o instrumentos de gestão territorial mais importantes a nível municipal.

Terminado o estágio profissional, foi entendimento do Executivo Municipal responsabilizar a candidata pelo acompanhamento do projeto “Núcleo Rural de Porto d’Ave”. Projeto promovido pela ATAHCA e financiado pela Medida AGRIS - Agricultura e Desenvolvimento Rural dos Programas Operacionais Regionais, na sua Ação 7 – Valorização do Ambiente e do Património Rural e Sub-Ação 7.1. - Recuperação e Valorização do Património Natural, da Paisagem e dos Núcleos Popacionais em Meio Rural, do mesmo. Daí à sua integração no GFC do Município, decorreram cerca de 15 meses, tendo a formação académica da candidata sido uma mais-valia neste processo de seleção.

Efetivamente a formação académica dotou a candidata de competências diversas que fizeram com que o Executivo Municipal considerasse pertinente a sua inclusão num Gabinete onde múltiplos temas são abordados, constituindo o carácter interdisciplinar da sua formação uma importante e reconhecida mais-valia no âmbito dos processos de candidatura e de desenvolvimento de projetos de natureza diversa.

Atualmente a candidata assume a coordenação do Gabinete de Fundos Comunitários da Câmara de Póvoa de Lanhoso e, desde maio de 2015, em acumulação de funções, a coordenação da Equipa de Projeto “Póvoa 2020”, cujas funções serão descritas mais adiante.

1.3 – O Gabinete de Fundos Comunitários do Município da Póvoa de Lanhoso

O desempenho profissional sobre o qual se centra este relatório de atividades corresponde às funções que a candidata tem vindo a exercer no Gabinete de Fundos Comunitários do Município da Póvoa de Lanhoso no período de 2007 a meados de 2015.

As competências deste Gabinete estão formalmente definidas no Regulamento de organização dos serviços municipais, estrutura e competências (Despacho n.º 15432/2014, de 18 de dezembro)², concretamente no artigo 22.º do Capítulo III - ‘Serviços de assessoria ou na direta dependência do Presidente da Câmara’.

² Documento em anexo – Anexo n.º 2

Assim, ao Gabinete dos Fundos Comunitários compete:

- a) Assegurar em articulação com outros serviços, a apresentação de candidaturas a prémios e programas de financiamento de projetos na área da qualidade e modernização;
- b) Elaborar os relatórios de atividade anuais e intercalares;
- c) Elaborar e ou acompanhar a elaboração de pareceres, estudos, planos e projetos de desenvolvimento território, que tenham sido considerados de interesse estratégico para o concelho;
- d) Elaborar, coordenar e gerir candidaturas a fundos comunitários e nacionais;
- e) Elaborar estudos e diagnósticos de suporte aos projetos a candidatar;
- f) Tratar e disponibilizar informação estatística;
- g) Apoiar as associações e juntas de freguesias na elaboração e gestão de projetos/candidaturas;
- h) Disponibilizar informação atualizada sobre os projetos da sua responsabilidade;
- i) Prestar informações internas sobre os mecanismos de acesso aos fundos comunitários.

No entanto, as atividades deste Gabinete vão muito para além do definido na referida portaria. Aí trabalham-se projetos com vista ao desenvolvimento territorial, entendido, na Conferência Europeia dos Ministros responsáveis pelo Ordenamento do Território do Conselho da Europa (CEMAT), como:

“o processo através do qual a geografia dos territórios habitados pelas sociedades é progressivamente transformada. Envolve componentes físicas (infraestruturas, paisagens rurais e urbanas, etc.) mas também a estrutura territorial ou o padrão do povoamento, isto é, a distribuição geográfica da população e das atividades humanas, em particular a dimensão das cidades e as relações que se estabelecem entre elas. O desenvolvimento territorial é um conceito abrangente também utilizado como objetivo de políticas públicas (políticas de desenvolvimento territorial). Este carácter abrangente resulta do facto de não se visar apenas o crescimento económico, social, ambiental e cultural. O desenvolvimento territorial tem assim uma dimensão fortemente qualitativa, requerendo uma significativa coerência ao nível da conceção e concretização de políticas públicas” (DGOTDU, 2011: 9-10).

A realidade económica do Município da Póvoa de Lanhoso, exponenciada pelo contexto macroeconómico nacional, agudiza a dependência dos FEEI. O GFC torna-se, portanto, um dos

gabinetes de maior relevância para a Autarquia, estando por isso na dependência direta do Presidente da Câmara³, com quem a candidata trabalha diretamente no exercício das suas funções.

A concretização dos projetos municipais, estruturantes no e para o desenvolvimento territorial está assim fortemente dependente dos fundos europeus, sendo o GFC responsável pelo desenvolvimento de projetos a candidatar em áreas tão diversas como a política de cidades, a regeneração urbana, as acessibilidades, a educação, a cultura, o desporto, as atividades económicas, o turismo e lazer, o património, o ambiente, o desenvolvimento rural os riscos naturais e tecnológicos, a modernização administrativa, etc.

1.3.1 - Funções Desempenhadas

De forma esquemática, podemos apresentar as competências efetivas do GFC da seguinte forma:

³ Organograma do Município da Póvoa de Lanhoso em anexo – Anexo n.º 3

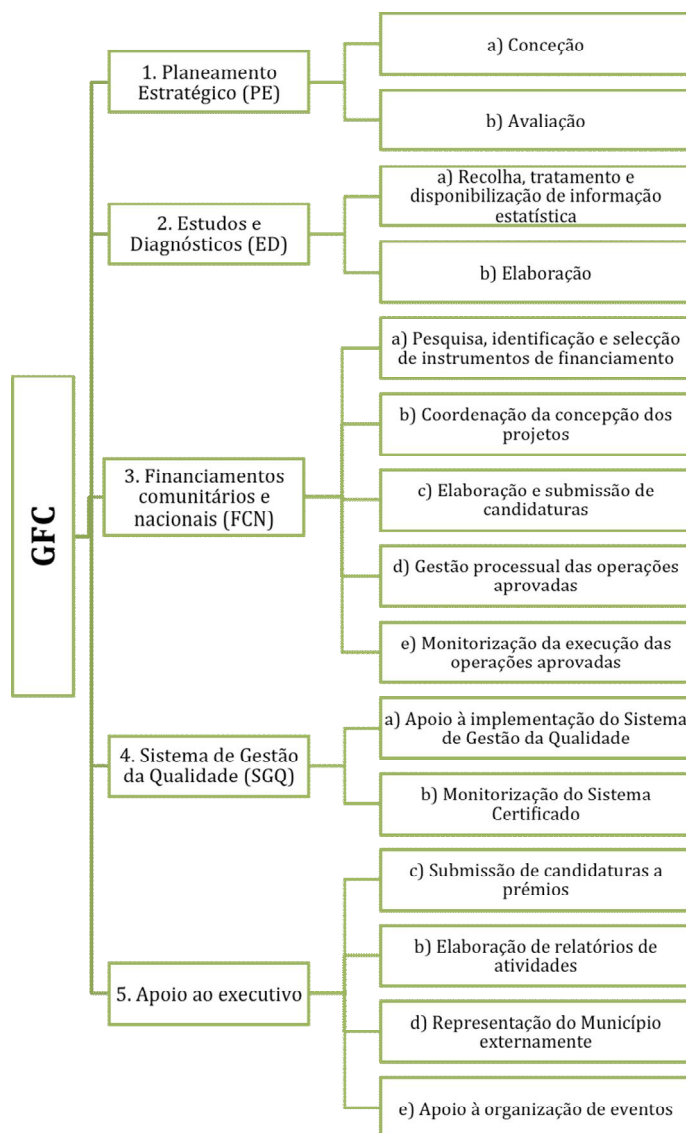


Figura 1 - Funções efetivas desempenhadas pela candidata no GFC

Fonte: Elaboração própria.

Passa-se a concretizar o conteúdo das funções representadas esquematicamente na figura n.º 1.

1.3.1.1. Planeamento Estratégico:

a) Conceção

O Planeamento Estratégico é fulcral no trabalho desenvolvido pela candidata. De responsabilidade municipal, o Planeamento Estratégico visa identificar e definir um quadro coerente

de intervenções que viabilize e materialize uma estratégia de desenvolvimento do território a médio e longo prazo, tendo em consideração os seus pontos fortes e fracos, conjugados com as ameaças e as oportunidades que se lhe apresentam.

Assim, a candidata participou e participa na conceção de diversos exercícios de planeamento levados a cabo com o objetivo de, à escala municipal, melhorar a sustentabilidade, competitividade e atratividade concelhia e de, a escalas superiores, reforçar a coesão intermunicipal e intrarregional, bem como a integração suprarregional.

b) Avaliação

Considerando que o planeamento é um meio para atingir determinados objetivos e não um fim em si, que nunca pode ser considerado como terminado, o trabalho desenvolvido passou e passa também pela avaliação (*ex ante*, *in itinere* ou *on going* e *ex post*) das políticas desenvolvidas.

Estas avaliações visam melhorar a qualidade, eficácia, eficiência e a coerência dos exercícios de planeamento desenvolvidos, aportando valor aos mesmos, fazendo “parte integrante da gestão e da tomada de decisão e, efetivamente, de todo o processo de responsabilidade democrática. Assim, um sistema de avaliação que funcione corretamente deverá ser integrado no ciclo de programação/político.” (CE, 2004-a: p. 8)

De acordo com a Comissão Europeia, a avaliação *ex-ante* decorre no início do ciclo de planeamento, momento em que as autoridades públicas se encontram envolvidas em discussões e negociações acerca de um programa futuro.

Esta forma de avaliação permite garantir que o programa final é tão relevante e coerente quanto possível. As suas conclusões têm como objetivo serem integradas no programa aquando da tomada de decisões.

A avaliação *ex-ante* centra-se, em primeiro lugar, numa análise SWOT (das forças, fraquezas, ameaças e oportunidades) da região, proporcionando um ponto de partida de suma importância para o desenvolvimento de uma estratégia coerente e em articulação com as políticas e orientações comunitárias, com objetivos explícitos e, sempre que possível, quantificados. Ajuda a garantir o respeito pelas prioridades comunitárias e a assegurar a transparência das decisões, proporcionando uma explicação clara das escolhas adotadas e dos seus efeitos esperados.

A avaliação intercalar, *in itinere* ou *on going*, é executada durante a implementação das intervenções, sendo seu objetivo permitir fazer ajustes durante o período de programação. Esta avaliação analisa criticamente os primeiros efeitos e resultados das intervenções. Também avalia a gestão financeira do programa, e a qualidade da monitorização e da sua implementação bem como o seu modelo de governação. Nesta fase verifica-se se os projetos foram executados e se os indicadores de realização e de resultado dos mesmos foram atingidos.

A avaliação intercalar também analisa se a evolução das prioridades e políticas da UE colocam problemas de coerência, e ajuda a preparar ajustes e a fazer a reprogramação, e a argumentá-los de forma transparente.

Quanto à avaliação *ex-post*, esta:

"[...] recapitula e tece considerações acerca de todo o programa, sobretudo em termos dos seus impactos. O seu objetivo consiste em justificar a utilização de recursos e reportar a eficácia e a eficiência das intervenções, e saber em que medida se alcançou os efeitos esperados. Centra-se em fatores de sucesso ou de fracasso, e na sustentabilidade dos resultados e dos impactos. Procura retirar conclusões que se pode generalizar e aplicar a outros programas ou regiões.

Numa situação ideal, os resultados desta avaliação devem estar disponíveis quando se planear o programa seguinte, isto é, pelo menos um ano antes do final do programa." (CE, 2004-a: p. 144)

1.3.1.2. Estudos e diagnósticos:

a) Recolha, tratamento e disponibilização de informação estatística

Se o trabalho de planeamento implica a permanente atualização de bases de dados diversas, também a elaboração de candidaturas se ancora no retrato do território dado por essa informação, a qual a candidata recolhe e trata. Esta informação estatística relativa a um conjunto diversificado de temáticas é também disponibilizada a outros serviços municipais, daí que se torne intrínseca e extrinsecamente importante a realização precisa e correta duma atividade que à primeira vista poderia erradamente ser catalogada de menor. A candidata encontrou este seu trabalho facilitado

pela formação de base de que dispõe em áreas científicas como a Geografia, a Demografia e a Estatística.

b) Elaboração de estudos e diagnósticos

Para além das bases de dados, a candidata, por solicitação superior, procede também à elaboração de estudos e diagnósticos nas áreas supramencionadas, os quais se revestem de grande utilidade para os exercícios de planeamento já mencionados e para outros trabalhos desenvolvidos na Autarquia.

1.3.1.3. Financiamentos comunitários e nacionais:

a) Pesquisa, identificação e seleção de instrumentos de financiamento

A execução dos grandes projetos municipais está fortemente dependente da existência de financiamento externo às receitas correntes. Tal como referido anteriormente, os municípios portugueses estão muito dependentes dos FEEI, razão pela qual o trabalho desenvolvido no sentido de verem os seus projetos comparticipados é cada vez mais, de extrema importância e relevância.

O trabalho diário do GFC passa também por pesquisar, identificar e selecionar instrumentos de financiamento que vão ao encontro das linhas de ação e desenvolvimento estratégico da Autarquia. Prestada a informação ao Executivo, são trabalhados os projetos a candidatar, iniciando-se assim um processo coordenado pelo GFC.

b) Coordenação da conceção dos projetos

A coordenação da conceção dos projetos passa pela emissão de diretrizes que permitam às equipas de trabalhos conformarem o desenho dos mesmos com o quadro normativo em vigor, garantindo o cumprimento, não só dos regulamentos específicos relativos aos programas, eixos e medidas de financiamento, mas também aos critérios de seleção das candidaturas. Esta coordenação implica, entre outros, o cruzamento com as políticas de desenvolvimento nacionais e regionais, do qual o PNPOT e Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte (PROT-N) são exemplos. Este Gabinete acompanha e monitoriza as várias fases do processo de montagem das

candidaturas, desde a elaboração dos projetos técnicos de execução, aos pedidos de pareceres diversos a entidades externas, à recolha de orçamentos, à execução dos procedimentos administrativos relativos à contratação pública ou ainda à cabimentação de despesas.

c) Elaboração e submissão de candidaturas

Reunidos os diversos elementos de suporte à candidatura de um programa de ação, de um programa estratégico⁴ e/ou de uma operação⁵, é responsabilidade exclusiva do GFC elaborar, instruir e submeter a mesma. A primeira atividade implica elaborar a memória descritiva, a fundamentação de aplicação dos critérios de seleção, a elaboração do plano de comunicação, bem como selecionar e quantificar os indicadores de realização e de resultado da operação. Produzidos e compilados todos os elementos necessários à instrução do processo de candidatura, procede-se à sua submissão através das plataformas informáticas disponibilizadas para o efeito. Caso em sede de audiência prévia de um qualquer aviso de concurso de financiamento haja lugar à prestação de esclarecimentos e/ou à apresentação de elementos complementares, essa responsabilidade também cabe ao GFC, garantindo a necessária articulação quer com o Executivo, quer com as unidades orgânicas envolvidas no projeto candidatado.

d) Gestão processual das operações aprovadas

A gestão processual de um programa de ação, de um programa estratégico e/ou de uma operação passa pela gestão das componentes administrativa e financeira dos mesmos. Todo e qualquer projeto financiado têm forçosamente que obedecer a regras rígidas no que concerne à legislação comunitária e nacional em vigor, como é exemplo a contratação pública. Refira-se a título ilustrativo que neste particular, para que as despesas relativas à execução de um programa de ação, de um programa estratégico e/ou de uma operação sejam consideradas elegíveis, as mesmas têm que ter associado um processo de contratação pública que obedeça ao Código dos Contratos Públicos. A candidata assume as responsabilidades da verificação dos elementos de todos os processos de contratação, da sua compilação e organização para instrução dos processos de

⁴ Entende-se por Programa de Ação ou Programa Estratégico o conjunto de operações, resultantes de “[...] um processo estruturado de cooperação entre várias entidades envolvidas e cumprindo as especificações constantes dos correspondente Regulamento Específico”. (CCDR-n, 2009:5)

⁵ Entende-se por operação o “[...] projeto ou conjunto de projetos coerentes executados por um ou mais beneficiários”. (CCDR-n, 2009:5)

contratação pública, de acordo com as exigências regulamentares dos diversos Programas Operacionais e finalmente a sua submissão em linha, nas plataformas, para posterior controlo pelas entidades competentes. Ainda ao nível administrativo, é responsabilidade da candidata constituir e manter os dossiers do programa de ação, do programa estratégico e/ou da operação devidamente organizados e apresentar os relatórios de execução anuais e finais às Autoridades de Gestão dos Programas de Financiamento. No que concerne à componente financeira, é responsabilidade da candidata submeter e regularizar todos os pedidos de pagamento associados às operações e controlar os recebimentos dos FEEL. Ainda na esfera da gestão processual, a candidata é responsável por representar o Município nos diversos momentos de avaliação a que as operações possam vir a ser sujeitas, promovidas pelas entidades de controlo, quer se tratem de meras visitas de acompanhamento ou auditorias.

e) Monotorização da execução das operações aprovadas

Finalmente, a monotorização consiste no acompanhamento permanente dos programas de ação, dos programas estratégicos e/ou das operações aprovadas, tendo este Gabinete como método a realização de reuniões com os responsáveis pelas diversas atividades que corporizam os projetos, de periodicidade mínima mensal. Estas reuniões têm o objetivo de garantir que a execução física (medida através dos indicadores de realização e de resultado) e financeira do projeto decorram sem alterações ao previsto e aprovado em candidatura.

1.3.1.4. Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ)

a) Apoio à implementação do SGQ

Por despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso⁶, a candidata integra também o Núcleo da Qualidade do Município, criado com o intuito de “assegurar o estabelecimento, a implementação e a manutenção dos processos necessários ao Sistema de Gestão da Qualidade, (...) articulando com os gestores dos respetivos processos, tendo ainda por

⁶ Despacho em anexo – Anexo n.º 4

missão reportar o desempenho do mesmo e qualquer necessidade de melhoria” (NQ-CMPL, 2014-a: p. 19)

Ao Núcleo da Qualidade compete-lhe promover, periodicamente, a revisão do SGQ, ajustando-a à evolução e necessidades internas, assim como ao meio envolvente e aos objetivos estabelecidos.

As atividades de Gestão da Qualidade passam também pela definição dos objetivos dos processos de acordo com as propostas dos seus Gestores, alinhando-os com os objetivos estratégicos das Unidades Orgânicas da Autarquia; aprovação da documentação produzida com efeitos no SGQ; reporte de informação relevante ao Executivo; comunicação aos serviços autárquicos acerca da importância do cumprimento dos requisitos estabelecidos pelo município regulamentares e legais, se aplicáveis.

Este processo engloba “1. Auditorias Internas; 2. Controlo de Documentos e Registos; 3. Gestão da Melhoria; 4. Gestão do Sistema de Gestão; 5. Monitorização da Satisfação dos Utentes/Clientes.” (NQ-CMPL, 2014-a: p. 31)

O Sistema da Qualidade implementado na CMPL baseia-se na Norma NP EN ISO 9001:2008 estando certificados os seguintes serviços:

- Atendimento ao Público na Divisão de Obras Municipais e Ambiente;
- Gestão da Piscina Municipal Coberta;
- Serviço de Administração Geral;
- Atendimento no Arquivo Municipal.

Enquanto membro do Núcleo da Qualidade, a candidata, cujas competências neste âmbito são as referidas anteriormente, presta apoio na implementação do SGQ aos vários serviços do Município de Póvoa de Lanhoso.

b) Monotorização do sistema certificado

Uma vez implementado o sistema em determinado serviço, de acordo com o já referido, a candidata tem por missão acompanhar os gestores do processo na manutenção da certificação

obtida tendo como referencial a Norma NP EN ISO 9001:2008, a qual é anualmente avaliada pela Associação Portuguesa de Certificação (APCER).

1.3.1.5. Apoio ao Executivo

Dada a proximidade formal e funcional ao Executivo, este Gabinete presta-lhe apoio técnico nas áreas da sua esfera de competências. Tal como referido no Despacho n.º 15432/2014, de 18 de dezembro, ao GFC compete elaborar os relatórios de atividade anuais e intercalares e disponibilizar informação atualizada sobre os projetos da sua responsabilidade. Estas tarefas revestem-se de extrema importância para a Divisão de Gestão Financeira e Patrimonial, com a qual a candidata trabalha em estreita colaboração.

Cabe ainda ao GFC assegurar a representação do Município em comissões, delegações ou outros grupos de trabalho no âmbito das suas competências. São exemplos a Comunidade Intermunicipal do Ave (CIM do Ave), a Plataforma UM Cidades, etc. No primeiro caso, foi aliás criado um Comité Técnico de Pilotagem (CTP) onde a candidata representa a autarquia, um grupo técnico de trabalho que reúne representantes de todos os Municípios da CIM do Ave. Para além de capacitar a CIM do Ave no apoio à conceção, elaboração e acompanhamento dos programas de ação, dos programas estratégicos e/ou das operações de interesse suprarregional, o CTP teve e tem a seu cargo o acompanhamento permanente da situação sub-regional, devendo apreciar informação de suporte que permita monitorizar a implementação dos programas de desenvolvimento e os seus efeitos. O CTP promove periodicamente exercícios mais aprofundados de avaliação da implementação dos programas de desenvolvimento, com características de estudo de impacto, visando identificar as relações causais entre as iniciativas promovidas e a evolução da situação regional.

Finalmente, o GFC presta apoio na organização e na operacionalização de diversos eventos, essencialmente congressos e seminários, cerimónias protocolares sendo exemplos o VI Congresso Iberoamericano de Parques e Jardins Públicos 2009, do qual a candidatata foi membro da comissão executiva e o Congresso de Comemoração dos 500 Anos do Foral do Município da Póvoa de Lanhoso, em 2014, em que integrou o secretariado.

1.4 - O concelho da Póvoa de Lanhoso

Segundo a raiz onomástica do Concelho, Lanhoso tem origem nas características geomorfológicas da região de base granítica, onde proliferam enormes lages. Fruto da evolução toponímica, terá passado por variantes de Lagenoso, Laynoso, Lanyoso até à atual Lanhoso.

“De origem mais antiga que a da nacionalidade, o seu passado é testemunhado pelos inúmeros vestígios arqueológicos e uma série de monumentos de diferentes épocas e estilos de que o Castelo de Lanhoso constitui o máximo expoente. A história fala-nos de celtiberos e romanos, de nobres e clérigos, gente de armas e de letras e do povo trabalhador e destemido. Povo que fez a história passada e recente, como a Maria da Fonte que iniciou uma revolução que fez dobrar um governo, como os ourives de Travassos e de Sobradelo da Goma, autores de majestosas peças de filigrana que, qual verdadeiros embaixadores, levam o nome da Póvoa de Lanhoso a todo o mundo.

A esta valiosa herança histórica, alia-se em perfeita comunhão, um aprazível e bem conservado património natural, árvores centenárias, praias fluviais, serras e montes e as margens dos rios e ribeiros que abundam num território fértil.

A Póvoa de Lanhoso é também símbolo de modernidade, dum presente em franco desenvolvimento, de que são sinónimo as modernas praças e espaços verdes urbanos, as infraestruturas escolares, desportivas, culturais e empresariais e as ainda as unidades de alojamento turístico.” (NQ, CMPL 2014-a: p. 13)

Com uma área de 132,5 km², o concelho da Póvoa de Lanhoso pertence à NUTS II do Norte, à NUTS III do Ave e integra o Distrito de Braga (Figura 2).

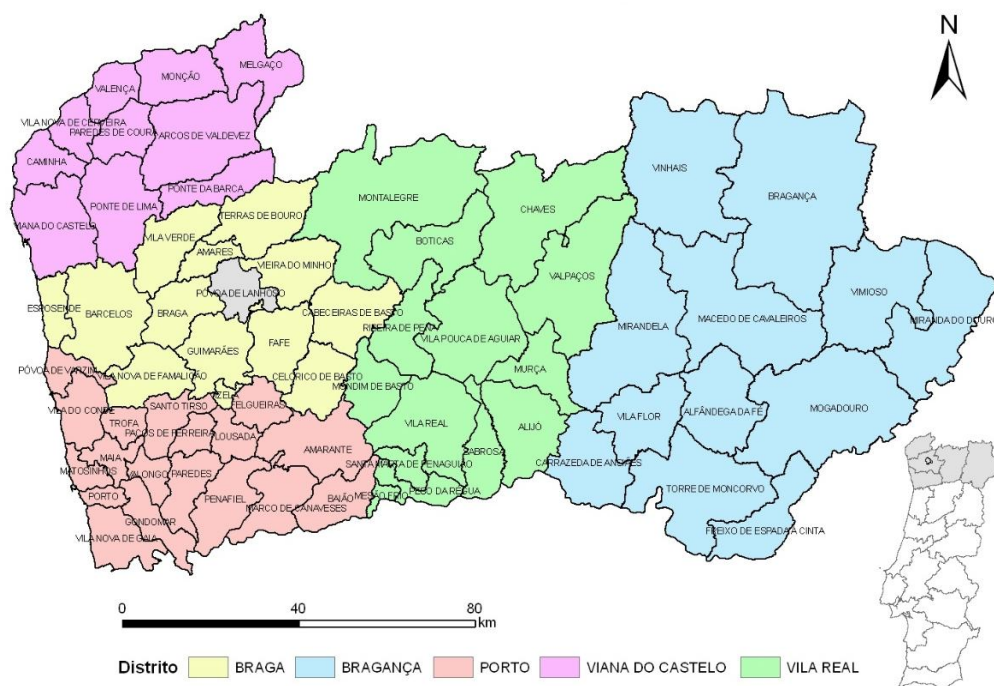


Figura 2 - Enquadramento do concelho da Póvoa de Lanhoso na Região Norte

Fonte: CMPL, 2015: p. 6

Constituído por 22 freguesias, o município faz fronteira a Noroeste com o município de Amares, a Este com Vieira do Minho, a Sudeste com Fafe, a Sudoeste com Guimarães e a Oeste com Braga (Figura 3).



Figura 3 - Divisão administrativa do concelho da Póvoa de Lanhoso, por freguesia

Fonte: Elaboração própria

O concelho da Póvoa de Lanhoso revela um fraco crescimento demográfico, sendo que apenas nos anos 80 do século XX começa a recuperar da perda populacional de cerca de 7% verificada entre a década de 60 e 70, iniciando lentamente a recuperação demográfica que a década de 90 viria a reforçar (Figura 4). No entanto, assistimos a nova quebra populacional no período censitário 2001-2011 (-3,87%) que se poderá justificar pela conjuntura económica recente em que a emigração volta a ser a solução para muitas famílias povoenses.

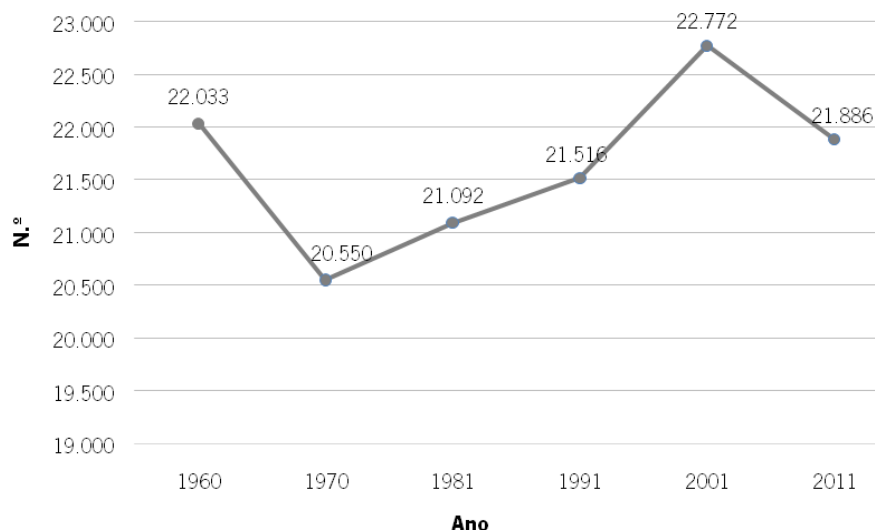


Figura 4 - Evolução da População residente no Concelho da Póvoa de Lanhoso (1960-2011)

Fonte: PORDATA, 2015

À semelhança do resto do país, assiste-se ao envelhecimento generalizado da população, resultado de uma proporção cada vez menos expressiva da população mais jovem e um aumento da população em idade mais avançada, apesar do concelho da Póvoa de Lanhoso registar valores menos preocupantes do índice de envelhecimento quando comparado com outras unidades territoriais, como as NUTS I e II (Quadro 1).

Unidade Territorial / Ano	Taxa de natalidade	Taxa de mortalidade	Índice de envelhecimento
	Permilagem	Permilagem	Porcentagem
Unidade Territorial / Ano	2014	2014	2014
Portugal	7,8	10,1	138,6
NUTS I - Continente	7,7	10,1	141,6
NUTS II - Região Norte	7,0	8,9	128,7
NUTS III - Ave	5,7	7,7	108,6
Concelho - Póvoa de Lanhoso	7,0	10,0	120,8

Quadro 1 - Taxa de natalidade, taxa de mortalidade e índice de envelhecimento, no ano de 2014

Fonte: PORDATA, 2015

Existe, assim, uma tendência generalizada para o envelhecimento da população, na medida em que se assiste ao progressivo aumento da população em idades mais avançadas e à redução da percentagem dos efetivos mais jovens. A Póvoa de Lanhoso apresenta pois uma estrutura envelhecida, que se expressa pelo aumento em 2,75% dos indivíduos com 65 e mais anos de idade entre 2001 e 2011 e que, no conjunto da população total, representa 17,5% dos residentes no município. O acréscimo do número de efetivos com 65 e mais anos é efeito da diminuição da taxa de mortalidade, com o consequente aumento da esperança média de vida. Saliente-se ainda o envelhecimento na base da pirâmide etária, que poderá resultar não só da quebra da natalidade (entre 2001 e 2011 o Concelho diminuiu em 3,35% a sua população com menos de 15 anos), como resultado da redução da população em idade fértil, mas também das migrações internas por parte dos jovens e da consequente concentração em regiões particularmente atrativas e ainda pela já referida emigração (note-se que o concelho perdeu 5,14% da população entre os 15 e os 24 anos de idade entre 2001 e 2011) (Quadro 2).

Classes etárias	0-14 Anos			15-24 Anos			25-64 Anos			+ 65 Anos		
Anos	2001	2011	Variação	2001	2011	Variação	2001	2011	Variação	2001	2011	Variação
População residente (n.º)	4478	3.570	2001-2011	3960	2.680	2001-2011	10975	11.806	2001-2011	3359	3.830	2001-2011
Peso Total População (%)	19,66	16,31	-3,35	17,39	12,25	-5,14	48,20	53,94	5,75	14,75	17,50	2,75

Quadro 2 - População residente por grandes grupos etários, nos anos de 2001 e 2011, peso relativo à população total e respetiva variação no concelho da Póvoa de Lanhoso

Fonte: PORDATA, 2015

Verifica-se no Concelho a predominância dos níveis básicos de ensino em detrimento dos níveis superiores, os quais são escassamente representados, sendo, portanto, baixa a qualificação dos recursos humanos no concelho da Póvoa de Lanhoso (apenas 6,7% da população residente

com mais de 15 anos), com valores bastante abaixo da média do país e da própria NUTS III do Ave (Quadro 3).

	Nível de escolaridade						
	Sem nível de escolaridade	Básico - 1.º ciclo	Básico - 2.º ciclo	Básico - 3.º ciclo	Secundário	Médio	Superior
Âmbito Geográfico / Ano	2011	2011	2011	2011	2011	2011	2011
Portugal	10,4	27,2	12,8	19,1	15,7	1,0	13,8
NUTS I - Continente	10,3	27,1	12,6	19,1	15,8	1,0	14,0
NUTS II - Região Norte	10,3	29,7	14,8	18,5	14,0	0,8	12,0
NUTS III - Ave	10,2	30,9	17,1	19,2	13,0	0,7	8,9
Concelho - Póvoa de Lanhoso	14,7	32,2	17,0	17,4	11,4	0,6	6,7

Quadro 3 - População residente com 15 e mais anos por nível de escolaridade completo mais elevado segundo os Censos 2011 (%)

Fonte: PORDATA, 2015

De acordo com os dados dos Censos de 2011 verifica-se, em termos de tecido económico local, que a população ativa do concelho da Póvoa de Lanhoso está, na sua maioria, empregada no sector terciário. O sector secundário apresenta um peso menos significativo quando comparado com o sector terciário. Todavia, esta realidade é recente pois, na década anterior, verificava-se precisamente o inverso. O encerramento de muitas fábricas do ramo têxtil, a principal atividade do Concelho, contribui grandemente para tal realidade. Com uma importância mais ténue surge o sector primário que emprega, percentualmente, um número inferior de indivíduos em relação aos dois sectores mencionados (Quadro 4).

	Sectores de atividade económica					
	Primário		Secundário		Terciário	
Âmbito Geográfico / Ano	1960	2011	1960	2011	1960	2011
Portugal	43,6	3,1	28,9	26,5	27,5	70,5
NUTS I - Continente	42,8	2,9	29,5	26,9	27,7	70,2
NUTS II - Região Norte	40,6	2,9	36,2	35,5	23,2	61,6
NUTS III - Ave	35,9	1,5	48,5	49,7	15,6	48,8
Concelho - Póvoa de Lanhoso	64,0	3,2	21,5	43,9	14,6	52,9

Quadro 4 - População empregada segundo os Censos, por sector de atividade económica (%)

Fonte: PORDATA, 2015

CAPÍTULO II – A POLÍTICA DE COESÃO E OS FUNDOS EUROPEUS ESTRUTURAIS E DE INVESTIMENTO

Os Fundos Estruturais e de Investimento constituem parte fundamental do trabalho desenvolvido no gabinete que a candidata coordena tornando-se, portanto, fundamental fazer um breve enquadramento dos mesmos.

Após a adesão, em 1986, de Portugal à Comunidade Económica Europeia (CEE), hoje União Europeia (UE), o país enfrentou um significativo conjunto de alterações na sua estrutura social e económica. Entre os fatores que mais contribuíram para essa evolução estão os fundos estruturais e de coesão, cuja importância se mede pelos impactes diretos e indiretos, que tiveram e vão continuar a ter, no desenvolvimento da economia e na modernização da sociedade.

A Política de Coesão representa, desde o Tratado de Roma, em 1957, a principal política de investimento da UE mediante a mobilização dos fundos estruturais e de investimento em estreita articulação com as políticas económicas dos Estados-membros. Direcionada para todas as regiões da UE, é seu objetivo promover a coesão económica, social e territorial, favorecendo o desenvolvimento equilibrado do território comunitário e diminuindo disparidades entre os níveis de desenvolvimento das regiões da União, bem como a promoção de uma verdadeira igualdade de oportunidades entre as pessoas. Significa, portanto, que as pessoas não deverão ser prejudicadas em virtude da região da UE onde residem ou trabalham.

“Assim, a coesão territorial foi inserida no projeto de Constituição (Artigo 3.º), para complementar os objetivos relativos à coesão económica e social. A importância desta noção está também reconhecida no Artigo 16º (Princípios) do Tratado, que estabelece que os cidadãos devem ter acesso aos serviços essenciais, às infraestruturas de base e ao conhecimento, sublinhando assim o significado dos ‘serviços de interesse económico geral para a promoção da coesão social e territorial.’ (CE, 2004-b: p. 27)

O território ganha formalmente estatuto de princípio transversal à ação política comunitária em 1997 no Tratado de Amesterdão, mas é a publicação do Livro Verde sobre a Coesão territorial (2008) e a ratificação do Tratado de Lisboa (2009) e, finalmente, o desenho da Estratégia Europa

2020 que, segundo Santinha e Marques (2012), marcam a adoção do princípio da coesão territorial enquanto novo paradigma do espaço europeu.

“Procurando reforçar a importância do território na agenda política (*“territory matters”* é uma expressão agora recorrente nas diversas políticas e relatórios de orientação comunitária), o princípio da Coesão Territorial surge no seio destas orientações com o intuito generalizado de alcançar o desenvolvimento harmonioso de todos os territórios, valorizar a sua diversidade e complementaridades e facultar a possibilidade da população tirar o melhor partido das características existentes em cada território.” (Santinha e Marques, 2012: p. 217)

A coesão implica, pois, respeitar as especificidades e a identidade local, através da defesa do património e a valorização dos recursos endógenos.

“A coesão implica pessoas, comunidades e apropriação de territórios – e não resumir-se a um exercício técnico-político. Entendendo o território como um sistema, cada parte deve tirar partido dos seus atributos funcionais no sentido de utilidade e complementaridade, visando a sua sustentabilidade e eficiência, na linha do preconizado pela Agenda Territorial. Nesta perspetiva a coesão territorial é a condição de partida para a adequada coesão económica e social. Por isso, o apoio à valorização das capacidades produtiva e criativa de cada território, ancoradas nas suas aptidões e potencialidades, ganha particular acuidade.” (Pereira e Carranca, 2009: s.p.)

A região Norte de Portugal, onde se insere o Município da Póvoa de Lanhoso, é classificada pela UE como “região menos desenvolvida” ou, segundo a nomenclatura do QREN, “região de convergência” (PIB <75% da média da UE27), portanto uma região ainda fortemente dependente dos FEEI para atingir um nível de desenvolvimento e de coesão que a equipare às regiões desenvolvidas da UE (PIB > 90% da média da UE27), como grande parte das regiões da Suécia, Finlândia, Alemanha, Itália, França ou Reino Unido. Em Portugal, apenas Lisboa e Vale do Tejo é classificada como região desenvolvida, o Algarve é uma região de transição, bem como a região Autónoma da Madeira.

De seguida reflete-se acerca da Política de Coesão da UE em torno da apresentação dos diferentes FEEI e das diferentes fases de aplicação desses fundos.

⁷ Mapa em anexo – Anexo n.º 5

Os Fundos Estruturais e os Fundos de Investimento são os instrumentos de cofinanciamento da política regional da UE a que os Estados-membros se podem candidatar e que, conjuntamente com os recursos nacionais públicos e privados, participam, plenamente, no objetivo de coesão económica, social e territorial subjacente ao processo de integração europeia.

Existem atualmente cinco fundos estruturais e de investimento: o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), o Fundo Social Europeu (FSE), o Fundo de Coesão (FC), o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) e o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP).

O FEDER, criado em 1957 com a assinatura do Tratado de Roma destina-se a reforçar a coesão económica e social na UE, através da correção dos desequilíbrios regionais. O seu principal objetivo é, então, apoiar o crescimento das áreas menos prósperas e aproximar as economias europeias. Tal objetivo é atingido por intermédio de programas de desenvolvimento regional nas regiões mais carenciadas que contribuam para promover o progresso económico e social, fomentar a inovação e a sociedade de informação e valorizar o potencial endógeno e o desenvolvimento sustentável das regiões. Apoia essencialmente projetos infraestruturais e investimentos produtivos geradores de emprego, estes últimos, destinados em especial às empresas.

A génese do FSE remonta a 1957 (tratado de Roma) e é o principal instrumento da política social comunitária. Este fundo dá assistência às políticas de educação e de emprego tendo em vista a promoção deste, o reforço da capacidade institucional e a integração no mercado de trabalho num quadro de igualdade de oportunidades para todas e para todos.

O Fundo de Coesão (FC), instituído em 1994, ajuda os Estados-membros com um rendimento nacional bruto (RNB) por habitante inferior a 90% da média comunitária a reduzirem o atraso económico e social, bem como a estabilizarem a sua economia. Financia, entre outras, ações nos seguintes domínios: i) redes transeuropeias de transportes, nomeadamente os projetos prioritários de interesse europeu definidos pela UE; ii) ambiente, podendo também intervir em projetos ligados à energia ou aos transportes, desde que apresentem vantagens manifestas para o ambiente; iii) eficiência energética, recurso às energias renováveis, desenvolvimento dos transportes ferroviários, apoio à intermodalidade, reforço dos transportes públicos, etc.

Associado aos fundos estruturais existiam também, até ao período de execução do QREN, o Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola – FEOGA e o Instrumento Financeiro de Orientação da Pesca – IFOP.

O FEOGA era constituído por duas secções, a secção Orientação (fazia parte dos fundos estruturais e contribuía para as reformas estruturais na agricultura e para o desenvolvimento das áreas rurais) e a secção Garantia (financiava, nomeadamente, as despesas relativas à organização comum dos mercados agrícolas, as ações de desenvolvimento rural que acompanham o apoio dos mercados e as medidas rurais fora das regiões menos desenvolvidas). No âmbito da política europeia de coesão económica e social, o FEOGA estava vocacionado para a reconversão e adaptação das estruturas agrícolas e desenvolvimento das áreas rurais. O IFOP remonta a 1994 e reunia os instrumentos comunitários para o sector da pesca, aplicando-se às regiões costeiras e tinha como objetivos: o aumento da competitividade das estruturas no sector das pescas; o desenvolvimento das empresas economicamente viáveis na indústria pesqueira e a manutenção do equilíbrio entre as capacidades de pesca e os recursos disponíveis.

O FEADER – Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural substitui o FEOGA desde o período do QREN (2007), não fazendo este já parte dos fundos estruturais. Este fundo objetiva aumentar a competitividade dos sectores agrícola e florestal através do apoio às suas reestruturações; melhorar o ambiente e a gestão do espaço rural, através do apoio ao ordenamento do território e promover a qualidade de vida e a continuidade das atividades económicas nas zonas rurais⁸.

Do mesmo modo, o IFOP é substituído pelo Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP), criado para facilitar a aplicação da Política Comum da Pesca e para apoiar a reestruturação do sector com vista a garantir a concretização dos objetivos comunitários nos planos económico, social e ambiental. O FEAMP

“é o novo fundo proposto para a política marítima e das pescas da UE para o período de 2014 a 2020. O novo fundo permitirá ajudar os pescadores na fase de transição para uma pesca sustentável, ajudar as comunidades costeiras a diversificarem as suas economias ,

⁸ Disponível em <http://www.qren.pt/np4/3083.html>, acedido em 20/12/2014.

financiar projetos que criem novos empregos e melhorem a qualidade de vida das populações costeiras e simplificar o acesso ao financiamento.”⁹

No sentido de dar resposta aos desafios da Política de Coesão da UE, os Estados-Membros e as regiões são desafiados a traduzir as prioridades comunitárias nas prioridades nacionais. Focados nos eixos prioritários definidos pela UE, os Estados-Membros elaboram um documento de referência nacional sobre as suas prioridades e estratégia de desenvolvimento, o qual constitui o enquadramento para a elaboração dos Programas Operacionais¹⁰ (PO) que posteriormente gerem sob supervisão da Comissão.

Desde a adesão, Portugal negociou montantes de transferências da UE, correspondentes a seis fases, historicamente associadas à Política Regional Portuguesa e Europeia:

2.1 - 1986 a 1988 - «Anterior Regulamento»

Durante este período, a principal contribuição do FEDER para o desenvolvimento regional concentrou-se essencialmente no financiamento de projetos públicos de infraestruturas e de estudos. Foram apoiados diversos projetos integrados em 4 programas: Programa Nacional de Interesse Comunitário de Incentivos à Atividade Produtiva; Programas específicos para certas áreas como o STAR (telecomunicações) e o VALOREN (energia) e a Operação Integrada de Desenvolvimento do Norte Alentejano.

Os apoios do FSE, dirigiram-se à formação e emprego de jovens e de desempregados de longa duração e a grupos considerados prioritários – mulheres, emigrantes e deficientes e à formação de formadores.

O FEOGA_O apoiou projetos em áreas para as quais a Comunidade possuía, no início da adesão, regulamentação específica, nomeadamente relativa à melhoria das condições de transformação e comercialização dos produtos agrícolas e da pesca; reestruturação, modernização e desenvolvimento do sector da pesca e ao desenvolvimento do sector da aquacultura; melhoria da

⁹Disponível em http://ec.europa.eu/small-business/links/emff_pt.htm, acedido em 20/12/2014.

¹⁰ Um Programa Operacional constitui, assim, um “Documento apresentado por um Estado-Membro e aprovado pela Comissão Europeia, que define uma estratégia de desenvolvimento com um conjunto coerente de prioridades a realizar com o apoio de um fundo ou, no caso do Objetivo “Convergência”, com o apoio do Fundo de Coesão e do FEDER. (...) No âmbito do Objetivo “Cooperação Territorial Europeia” os programas operacionais são apresentados por dois ou mais Estados-Membros e revestem características específicas.” Disponível em <http://www.qren.pt/np4/3093.html>, acedido em 20/12/2014.

eficiência das estruturas agrícolas e melhoramento das estruturas vitivinícolas. Foi ainda aprovado pela Comissão o Plano Específico de Desenvolvimento da Agricultura Portuguesa - PEDAP.

2.2 - 1989 a 1993 - QCA I - Primeiro Quadro Comunitário de Apoio

A área que mais fundos consumiu durante este período foi a da formação profissional, seguida da indústria e serviços, dos transportes, da agricultura e das pescas.

Os Fundos Estruturais foram essencialmente destinados ao apoio da atividade produtiva e da valorização dos recursos humanos, com maior incidência do financiamento público nacional nas infraestruturas de base¹¹.

Para além dos programas de âmbito nacional, que abrangeram todo o território do Continente, o QCA I contemplou programas operacionais regionais para as cinco regiões NUT II do Continente e para as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

O impacto na economia e na sociedade portuguesas foi grande. Verificou-se um crescimento adicional do PIB de 0,7 % ao ano, por via dos fundos e verificou-se um ganho de 10,5 pontos percentuais em termos de convergência do PIB *per capita* (em paridade de poder de compra) em relação à média comunitária.

¹¹ Adaptado de <http://www.ifdr.pt/content.aspx?menuid=29>, acedido em 20/12/2014.

2.3 - 1994 a 1999 - QCA II - Segundo Quadro Comunitário de Apoio

O Quadro Comunitário de Apoio II assumiu a forma de um contrato de parceria entre o Governo Português e a Comissão Europeia, visando concretizar no terreno uma diversidade de programas por sector e por região, designados por intervenções operacionais. Foram desenvolvidos 17 Programas Operacionais agrupados em 4 Eixos Prioritários (Qualificar os Recursos Humanos e o Emprego, Reforçar os Fatores de Competitividade da Economia, Promover a Qualidade de Vida e a Coesão Social e Fortalecer a Base Económica Regional) onde se integraram 14 Programas de Iniciativa Comunitária, que traduziram objetivos estratégicos da política de desenvolvimento do país. Cada Programa Operacional era, por sua vez, constituído por duas ou mais intervenções operacionais, de acordo com os objetivos mais específicos para que estava vocacionado. Os grandes objetivos do QCA II foram: aproximação à média de desenvolvimento da UE e redução das assimetrias regionais internas.

2.4 - 2000 a 2006 - QCA III - Terceiro Quadro Comunitário de Apoio

O QCA III tem por base os diversos instrumentos legislativos adotados no seguimento da aprovação da Agenda 2000.

Este Quadro Comunitário foi marcado pelos dois principais problemas estruturais da UE - a existência de diferenças importantes nas condições de vida dos vários países e regiões europeias e a dimensão do desemprego na maioria dos Estados-membros. Pretendia-se também responder aos importantes desafios do futuro imediato, entre os quais o alargamento da UE e a globalização que conduziu a novos modos de organização e funcionamento da economia mundial.

Os aspetos relativos ao enquadramento, orientação estratégica, sistematização operacional, programação financeira e estrutura organizativa dos apoios estruturais para o período 2000-06 estão vertidos no PDR - Plano de Desenvolvimento Regional.

Entre Portugal e a Comissão Europeia decorreu um longo processo de negociação que teve início com a elaboração do PNDES - Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (Março de 1998-Fevereiro de 1999), seguindo-se o PDR - Plano de Desenvolvimento Regional (Outubro de 1999), culminando na aprovação e assinatura do QCA - Quadro Comunitário de Apoio para 2000-2006.

As principais matrizes de desenvolvimento económico e social de médio prazo para Portugal no QCA III foram:

- Portugal deve afirmar-se como fronteira atlântica da Europa, no que respeita à inserção económica no espaço europeu e mundial;
- Portugal deve privilegiar as atividades, os fatores de competitividade e as tecnologias mais dinâmicas e estruturantes da economia global, a médio e longo prazo, no que respeita ao modelo de desenvolvimento económico;
- Portugal deve adotar uma estratégia nacional de conservação da natureza e da biodiversidade, no que respeita à proteção e valorização do património natural;
- Portugal deve valorizar a solidariedade e a coesão, no que respeita ao modelo de desenvolvimento social.

2.5 - 2007 a 2013 - Quadro de Referência Estratégico Nacional- QREN

Elaborado de acordo com a estratégia de Lisboa e aprovado pelo Conselho de Ministros, nos termos em que foi acordado entre as autoridades portuguesas e a Comissão Europeia a de 3 de Julho de 2007, o QREN assumiu

“[...] como grande desígnio estratégico a qualificação dos portugueses e das portuguesas, valorizando o conhecimento, a ciência, a tecnologia e a inovação, bem como a promoção de níveis elevados e sustentados de desenvolvimento económico e sociocultural e de qualificação territorial, num quadro de valorização da igualdade de oportunidades e, bem assim, do aumento da eficiência e da qualidade das instituições públicas” (Observatório do QCA III, 2007: p. 5).

O QREN teve 3 grandes objetivos: convergência, competitividade e emprego e cooperação territorial europeia. O objetivo "Convergência", visou acelerar a convergência dos Estados-Membros e das regiões menos desenvolvidas da UE através de uma melhoria das condições de crescimento e de emprego. O objetivo "Competitividade Regional e Emprego", pretendeu antecipar as alterações económicas e sociais, promover a inovação, o espírito empresarial, a proteção do ambiente e a criação de mercados de trabalho inclusivos nas regiões não abrangidas pelo objetivo

"Convergência". O objetivo "Cooperação Territorial Europeia", destinou-se a reforçar a cooperação aos níveis transfronteiriços, transnacional e inter-regional nos domínios do desenvolvimento urbano, rural e costeiro, do desenvolvimento das relações económicas e da entrada em rede das pequenas e médias empresas (PME).

Para assegurar a concretização dos objetivos da convergência e da competitividade e do emprego, o QREN estruturou-se em três grandes agendas temáticas materializadas pelos respetivos programas operacionais (PO): a agenda para o Potencial Humano, a agenda para os Fatores de Competitividade e a agenda para a Valorização do Território.

Para além dos PO temáticos, existiram os PO Regionais do Continente (onde se incluiu o PO Norte – ON2 o Novo Norte) e os das Regiões Autónomas, os Programas de Cooperação Territorial e os de Assistência Técnica.

“No quadro de coerência estratégica e operacional da Política Regional renovada em Portugal foram definidos níveis acrescidos de coerência e de consistência entre as políticas públicas dirigidas ao desenvolvimento económico, social e territorial reforçando-se as sinergias e interações entre o QREN e outros instrumentos de conceção, de programação ou de financiamento de políticas públicas a concretizar no período 2007-2013 no âmbito dos quais se podem destacar:

- Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável - ENDS 2015;
- Plano Nacional de Ação para o Crescimento e Emprego (PNACE);
- Plano Nacional de Emprego (PNE),
- Iniciativa Novas Oportunidades 2005-2010,
- Programa de Reorganização da Administração Central do Estado (PRACE);
- Plano Nacional de Ação para a Inclusão;
- III Plano Nacional para a Igualdade - Cidadania e Género 2007-2010;
- Plano de Ação para a Integração das Pessoas com Deficiências ou Incapacidade;
- Plano Tecnológico;
- Simplex;

- Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território - PNPOT. ¹²

No período de 2007-2013, não obstante a política de coesão da UE se ter concentrado bastante mais nos problemas de desenvolvimento em matéria de crescimento económico e de emprego do que nos quadros comunitários anteriores, o investimento foi ainda bastante orientado para o apoio às regiões que não tinham ainda concluído o seu real processo de convergência.

A região Norte do país beneficiou de um envelope financeiro significativo (2,7 mil milhões de euros) ao nível do FEDER. O PO Norte - ON2 elegeu quatro prioridades estratégicas, correspondentes aos seus eixos prioritários (a que se junta um eixo específico, de natureza instrumental, para assistência técnica e financeira à implementação do programa operacional). O maior peso recaiu na prioridade "Coesão Local e Urbana", que abrangeu ações como regeneração urbana e requalificação de centros escolares.

2.6 - 2014 a 2020 – Portugal 2020

No acordo de parceria adotado entre Portugal e a Comissão Europeia estão definidos os princípios de programação que consagram a política de desenvolvimento económico, social e territorial a promover, em Portugal, entre 2014 e 2020, em consonância com a ESTRATÉGIA EUROPA 2020, prossequindo o Crescimento Inteligente, Sustentável e Inclusivo.

Através de 5 Fundos Europeus Estruturais e de Investimento - FEDER, Fundo de Coesão, FSE, FEADER e FEAMP, Portugal irá gerir um envelope financeiro de 25 mil milhões de euros até 2020.

Os principais objetivos das políticas a prosseguir no Portugal 2020 são: o Estímulo à produção de bens e serviços transacionáveis; o Incremento das exportações; a Transferência de resultados do sistema científico para o tecido produtivo; Cumprimento da escolaridade obrigatória até aos 18 anos; a Redução dos níveis de abandono escolar precoce; a Integração das pessoas em risco de pobreza e combate à exclusão social; a Promoção do desenvolvimento sustentável, numa ótica de eficiência no uso dos recursos; o Reforço da coesão territorial, particularmente nas cidades

¹² Disponível em http://www.ifdr.pt/ResourcesUser/DesenvolvimentoRegional/Documents/Politica_Regional_2014/Politica_regional_7_2007_2010.pdf, acessado em 20/12/2014.

e em zonas de baixa densidade; a Racionalização, modernização e capacitação da Administração Pública¹³.

A operacionalização do Portugal 2020 será feita através de 16 Programas Operacionais a que acrescem os Programas de Cooperação Territorial nos quais Portugal participará a par com outros Estados membros. Os PO temáticos são quadro: competitividade e internacionalização; inclusão social e emprego; capital humano e sustentabilidade e eficiência no uso dos recursos. Os PO do Continente, entre os quais o Norte 2020, do qual o concelho da Póvoa de Lanhoso é beneficiário, e dois das Regiões Autónomas, são cinco. Os Programas Operacionais de Cooperação Territorial Europeia são: Espanha-Portugal, Madeira-Açores-Canárias, Espaço Atlântico, Sudoeste Europeu, Mediterrâneo, Espon, Urbact, Interact e Interreg C. Existem ainda três Programas de Desenvolvimento Rural (Continente, Açores e Madeira), o Programa para o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (PO Mar 2020) e, finalmente o PO de Assistência Técnica.

¹³ Adaptado de <https://www.portugal2020.pt/Portal2020/o-que-e-o-portugal2020>, acedido em 20/12/2014

CAPÍTULO III - ATIVIDADE PROFISSIONAL DESENVOLVIDA NO PERÍODO 2007-2015

Apresentam-se de seguida, por ordem cronológica (desde a data da sua elaboração), as atividades nas quais a candidata participou no período 2007-2015, estruturadas de acordo com a organização das funções do GFC apresentada anteriormente no esquema da Figura 4.

De modo a facilitar a leitura e compreensão, organizou-se a informação em fichas uniformizadas de caracterização detalhada das atividades desenvolvidas no âmbito do desempenho profissional da candidata. Em cada uma delas, a linha expositiva seguirá o seguinte método: designação do trabalho, indicação objetiva da(s) função(ões) desempenhada(s) pela candidata, de acordo com o explanado no ponto 1.3 deste relatório, período de execução e, finalmente, uma breve descrição do trabalho desenvolvido.

3.1 - Planeamento Estratégico

Apresentam-se de seguida, por ordem cronológica (desde a data da sua elaboração), as atividades nas quais a candidata participou no domínio do planeamento no período 2007-2015 (consideram-se também trabalhos que, mesmo tendo iniciado antes, tiveram continuidade no período em referência ou cujo desenvolvimento teve impacto em projetos concretizados no mesmo).

Designação: Carta Educativa do Município da Póvoa de Lanhoso

Funções desempenhadas pela candidata: Coordenação técnica do trabalho no Município da Póvoa de Lanhoso, em articulação com a equipa externa responsável pela sua elaboração (Geoatributo): recolha e disponibilização de dados (nomeadamente dados relativos à atividade escolar do Concelho); interlocução com os Agrupamentos Escolares; participação nas reuniões do Conselho Municipal da Educação na apresentação do ponto de situação e discussão dos trabalhos; revisão de textos produzidos.

Período de execução: 2006-2007

Descrição: A Carta Educativa do Município da Póvoa de Lanhoso constitui um instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no Concelho para o período de 10 anos.

O exercício de planeamento realizou-se de acordo com as ofertas de educação e formação que importa satisfazer, tendo em vista uma melhor utilização dos recursos educativos, no quadro de desenvolvimento demográfico e socioeconómico do município.

O documento final permite orientar de forma correta o desenvolvimento do parque escolar concelhio, tomar decisões sobre a construção de novos equipamentos, o encerramento de escolas e a reconversão e adaptação das infraestruturas escolares, bem como definir prioridades e evitar ruturas e inadequações da rede educativa em relação à dinâmica social e ao desenvolvimento urbanístico.

Designação: Programa de Ação Intermunicipal de Serviços Coletivos Territoriais de Proximidade (PAISCTP) do Ave 2007-2010

Funções desempenhadas pela candidata: Representante do Município da Póvoa de Lanhoso no Comité Técnico de Pilotagem (CTP) da AMAVE – Associação de Municípios do Vale do Ave, em articulação com a equipa externa responsável pela sua elaboração (QUATERNAIRE Portugal). Enquanto membro do CTP, foi responsabilidade da candidata assumir a articulação funcional entre a equipa técnica que na AMAVE estava a desenvolver este trabalho e a Autarquia. Aqui, a articulação era realizada com o Executivo Municipal e com as chefias das unidades orgânicas envolvidas. Dentro desta articulação, a candidata desenvolveu subactividades como a disponibilização de informações diversas acerca do concelho da Póvoa de Lanhoso (contribuindo para a caracterização e diagnóstico); e a definição, com o Executivo, da estratégia a seguir pelo Município relativamente à temática em causa planeando os investimentos a realizar. Participou ainda nos exercícios de adequação e de contextualização dos projetos municipais - naquilo que eram as diretrizes emanadas pela CCDR-n - desenvolvidos pela equipa técnica da AMAVE e da empresa consultora contratada. Às funções já elencadas, acresce a da participação no processo de validação técnica do documento produzido.

Período de execução: 2007-2015

Descrição: Projeto que constituiu a primeira fase dos trabalhos de fundamentação técnica do processo de negociação / concertação de um procedimento de contratualização de uma subvenção global entre AMAVE e a CCDR-n, realizada no âmbito do PO Regional Norte 2007-2013. O quadro estratégico de referência definido e concebido a partir do plano de ação AVE 2007-2013 e os seus referenciais materializaram-se nos seguintes domínios de intervenção do Programa de Ação Intermunicipal de Serviços Coletivos Territoriais de Proximidade: educação, ação social, saúde, ambiente, cultura e património, desporto, desenvolvimento económico de proximidade, transportes, qualificação do sistema e TIC de proximidade. As prioridades de investimento foram cenarizadas em função dos referenciais estratégicos e dos domínios de intervenção identificados anteriormente. Foi ainda construída uma proposta de prioridades de investimento. O trabalho foi finalizado com a apresentação de bases para o processo de contratualização.

Designação: Plano Territorial de Desenvolvimento do Ave - PTD e sua revisão

Funções desempenhadas pela candidata: Representante do Município da Póvoa de Lanhoso no Comité Técnico de Pilotagem (CTP) da AMAVE – Associação de Municípios do Vale do Ave, em articulação com a equipa externa responsável pela sua elaboração (QUATERNAIRE Portugal). Enquadro membro do CTP, foi responsabilidade da candidata assumir a articulação funcional entre a equipa técnica que na AMAVE estava a desenvolver este trabalho e a Autarquia. Aqui, a articulação era realizada com o Executivo Municipal e com as chefias das unidades orgânicas envolvidas. Dentro desta articulação, a candidata desenvolveu subactividades como a disponibilização de informações diversas acerca do concelho da Póvoa de Lanhoso, (contribuindo para a caracterização e diagnóstico) a definição, com o Executivo, da estratégia a seguir pelo Município relativamente à temática em causa planeando os investimentos a realizar. Participou ainda nos exercícios de adequação e de contextualização dos projetos municipais - naquilo que eram as diretrizes emanadas pela CCDR-n - desenvolvidos pela equipa técnica da AMAVE e da empresa consultora contratada. Às funções já elencadas, acresce a participação no processo de validação técnica do documento produzido.

Período de execução: 2008-2015

Descrição: O PTD complementou o exercício de planeamento relativo aos serviços coletivos territoriais de proximidade, dando resposta ao modelo preconizado pela CCDR-n para a fundamentação dos processos de contratualização com subvenção global a realizar no âmbito do ON2 2007-2013.

Este estudo apresentou a estratégia integrada de desenvolvimento para a região, contextualizou o PTD à luz da visão estratégica para a Região Norte, propôs um plano de investimentos e de monitorização e concebeu o modelo de gestão no quadro do processo de contratualização. O trabalho incluiu ainda uma proposta de plano de comunicação e divulgação, bem como o plano de investimentos em duas variantes de cenarização.

Designação: “Minho In”, - Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos (PROVERE) do Regulamento da Promoção e Capacitação Institucional do ON.2 - O Novo Norte - Programa Operacional da Região Norte

Funções desempenhadas pela candidata: Representante do Município da Póvoa de Lanhoso na equipa técnica de acompanhamento do projeto “Minho In”, apresentado ao Programa de Valorização Económica de Recursos Endógeno (PROVERE) – com reconhecimento formal como Estratégia de Eficiência Coletiva, do Regulamento da Promoção e Capacitação Institucional do Programa Operacional Regional Região Norte 2007-2013.

Período de execução: 2008-2009

Descrição: Tratou-se de um programa de valorização económica de recursos endógenos do Minho, apresentado em consórcio pelas 3 Comunidades Intermunicipais deste território – Alto Minho, Ave e Cávado, com o objetivo de promover e fortalecer áreas âncora para o desenvolvimento do Minho, *e.g.* turismo de natureza, turismo de saúde e bem-estar, atividades artesanais tradicionais e apoio ao empreendedorismo. Tratou-se duma iniciativa inovadora sobretudo pelo modelo de governança proposto – gerido pela primeira vez pelas 3 CIM existentes no Minho – e pelo facto de associar, a esta escala, investimento privado e público. Corporizaram este programa, mais de 640 projetos, distribuídos pelas diversas áreas temáticas acima referidas.

Designação: Plano Estratégico de Desenvolvimento Integrado do Ave – PEDI

Funções desempenhadas pela candidata: Representante do Município da Póvoa de Lanhoso no Comité Técnico de Pilotagem (CTP) da CIM do Ave, em articulação com a equipa externa responsável pela sua elaboração (Strategy XXI). Enquanto membro do CTP, foi responsabilidade da candidata assumir a articulação funcional entre a equipa técnica que na CIM estava a desenvolver este trabalho e a Autarquia. Aqui, a articulação era realizada com o Executivo Municipal e com as chefias das unidades orgânicas envolvidas. Dentro desta articulação, a candidata desenvolveu subactividades como a disponibilização de informações diversas acerca do concelho da Póvoa de Lanhoso, (contribuindo para a caracterização e diagnóstico) a definição, com o Executivo, da estratégia a seguir pelo Município relativamente à temática em causa, planeando os investimentos a realizar. Participou ainda nos exercícios de adequação e de contextualização dos projetos municipais - naquilo que eram as diretrizes emanadas pela CCDR-n - desenvolvidos pela equipa técnica da CIM e da empresa consultora contratada. Às funções já elencadas, acresce a da participação no processo de validação técnica do documento produzido.

Período de execução: 2014

Descrição: Documento de base que pretendeu apontar o caminho para a afirmação de um território que se quer competitivo, coeso e atrativo. Este trabalho foi o resultado da concertação entre os diferentes municípios que formam a CIM do Ave e apontou para uma visão estratégica partilhada no âmbito do Portugal 2020. A visão conjunta, a concertação e a necessidade de pensar estrategicamente à escala supramunicipal, foram condições obrigatórias neste exercício de planeamento.

Designação: Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial (EIDT) do Ave

Funções desempenhadas pela candidata: Representante do Município da Póvoa de Lanhoso no Comité Técnico de Pilotagem (CTP) da CIM do Ave, em articulação com a equipa externa responsável pela sua elaboração (Strategy XXI). Enquadro membro do CTP, foi responsabilidade da candidata assumir a articulação funcional entre a equipa técnica que na CIM estava a desenvolver este trabalho e a Autarquia. Aqui, a articulação era realizada com o Executivo Municipal e com as chefias das unidades orgânicas envolvidas. Dentro desta articulação, a

candidata desenvolveu subactividades que pela natureza deste documento, tiveram uma fortíssima incidência no detalhar, concretizar e refinar do PEDI do Ave, em especial os capítulos relacionados com as linhas de investimento, os indicadores de realização e resultado e a calendarização dos investimentos propostos.

Às funções já elencadas, acresce a da participação no processo de validação técnica do documento produzido.

Período de execução: 2014

Descrição: Tendo por base o PEDI do Ave, foi apresentado no âmbito do aviso do Portugal 2020 1/2014, de 12-11-2014 - Reconhecimento de Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial, a Estratégia da CIM do Ave para o horizonte temporal de 2020. Tratou-se no essencial da realização de um exercício de “refinamento orientado” do PEDI do Ave para, num primeiro momento, vir a ser reconhecido enquanto estratégia integrada da NUT III e num segundo momento servir de suporte estratégico ao futuro Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial/Investimento Territorial Integrado do Ave.

Designação: Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial/Investimento Territorial Integrado (PDCT/ITI)

Funções desempenhadas pela candidata: Representante do Município da Póvoa de Lanhoso no Comité Técnico de Pilotagem (CTP) da CIM do Ave, em articulação com a equipa externa responsável pela sua elaboração (Strategy XXI). Enquadro membro do CTP, foi responsabilidade da candidata assumir a articulação funcional entre a esquipa técnica que na AMAVE estava a desenvolver este trabalho e a Autarquia. Aqui, a articulação era realizada com o Executivo Municipal, com as chefias das unidades orgânicas envolvidas e a Equipa de Projeto “Póvoa 2020”. Dentro desta articulação, a candidata desenvolveu subactividades que pela natureza deste documento, tiveram uma fortíssima incidência no detalhar, concretizar e refinar a EIDT do Ave, em especial os capítulos relacionados com as propostas de investimento, e a sua calendarização.

Participou ainda nos exercícios de adequação e de contextualização dos projetos municipais - naquilo que eram as diretrizes emanadas pela CCDR-n - desenvolvidos pela equipa técnica da CIM e

da empresa consultora contratada. Às funções já elencadas, acresce a da participação no processo de validação técnica do documento produzido.

Período de execução: 2014 - 2015

Descrição: Fase subsequente ao processo de reconhecimento da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial do Ave, em que as Comunidades Intermunicipais foram convidadas a propor e posteriormente negociar com as Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais (PO Norte, PO SEUR, PO ISE e PDR 2020) os investimentos e o programa de ação que integram os planos, assim como os resultados que se pretendem atingir, no quadro da concretização da EIDT.

O Pacto terá duração máxima de 7 anos para execução, coincidindo com a programação do Portugal 2020, prevendo-se que a avaliação intercalar ocorra em 2019.

Designação: Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) Rural – 1.^a fase - Estratégia de Desenvolvimento Local para o Vale do Ave “Ave Rural Território de Coesão”

Funções desempenhadas pela candidata: Representante da Autarquia, enquanto entidade parceira, no Grupo de Ação Local.

Foi responsabilidade da candidata assumir a articulação funcional entre Autarquia e a Sol do Ave. Aqui, a articulação era realizada com o Executivo Municipal e com as chefias das unidades orgânicas envolvidas. Dentro desta articulação, a candidata desenvolveu subactividades como a disponibilização de informações diversas acerca do concelho da Póvoa de Lanhoso (contribuindo para a caracterização e diagnóstico). Às funções já elencadas, acresce a da participação no processo de validação técnica do documento produzido.

Período de execução: Novembro de 2014 – Fevereiro 2015

Descrição: A estratégia de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) é uma das variantes da abordagem integrada de desenvolvimento territorial que vigorarão neste quadro comunitário. É uma forma de abordagem de desenvolvimento territorial integrado apoiada por um ou vários instrumentos políticos programados que financiam a execução das Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL) seleccionadas e que podem ser financiadas pelos vários FEEI através dos respetivos Programas Operacionais. É portanto uma estratégia multifundo, que agrega FSE,

FEDER e FEADER, que para este último é conhecida como abordagem LEADER¹⁴. As EDL correspondem a estratégias integradas e multissetoriais de desenvolvimento local, promovidas pelas comunidades locais, através dos grupos de ação local (GAL) que são parcerias compostas por representantes dos interesses socioeconómicos locais, públicos e privados e incidindo em territórios sub-regionais específicos tendo em conta as necessidades e potencialidades locais, a ligação em rede e a cooperação. O DLBC visa especialmente promover, em territórios específicos, a concertação estratégica e operacional entre parceiros, focalizada no empreendedorismo e na criação de postos de trabalho. Este enfoque temático que, no âmbito do Acordo de Parceria, será promovido de forma concertada envolvendo os vários níveis de atuação (nacional, regional e local), pretende dar resposta aos elevados níveis de desemprego e aos crescentes índices de pobreza, através da dinamização económica local, da revitalização dos mercados locais e da sua articulação com territórios mais amplos e, em geral, da diversificação das economias locais, do estímulo à inovação social e à busca de novas respostas a problemas de pobreza e de exclusão social em territórios desfavorecidos, em territórios rurais economicamente fragilizados ou de baixa densidade populacional.

O Município da Póvoa de Lanhoso pertence à área de intervenção da Sol do Ave, uma Associação de Direito Privado sem Fins Lucrativos, que intervém no domínio do desenvolvimento regional, correspondendo a sua área geográfica de intervenção a alguns dos municípios da NUTS III Ave. Com tradição na definição de estratégias de desenvolvimento local e experiência comprovada na gestão de fundos comunitários, a Sol do Ave apresentou, juntamente com uma parceria alargada da qual o Município faz parte, uma candidatura para pré-qualificação do Grupo de Ação Local (GAL) que irá, no território de intervenção, gerir a DLBC de base rural.

Designação: Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) Rural – 2.^a fase – Seleção da Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL) do Grupo de Ação Local (GAL) da Sol do Ave

Funções desempenhadas pela candidata: Representante da Autarquia, enquanto entidade parceira, no Grupo de Ação Local.

¹⁴ A Abordagem Leader é uma das prioridades definidas no regulamento relativo ao desenvolvimento rural e tem por objetivo a revitalização económica e social das zonas rurais. Visa pôr em execução estratégias locais em matéria de desenvolvimento rural

Foi responsabilidade da candidata assumir a articulação funcional entre Autarquia e a Sol do Ave. Aqui, a articulação era realizada com o Executivo Municipal, com as chefias das unidades orgânicas envolvidas e a Equipa de Projeto “Póvoa 2020”. Dentro desta articulação, a candidata desenvolveu subactividades como a definição, com o Executivo, da estratégia a seguir pelo Município relativamente à temática em causa, planeando os investimentos a realizar. Participou ainda nos exercícios de adequação e de contextualização dos projetos municipais - naquilo que eram as diretrizes emanadas pela CCDR-n. Às funções já elencadas, acresce a da participação no processo de validação técnica do documento produzido.

Período de execução: Desde junho. 2015

Descrição: Após a realização da 1.ª fase de operacionalização dos DLBC, as parcerias pré-qualificadas, tiveram de apresentar EDL completas bem como a proposta de financiamento por parte dos Programas Operacionais mobilizados, tendo em vista a sua aprovação e reconhecimento do GAL.

O objetivo deste exercício de planeamento visa a aprovação da Estratégia de Desenvolvimento Local e o reconhecimento do Grupo de Ação Local da Sol do Ave e constitui a segunda fase do processo de implementação do instrumento Desenvolvimento Local de Base Comunitária.

Designação: Equipa de Projeto “Póvoa 2020”

Funções desempenhadas pela candidata: Coordenação da equipa, composta por sete técnicos superiores da Autarquia.

Período de execução: Desde maio de 2015

Descrição: Em municípios com as características da Póvoa de Lanhoso, os fundos estruturais assumiram, assumem e provavelmente continuarão a assumir uma importância enorme. São os veículos privilegiados para a concretização dos projetos necessários ao desenvolvimento do Concelho, tornando-o mais coeso, mais competitivo e mais atrativo. Por ter plena consciência desta realidade, mas também pelo atual quadro comunitário ser extremamente complexo, norteador por novos paradigmas em que a multidisciplinariedade é incontornável, o Executivo decidiu constituir

uma equipa de projeto com a missão de implementar no concelho da Póvoa de Lanhoso o quadro comunitário “Portugal 2020”¹⁵.

A equipa de projeto “Póvoa 2020” tem como missão apoiar o executivo nos exercícios de planeamento estratégico associados ao período de programação 2014-2020, apresentar candidaturas dos projetos considerados estruturantes e gerir processualmente os que venham a ser financiados pelos FEEI.

São competências da Equipa de Projeto:

- a) Contribuir para a definição e atualização da visão estratégica do Concelho, em articulação com as unidades orgânicas municipais e entidades concelhias;
- b) Coordenar e monitorizar os exercícios de planeamento estratégico com incidência concelhia, nomeadamente em articulação com o plano anual de atividades, o plano plurianual de investimentos e outros planos de cariz estratégico exteriores ao município;
- c) Dinamizar e apoiar a conceção, implementação e gestão de programas de ação ou projetos, nomeadamente iniciativas integradas sustentadas em parcerias interinstitucionais;
- d) Assegurar o desenvolvimento das relações técnicas com entidades da administração central, regional e local e outras entidades públicas ou privadas, designadamente aquelas participadas pelo Município;
- e) Assegurar a articulação e integração do plano estratégico com as diversas agendas e planos sectoriais, locais ou regionais, nomeadamente a Agenda Local XXI, Planos de Ordenamento Territoriais, Plano de Desenvolvimento Social, Projeto Educativo Local, entre outros; e dar suporte sempre que solicitado aos trabalhos de planeamento dos serviços e dos órgãos intersectoriais (comissões e conselhos);
- f) Acompanhar a introdução das novas agendas e temáticas na intervenção autárquica em sede de inovação, competitividade, internacionalização, criatividade, eficiência energética, ambiente, planeamento territorial, entre outros domínios, e promover a difusão das melhores práticas;

¹⁵ Alterações ao Regulamento de Organização dos Serviços Municipais, Estrutura e Competências, Aprovação da equipa em reunião de Câmara e Despacho de criação da equipa de projeto “Póvoa 2020” em anexo – anexo n.º 6

- g) Assegurar as condições necessárias à captação dos meios financeiros, analisando e difundindo informação relevante para os serviços e para os agentes concelhios;
- h) Coordenar os processos de conceção dos projetos municipais candidatáveis a fundos comunitários e nacionais;
- i) Elaborar candidaturas a fundos comunitários e nacionais;
- j) Coordenar a execução, gerir processualmente e avaliar os diversos projetos que tenham sido alvo de atribuição de financiamento, comunitário e nacional;
- k) Assegurar, em articulação com outros serviços, a apresentação de candidaturas a prémios nas diversas áreas de intervenção da Autarquia;
- l) Prestar apoio técnico e acompanhamento às juntas de freguesias e associações na elaboração e gestão de projetos candidatados a fundos comunitários e nacionais;
- m) Tratar e disponibilizar a informação estatística;
- n) Elaborar ou coordenar os estudos necessários e gerir um sistema de indicadores de monitorização do desenvolvimento do território;
- o) Disponibilizar informação atualizada sobre os projetos da sua responsabilidade;
- p) Elaborar os relatórios de atividade anuais e intercalares.

A candidata, enquanto coordenadora da equipa, tem as seguintes competências específicas:

- a) Coordenar os recursos humanos afetos à equipa de projeto "Póvoa 2020", mediante a devida articulação com as chefias diretas desses mesmos trabalhadores;
- b) Propor superiormente, quando aplicável, planos de ação, e executar as diligências subjacentes às tarefas inerentes a cada competência, associando-lhe o cronograma de execução, e recursos necessários;
- c) Coordenar reuniões técnicas do projeto "Póvoa 2020";
- d) Apresentar superiormente todos os assuntos relativos ao projeto "Póvoa 2020";
- e) Assegurar o cumprimento das orientações e das normas definidas pelo executivo municipal;
- f) Representar a Autarquia, em articulação com o Presidente, nos *fora* atinentes aos domínios de intervenção da equipa de projeto;

- g) A coordenadora do projeto “Póvoa 2020” pode ainda ter outras competências que lhe sejam incumbidas pelo Presidente.

Dada a sua recente criação até à data final de referência do presente relatório (30/06/2015), a equipa de projeto participou no processo de negociação do PDTC/ITI, na 2.ª fase de Seleção da Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL) do Grupo de Ação Local (GAL) da Sol do Ave e ainda na elaboração do Plano de Ação de Regeneração Urbana (PARU) da Vila da Póvoa de Lanhoso.

Designação: Plano de Ação de Regeneração Urbana (PARU) da Vila da Póvoa de Lanhoso

Funções desempenhadas pela candidata: Coordenação da equipa de projeto Póvoa 2020, na fase de diagnóstico e caracterização das possíveis propostas de áreas de reabilitação urbana na Vila da Póvoa de Lanhoso.

Período de execução: Desde junho de 2015

Descrição: De acordo com os documentos de programação e os regulamentos específicos que enquadram os PARU, são estes os planos que devem contextualizar as intervenções a promover nos centros urbanos, por via da reabilitação física do edificado destinado a habitação, comércio, serviços, equipamentos de utilização coletiva e do espaço público envolvente, da qualificação ambiental e urbanística das áreas industriais abandonadas bem como da redução da poluição do ar e do ruído.

O PARU incide obrigatoriamente sobre espaços inframunicipais localizados (na totalidade ou em parte) em Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) delimitadas de acordo com o regime jurídico de reabilitação urbana (Lei 32/2012).

O PARU Póvoa de Lanhoso 2020 assume-se não só como um documento de orientação estratégica para a atuação do Município da Póvoa de Lanhoso ao nível da política de cidades para os próximos anos, mas também como um plano operacional de abordagem às oportunidades de financiamento comunitário nas áreas da reabilitação e regeneração urbana e da mobilidade urbana sustentável. Ou seja, procura correlacionar a perspetiva estratégica da evolução da vila da Póvoa de Lanhoso com a ótica muito concreta e mensurável do projeto ou ação municipal em domínios relevantes da política urbana municipal.

A elaboração do PARU da Vila da Póvoa de Lanhoso pressupõe que previamente se proceda à identificação, delimitação e fundamentação, de acordo com os pressupostos estabelecidos no regime jurídico da reabilitação urbana, da ARU na vila da Póvoa de Lanhoso. Requer também que se elenquem os projetos estruturantes de iniciativa pública e se definam, conjuntamente com os agentes relevantes nesse domínio, as opções e orientações relativas à mobilidade urbana sustentável. Faz ainda parte deste exercício, a elaboração do Plano Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU).

Prevê-se que este trabalho de planeamento decorra por um período de seis meses, portanto, até ao final do ano de 2015.

3.2 - Estudos e diagnósticos

No período 2007-2015, a candidata desenvolveu trabalho ao nível da elaboração e/ou atualização de estudos e diagnósticos. Listam-se infra os trabalhos desenvolvidos, seguindo a mesma lógica de apresentação dos trabalhos anteriores:

Designação: Indústrias têxteis no concelho da Póvoa de Lanhoso – Impacto socioeconómico

Funções desempenhadas pela candidata: Elaboração integral do estudo, incluindo trabalho de campo e apresentação pública.

Período de execução: 2007-2009

Descrição: A Indústria Têxtil assume no concelho da Póvoa de Lanhoso, há décadas, um papel muito importante na economia local. Deste sector de atividade económica dependem muitas famílias e a ele se deve parte importante do desenvolvimento do Concelho.

Consciente destes factos e ainda do período difícil que a Indústria Têxtil Portuguesa enfrentava, a Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso promoveu a elaboração de um estudo no sentido de aferir a real situação socioeconómica associada às empresas concelhias a operar neste ramo e, assim, possuir um importante instrumento de apoio à decisão. O estudo procurou obter resposta para as seguintes variáveis: recursos humanos (idade média dos trabalhadores, seu local

de residência e custos associados ao seu vencimento); produção das empresas; volume de negócios; principais dificuldades.

Designação: Atualização da principal informação estatística do Concelho

Funções desempenhadas pela candidata: Responsável única pela atualização das bases de dados.

Período de execução: 2012

Descrição: A publicação dos resultados definitivos dos Censos 2011 implicou a atualização das bases de dados relativas às variáveis tratadas naquele documento: população, edifícios, alojamentos e atividades económicas.

3.3 - Financiamentos Comunitários e Nacionais

Fruto dos mencionados exercícios de planeamento de preparação do QREN (2007-2015) – PTD e PAISCTP -, o município da Póvoa de Lanhoso esteve ou está ainda envolvido num total de 43 candidaturas apresentadas e aprovadas nos diversos Programas Operacionais e Instrumentos Estratégicos e Financeiros de Apoio, seja de forma autónoma, seja em parceria (Quadro 5). Ressalva-se o facto de durante os anos de 2007 e 2008 a candidata ter participado noutros projetos no âmbito do QCA III, nomeadamente projetos do Programa Operacional Regional do Norte – ON e INTERREG III C. No entanto, considerando que o foco deste relatório é o período relativo ao QREN (2007-2015), opta-se por não recuar à execução do QCA III.

Programa Operacional / Instrumento estratégico e financeiro de apoio	N.º de Candidaturas		
	Total	Aprovadas	Reprovadas
Programa Operacional do Norte – ON2 O Novo Norte	28	28	0
Programa Operacional Potencial Humano - POPH	7	7	0
Programa Operacional Valorização do Território - POVT	3	2	1
Programa Operacional Fatores de Competitividade - COMPETE	1	1	0
Programa de Desenvolvimento Rural - PRODER	4	4	0
TOTAL GLOBAL	43	42	1

Quadro 5 - Candidaturas nas quais o Município da Póvoa de Lanhoso participou no período de execução do QREN¹⁶

Fonte: Elaboração própria

A taxa de aprovação do total das candidaturas elaboradas pela candidata é de 97,73%, representando um investimento total elegível¹⁷ de 30.929.534,55€. Não obstante a relevância e pertinência das candidaturas, o Município da Póvoa de Lanhoso, à semelhança de muitos outros municípios do país, ressentiu-se da crise económica e financeira que Portugal tem enfrentado nos últimos anos, havendo necessidade de fazer reajustamentos orçamentais e rever a prioridade dos grandes investimentos. Neste sentido, foi opção do Executivo Municipal desistir de dez operações já aprovadas. Assim, o investimento total elegível dos projetos financiados atingiu os 20.786.380,06€.

Apresentamos de seguida, por ordem cronológica (desde a data da sua elaboração), a relação de todas as operações financiadas nas quais a candidata participou no período em referência. De modo a facilitar a leitura e compreensão, organizou-se a informação criando uma ficha da operação. Em cada uma delas, a linha expositiva seguirá o seguinte método: designação da operação, indicação objetiva da(s) função(ões) desempenhada(s) pela candidata, de acordo com o explanado no ponto 1.3 do capítulo I deste relatório (Gabinete de Fundos Comunitários), enquadramento no QREN à data de submissão da candidatura¹⁸ (identificação do PO, do respetivo

¹⁶ Relação das candidaturas QREN trabalhadas - Anexo n.º 7.

¹⁷ Para ser elegível, uma despesa deve ser efetivamente paga entre 1 de Janeiro de 2007 e 31 de Dezembro de 2015, ser perfeitamente identificada e claramente associada à concretização de uma operação, a sua natureza e data de realização respeitarem a regulamentação específica do programa operacional em causa, bem como respeitar as demais regras nacionais e comunitárias aplicáveis.

¹⁸ Faz-se aqui esta ressalva pois, na sequência da revisão intercalar do QREN, em 2011, houve lugar a reformulações na arquitetura dos diversos Programas Operacionais, resultando daí alterações dos seus eixos e medidas.

eixo prioritário¹⁹ e regulamento específico²⁰), período de execução, descrição sumária e, finalmente, valor do investimento (valor elegível²¹ e valor cofinanciado²²).

ANO DE 2007

Designação da operação: Vale do Ave Região Digital, SAMA1

Funções desempenhadas pela candidata: Gestão processual e monitorização

Enquadramento no QREN: Programa Operacional Regional do Norte 2007-2013 – (ON2 O Novo Norte); Eixo Prioritário V “Governança e Capacitação Institucional”; Regulamento Específico “Sistema de Apoios à Modernização Administrativa”

Período de execução: 2007-2014

Descrição sumária: Projeto supramunicipal cujo chefe de fila foi a AMAVE (Associação de Municípios do Vale do Ave), apresentado com o objectivo de atingir duas metas essenciais: harmonização da sub-região Ave no que concerne à capacidade tecnológica adquirida e instalada e posicioná-la na vanguarda da ligação aos cidadãos nas diferentes dimensões - *E.GOV*, *E.Community*, *E.Democracy*, *E.Service*. Com este projeto pretendeu-se resolver de forma cabal as questões infraestruturais em termos de *hardware*, *software* e comunicações, assumindo a concretização de um conjunto de metas relacionadas com a melhoria dos serviços ao cidadão, a ligação aos diferentes níveis de administração pública e a ligação às empresas. Quer o investimento municipal, quer o supramunicipal centrou-se essencialmente em *hardware*, *software* e consultoria.

Investimento elegível: 2.864.870,99€ **Valor cofinanciado:** 2.435.140,34€ (85%)

¹⁹ Eixo prioritário: “Nível de programação em que se subdivide um programa operacional e que corresponde a uma das prioridades da estratégia do programa, incluindo um grupo de operações relacionadas entre si e com objetivos específicos quantificáveis.” Disponível em <http://www.qren.pt/np4/3197.html>, acedido em 06/01/2015.

²⁰ Regulamento específico: “Conjunto de normas aplicáveis a um programa operacional, a um eixo prioritário, ou a uma tipologia de investimentos, a ser observado pela respetiva autoridade de gestão, pelos organismos intermédios e pelos beneficiários e aprovado pela Comissão Ministerial de Coordenação respetiva” Disponível em <http://www.qren.pt/np4/3095.html>, acedido em 06/01/2015.

²¹ Valor elegível: Despesa considerada elegível, de acordo com as regras nacionais e comunitárias de elegibilidade.

²² Valor cofinanciado: Valor correspondente à aplicação da taxa de cofinanciamento sobre o valor elegível.

Designação da operação: Estágios Profissionais na Administração Pública Local - PEPAL 1

Funções desempenhadas pela candidata: Pesquisa, identificação e seleção do instrumento de financiamento; elaboração e submissão da candidatura; gestão processual e monitorização da operação.

Enquadramento no QREN: POPH; Eixo 5 - Apoio ao Empreendedorismo e à Transição para a Vida Ativa; Estágios Profissionais na Administração Pública Local.

Período de execução: 2007-2008

Descrição sumária: O Programa de Estágios na Administração Local permitiu que o Município da Póvoa de Lanhoso promovesse um estágio na área do Turismo.

Este foi um projeto imaterial, com financiamento das despesas relativas à contratação do estagiário.

Investimento elegível: 12.734,44€ **Valor cofinanciado:** 8.914,11€ (70%)

ANO DE 2008

Designação da operação: Remodelação e Ampliação da Escola António Lopes - Póvoa de Lanhoso

Funções desempenhadas pela candidata: Pesquisa, identificação e seleção do instrumento de financiamento; coordenação da conceção dos projetos, elaboração e submissão da candidatura; gestão processual e monitorização da operação.

Enquadramento no QREN: ON2 - O Novo Norte; Eixo III - Valorização e Qualificação Ambiental e Territorial; Requalificação da Rede Escolar do 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.

Período de execução: 2008-2014.

Descrição sumária: Remodelação e ampliação da antiga Escola (EB1 - 1º Ciclo do Ensino Básico) António Lopes (descativada no final do ano letivo 2004/2005), numa perspetiva de Centro Escolar (integra 1.º Ciclo e a Educação Pré-Escolar com valências de utilização comum).

Inaugurado em Setembro de 2009, este projeto surgiu como forma de criar melhores condições para a comunidade escolar de acordo, por um lado, com as exigências do Ministério da Educação e, por outro, com as exigências decorrentes da antiguidade e consequente degradação dos edifícios, da falta de funcionalidade e do exíguo espaço para garantir a satisfação de todos.

O Centro Escolar António Lopes tem capacidade para acolher 240 alunos do EB1 em 10 salas de aula e 100 do Jardim de Infância (JI) nas 4 salas construídas de raiz. Foram igualmente construídos e apetrechados um polivalente, uma biblioteca e uma sala de professores.

Investimento elegível: 1.927.460,88€ **Valor cofinanciado:** 1.638.341,75€ (85%)

Designação: Programa de Ação sem Parceria “Regeneração Urbana da Avenida 25 de Abril e Áreas Envolventes - Póvoa de Lanhoso”

Participação: Pesquisa, identificação e seleção do instrumento de financiamento; coordenação da conceção dos projetos, elaboração e submissão da candidatura; gestão processual e monitorização da operação.

Enquadramento no QREN: ON2 - O Novo Norte; Eixo IV - Qualificação do sistema urbano; Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana.

Período de execução: 2008-2011

Descrição: O projeto de “Regeneração urbana da Avenida 25 de Abril e áreas envolventes” incluiu três operações candidatas ao abrigo do aviso de abertura PRU/1/2008 - Política de Cidades – Parcerias para a Regeneração Urbana – operações isoladas e é constituído por duas construções de raiz (Fórum Municipal e Jardim Gonçalo Sampaio) e pela requalificação da Avenida 25 de Abril e áreas envolventes (Rua 25 de Novembro, Rua Martim Moniz, Rua 1.º de Maio e Rua Dr. Francisco Sá Carneiro).

Tratou-se de um projeto fundamental para afirmar a estratégia de reabilitação e regeneração da vila da Póvoa de Lanhoso e que contribuiu para os objetivos traçados por diversos programas estratégicos de âmbito nacional e regional ao nível do ordenamento do território e do planeamento. O conjunto das operações contribuíram para promover uma sociedade em que o bem-estar e a

qualidade de vida de todos fosse beneficiada, quer devido à disponibilização de equipamentos de elevada qualidade, quer pela qualificação do ambiente urbano.

Foi objetivo deste programa de ação contribuir para estimular a revitalização socioeconómica de espaços urbanos degradados e reforçar a atratividade da vila quer para os Povoenses, quer para os que visitam a Póvoa de Lanhoso, quer ainda para os investidores privados.

Investimento elegível: 2.498.978,92€ **Valor cofinanciado:** 2.124.132,08€ (85%)

Designação: Requalificação da Avenida 25 de Abril e áreas envolventes - 1.^a fase

Funções desempenhadas pela candidata: Pesquisa, identificação e seleção do instrumento de financiamento; coordenação da conceção dos projetos, elaboração e submissão da candidatura; gestão processual e monitorização da operação.

Enquadramento no QREN: ON2 - O Novo Norte; Eixo IV - Qualificação do sistema urbano; Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana.

Período de execução: 2008 – 2011

Descrição sumária: Operação que integrou o Programa de Ação “Regeneração Urbana da Avenida 25 de Abril - Póvoa de Lanhoso” cujo objetivo passava por requalificar a Avenida 25 de Abril, reorganizando o tráfego, alargando os passeios, criando e organizando o estacionamento automóvel, arborizando as vias com árvores de arruamento, criando novas paragens de autocarros, eliminando as dissonâncias ambientais e integrando as diferentes tipologias construtivas dentro da matriz arbórea da Estrutura Verde Urbana. Esta intervenção de requalificação viária permitiria uma melhor mobilidade, a circulação pedonal dos alunos da Escola C+S Prof. Gonçalo Sampaio pelos passeios, uma maior segurança em termos circulação automóvel pela diminuição do encandeamento solar, um maior conforto térmico pelo efeito regularizador da temperatura, uma melhor qualidade do ar pela fixação de poeiras e oxigenação do ar e pela introdução da natureza no espaço urbano estabelecendo o *continuum naturale* da matriz florestal envolvente.

Não obstante a aprovação do ON2, a CMPL viu-se impelida a desistir desta operação devido a constrangimentos financeiros.

Investimento elegível: 2.299.890,25€; **Valor cofinanciado:** 1.954.906,71€ (85%)

Designação da operação: Construção do Fórum Municipal

Funções desempenhadas pela candidata: Pesquisa, identificação e seleção do instrumento de financiamento; coordenação da conceção dos projetos, elaboração e submissão da candidatura; gestão processual e monitorização da operação.

Enquadramento no QREN: ON2 - O Novo Norte; Eixo IV - Qualificação do sistema urbano; Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana

Período de execução: 2008 – 2011

Descrição sumária: Operação que integrou o Programa de Ação “Regeneração Urbana da Avenida 25 de Abril - Póvoa de Lanhoso” que se baseou no conceito de criação de um espaço identitário do Concelho que fosse uma referência urbana em termos da sua tipologia e de forte atratividade da população.

Pretendeu-se com esta operação requalificar uma área charneira da Vila, respondendo às necessidades das populações do Concelho através da centralização de serviços públicos como o atendimento integrado ao cidadão (Loja do Cidadão, cuja gestão o Município da Póvoa de Lanhoso articulava com a Agência para a Modernização Administrativa), e centralização das Associações Culturais e Recreativas da Póvoa de Lanhoso numa área polivalente e ainda um grande auditório destinado a congressos, seminários, conferências, colóquios, espetáculos, entre outras valências, promovendo, assim, a atratividade a visitantes de fora do Concelho, o encontro das gentes da terra, o enriquecimento cultural e o recreio das populações. Associado a este edifício estariam o Arquivo e a Biblioteca municipais.

Não obstante a aprovação do ON2, a CMPL viu-se impelida a desistir desta operação devido a constrangimentos financeiros.

Investimento elegível: 1.947.663,41€; **Valor cofinanciado:** 1.655.513,90€ (85%)

Designação da operação: Construção do Jardim Gonçalo Sampaio

Funções desempenhadas pela candidata: Pesquisa, identificação e seleção do instrumento de financiamento; coordenação da conceção dos projetos, elaboração e submissão da candidatura; gestão processual e monitorização da operação.

Enquadramento no QREN: ON2 - O Novo Norte; Eixo IV - Qualificação do sistema urbano; Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana

Período de execução: 2008 – 2012.

Descrição sumária: Operação que integrou o Programa de Ação “Regeneração Urbana da Avenida 25 de Abril - Póvoa de Lanhoso” que consistiu na criação de um espaço de recreio, um espaço de cultura, a integração na paisagem dos edifícios adjacentes, criando uma boa imagem numa importante porta da Vila, numa homenagem ao Professor Gonçalo Sampaio. O homenageado foi um notável naturalista minhoto, natural da Póvoa de Lanhoso, da freguesia de Calvos, cujo grande percurso de investigação científica nas diversas áreas terminou em 1937, aos 72 anos de idade.

Inaugurado em Setembro de 2009, o Jardim localiza-se numa das entradas da vila da Póvoa de Lanhoso (sentido Guimarães – Póvoa de Lanhoso), estando o espaço concebido de forma a criar diversos locais de fruição, que vai desde o monumento ao professor em forma de auditório, o parque infantil ligado ao conhecimento científico, o relvado desportivo, a praça, para além dos caminhos ladeados por muros que, pela sua altura, funcionam como bancos informais.

Investimento elegível: 199.088,66€; **Valor cofinanciado:** 169.225,36€ (85%)

Designação da operação: Construção e equipamento do Centro Escolar de Monsul

Funções desempenhadas pela candidata: Pesquisa, identificação e seleção do instrumento de financiamento; coordenação da conceção dos projetos, elaboração e submissão da candidatura; gestão processual e monitorização da operação.

Enquadramento no QREN: ON2 - O Novo Norte; Eixo III - Valorização e Qualificação Ambiental e Territorial; Requalificação da Rede Escolar do 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar

Período de execução: 2008-2013.

Descrição sumária: A construção e equipamento do Centro Escolar de Monsul (numa perspetiva de rentabilização de infraestruturas e integração dos estabelecimentos de 1.º Ciclo e de Pré-Escolar) pressupôs, conforme previsto na Carta Educativa Municipal, o encerramento de seis

escolas localizadas no Baixo Concelho: Águas Santas (EB1 / JI), Covelas (EB1 / JI), Monsul (EB1 / JI), Ferreiros (EB1 / JI), Geraz do Minho (EB1) e Verim (EB1). Era imperioso criar melhores condições para a comunidade escolar de acordo, por um lado, com as exigências do Ministério da Educação e, por outro, com as exigências decorrentes da antiguidade e consequente degradação dos edifícios, da falta de funcionalidade e do exíguo espaço para garantir a satisfação de todos.

A escolha da freguesia de Monsul para a localização deste equipamento justifica-se pela sua centralidade relativamente às restantes freguesias e boas acessibilidades pela EN 205. O Centro Educativo de Monsul tem como área de influência as dez freguesias do Baixo Concelho e tem capacidade para acolher 100 alunos no jardim-de-infância e 192 alunos na EB1, se for considerada a capacidade máxima das 4 salas de atividades e das 8 salas de aula que o constituem. Trata-se de um edifício construído de raiz, moderno e funcional, que cumpre todos os requisitos de um edifício público dos dias de hoje. Este projeto mereceu a aprovação do Ministério da Educação através da Direção Regional de Educação do Norte (DREN) e do Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação (GEPE) e foi inaugurado em Setembro de 2010.

Investimento elegível: 2.134.751,53€ **Valor cofinanciado:** 1.814.538,80€ (85%)

Designação da operação: Conservação, Valorização e Animação do Castelo de Lanhoso

Funções desempenhadas pela candidata: Pesquisa, identificação e seleção do instrumento de financiamento; coordenação da conceção dos projetos, elaboração e submissão da candidatura; gestão processual e monitorização da operação.

Enquadramento no QREN: ON2 - O Novo Norte; Eixo III - Valorização e Qualificação Ambiental e Territorial; Valorização e Animação do Património Cultural **Período de execução:** 2008-2013

Descrição sumária: Trata-se de um projeto integrado que passou pela recuperação da Torre de Menagem do Castelo de Lanhoso, ícone cultural do Concelho, por forma a dotar o espaço de condições dignas de visita, criando-se um Centro de Interpretação. A valorização do Castelo passou por um projeto de iluminação que o dignificou e lhe permite distinguir-se na paisagem. Finalmente, a animação passou, ao longo de 12 meses, pelo desenvolvimento de várias atividades que foram do teatro ao conto, envolvendo o público em geral, e as crianças em particular. Estas

ações deram lugar a parcerias com outras autarquias, como por exemplo Guimarães e Montalegre, onde os seus castelos também assumem grande importância na identidade e atratividade do concelho.

Investimento elegível: 406.941,02€ **Valor cofinanciado:** 345.899,87€ (85%)

Designação da operação: Estágios Profissionais na Administração Pública Local - PEPAL 2

Funções desempenhadas pela candidata: Pesquisa, identificação e seleção do instrumento de financiamento; elaboração e submissão da candidatura; gestão processual e monitorização da operação.

Enquadramento no QREN: POPH; Eixo 5 - Apoio ao Empreendedorismo e à Transição para a Vida Ativa; Estágios Profissionais na Administração Pública Local.

Período de execução: 2008-2009

Descrição sumária: Os novos desafios colocados às Autarquias Locais implicam um grande volume de trabalho e a necessidade de técnicos cada vez mais especializados. Na realidade, as novas competências, aliadas às novas tecnologias em constante mutação e o "arranque" do QREN, fizeram com que fosse necessário rever a estrutura de pessoal da Câmara Municipal.

O Programa de Estágios na Administração Local permitiu que o Município da Póvoa de Lanhoso promovesse três estágios em áreas consideradas fundamentais: Direito, Informática e Engenharia Civil.

Este foi um projeto imaterial, com financiamento das despesas relativas à contratação dos estagiários.

Investimento elegível: 34.529,16€ **Valor cofinanciado:** 24.170,41€ (70%)

ANO DE 2009

Designação da operação: GESTRAVE – Gestão de Riscos do Ave

Funções desempenhadas pela candidata: Gestão processual e monitorização da operação.

Enquadramento no QREN: ON2 - O Novo Norte; Eixo III - Valorização do Espaço Regional; Valorização e Animação do Património Cultural

Período de execução: 2009 – 2013.

Descrição sumária: Projeto supramunicipal, o GESTRAVE foi um projeto constituído por duas componentes: a elaboração de planos municipais de emergência para cada um dos municípios da NUTS III do Ave e ações de promoção/ sensibilização para os riscos e proteção civil.

Os planos Municipais de emergência de proteção civil contemplaram a identificação e a análise dos principais riscos naturais e tecnológicos existentes, passando a CIM a dispor de informação privilegiada acerca desta temática para toda a sua área de influência.

Paralelamente, foi desenvolvida uma campanha de sensibilização para a proteção civil dirigida à população escolar contemplando uma série de vídeos, jogos digitais e outro material de divulgação, incluindo o TOCAS – a mascote para a promoção e sensibilização da população infantil para a proteção civil.

Investimento elegível: 357.539,89€; **Valor cofinanciado:** 303.908,91€ (85%)

Designação da operação: Pavilhão Desportivo do Centro Educativo de Monsul

Funções desempenhadas pela candidata: Pesquisa, identificação e seleção do instrumento de financiamento; coordenação da conceção dos projetos, elaboração e submissão da candidatura; gestão processual e monitorização da operação.

Enquadramento no QREN: ON2 - O Novo Norte; Eixo III - Valorização do Espaço Regional; Equipamentos e serviços coletivos de proximidade (coesão local)

Período de execução: 2009-2014.

Descrição sumária: Inaugurado em Setembro de 2013, este equipamento desportivo de utilização coletiva está associado ao centro educativo com o mesmo nome e tem como área de influência as freguesias de Águas Santas, Ajude, Covelas, Ferreiros, Friande, Geraz do Minho, Monsul, Moure, S. João de Rei e Verim, precisamente as mesmas da área de influência do equipamento escolar.

Desporto e educação andam a par, e este projeto reflete-o. Alunos fisicamente ativos estão mais integrados, aprendem melhor e de forma mais rápida, são mais saudáveis e mais felizes.

O investimento deste projeto consistiu na construção e equipamento desta infraestrutura.

Investimento elegível: 677.250,00€ **Valor cofinanciado:** 500.000€ (73,83%)

Designação da operação: Pavilhão Desportivo do Centro Educativo da Póvoa de Lanhoso

Funções desempenhadas pela candidata: Pesquisa, identificação e seleção do instrumento de financiamento; coordenação da conceção dos projetos, elaboração e submissão da candidatura; gestão processual e monitorização da operação.

Enquadramento no QREN: ON2 - O Novo Norte; Eixo III - Valorização do Espaço Regional; Equipamentos e serviços coletivos de proximidade (coesão local)

Período de execução: 2009-2011.

Descrição sumária: Tratava-se de um equipamento desportivo de utilização coletiva a ser associado ao já existente Centro Educativo e que teria como área de influência as freguesias da Póvoa de Lanhoso e de Lanhoso, precisamente as mesmas da área de influência do equipamento escolar, mas do qual a CMPL se viu impelida a desistir devido a constrangimentos financeiros.

Com os mesmos objetivos do Pavilhão Desportivo do Centro Educativo de Monsul, a pertinência deste projeto nunca foi questionada, tendo o mesmo merecido a aprovação do ON2.

Investimento elegível: 677.250,00€ **Valor cofinanciado:** 500.000€ (73,83%)

Designação da operação: Polidesportivo do Parque do Pontido / Espaço Jovem - Póvoa de Lanhoso

Funções desempenhadas pela candidata: Pesquisa, identificação e seleção do instrumento de financiamento; coordenação da conceção dos projetos, elaboração e submissão da candidatura; gestão processual e monitorização da operação.

Enquadramento no QREN: ON2 - O Novo Norte; Eixo III - Valorização do Espaço Regional; Equipamentos e serviços coletivos de proximidade (coesão local)

Período de execução: 2009-2012

Descrição sumária: Operação infraestrutural materializada na construção de um equipamento desportivo de utilização coletiva associado ao Espaço Jovem existente no Parque Urbano da Vila da Póvoa de Lanhoso, vulgo Parque Urbano do Pontido (projeto composto por várias operações cofinanciado pela QCA III) para utilização pela população em geral e pela comunidade escolar em particular.

Inaugurado em Setembro de 2012, este polidesportivo tem uma procura intensa por parte da população em geral que, até então, carecia de um equipamento desta natureza. No Parque Urbano do Pontido, pode-se agora usufruir do equipamento, do espaço verde e dos benefícios das atividades ao ar livre.

Investimento elegível: 76.257,34€ **Valor cofinanciado:** 64.818,75€ (85%)

Designação da operação: Redução da Fatura Energética na Rede de IP – Instalação de Reguladores de Fluxo Luminoso - Vila PL

Funções desempenhadas pela candidata: Pesquisa, identificação e seleção do instrumento de financiamento; elaboração e submissão da candidatura; gestão processual e monitorização da operação.

Enquadramento no QREN: ON2 - O Novo Norte; Eixo I – Competitividade, Inovação e Conhecimento; Energia

Período de execução: 2009-2011

Descrição sumária: Projeto enquadrado no Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética (PNAEE 2008 -2015), igualmente designado «Portugal Eficiência 2015», que integra as políticas e medidas de eficiência energética a desenvolver a nível nacional, através do programa de Eficiência Energética no Estado.

Prevê a instalação de reguladores de fluxo luminoso e tinha como objetivos: contribuir para o uso generalizado de tecnologia energeticamente eficiente; melhorar o desempenho energético-ambiental da rede de iluminação pública pela instalação de reguladores estabilizadores de fluxo luminoso; reduzir o consumo de energia elétrica e as emissões de CO₂ associadas; reduzir os custos

com energia relativos às instalações de iluminação pública; promover a melhoria do comportamento energético do sector público e constituir exemplo de boas práticas para posteriores investimentos do sector público e privado em tecnologia e eficiência energética.

O investimento principal deste projeto consistia, essencialmente, em equipamento, mas alterações regulamentares do próprio QREN fizeram com que a CMPL apresentasse a sua desistência, não obstante o mesmo estar aprovado.

Investimento elegível: 250.000€ **Valor cofinanciado:** 212.500€ (85%)

Designação da operação: Biblioteca da Póvoa de Lanhoso

Funções desempenhadas pela candidata: Pesquisa, identificação e seleção do instrumento de financiamento; coordenação da conceção dos projetos, elaboração e submissão da candidatura; gestão processual e monitorização da operação.

Enquadramento no QREN: ON2 - O Novo Norte; Eixo III - Valorização do Espaço Regional; Rede de Equipamentos Culturais

Período de execução: 2009-2011

Descrição sumária: Tratava-se de um equipamento cultural de utilização coletiva que se pretendia associado ao Fórum Municipal, projeto aprovado pelo Programa Operacional da Região Norte – O Novo Norte no âmbito do Programa de Ação “Regeneração Urbana da Avenida 25 de Abril e áreas envolventes”, que surgiu da necessidade de criar uma nova centralidade na vila da Póvoa de Lanhoso e de recuperar o espaço coletivo, convertendo-o em espaço de socialização, ponto de encontro da população local, palco de acontecimentos diversos, com equipamentos que potenciasssem novos usos, espaço este capaz de aumentar a auto estima das populações que o utilizariam. Neste enquadramento, foi intenção da Autarquia criar três edifícios autónomos mas com unidade entre si (fórum, arquivo e biblioteca), de modo a que parecessem um só.

De acordo com o programa da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, este equipamento corresponderia a uma BM1 +, isto é, uma biblioteca dimensionada para uma população de cerca de 20.000 habitantes, mas concebida para a expansão para outras áreas do Concelho através da criação de dois polos e de um serviço itinerante. Foi projetado um equipamento moderno, integrado

na nova centralidade povoense capaz de tornar possível a realização efetiva de serviços de dinamização cultural, acesso à informação e cidadania, assumindo-se como parceiro ativo e imprescindível para o desenvolvimento cultural, social e económico do Concelho.

O investimento deste projeto consistia na construção e equipamento desta infraestrutura. Não obstante a aprovação do ON2, a CMPL viu-se impelida a desistir devido a constrangimentos financeiros.

Investimento elegível: 1.186.316,20€ **Valor cofinanciado:** 1.008.368,77 (85%)

Designação da operação: Arquivo da Póvoa de Lanhoso

Funções desempenhadas pela candidata: Pesquisa, identificação e seleção do instrumento de financiamento; coordenação da conceção dos projetos, elaboração e submissão da candidatura; gestão processual e monitorização da operação.

Enquadramento no QREN: ON2 - O Novo Norte; Eixo III - Valorização do Espaço Regional; Rede de Equipamentos Culturais

Período de execução: 2009 – 2011.

Descrição sumária: Projeto que surgiu no mesmo enquadramento que a Biblioteca Municipal, que teve como meta criar um Centro de Documentação de História Local do concelho da Póvoa de Lanhoso para suportar a pesquisa, recolha, organização, conservação, estudo e difusão de toda a documentação, em qualquer suporte, bem como tornar acessíveis as fontes e recursos de informação, de qualquer área temática, referentes ao concelho da Póvoa de Lanhoso e disponibilizar *on-line* essa mesma informação.

O investimento deste projeto consistia na construção e equipamento desta infraestrutura. Não obstante a aprovação do ON2, a CMPL viu-se impelida a desistir devido a constrangimentos financeiros.

Investimento elegível: 691.952,03€ **Valor cofinanciado:** 588.159,23€ (85%)

Designação da operação: Estágios Profissionais na Administração Pública Local - PEPAL 3

Funções desempenhadas pela candidata: Pesquisa, identificação e seleção do instrumento de financiamento; elaboração e submissão da candidatura; gestão processual e monitorização da operação.

Enquadramento no QREN: POPH; Eixo 5 - Apoio ao Empreendedorismo e à Transição para a Vida Ativa; Estágios Profissionais na Administração Pública Local.

Período de execução: 2009-2010.

Descrição sumária: A necessidade de técnicos cada vez mais especializados no quadro de pessoal das autarquias aliada aos novos projetos que a execução do QREN despoletou, em áreas tão diversas como a regeneração urbana, a cultura, a modernização administrativa e a cultura, faz com que haja necessidades de rever a estrutura de pessoal da Câmara Municipal.

O Programa de Estágios na Administração Local permitiu que o Município da Póvoa de Lanhoso promovesse três estágios em áreas consideradas fundamentais: Engenharia Civil, Informática, Administração Pública, História e Animação Sociocultural

Este foi um projecto imaterial, com financiamento das despesas relativas à contratação dos estagiários.

Investimento elegível: 72.717,06€ **Valor cofinanciado:** 50.901,94€ (70%)

ANO DE 2010

Designação da operação: Centro Escolar D. Elvira Câmara Lopes

Funções desempenhadas pela candidata: Pesquisa, identificação e seleção do instrumento de financiamento; coordenação da conceção dos projetos, elaboração e submissão da candidatura; gestão processual e monitorização da operação.

Enquadramento no QREN: ON2 - O Novo Norte; Eixo III - Valorização e Qualificação Ambiental e Territorial; Requalificação da Rede Escolar do 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.

Período de execução: 2010-2014.

Descrição sumária: Projeto de construção e equipamento do Centro Escolar D. Elvira Câmara Lopes (projeto desenvolvido numa perspetiva de rentabilização de infraestruturas e integração dos estabelecimentos de 1.º Ciclo e de Pré-Escolar) levado a cabo com o objetivo de criar melhores condições para a comunidade escolar de acordo, por um lado, com as exigências do Ministério da Educação e, por outro, com as exigências decorrentes da antiguidade e consequente degradação dos edifícios existentes, da falta de funcionalidade e do exíguo espaço para garantir a satisfação de todos. Este centro escolar tem como área de influência as freguesias de Campo, Santo Emilião, Louredo e Vilela e tem capacidade para acolher 100 alunos no Jardim-de-Infância e 192 alunos na EB1, se considerarmos a capacidade máxima das 4 salas de atividades e as 8 salas de aula que o constituem. Inaugurado em Setembro de 2012, este é um edifício construído de raiz, moderno e funcional, que cumpre todos os requisitos de um edifício público dos dias de hoje. Este projeto mereceu a aprovação do Ministério da Educação através da DREN e do GEPE.

Investimento elegível: 2.485.905,50€ **Valor cofinanciado:** 2.113.019,68€ (85%)

Designação da operação: Loja Interativa de Turismo de Póvoa de Lanhoso

Funções desempenhadas pela candidata: Pesquisa, identificação e seleção do instrumento de financiamento; coordenação da conceção dos projetos, elaboração e submissão da candidatura; gestão processual e monitorização da operação.

Enquadramento no QREN: ON2 - O Novo Norte; Eixo II – Valorização Económica dos Recursos Específicos; Valorização Económica dos Recursos Específicos - Turismo

Período de execução: 2010-2012

Descrição sumária: A Câmara de Municipal, em parceria com a Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte de Portugal, pretendeu implementar uma loja interativa de turismo, para integrar uma rede regional deste tipo de lojas, tendo em vista a potenciação económica e social da região no seu todo, com base nas linhas orientadoras definidas no documento “Norte 2015” como sejam: a uniformização da imagem Porto e Norte de Portugal; a otimização do acesso à informação; a inovação tecnológica; a promoção dos distintos produtos estratégicos definidos no Plano Estratégico Nacional do Turismo associados à região; o desenvolvimento Socioeconómico.

O investimento principal deste projeto consistia em infraestruturas, equipamento, *hardware*, *software* e prestação de serviços ao nível da consultoria. Aprovado pelo ON2, a CMPL viu-se impelida a desistir deste projeto devido a constrangimentos financeiros

Investimento elegível: 183.315,02€ **Valor cofinanciado:** 155.817,77€ (85%)

Designação da operação: Promoção da Eficiência Energético-Ambiental na Piscina Municipal Coberta da Póvoa de Lanhoso

Funções desempenhadas pela candidata: Pesquisa, identificação e seleção do instrumento de financiamento; coordenação da conceção dos projetos, elaboração e submissão da candidatura; gestão processual e monitorização da operação.

Enquadramento no QREN: ON2 - O Novo Norte; Eixo I – Competitividade, inovação e conhecimento; Eficiência energética

Período de execução: 2010-2015

Descrição sumária: Projeto que concretizou a implementação de medidas de eficiência energética identificadas no Plano de Racionalização Energética e decorrentes da auditoria energético-ambiental realizada na Piscina Municipal Coberta da Póvoa de Lanhoso. Este projeto contribuiu, por um lado, para um aumento do desempenho energético-ambiental deste equipamento desportivo e, por outro, criou um quadro de “*upgrade*” social na medida em que a implementação das referidas medidas comportaram significativas melhorias para as condições de preservação do património edificado e para o usufruto destas instalações sociais.

O investimento principal deste projeto consistiu, essencialmente, em equipamento e serviços.

Investimento elegível: 361.087,51€ **Valor cofinanciado:** 252.761,26€ (70%)

Designação da operação: AVE SOCIAL

Funções desempenhadas pela candidata: Gestão processual e monitorização da operação.

Enquadramento no QREN: ON2 - O Novo Norte; Eixo V – Governação e Capacitação Institucional; Promoção e Capacitação Institucional - Redes Institucionais

Período de execução: 2010 - 2014

Descrição sumária: Este projeto decorre da necessidade de operacionalizar o Plano de Desenvolvimento Social do Ave, constituindo um importante instrumento de trabalho no desenvolvimento social e humano nos municípios que constituem a NUT III Ave. Foi seu principal objetivo fazer o diagnóstico social, identificar estratégias de atuação e propor ações/projetos concretos a desenvolver em quatro temáticas prioritárias: Envelhecimento; Pessoas com deficiência; Crianças e jovens em risco e Emprego e Qualificação.

Com carácter supramunicipal, este projeto pretendeu otimizar os recursos/respostas existentes nos municípios da área de influência da CIM do Ave, como forma de garantir complementaridades e de evitar dispersão de meios, e ainda criar redes para a qualificação do dispositivo instalado nos diferentes temas de referência deste projeto. O diagnóstico social da NUTS III Ave é um resultado importante deste projeto, para conhecimento da realidade no que respeita aos serviços de apoio à população, bem como os problemas sociais que atingem o território e é ainda um instrumento fundamental para a elaboração da Carta Social do Ave.

Investimento elegível: 300.793,16€; **Valor cofinanciado:** 255.674,19€ (85%)

Designação da operação: Retificação, Beneficiação e Pavimentação da ligação da EM 595 à EN 205, por São João de Rei

Funções desempenhadas pela candidata: Pesquisa, identificação e seleção do instrumento de financiamento; coordenação da conceção dos projetos, elaboração e submissão da candidatura; gestão processual e monitorização da operação.

Enquadramento no QREN: ON2 - O Novo Norte; Eixo IV - Qualificação do sistema urbano; Mobilidade Territorial

Período de execução: 2010 - 2014

Descrição sumária: Tratou-se de um projeto de beneficiação de um troço de ligação da Estrada Municipal (EM) 595 à Estrada Nacional (EN) 205 e, conseqüentemente, as freguesias de

São João de Rei, Monsul, Verim e Ajude. Este troço constitui um importante acesso à EN 205 que liga, por um lado, ao concelho de Amares, e por outro, à sede do concelho através da EN 103 que também conduz aos concelhos vizinhos de Braga e Vieira do Minho.

Este projeto de beneficiação de um troço da rede viária municipal que contribuiu para organizar a rede local de itinerários estruturantes do concelho da Póvoa de Lanhoso.

Investimento elegível: 209.442,20€; **Valor cofinanciado:** 178.025,87€ (85%)

Designação da operação: Beneficiação e Pavimentação de um troço da EM 597 (ligação à EN 103)

Funções desempenhadas pela candidata: Pesquisa, identificação e seleção do instrumento de financiamento; coordenação da conceção dos projetos, elaboração e submissão da candidatura; gestão processual e monitorização da operação.

Enquadramento no QREN: ON2 - O Novo Norte; Eixo IV - Qualificação do sistema urbano; Mobilidade Territorial

Período de execução: 2010 - 2014

Descrição sumária: A operação designada por “Beneficiação e Pavimentação de um troço da EM 597 (ligação à EN 103) ” consistiu num projeto de beneficiação de um troço que liga as freguesias de Calvos (EM 597) e Rendufinho (EN 103), cujo pavimento se encontrava muito danificado, sem qualquer tipo de sinalização horizontal e sem sistema de drenagem de águas pluviais.

Este é um importante itinerário estruturante do concelho da Póvoa de Lanhoso e a sua beneficiação contribuiu para organizar a rede local das estradas concelhias.

A EN 103 constitui um dos principais eixos viários que atravessa o concelho da Póvoa de Lanhoso. Esta estrada faz a ligação aos municípios vizinhos de Braga e de Vieira do Minho e a existência de vias secundárias (municipais) com boa acessibilidade beneficia as freguesias por elas servidas.

Investimento elegível: 239.819,70€; **Valor cofinanciado:** 203.846,75€ (85%)

Designação da operação: Redução de Pontos Negros ao longo da EN 205 – Póvoa de Lanhoso

Funções desempenhadas pela candidata: Pesquisa, identificação e seleção do instrumento de financiamento; coordenação da conceção dos projetos, elaboração e submissão da candidatura; gestão processual e monitorização da operação.

Enquadramento no QREN: ON2 - O Novo Norte; Eixo IV - Qualificação do sistema urbano; Mobilidade Territorial

Período de execução: 2010 - 2014

Descrição sumária: Tratou-se de um projeto de redução de pontos negros²³ em alguns importantes troços da EN 205 que atravessa a Vila da Póvoa de Lanhoso e que constitui uma das principais vias do concelho, ligando-o a diversas freguesias e aos concelhos de Guimarães, Braga e Vieira do Minho.

Este projeto era constituído por três intervenções distintas: 'Criação de passeios e baía de paragem de autocarros na EN 205'; 'Requalificação de um troço da Avenida 25 de Novembro (EN 205)'; 'Construção de uma rotunda de concordância na Avenida da República com a EN 205 – Póvoa de Lanhoso' que contribuiu para reduzir a sinistralidade num dos mais importantes itinerários estruturantes do concelho da Póvoa de Lanhoso Este foi um projeto prioritário para a autarquia que pretendeu promover a segurança e reduzir a sinistralidade rodoviária.

Investimento elegível: 326.888,82€; **Valor cofinanciado:** 277.855,50€ (85%)

Designação da operação: Caminho Agrícola da Carvalha de Calvos

Funções Desempenhadas: Pesquisa, identificação e seleção do instrumento de financiamento; coordenação da conceção dos projetos, elaboração e submissão da candidatura; gestão processual e monitorização da operação.

Enquadramento no QREN: PRODER – Eixo Competitividade, Regadios e Outras Infraestruturas Coletivas - Projetos Estruturantes

23 Lanço de estrada com o máximo de 200 metros de extensão, no qual se registou, pelo menos, 5 acidentes com vítimas, no ano em análise, e cuja soma de indicadores de gravidade é superior a 20. (ANSR, 2013:4)

Período de execução: 2010-2012

Descrição sumária: Enquadrado num amplo Plano de Ação para a freguesia de Calvos, o projeto de requalificação do caminho agrícola da Carvalha de Calvos contribuiu, em conjunto com as restantes intervenções preconizadas para aquele território do concelho da Póvoa de Lanhoso, para o desenvolvimento integrado daquela freguesia. Este projeto visou a criação de condições que facilitam uma melhor acessibilidade às explorações agrícolas e às pequenas unidades agroindustriais, simplificando o acesso e o escoamento dos produtos agrícolas, bem como a circulação de pessoas e de equipamentos.

Este foi pois um projeto com complementaridade que se acredita de efeitos demonstrativos para a região, que contribuiu para a competitividade da agricultura e dos territórios rurais, para a melhoria das condições de vida e de trabalho das populações, bem como para o reforço da sustentabilidade dos espaços rurais e dos recursos naturais.

Investimento elegível: 118.647,14€ **Valor cofinanciado:** 88.985,36€ (75%)

Designação da operação: Caminho Agrícola da Carvalha de Calvos - Eletrificação

Funções Desempenhadas: Pesquisa, identificação e seleção do instrumento de financiamento; coordenação da conceção dos projetos, elaboração e submissão da candidatura; gestão processual e monitorização da operação.

Enquadramento no QREN: PRODER – Eixo Competitividade, Regadios e Outras Infraestruturas Coletivas - Projetos Estruturantes

Período de execução: 2010-2012

Descrição sumária: Enquadrado num amplo Plano de Ação para a freguesia de Calvos, o projeto de eletrificação do caminho agrícola da Carvalha de Calvos contribuiu, em conjunto com as restantes intervenções preconizadas para aquele território do concelho da Póvoa de Lanhoso, para o desenvolvimento integrado daquela freguesia. Este projeto visou a disponibilização e fornecimento de energia elétrica às explorações agroflorestais e pequenas agroindústrias, promovendo a sua modernização, diversificação e viabilização das atividades produtivas e proporcionando a melhoria do seu rendimento.

Este foi pois um projeto com complementaridade que se acredita de efeitos demonstrativos para a região, que contribuiu para a competitividade da agricultura e dos territórios rurais, para a melhoria das condições de vida e de trabalho das populações, bem como para o reforço da sustentabilidade dos espaços rurais e dos recursos naturais.

Investimento elegível: 55.524,67€ **Valor cofinanciado:** 41.643,50€ (75%)

Designação da operação: Caminho Agrícola da Camarôa - Serzedelo

Funções Desempenhadas: Pesquisa, identificação e seleção do instrumento de financiamento; coordenação da conceção dos projetos, elaboração e submissão da candidatura; gestão processual e monitorização da operação.

Enquadramento no QREN: PRODER – Eixo Competitividade, Regadios e Outras Infraestruturas Coletivas - Projetos Estruturantes

Período de execução: 2010-2012

Descrição sumária: Enquadrado num amplo Plano de Ação para a freguesia de Serzedelo, o projeto de requalificação do caminho agrícola da Camarôa contribuiu, em conjunto com as restantes intervenções preconizadas para aquele território do concelho da Póvoa de Lanhoso, para o desenvolvimento integrado daquela freguesia. Este projeto visou a criação de condições que facilitam uma melhor acessibilidade às explorações agrícolas e às pequenas unidades agroindustriais, simplificando o acesso e o escoamento dos produtos agrícolas, bem como a circulação de pessoas e de equipamentos.

Este foi pois um projeto com complementaridade que se acredita de efeitos demonstrativos para a região que contribuiu para a competitividade da agricultura e dos territórios rurais, para a melhoria das condições de vida e de trabalho das populações, bem como para o reforço da sustentabilidade dos espaços rurais e dos recursos naturais.

Investimento elegível: 188.522,38€ **Valor cofinanciado:** 141.391,79€ (75%)

Designação da operação: Caminho Agrícola da Carreira – Sobradelo da Goma

Funções Desempenhadas: Pesquisa, identificação e seleção do instrumento de financiamento; coordenação da conceção dos projetos, elaboração e submissão da candidatura; gestão processual e monitorização da operação.

Enquadramento no QREN: PRODER – Eixo Competitividade, Regadios e Outras Infraestruturas Coletivas - Projetos Estruturantes

Período de execução: 2010-2012

Descrição sumária: Enquadrado num amplo Plano de Ação para a freguesia de Sobradelo a Goma, o projeto de requalificação do caminho agrícola da Carreira contribuirá, em conjunto com as restantes intervenções preconizadas para aquele território do concelho da Póvoa de Lanhoso, para o desenvolvimento integrado daquela freguesia. Este projeto visa a criação de condições que facilitam uma melhor acessibilidade às explorações agrícolas e às pequenas unidades agroindustriais, simplificando o acesso e o escoamento dos produtos agrícolas, bem como a circulação de pessoas e de equipamentos.

Este é pois um projeto com complementaridade que se acredita de efeitos demonstrativos para a região, que contribuirá para a competitividade da agricultura e dos territórios rurais, para a melhoria das condições de vida e de trabalho das populações, bem como para o reforço da sustentabilidade dos espaços rurais e dos recursos naturais.

Investimento elegível: 138.777,96€ **Valor cofinanciado:** 104.083,47€ (75%)

ANO DE 2011

Designação da operação: *Filum Granum*

Funções desempenhadas pela candidata: Pesquisa, identificação e seleção do instrumento de financiamento; elaboração e submissão da candidatura.

Enquadramento no QREN: ON2 - O Novo Norte; Eixo II – Valorização Económica dos Recursos Específicos; Valorização Económica dos Recursos Específicos - Recursos Endógenos

Período de execução: 2011-2012

Descrição sumária: As oficinas de filigrana existentes na Póvoa de Lanhoso têm, ao longo dos tempos, passado de pais para filhos, assim como os instrumentos de trabalho, as técnicas e os motivos de inspiração. Estas oficinas são autênticos *museus*, conciliando no mesmo espaço vivências de gerações anteriores com a *modernidade* exigida pelo tempo: *modernidade* nos desenhos das peças e nos equipamentos utilizados na conceção e produção das mesmas.

Pretendeu-se com a implementação deste projeto, e através da mobilização dos vários atores económicos e sociais do Concelho, a consolidação de uma identidade forte a partir de uma imagem de qualidade e de modernidade da indústria e da arte da filigrana local.

A iniciativa deveria ter-se forjado sob uma imagem, que conjugasse excelência, modernidade e tradição, capaz de mobilizar as forças vivas do Concelho e de ultrapassar os limites do município e as fronteiras nacionais.

Constrangimentos financeiros levaram o Município a abdicar também deste projeto, cujo principal investimento consistia essencialmente em promoção e prestação de serviços.

Investimento elegível: 128.376,37€ **Valor cofinanciado:** 109.119,91€ (85%)

Designação da operação: IPEAVE – Iluminação Pública Eficiente no Ave

Funções desempenhadas pela candidata: Coordenação da candidatura.

Enquadramento no QREN: POVT; Eixo II - Sistemas Ambientais e de Prevenção, Gestão e Monitorização de Riscos; Energias Renováveis e Eficiência Energética

Período de execução: 2011-2014

Descrição sumária: Projeto apresentado pela Comunidade Intermunicipal do Ave, do qual o Município da Póvoa de Lanhoso era beneficiário. O principal objetivo, além do reforço da cooperação intermunicipal em intervenções na área da energia, era, neste caso a racionalização dos consumos energéticos na rede de iluminação pública com a consequente redução quer do consumo de energia, quer das emissões de CO₂ associadas, implementando um sistema de gestão da energia na iluminação pública dos municípios da NUTS III Ave.

Eram ainda objetivos desta candidatura: elaborar um diagnóstico de referência da eficiência energética na iluminação pública; reduzir os custos de manutenção dos equipamentos; promover a

estabilidade no fornecimento de energia nos diferentes pontos de luz; aumentar a longevidade das lâmpadas; contribuir para o uso generalizado de tecnologia energeticamente eficiente; reduzir os custos com a energia associados à iluminação pública; promover a melhoria do comportamento energético do sector público; constituir um exemplo de boas práticas com possibilidade de replicação futura.

O investimento principal deste projeto consistia, essencialmente, em equipamento. Novas alterações regulamentares do próprio QREN levaram a Comunidade Intermunicipal do Ave a apresentar a desistência deste projeto.

Investimento elegível: 2.722.866,54€ **Valor cofinanciado:** 2.314.436,56€ (85%)

Designação da operação: Estágios Profissionais na Administração Pública Local - PEPAL 4

Funções desempenhadas pela candidata: Pesquisa, identificação e seleção do instrumento de financiamento; elaboração e submissão da candidatura; gestão processual e monitorização da operação.

Enquadramento no QREN: POPH; Eixo 5 - Apoio ao Empreendedorismo e à Transição para a Vida Ativa; Estágios Profissionais na Administração Pública Local.

Período de execução: 2011-2011

Descrição sumária: Durante o ano de 2011 decorreu no Município da Póvoa de Lanhoso apenas um estágio profissional, na área da Engenharia Eletrotécnica para apoiar a Divisão de Obras Municipais que, com um novo período de Fundos Comunitários e consequente aumento do volume de obras e investimento, necessitou de alguém que colaborasse na conceção, elaboração e acompanhamento dos projetos e das intervenções e que prestasse apoio na elaboração do cadastro da rede e dos equipamentos do Município e que desse resposta à questão tão atual da eficiência energética nos edifícios públicos.

Este foi um projeto imaterial, com financiamento das despesas relativas à contratação dos estagiários.

Investimento elegível: 11.357,32€ **Valor cofinanciado:** 7.950,12€ (70%)

Designação da operação: “LocalDiguais” sendo uma adaptação à designação “local de iguais”

Funções Desempenhadas: Pesquisa, identificação e seleção do instrumento de financiamento; coordenação da conceção dos projetos, elaboração e submissão da candidatura; gestão processual e monitorização da operação.

Enquadramento no QREN: POPH; Eixo Prioritário 7 – Igualdade de Género, Tipologia 7.2 - Planos para a Igualdade

Período de execução: 2001-2013

Descrição sumária: O “LocalDiguais” pretendeu que concelho da Póvoa de Lanhoso se afirmasse como um espaço/território no qual as diferenças de género não são entraves ao desenvolvimento local e onde se dão as respostas mais adequadas às situações de desvantagem social identificadas.

O projeto procurou ter um real conhecimento da realidade do concelho no tocante à dimensão de género, enquanto condição de igual acesso para homens e mulheres às diferentes áreas de participação cívica e de exercício pleno de cidadania.

Numa primeira fase, a intervenção foi dirigida para os públicos internos do Município, implementando medidas com efeitos benéficos na cultura organizacional da entidade e ao nível das diferentes áreas promovidas pela Autarquia (Educação, Desporto, Saúde, Intervenção Social, Cultura, etc.). A segunda vocação do projeto consistiu no difundir de conceitos de igualdade de género em distintos cenários de intervenção social (Rede Social, Comunidade Escolar, etc.). Pretendeu-se que o conceito de igualdade de género assumisse um papel estratégico nas diferentes áreas da governação municipal, garantindo que o seu efeito multiplicador se verifica não só no plano interno como também externo.

Investimento elegível: 95.075,88€ **Valor cofinanciado:** 66.553,12€ (70%)

ANO DE 2012

Designação da operação: Ave Digital XXI

Funções desempenhadas pela candidata: Coordenação da conceção do projeto, gestão processual e monitorização da operação.

Enquadramento no QREN: COMPETE; Sistemas de Apoios à Modernização Administrativa

Período de execução: 2012-2015

Descrição sumária: A operação foi promovida pela Comunidade Intermunicipal do Ave e pelo conjunto dos municípios que a integram: Vieira do Minho, Póvoa de Lanhoso, Fafe, Cabeceiras de Basto, Mondim de Basto, Vizela, Guimarães e Vila Nova de Famalicão, com o objetivo de promover a modernização dos seus serviços, tornando os seus processos mais eficientes, promovendo a redução dos custos operacionais e "custos públicos de contexto" tendo como missão disponibilizar, aos cidadãos e empresas, serviços públicos de qualidade em tempo mais reduzido, através de uma interação mais eficaz, nomeadamente numa lógica de "balcão único" físico e virtual. Esta operação desenvolveu-se no seguimento do projeto SAMA iniciado no ano de 2007.

Investimento elegível: 2.457.195,91€ **Valor cofinanciado:** 2.088.616,52€ (85%)

Designação da operação: Abastecimento de Água e Drenagem de Águas Residuais no Concelho da Póvoa de Lanhoso

Funções desempenhadas pela candidata: Pesquisa, identificação e seleção do instrumento de financiamento; coordenação da conceção dos projetos, elaboração e submissão da candidatura.

Enquadramento no QREN: POVT; Sistemas Ambientais e de Prevenção, Gestão e Monitorização de Riscos; Ciclo Urbano da Água

Período de execução: 2012-2013

Descrição sumária: A operação, enquadrada nos objetivos do Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Drenagem de Águas Residuais para o período 2007-2013 (PEAASAR II), tinha por base o fornecimento de água e a drenagem de águas residuais com eficiência em vários

pontos do concelho da Póvoa de Lanhoso, através da construção de novas infraestruturas, expansão de redes e reabilitação das existentes, que visavam a prestação destes serviços com qualidade e em quantidade, de acordo com as necessidades das populações através de sistemas seguros, fiáveis e rentáveis.

Apesar destes investimentos em “alta” e “baixa” constituírem um passo para a sustentabilidade não só ambiental mas também financeira e de contribuírem para o desenvolvimento socioeconómico da região, o projeto não foi aprovado por falta de maturidade dos procedimentos concursais.

A globalidade dos investimentos permitiria o fornecimento de água a cerca de 1.021 habitantes e a recolha das águas residuais a 886 habitantes.

Investimento elegível: 0€ **Valor cofinanciado:** 0€

Designação da operação: Qualificação dos Profissionais da Administração Pública Local

Funções Desempenhadas: Gestão processual e monitorização da operação.

Enquadramento no QREN: POPH; Eixo Prioritário 5 – Gestão e Aperfeiçoamento Profissional, Tipologia 3.4 - Qualificação dos Profissionais da Administração Pública Local

Período de execução: 2012-2014

Descrição sumária: Este projeto de formação, promovido pelo Município da Póvoa de Lanhoso, tinha como objetivo desenvolver competências para a melhoria da gestão autárquica, dando continuidade ao esforço de modernização administrativa encetado, com vista à obtenção de ganhos de eficiência e de qualidade dos serviços, cumprindo assim o objetivo de desburocratização, descentralização administrativa e aproximação dos cidadãos à administração. Foram contemplados cursos no domínio da modernização e da inovação autárquica, nomeadamente nas áreas de avaliação do desempenho, enquadramento legal do Recursos Humanos, enquadramento legal das Finanças Locais, Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, Contratação Pública, Tecnologias da Informação e Comunicação, Literacia Informática e Necessidades formativas decorrentes da transferência de competências para os municípios na área da educação.

Investimento elegível: 71.235,00€ **Valor cofinanciado:** 56.332,64€ (79,08%)

ANO DE 2013

Designação da operação: Centro Interpretativo da Maria da Fonte

Funções desempenhadas pela candidata: Pesquisa, identificação e seleção do instrumento de financiamento; coordenação da conceção dos projetos, elaboração e submissão da candidatura; gestão processual e monitorização da operação.

Enquadramento no QREN: ON2 - O Novo Norte; IX - Valorização do espaço regional; Valorização e Animação do Património Cultural

Período de execução: 2013-2015

Descrição sumária: A Póvoa de Lanhoso está associada, tanto a nível histórico como bibliográfico, à “Terra da Maria da Fonte”, pelo que o município pretendeu consolidar a imagem desse ícone da história de Portugal que importa salvaguardar, assumir e rentabilizar cultural e turisticamente.

Este projeto passou pela remodelação, adaptação e apetrechamento dos edifícios contíguos ao Theatro Club para instalação do Centro Interpretativo da Maria da Fonte. Estes edifícios permitirão concentrar publicações, estudos e documentos que caracterizam o Liberalismo Português, com recurso a soluções digitais, assumindo-se como um importante núcleo de estudos nesta matéria. A par da criação de um centro de estudos e documental, o Centro Interpretativo deverá assumir outras valências subordinadas ao mesmo tema, nomeadamente exposições temáticas, permanentes, temporárias e itinerantes; serviços educativos transversais aos diversos níveis de escolaridade e etários; investigação; artes plásticas, representação e música; conferências, publicações e materiais de divulgação e sensibilização.

O investimento deste projeto consistiu, como referido, na recuperação de dois edifícios, no seu apetrechamento e na criação de uma imagem de marca associada a materiais promocionais alusivos à Maria da Fonte.

Investimento elegível: 1.736.502,18€ **Valor cofinanciado:** 1.476.026,85€ (85%)

Designação da operação: Aquisição de EPI – Equipamentos de proteção individual

Funções desempenhadas pela candidata: Apoio na elaboração da candidatura; gestão processual e monitorização da operação.

Enquadramento no QREN: Programa Operacional Valorização do Território (POVT), eixo Prioritário II – sistemas Ambientais e de Prevenção, Gestão e Monitorização de riscos, Tipologia – Aquisição de Equipamentos operacionais de proteção civil, para os corpos de bombeiros e serviços de proteção civil municipal.

Período de execução: 2013 – 2015.

Descrição sumária: Operação supramunicipal em conjunto com a CIM do AVE, apresentada com o objetivo de contribuir para a melhoria do Sistema Nacional de Proteção Civil, nomeadamente através do reforço de equipamentos operacionais de Proteção Civil para os corpos de bombeiros. Desta forma, esta Operação visou dotar os corpos de Bombeiros da área de intervenção da CIM do Ave de equipamentos de proteção individual de combate a incêndios em espaços naturais, em concreto do seguinte: capacete florestal, capuz de proteção florestal (cogula), fato de proteção individual (calça e dólmen), luvas de combate a incêndios florestais e botas de combate a incêndios florestais.

Eram objetivos desta intervenção a melhoria do sistema nacional de Proteção civil e o aumento da sua resiliência, designadamente através do reforço de equipamentos de proteção civil contribuindo para uma maior segurança e maior eficácia no combate aos incêndios em espaços naturais.

Investimento elegível: 180.751,34€ **Valor cofinanciado:** 153.638,64 € (85%)

Designação da operação: Qualificação dos Profissionais da Administração Pública Local -

2

Funções Desempenhadas: Gestão processual e monitorização da operação.

Enquadramento no QREN: POPH; Eixo Prioritário 5 – Gestão e Aperfeiçoamento Profissional, Tipologia 3.4 - Qualificação dos Profissionais da Administração Pública Local

Período de execução: 2013-2015

Descrição sumária: Este projeto de formação promovido pelo Município da Póvoa de Lanhoso teve como objetivo desenvolver competências para a melhoria da gestão autárquica, dando continuidade ao esforço de modernização administrativa encetado, com vista à obtenção de ganhos de eficiência e de qualidade dos serviços, cumprindo assim o objetivo de desburocratização, descentralização administrativa e aproximação dos cidadãos à administração. Para o efeito, foram contemplados cursos no domínio da modernização e da inovação autárquica, nomeadamente nas áreas de avaliação do desempenho, enquadramento legal do Recursos Humanos, Contratação Pública, Planeamento e Gestão, Reengenharia de Processos e Qualidade.

Investimento elegível: 29.074,30€ **Valor cofinanciado:** 22.991,96€ (79,08%)

ANO DE 2014

Designação da operação: Colocação de Relvado Sintético no Campo de Jogos Municipal da Póvoa de Lanhoso

Funções desempenhadas pela candidata: Pesquisa, identificação e seleção do instrumento de financiamento; coordenação da conceção dos projetos, elaboração e submissão da candidatura; gestão processual e monitorização da operação.

Enquadramento no QREN: ON2 - O Novo Norte; Eixo X - Coesão Local e Urbana; Infraestruturas e Equipamentos Desportivos

Período de execução: 2014-2015 (previsão de conclusão)

Descrição sumária: Consciente da importância do desporto na sociedade atual e da relevância dos equipamentos desportivos enquanto elementos qualificantes dos tecidos urbanos municipais, a Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso tem vindo a constituir uma rede municipal de equipamentos desportivos que procura responder às necessidades sentidas no Concelho e contribuir para o incremento da atratividade territorial.

Assim, e dando cumprimento à política desportiva seguida pelo Município da Póvoa de Lanhoso, o presente projeto consistiu na colocação de relvado sintético no campo de jogos Municipal, até então sem as devidas condições de jogo e de segurança para os jogadores. O campo

municipal era “apenas” utilizado pelas cerca de 100 crianças dos escalões de formação do Sport Club Maria da Fonte estando notoriamente subaproveitado. Tais circunstâncias faziam com que os custos de utilização e manutenção atuais deste campo de jogos fossem insustentáveis.

O projeto pretendeu, assim, dotar este equipamento das condições ideais à prática desportiva através da substituição do piso atual e incrementar a sua taxa de ocupação, nomeadamente através da utilização intensiva por parte de diversas entidades com as quais foram já assinados protocolos de utilização. Dada a sua natureza, este é um projeto infraestrutural.

Investimento elegível: 246.169,79€ **Valor cofinanciado:** 200.000€ (81.24%)

Designação da operação: Colocação de Relvado Sintético no Campo de Jogos de Santo Emilião

Funções desempenhadas pela candidata: Pesquisa, identificação e seleção do instrumento de financiamento; coordenação da conceção dos projetos, elaboração e submissão da candidatura; gestão processual e monitorização da operação.

Enquadramento no QREN: ON2 - O Novo Norte; Eixo X - Coesão Local e Urbana; Infraestruturas e Equipamentos Desportivos

Período de execução: 2014-2015 (previsão de conclusão)

Descrição sumária: Consciente da importância do desporto na sociedade atual e da relevância dos equipamentos desportivos enquanto elementos qualificantes dos tecidos urbanos municipais, a Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso tem vindo a constituir uma rede municipal de equipamentos desportivos que procura responder às necessidades sentidas no Concelho e contribuir para o incremento da atratividade territorial.

Assim, e dando cumprimento à política desportiva seguida pelo Município da Póvoa de Lanhoso, o presente projeto consistiu na colocação de relvado sintético no campo de jogos de Santo Emilião, a nascente na malha urbana da freguesia de Santo Emilião, no concelho da Póvoa de Lanhoso (SW). Trata-se de um equipamento base de dimensões adequadas quer ao treino e formação desportivos, quer à competição regional e local, cujo piso em terra batida, bastante

danificado, condicionava a prática desportiva, especialmente nos dias de chuva, não estando as condições mínimas de segurança para os jogadores asseguradas.

Este projeto pretendeu dotar este equipamento das condições ideais à prática desportiva e incrementar a sua taxa de ocupação, nomeadamente através da utilização intensiva por parte das entidades com as quais foram assinados protocolos.

Dada a sua natureza, este é um projeto infraestrutural.

Investimento elegível: 231.674,46€ **Valor cofinanciado:** 196.923,29€ (85%)

Designação da operação: Construção dos Balneários do Campo de Jogos Municipal da Póvoa de Lanhoso

Funções desempenhadas pela candidata: Pesquisa, identificação e seleção do instrumento de financiamento; coordenação da conceção dos projetos, elaboração e submissão da candidatura; gestão processual e monitorização da operação.

Enquadramento no QREN: ON2 - O Novo Norte; Eixo X - Coesão Local e Urbana; Infraestruturas e Equipamentos Desportivos

Período de execução: 2014-2015

Descrição sumária: Projeto cujo objetivo passou pela construção dos balneários do Campo de Jogos Municipal, o mesmo para o qual foi apresentado o projeto de colocação de relvado sintético. Coube à Autarquia garantir que a prática desportiva cumpria todos os requisitos normativos, razão pela qual se candidatou este projeto.

Investimento elegível: 94.339,62€ **Valor cofinanciado:** 80.188,68€

Em resumo, como é possível verificar, no período de 2007 a meados de 2015, a candidata esteve envolvida em 43 candidaturas no âmbito do QREN.

De forma breve, pode concluir-se que:

- A maior parte dos investimentos foram em infraestruturas numa perspetiva de colmatar as principais falhas identificadas no território e de fechar de redes, como por exemplo ao nível dos equipamentos escolares e desportivos;
- Os projetos materiais, onde se incluem as infraestruturas, representam 69,77% das candidaturas nas quais a candidata participou no período em referência, enquanto que os projetos imateriais representam 30,23%. Ao nível do investimento elegível, o valor global dos projetos materiais atinge os 24.494.035,07€ e os projetos imateriais 6.435.499,48€;
- O ano com mais candidaturas novas foi o de 2011, seguindo de 2010 e 2012. Por sua vez, o ano com um número mais reduzido de candidaturas foi o de 2007, correspondendo ao arranque do Quadro Comunitário;
- No entanto, os projetos sobrepuseram-se temporalmente, coincidindo a conceção de uns com a execução de outros. Na realidade, anos houve em que a candidata esteve envolvida em vários projetos em simultâneo, sobretudo o ano de 2011 (30 projetos), o de 2010 (28 projetos) e o de 2012 (25 projetos).

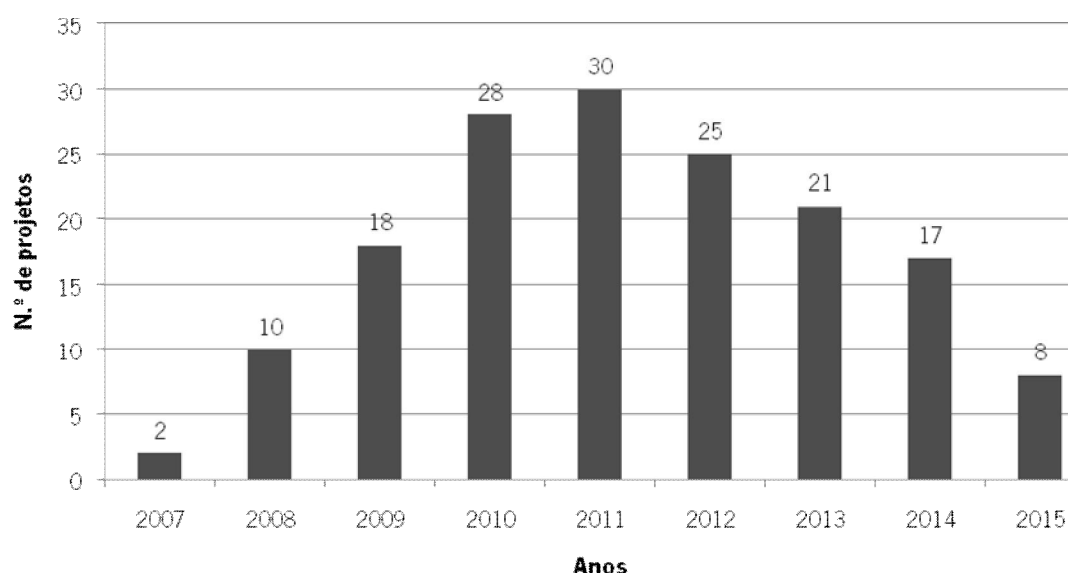


Figura 5 - N.º de projetos QREN nos quais a candidata participou, por ano (2007-2015)

Fonte: Elaboração própria

A Figura 6 ilustra o número de projetos desenvolvidos no período de 2007-2015, por áreas temáticas.

Claramente, a área com maior número de projetos foi a área dos Equipamentos Desportivos (seis projetos), seguindo-se os projetos nas áreas da Qualificação do Sistema Urbano, os projetos estruturantes (projetos agrícolas) e o apoio ao empreendedorismo e transição para a vida ativa, todos com quatro projetos.

Num território de baixa densidade²⁴ como o concelho da Póvoa de Lanhoso, é estratégico que os projetos de desenvolvimento territorial favoreçam cumulativamente duas variáveis críticas: i) a melhoria das condições de vida das populações residentes e ii) a atratividade territorial. Compreende-se portanto que num primeiro momento, se procure atingir estes objetivos através da criação de infraestruturas que minimizem e mitiguem as imposições físicas existentes, nomeadamente de acessibilidade e de acesso a serviços e equipamentos. É, metaforicamente, uma resposta que segue o princípio da hierarquia das necessidades de Maslow: as necessidades de nível mais básico (carência de equipamentos de utilização coletiva, por exemplo) devem ser satisfeitas antes das necessidades de nível mais secundário (programação cultural, por exemplo). Neste enquadramento, no decorrer do QREN, a estratégia do Município da Póvoa de Lanhoso passou essencialmente por dar resposta a carências infraestruturais consideradas críticas para a qualidade de vida dos Povoenses.

No entanto, esta opção não impediu nem obstaculizou que, em áreas específicas, fossem elaborados projetos de cariz imaterial que procuraram dar resposta a questões e problemas identificados, tal como referenciado no ponto 3.3 do capítulo III, onde estão referenciados os projetos de cariz imaterial desenvolvidos pela Autarquia durante o mesmo período de programação.

²⁴ Para efeitos da regulamentação do Portugal 2020, os Territórios de Baixa Densidade são classificados, segundo a Comissão Interministerial de Coordenação, através da aplicação de “uma abordagem multicritério que considera a densidade populacional, a demografia, o povoamento, as características físicas do território, as características socioeconómicas e acessibilidades”. Disponível em https://www.portugal2020.pt/Portal2020/Media/Default/Docs/Legislacao/Deliberacoes-CIC/Deliberacao%2023_2015_TBD.pdf, acedido em 07/10/2015.

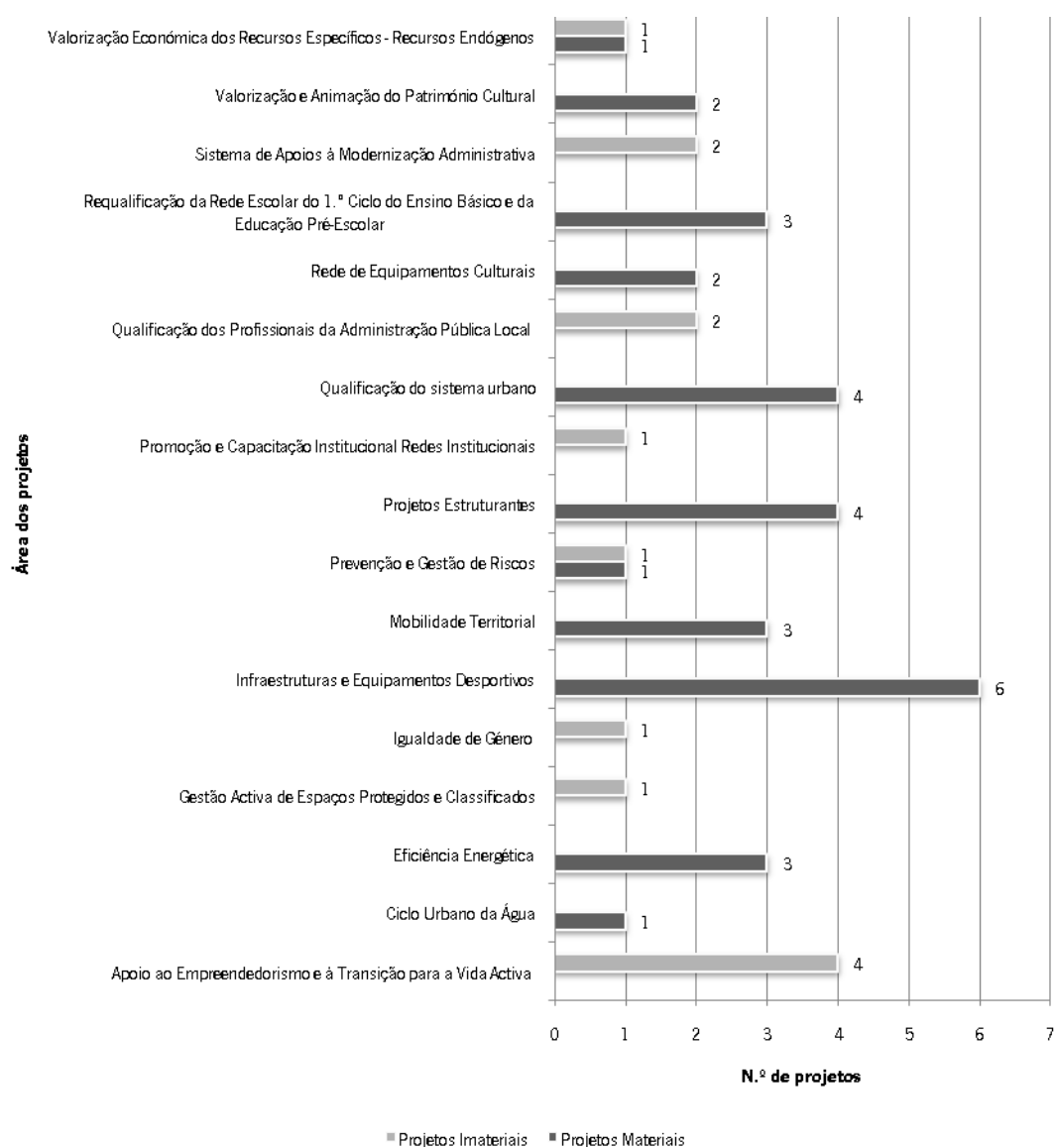


Figura 6 - N.º de projetos QREN nos quais a candidata participou, por área e natureza do investimento

Fonte: Elaboração própria

3.4 - Sistema de Gestão da Qualidade

A candidata integra, desde Janeiro de 2013, o Núcleo da Qualidade do Município da Póvoa de Lanhoso à luz da Norma ISO 9001:2008.

As tarefas deste grupo restrito de trabalho estão definidas no manual de funções do Sistema de Gestão de Qualidade²⁵ tendo a candidata, no período de 2013 a 2015 executado todas as funções aí definidas.

As auditorias internas e externas representam os principais momentos de avaliação do sistema pelo qual a candidata assume responsabilidades. No período em referência, a candidata participou em três auditorias internas e três externas, estas últimas de responsabilidade da APCER que em 2013 concedeu o alargamento do âmbito do sistema de gestão da qualidade ao atendimento ao público na Divisão de Ambiente da CMPL e em 2015 ao Serviço de Administração Geral e Atendimento no Arquivo Municipal, renovando o certificado de conformidade com a norma internacional nos serviços anteriormente certificados (Gestão da Piscina Municipal Coberta).

Em concreto, a candidata executa as seguintes tarefas: apoio ao Executivo na definição da política da qualidade; apoio no planeamento de objetivos de todos os processos; controlo documental de todo o sistema (elaboração do manual da qualidade, controlo de documentos e registos); elaboração das atas da revisão pela gestão; tratamento e controlo das ações de melhoria (ações corretivas, preventivas e oportunidades de melhoria); representação do município enquanto gestora da qualidade nas auditorias, respondendo pelo processo de gestão; apoio no tratamento de reclamações, sugestões e elogios, bem como apoio no tratamento dos inquéritos de satisfação dos clientes/utentes.

3.5 - Apoio ao Executivo

De acordo com o definido no ponto 1.3.1.5 do capítulo I, são diversas as atividades de apoio ao Executivo: submissão de candidaturas a prémios; elaboração de relatórios de atividades; representação do município externamente; apoio à organização de eventos, entre outras.

Mensalmente a candidata produz relatórios financeiros relativos aos projetos em curso, os quais são de extrema importância para que a Divisão de Gestão Financeira e Patrimonial possa apresentar os fundos disponíveis da CMPL. Para além destes relatórios, são produzidos outros relativos aos projetos em curso, permitindo um acompanhamento permanente por parte do Executivo.

²⁵ Competências do Núcleo da Qualidade, conforme Manual de Funções – Anexo n.º 8

A candidata representa o Município no Comité Técnico de Pilotagem (CTP) da Comunidade Intermunicipal do Ave desde 2008. Trata-se de um grupo técnico de trabalho que reúne representantes de todos os Municípios da CIM do Ave (Guimarães, Fafe, Vizela, Póvoa de Lanhoso, Mondim de Basto, Cabeceiras de Basto, Vieira do Minho e Vila Nova de Famalicão), fundamental para a capacitação, apoio e acompanhamento dos projetos da CIM. O CTP tem a seu cargo o acompanhamento permanente da situação sub-regional, devendo apreciar a informação de suporte que permita monitorizar a implementação dos Planos Estratégicos e os seus efeitos. O CTP promove, periodicamente, exercícios mais aprofundados de avaliação da implementação dos Planos, com características de estudo de impacto, visando identificar as relações causais entre as iniciativas promovidas e a evolução da situação regional.

Para além do CTP, a candidata é representante técnica do Município na Plataforma UM (Universidade do Minho) Cidades na sequência da assinatura do protocolo de colaboração ente as duas entidades, tendo em vista o desenvolvimento da colaboração científica e da prestação de serviços no domínio da especialização inteligente do Município Póvoa de Lanhoso.

Finalmente, é representante da Autarquia no Grupo de Ação Local²⁶ da Sol do Ave na concretização da Estratégia de Desenvolvimento Local para o Vale do Ave ao abrigo do Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) Rural "Ave Rural Território de Coesão".

Relativamente aos eventos, a candidata tem colaborado na organização e operacionalização de diversas iniciativas da Autarquia, essencialmente cerimónias protocolares, como recepções a entidades, como Sua Ex.^a o Presidente da República, e congressos e seminários, sendo exemplos o VI Congresso Iberoamericano de Parques e Jardins Públicos 2009, do qual a foi membro da Comissão Executiva e o Congresso de Comemoração dos 500 Anos do Foral do Município da Póvoa de Lanhoso, em 2014, em que integrou o Secretariado.

²⁶ Grupo composto por representantes dos interesses socioeconómicos públicos e privados locais, como empresários e respetivas associações, autoridades locais, associações rurais ou de vizinhos, grupos de cidadãos (como minorias, terceira idade, jovens, empresários, etc.), organizações comunitárias e voluntárias, etc. A sociedade civil e os parceiros do setor privado devem deter um mínimo de 50 % do poder de decisão e nenhum grupo de interesse individual deve ter mais de 49% dos votos.

CAPÍTULO IV - REFLEXÃO CRÍTICA EM TORNO DA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DESENVOLVIDA

Tendo presente a natureza do trabalho que está a ser desenvolvido – um relatório de atividade profissional – a candidata optou por centrar a reflexão crítica em torno da sua experiência profissional em dois temas: i) o processo de planeamento que antecede os períodos de programação e ii) o impacto dos FEEI no concelho da Póvoa de Lanhoso, utilizando os investimentos no domínio da educação como referência.

Não tendo sido realizada, à data de elaboração do presente relatório, a avaliação *ex post* do QREN, esta reflexão resulta única e exclusivamente da experiência profissional da candidata e da sua formação académica. Trata-se de uma perspetiva pessoal acerca de aspetos com impacto no planeamento e na gestão do território, a temática do mestrado.

4.1 - O processo de planeamento antecedente aos períodos de programação

A preparação de um quadro comunitário tem associada a realização de exercícios de planeamento a escalas diversas: a nacional, a regional e a sub-regional. As duas primeiras são alvo de negociação e aprovação junto da Comissão Europeia, a terceira junto da(s) respetiva(s) autoridade(s) de gestão. São, no essencial, exercícios de desenvolvimento obrigatório, cujo *leitmotiv* é a obtenção do financiamento europeu. Não são portanto fruto duma necessidade sentida de planear, mas antes o cumprimento de um requisito formalmente exigido pela União Europeia, conducente à obtenção do financiamento necessário à concretização de projetos de investimento. Este facto concorre para o surgimento e a existência de alguns dos constrangimentos que serão abordados adiante neste capítulo.

No que respeita à participação em exercícios de planeamento associados à programação dos FEEI, durante o período a que este relatório se reporta, a candidata participou, como referido anteriormente, na elaboração do Programa de Ação Intermunicipal de Serviços Coletivos Territoriais de Proximidade do Ave 2007-2010 – PAISCTP, e na elaboração e revisão do Plano Territorial de

Desenvolvimento do Ave – PTD. Ambos os exercícios relativos ao QREN. Participou ainda na elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento Integrado do Ave – PEDI, da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial do Ave – EIDT, do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial/Investimento Territorial Integrado do Ave – PDCT/ITI e da estratégia de Desenvolvimento Local de Base Comunitária do Ave - DLBC. Estes últimos exercícios de planeamento relativos ao período de programação 2014-2020.

Para além da participação na elaboração *tout court* dos documentos relativos aos exercícios de planeamento supra referidos, e porque à luz dos cânones, o exercício de planeamento, por ser dinâmico (vide figura 7), é desenvolvido em paralelo com um processo de avaliação, a candidata também participou em algumas das fases de avaliação referidas no capítulo I, aplicáveis a três momentos distintos do ciclo de planeamento.

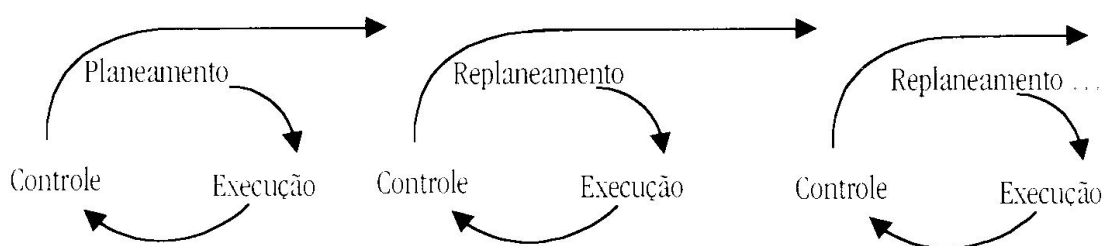


Figura 7 - Ilustração representativa da natureza dinâmica do planeamento ao longo de um período de programação

Fonte: Roldão, 2000: p. 8

No quadro 6 procurou-se ilustrar, para cada um dos exercícios de planeamento acima referidos, as fases do processo de planeamento/avaliação em a candidata participou.

Fases de trabalho		PAISCTP	PTD	PEDI	EIDT	DLBC
Participação na elaboração do instrumento de planeamento		X	X	X	X	X
Avaliação do instrumento de planeamento	<i>Ex ante</i>	X	X	X	X	X
	<i>On going</i>		X			
	<i>Ex post</i>					

Quadro 6 - Participação da candidata nos exercícios de planeamento associados ao QREN e ao Portugal 2020

Fonte: Elaboração própria

Da participação nos diversos momentos funcionais dos exercícios acima descritos, a candidata identifica como reflexões pertinentes as seguintes:

1. Os exercícios de planeamento desenvolvidos no âmbito da preparação de períodos de programação são, como já foi referido, processos obrigatórios e altamente ancorados às diretrizes da União Europeia. A motivação maior para a sua realização e desenvolvimento é a obtenção de financiamento europeu. Esta realidade está presente em todas as escalas do planeamento – nacional, regional e sub-regional – mas foi experimentada e vivenciada pela candidata à escala sub-regional. Concretizando: os exercícios de planeamento em que a candidata participou não foram iniciados porque os agentes territoriais tenham sentido a necessidade de refletir e pensar os seus territórios, muito menos à escala da NUTS III, mas sim por ser um requisito obrigatório, formal e regulamentar para poderem ter acesso aos FEEI, sem os quais praticamente não existiriam (muitos dos) investimentos. Os planos estratégicos de NUTS III não têm sido mais do que a resposta a uma espécie de requisito obrigatório para que as Comunidades Intermunicipais (CIM) possam aceder

ao envelope financeiro que as Autoridades de Gestão disponibilizam para contratualização²⁷.

Assim, as lógicas associadas à cooperação territorial (municipal) ocorrem, em grande parte, por pressão dos investimentos e do modo como os municípios acedem a ele e não por uma visão *bottom-up* em que os municípios se associam por que reconhecem as vantagens dessa cooperação;

2. Importa aqui recordar que a contratualização acima referida foi aliás o pretexto maior para que os municípios alterassem o modelo associativo em vigor até à publicação da Lei 45/2008, de 27 de Agosto. Ao atribuir às CIM a “Participação na gestão de programas de apoio ao desenvolvimento regional, designadamente no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional – QREN” (alínea c) do n.º 1 do artigo 5.º da Lei 45/2008), os municípios viram-se compelidos a associar-se de acordo com esta nova arquitetura. Este exemplo é bem ilustrativo da importância que o acesso aos FEEI assume. Não só obriga à realização de “exercícios de planeamento” como condiciona e altera modelos associativos municipais;
3. Ao contrário do que é advogado pelos agentes responsáveis pela supervisão, monitorização e avaliação dos processos de planeamento e do que são as boas práticas descritas na literatura, a elaboração dos planos em que a candidata participou revelaram-se unidirecionais em relação aos planos de ordem superior existentes. Tradicionalmente considera-se que o planeamento é um processo em cascata, em que se concretiza o grau de aproximação ao território, à medida que a escala do documento permite uma análise de maior detalhe da realidade territorial. Se é verdade que com esta abordagem se pretende salvaguardar a homogeneidade e continuidade estratégicas definidas nos planos de ordem superior, não se deseja contudo que os fluxos comunicacionais entre planos sejam unidirecionais e *top down*, especialmente entre os níveis regional e sub-regional. Essa tem no entanto sido a regra. Se a candidata percebe e concorda que os acordos de parceria firmados entre o Estado Português e a Comissão Europeia sejam o contexto estratégico dos restantes planos, já tem alguma dificuldade em perceber a razão

²⁷ Associação, pela autoridade de gestão e por período determinado, de entidades públicas ou privadas à gestão técnica, administrativa e financeira do respetivo programa operacional, mediante a celebração de contratos-programa. As entidades associadas à gestão passam a constituir, através da contratualização, organismos intermédios.

pela qual entre os planos regionais e sub-regionais o fluxo informativo não seja bidirecional. Seletivamente bidirecional é certo, mas não unidirecional como é norma, tornando os documentos de escala regional herméticos relativamente aos sub-regionais. Acredita-se que esta situação tenha muito a ver com o desfasamento temporal que sempre tem existido entre a realização destes planos. No início do atual período de programação, houve por parte da CCDR-n uma tentativa de desenvolvimento de um calendário de trabalho que previa um paralelismo entre a realização dos diagnósticos do exercício de planeamento da NUTS II e dos das NUTS III, promovendo assim a desejável bidirecionalidade seletiva entre os dois planos. Esta tentativa gorou-se;

4. O hermetismo descrito no ponto anterior e o carácter forçado referido no ponto 1 do presente capítulo materializaram-se nos dois exercícios sub-regionais de planeamento atinentes aos dois últimos quadros comunitários de apoio – QREN e Portugal 2020: os capítulos relativos ao planeamento territorial estratégico mais não foram do que meros proforma, já que a Autoridade de Gestão fixou *ad inicio* as áreas temáticas em que estava disponível financiamento bem como os valores alocados, por NUTS III, para cada uma delas, “forçando” os municípios a direcionar o seu exercício de planeamento numa direção que, quem sabe, poderia ser outra caso não tivessem existido determinadas orientações. Esta é, aliás, uma prática corrente, mesmo noutros domínios de planeamento, como é identificada por Figueiredo (2011: p. 9), ao afirmar que “(...) os compromissos já assumidos em matéria de programação regional de Fundos Estruturais (FEDER) marcaram significativamente a programação de investimento associado aos PROT”;
5. Como já foi referido, os processos de planeamento devem ser dinâmicos. Essa dinâmica deve resultar de momentos de avaliação programados e desenvolvidos ao longo do ciclo de vida do exercício de planeamento. Essa não é no entanto uma prática que a candidata possa testemunhar ter acontecido nos processos em que participou. Dos 5 momentos de planeamento em que trabalhou, a candidatada apenas se viu envolvida (porque foi o único que existiu) num processo de revisão, o do PTD do Ave. Curioso é recordar que essa revisão só aconteceu quando a Autoridade de Gestão do programa operacional em causa se apercebeu que o envelope financeiro contratualizado estava a ser consumido na

concretização de um tipo de projetos em detrimento de outros, ao contrário do “planeado”. Foi, portanto, uma revisão *ad hoc* e reativa;

6. Os Instrumentos de Gestão do Território (IGT) incorporam referências concretas ao princípio da coesão territorial sendo, portanto, indissociáveis do processo de planeamento dos FEEI. O PROTN, por exemplo, refere que:

“A promoção da Coesão Territorial é vista como complemento otimizador da competitividade territorial, materializada pela crescente equidade territorial de acesso a bens, serviços e oportunidades que, por sua vez, deverá ver garantida através da máxima eficiência das intervenções [...] num contexto de utilização sustentável dos recursos [...]. Tal fundamenta e legitima a adoção de elementos de discriminação positiva nas políticas e ações a empreender, uma vez que a manutenção de níveis mínimos de coesão territorial pode exigir a existência permanente de serviços / equipamentos mínimos, não sustentados em critérios ou limiares económicos para as procuras existentes ou potenciais” (CCDR-n, 2009: p. 24).

Analisando a arquitetura do edifício de planeamento desenvolvido para o QREN, a candidata elege a representação da figura n.º 8 como a mais completa e melhor conseguida de todas as que conhece.

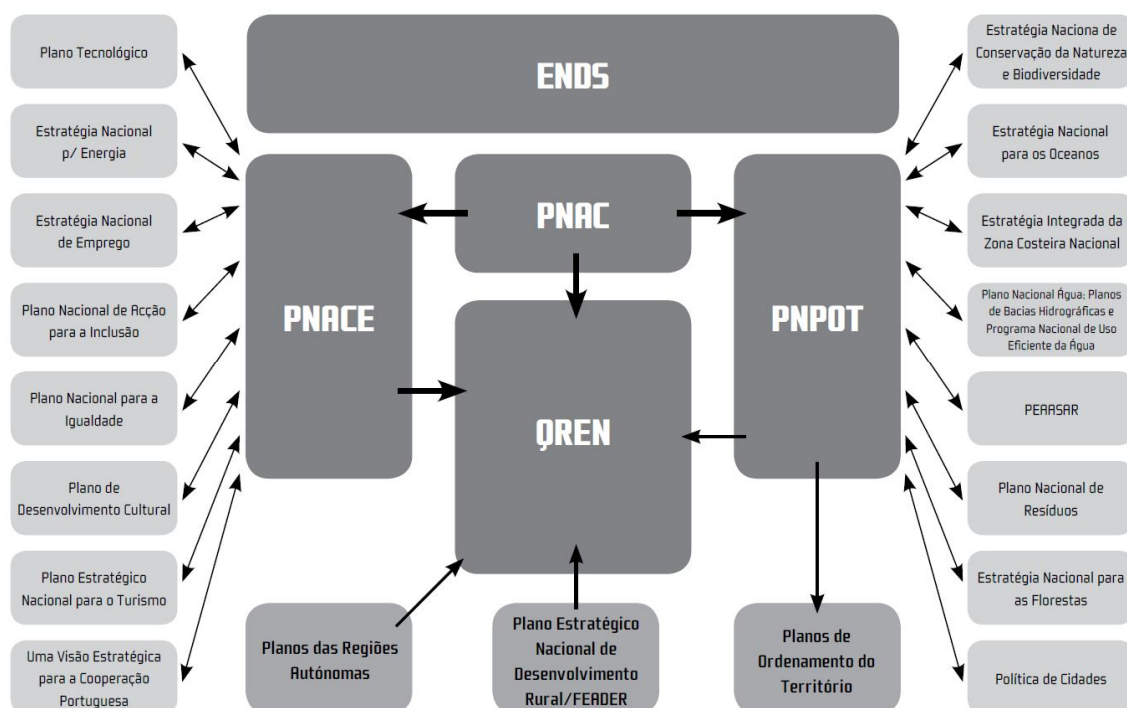


Figura 8 - Plano de Implementação da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável e sua articulação com o QREN

Fonte: APA, 2008: p. 57

Existia uma estratégia nacional de desenvolvimento – Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável (ENDS) – enquanto “guarda-chuva” que enquadrava estrategicamente 3 políticas nacionais, o QREN, os programas operacionais para as ilhas, 17 documentos de planeamento estratégico temático e os numerosos planos de ordenamento do território. Estava-se num

“[...] quadro de coerência estratégica e operacional da Política Regional renovada em Portugal foram definidos níveis acrescidos de coerência e de consistência entre as políticas públicas dirigidas ao desenvolvimento económico, social e territorial reforçando-se as sinergias e interações entre o QREN e outros instrumentos de conceção, de programação ou de financiamento de políticas públicas a concretizar no período 2007-2013 [...]”²⁸

Não obstante o esforço de articulação entre políticas e os diversos instrumentos de gestão do território durante a preparação do período de programação do QREN, constata-se

²⁸ Disponível em http://www.ifdr.pt/ResourcesUser/DesenvolvimentoRegional/Documents/Politica_Regional_2014/Politica_regional_7_2007_2010.pdf, acedido em 20/12/2014.

que existe uma deficiente hierarquização e articulação dos instrumentos legais, bem como uma sobreposição a nível temático, da escala geográfica e da escala temporal, gerando sérios problemas de operacionalização, agudizados por falta de estruturas eficazes de coordenação. No estudo para o Observatório do QCA III da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra esta desarticulação já tinha sido identificada:

“(…) acontece que em Portugal é regra a sobreposição desarticulada, caótica ou redundante de planos, programas, quadros de referência, isto é, de instrumentos que frequentemente parecem desconhecer-se mutuamente dando origem a uma plethora de planeamento indesejável” (FEUC, 2005: p. 44).

A este respeito Quental (2009) refere que em alguns casos “planos mais globais e orientadores, são posteriores a planos que deles derivam.” Por exemplo, o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) foi aprovado apenas em 2007, quando há Planos Diretores Municipais desde a década de 80. De igual modo, os Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT's), e concretamente o PROT do Norte, ainda não se encontra aprovado. A segunda geração de Planos Regionais de Ordenamento do Território já deveria ter sido elaborada com base em orientações do PNPOT e PROT, mas este parece um processo ainda longe de estar concluído. No entanto, verifica-se que “Os PROT, para além de serem um pilar da política de desenvolvimento territorial, são documentos fundamentais para a definição dos programas de ação a integrar no próximo período de programação das intervenções cofinanciadas pelos Fundos Estruturais e de Coesão da União Europeia” (SEOTC, 2005: p. 3).

No decorrer do QREN foram diversas as candidaturas em que a candidata participou cujo regulamento específico se baseava num plano ainda não aprovado – o PROTN -, havendo necessidade de, em sede de candidatura, juntar um documento relativo à “fundamentação de aplicação dos critérios de seleção” em que um desses critérios se relacionava com o alinhamento da candidatura com o referido documento. Ora, a aprovação de uma candidatura com esse pressuposto fez (e faz) com que, primeiro, as próprias entidades beneficiárias e depois, as entidades auditoras questionassem tal exigência. Como se aprova uma candidatura com base num documento que tenta demonstrar alinhamento com um plano que formalmente não existe? Quental (2009), no seu artigo “Ordem nos

Planos! Propostas para um sistema de planeamento mais coerente”, avança com questões importantes acerca do “sistema” de planeamento existente em Portugal.

“Será necessário criar uma estrutura e hierarquia para o planeamento em Portugal. Uma estrutura digna desse nome que, permitindo evidentemente o desenvolvimento de novos planos em áreas consideradas importantes, ordene de alguma forma a profusão de documentos, sobretudo ao nível mais estratégico” (Quental, 2009: p. 29).

A este respeito o autor identifica disfunções várias de que padece o sistema de planeamento português: disfunção geográfica (num mesmo território existem vários planos, cada um com as suas regras e condicionalismos), disfunção temática (verifica-se uma repetição dos temas em que os assuntos acabam por se sobrepor), disfunções estruturais (causadas essencialmente pela indefinição sobre o carácter do plano: se é territorial, estratégico, de ação ou de gestão), disfunções de implementação (tradicionalmente os planos são elaborados e não são mais tidos em atenção, passando-se para o plano seguinte e perpetuando os problemas). Ao nível de todo o trabalho desenvolvido numa autarquia, em concreto num gabinete como aquele em que a candidata trabalha, seria desejável que existisse uma efetiva “Ordem nos Planos”. A diversidade dos temas trabalhados no referido gabinete implica lidar com os diversos planos e as questões supra mencionadas traduzem-se numa perda de eficiência que seria desnecessária caso houvesse um sistema de planeamento mais simples. Quanto maior for o grau de simplificação do sistema de gestão territorial, mais facilmente será interpretado e gerido e quanto mais eficaz for a aplicação dos princípios da cooperação, da coordenação e da subsidiariedade, mais facilmente os objetivos da coesão territorial poderão ser atingidos.

7. O dealbar do Portugal 2020 trouxe consigo a esperança sempre renovada de mudança no modelo de desenvolvimento do planeamento utilizado para a programação do quadro comunitário. Esperava-se uma aprendizagem decorrente das vivências do QREN. Essa esperança foi também acalentada pelo texto do Acordo de Pareceria que dedicava um capítulo à “Abordagem Integrada do Desenvolvimento Territorial”. Tal era justificado pela

“[...] relevância atribuída pelo Tratado à dimensão territorial da Política de Coesão da União Europeia, e que as autoridades portuguesas consideram essencial no quadro da prossecução dos objetivos da Estratégia Europa 2020, as oportunidades

propiciadas pelos regulamentos comunitários no âmbito das Abordagens Integradas de Desenvolvimento Territorial (AIDT) são significativamente valorizadas e concretizadas em Portugal no período de programação 2014-2020 como dimensão essencial da promoção do crescimento inteligente, sustentável e inclusivo.” (GP, 2014: p. 297).

A panóplia de ferramentas “disponibilizadas” para a concretização desta abordagem era prometedora. Exigente, também, porque obrigava a uma apurada e profunda articulação entre as ferramentas, mas auspiciosa.

No entanto, os níveis de entropia foram exponenciados pelo surgimento, no âmbito da AIDT, em pleno processo de elaboração dos PEDI (Planos Estratégicos de Desenvolvimento Integrado), dos PDCT/ITI (Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial / Instrumentos Territoriais Integrados). Num momento em que os agentes do território se encontravam focados e empenhados na elaboração de um exercício de planeamento “puro”, entra em cena um documento híbrido, constituído por uma componente de planeamento estratégico e por um envelope financeiro. Facilmente se percebe que a conclusão do PEDI passou, aos olhos dos agentes do território, para um plano secundário, já que o que agora importava era o PDCT/ITI. A Tutela não podia no entanto “permitir” a morte prematura dos PEDI, que por sinal eram financiados pelo programa Valorizar. Surge então o ciclo das metamorfoses, do PEDI para a EIDT e desta para o PDCT/ITI.

Apesar, de como já foi referido, a avaliação oficial *ex post* do QREN ainda não ter sido realizada, considera-se pertinente no âmbito deste relatório tentar-se avaliar a eficácia do exercício de planeamento que foi desenvolvido no início do período de programação. Para tal recorre-se ao quadro n.º 7 para ilustrar aquelas que foram as intenções de investimento, por área temática, identificadas pelo Município da Póvoa de Lanhoso aquando da elaboração do PAISCTP e aqueles que efetivamente foram os investimentos financiados pelo programa operacional regional do Norte ON.2.

Programado			Executado			Diferencial	
Área temática	N.º de projetos	Investimento programado	Área temática	N.º de projetos	Investimento realizado	N.º de projetos	Investimento
Ação social	1	790.000,00 €		1	300.793,16 €	0	-489.206,84 €
Ambiente	28	19.650.000,00 €		0	- €	-28	-19.650.000,00 €
Cultura e património	5	7.650.000,00 €		2	2.143.443,20 €	-3	-5.506.556,80 €
Desenvolvimento económico de proximidade	2	1.750.000,00 €		0	- €	-2	-1.750.000,00 €
Desporto	2	2.400.000,00 €		5	1.325.691,21 €	3	-1.074.308,79 €
Educação	6	7.322.000,00 €		3	6.548.117,91 €	-3	-773.882,09 €
Qualificação do sistema urbano	6	3.050.000,00 €			- €	-6	-3.050.000,00 €
TIC de proximidade	2	186.250,00 €		1	2.864.870,00 €	-1	2.678.620,00 €
Transportes e acessibilidades	4	1.510.000,00 €		3	776.150,92 €	-1	-733.849,08 €
			Proteção civil	1	537.539,89 €	1	537.539,89 €
			Eficiência energética	1	361.087,51 €	1	357.539,89 €
Total	56	44.308.250,00		17	14.677.693,60 €	-39	-29.630.556,40 €

Quadro 7 - Intenções de investimento, por área temática, identificadas pelo Município de Póvoa de Lanhoso aquando da elaboração do PAISCTP e aqueles que efetivamente foram os investimentos financiados pelo programa operacional regional do Norte ON.2

Fonte: Elaboração própria

Apresentam-se algumas notas que se consideram pertinentes para interpretação cabal do quadro n.º 7. Nas colunas agrupadas sob a designação de “Programado” listaram-se, por área temática, o número e o valor de investimento dos projetos que em sede de exercício de planeamento foram identificados pelo Município. Nas colunas agrupadas sob a designação “Executado”, listaram-se também por área temática, o número e o valor do investimento atinente

aos projetos executados. Como foram concretizados projetos em áreas temáticas que não foram previstas no PAISCTP, procedeu-se à adição das mesmas. As colunas agrupadas sob a designação “Diferencial” pretendem exprimir a diferença existente entre o número e os valores de investimento dos projetos realizados e os programados. Os valores negativos representam o que não foi realizado/investido. A título de exemplo: na área temática “Ambiente” previa-se, no início do QREN, realizar 28 projetos no valor de 19.650.00,00€. Como nenhum foi concretizado, nas colunas do “Diferencial”, os valores são negativamente notados. Nas áreas temáticas “Ação social”, “TIC de proximidade” e “Proteção civil” todos projetos concretizados tiveram uma geometria supra municipal, *i.e.*, tiveram como promotora e/ou chefe de fila a CIM do Ave.

Da análise da tabela de imediato se conclui que:

1. O n.º de projetos e o volume de investimento que lhes foi associado eram no início do QREN muitíssimo superiores ao verificado no final do período de programação. O caso mais paradigmático é o da área temática “Ambiente”, em que nenhum projeto foi concretizado com recurso a financiamento comunitário oriundo do ON.2;
2. No início do período de programação não foi possível antever todas as áreas temáticas em que seria possível apresentar projetos. Veja-se os casos das áreas temáticas da “Proteção civil” e da “Eficiência energética”;
3. Na área temática “Desporto” foram concretizados mais 3 projetos do que aqueles que inicialmente estavam programados. Note-se no entanto que nenhum dos 5 projetos realizados foi identificado no âmbito do exercício de programação;
4. Os 3 projetos que foram materializados no quadro da área temática “Educação” correspondem aos 3 centros escolares considerados prioritários pelo Executivo, e identificados no PAISCTP;
5. O n.º de projetos concretizados e o investimento que lhes está associado correspondem, respetivamente a 33% e a 30% do inicialmente programado;
6. Algumas das áreas temáticas sem execução (*e.g.* “Qualificação do sistema urbano”) contextualizavam operações aprovadas, relativamente às quais, pelos motivos aduzidos no ponto 3.3 do capítulo III, houve manifestação de desistência por parte do Município;
7. Em média, os investimentos realizados tiveram uma comparticipação não reembolsável de 85% oriunda dos FEEI. Isso representa, nos casos analisados na tabela supra, uma

alavancagem de mais de catorze milhões de euros, conseguida a partir de cerca de dois milhões e meio de fundos da Autarquia.

Da análise cumulativa do acima exposto e do que ao longo deste relatório já foi afirmado, constata-se que os exercícios de planeamento, realizados nos termos e com os propósitos com que estes o foram, são ainda exercícios frágeis. São muito localizados temporalmente e por isso “com um prazo de validade curto”. Sem instrumentos e/ou procedimentos intrínsecos de monitorização e avaliação previstos, tornam-se rígidos face às mudanças de contexto (veja-se o que aconteceu, ou melhor, o que não aconteceu ao PAISCTP com o surgimento da crise económica e financeira mundial iniciada em 2008).

4.2 - Impacte dos FEEI no concelho da Póvoa de Lanhoso

De todos os projetos concretizados no concelho da Póvoa de Lanhoso graças ao financiamento europeu, elencados no Capítulo I, a candidata escolheu fazer uma reflexão crítica acerca do impacte dos FEEI nos investimentos no domínio da educação.

Esta escolha ficou a dever-se essencialmente ao facto desta ser uma área de ação prioritária no 4.º Quadro Comunitário de Apoio – QREN – inserida nos Serviços Coletivos Territoriais de Proximidade (para o qual foi elaborado um Plano de Ação específico) que representou um avultado investimento para o Município e que teve impactes territoriais diversos.

Com efeito, durante o período de vigência do QREN, assistiu-se a uma forte intervenção na rede educativa municipal, ancorada em rigorosos critérios de desenvolvimento e reordenamento da rede escolar e inevitavelmente consubstanciada na Carta Educativa do Município. Foi um processo de planeamento e reordenamento da rede educativa no qual a candidata participou, conforme descrito no ponto 3.1 do capítulo III do presente relatório, que implicou o encerramento de 16 escolas e culminou na edificação de três edifícios modernos e funcionais capazes de dar as respostas mais urgentes a nível educativo no concelho da Póvoa de Lanhoso.

Com um investimento total de cerca de 8.000.000€, a construção do Centro Escolar António Lopes, do Centro Escolar de Monsul (ou do Cávado) e do Centro Escolar D. Elvira Câmara Lopes (estes dois últimos, construções de raiz) tiveram impacto direto na qualidade de vida de mais de 900 alunos e respetivos pais e quase 40 professores/educadores.

Da construção e entrada em funcionamento dos equipamentos a candidata identifica um conjunto de impactes que no quadro abaixo (Quadro 8) se listam, objetivando facilitar a apreensão da reflexão desenvolvida.

Impactes	Físicos	Sociais	Económicos	Diretos	Indiretos	Adversos	Benéficos	Curto prazo	Longo prazo
Encerramento de estabelecimentos escolares									
Incremento da qualidade das infraestruturas escolares									
Aumento da qualidade de vida da população dos territórios de baixa densidade									
Eliminação do regime de funcionamento duplo									
Incremento das condições pedagógicas									
Aumento de encargos financeiros para a Autarquia									
Criação de novas centralidades funcionais									
Criação de novos circuitos de transporte escolar									
Manutenção de carreiras regulares de transporte público									

Impactes	Físicos	Sociais	Económicos	Diretos	Indiretos	Adversos	Benéficos	Curto prazo	Longo prazo
Incremento da intervenção das Juntas de Freguesia									
Aumento dos tempos de viagem para alguns alunos									

Quadro 8 - Remodelação/Construção e entrada em funcionamento dos equipamentos escolares - Impactes identificados pela candidata

Fonte: Elaboração própria

O contexto demográfico do concelho da Póvoa de Lanhoso semelhante, aliás, ao da globalidade do País, aponta para uma quebra nítida da fecundidade e consequente diminuição da natalidade, culminando na impossibilidade de renovação de gerações e no aumento do fenómeno do envelhecimento populacional.

O decréscimo considerável do número de crianças a frequentar o Jardim-de-Infância e o 1.º ciclo do Ensino Básico no concelho da Póvoa de Lanhoso, conduziu à reduzida taxa de ocupação²⁹ de um elevado número de escolas, com todos os problemas que daí decorrem, com destaque para o condicionamento da implementação das recomendações propostas nos documentos do Ministério da Educação, num regime normal de funcionamento por forma a fomentar a “escola a tempo inteiro”.

Para além deste princípio determinante para a reconfiguração da rede educativa, sobretudo no que respeita à população em idade escolar, concorrem igualmente outros aspetos como a avaliação das estruturas físicas.

Compreende-se portanto que a racionalização do parque escolar concelhio era uma necessidade clara e inequívoca que teve impactes diversos no território. Impactes de cariz diverso, conforme se passará a expor.

²⁹ Entende-se por taxa de ocupação-saturação de espaços escolares a relação entre a capacidade do edifício escolar, em regime normal de funcionamento e o número de alunos que o frequentam em período diurno. Sendo o resultado apresentado em percentagem, entende-se que a partir dos 100% se está numa situação de lotação do espaço em estudo.

Como já foi referido, o cenário existente em 2008 era o do aumento do número de escolas subocupadas. A manutenção dessa realidade teria conduzido à:

- Manutenção do regime de funcionamento duplo, impedindo que os estabelecimentos com 1.º ciclo e pré-escolar cumprissem as orientações de se manterem obrigatoriamente abertos pelo menos até às 17 horas e 30 minutos e no mínimo durante oito horas diárias - isto sem prejuízo da normal duração diária e semanal das atividades curriculares de cada ensino;
- Perenização de espaços desajustados e consequentemente promotores de uma resposta educativa inadequada, o que teria repercussões ao nível do sucesso escolar dos discentes e impediria que a socialização dos mesmos fosse concretizada da melhor forma;
- Inexistência de espaços com instalações modernas e de qualidade que contribuíssem para o sucesso educativo das crianças;
- Inadequação na gestão dos recursos, já que não haveria ligação entre o investimento e as necessidades reais da população. Existiam várias escolas sem as condições necessárias para a implementação, por exemplo, de um bom serviço de refeições.

A consequência mais visível da construção dos centros escolares na Póvoa de Lanhoso foi o **encerramento de escolas básicas do 1.º ciclo e jardins-de-infância** que estavam integrados nos polígonos que foram entretanto definidos para determinar as áreas de influência dos novos equipamentos. Em si, este é um impacto:

- a) Físico – a Autarquia tem, juntamente com as Juntas de Freguesia, tentado encontrar nova vida para os edifícios devolutos. Alguns passam a servir as Associações locais e há até uma escola que funciona como incubadora de empresas. No entanto, outras há que se encontram encerradas e cujo estado de conservação se vai deteriorando à medida que o tempo passa;
- b) Social e económico - num país em que a taxa de atendimento dos serviços públicos tem diminuído substancialmente ao longo dos últimos anos, sentindo-se com especial agudez nos territórios de baixa densidade, a existência de uma escola em funcionamento é encarada como o último baluarte na luta contra essa desertificação de serviços. O encerramento da escola conduz ao delapidar de vivências, de ritmos e

de rotinas e também do amor-próprio de quem ainda vive nestes locais. É inequivocamente um ponto negativo para a atratividade desses locais e mais um pretexto para o seu abandono;

- c) Direto e a curto prazo – O encerramento das escolas produz efeitos imediatos e tem influência direta na vida de toda a comunidade escolar;
- d) Adverso – Face ao exposto, é inegável que o encerramento de uma escola produz efeitos adversos irreversíveis.

Da criação dos centros escolares resultou direta e imediatamente a **melhoria da qualidade das infraestruturas escolares**, considerando a candidata que este impacte é:

- a) Físico – Estes novos equipamentos educativos ou disponibilizam espaços indisponíveis nas antigas escolas (Biblioteca, Refeitório/Polivalente, Sala de Professores, salas informática, recreio com parque infantil, pavilhão desportivo, espaços que garantam o prolongamento de horário, quando se trata da educação pré-escolar e as atividades de enriquecimento curricular, quando se trata do 1.º ciclo do ensino básico por exemplo), ou o fazem em condições mais adequadas áquilo que é o referencial de boas práticas atual, isto é, com elevados índices de qualidade funcional e conforto.

As novas construções oferecem também condições de conforto e acessibilidade, para as quais concorrem o mobiliário, o desenho dos espaços, o tipo de materiais construtivos utilizados, os sistemas de climatização, a presença de equipamentos que permitam o acesso de pessoas portadoras de deficiências motoras etc.

Ao nível da segurança também houve mudanças significativas, quer no interior, quer no exterior dos edifícios. Se os antigos edifícios não possuíam condições mínimas como sistema anti-incêndio ou saídas de emergência, os novos cumprem todas as normas de segurança em vigor, possuindo planos de emergência e de evacuação e alarme de intrusão.

A segurança exterior também foi tida em consideração, sendo exemplo a criação de passeios e de baías de estacionamento para os transportes públicos, a colocação de passeadeiras e sinalização horizontal e vertical apropriada;

- b) Direto e de longo prazo – Este incremento é direto e a longo prazo – pelo período de vida útil do equipamento – e é espacialmente localizado nos edifícios construídos de raiz;
- c) Benéfico – Face ao exposto, a melhoria da qualidade das infraestruturas escolares produz efeitos benéficos inquestionáveis.

Por imposição do governo, os empreendimentos a realizar nas zonas rurais possuem características e espaços multifuncionais que possibilitam o cumprimento das exigências escolares e educativas dos alunos, e assumem-se, simultaneamente, como polos de desenvolvimento local nas áreas sociocultural, recreativa e desportiva porquanto são também utilizados pela comunidade. Conclui-se, portanto, que a requalificação que o parque escolar teve também resultou **no aumento da qualidade de vida da população dos territórios de baixa densidade**. Este é um impacto:

- a) Social e benéfico – A criação dos Centros Escolares em territórios de baixa densidade tem subjacente a perspetiva da sua rentabilização para usufruto da população em geral. Os espaços desportivos, por exemplo, são acessíveis (fora do horário letivo, naturalmente) à restante população da área de influência da escola.
Estes equipamentos vêm assim colmatar falhas na rede de equipamentos municipais e produzem efeitos sociais e benéficos inquestionáveis. São espaços de lazer, de convívio e de encontro das populações rurais que até então só poderiam usufruir de condições semelhantes na sede do Concelho;
- d) Direto e a longo prazo – Este incremento é direto e a longo prazo – pelo período de vida útil do equipamento – e é espacialmente localizado nos edifícios construídos de raiz.

A criação de centros escolares devidamente estruturados com um número de salas capazes de acolher os vários níveis de ensino durante o mesmo horário, permitiu **eliminar o regime de funcionamento duplo**. Este é um impacto:

- a) Social – a disponibilização de espaços escolares onde são desenvolvidas as atividades de enriquecimento curricular, as quais permitem consolidar o objetivo estratégico de garantir a “*Escola a Tempo Inteiro*” tem impactes não só para o desenvolvimento relacional e educativo das crianças, mas também para as famílias que têm na escola o garante de acompanhamento permanente das crianças;
- b) Direto e de longo prazo – é um impacte imediato e pelo período de vida útil do equipamento;
- c) Benéfico – O funcionamento em regime normal produz efeitos benéficos para toda a comunidade escolar.

O **incremento das condições pedagógicas** foi outro dos impactes decorrentes da construção dos centros escolares no concelho da Póvoa de Lanhoso. As infraestruturas disponibilizadas pelas escolas, para além de contribuírem para a maior ou menor segurança dos alunos, também influenciam, pelas condições que apresentam, no sucesso escolar dos discentes que as frequentam.

Atualmente os alunos passam grande parte do seu tempo nas escolas por diversas razões, designadamente devido à carga horária e à falta de disponibilidade dos pais. É deste modo fundamental que na escola os alunos encontrem as condições necessárias ao desenvolvimento intelectual e pessoal. A utilização de espaços adequados para a prática de ensino contribui diretamente para o sucesso dos resultados escolares dos alunos. Neste sentido, a qualidade das instalações pode influenciar, para além de outros fatores, os resultados escolares e assim contrariar as elevadas taxas de abandono e insucesso do sistema educativo.

A candidata classifica este impacte como:

- a) Social – O rendimento escolar dos alunos é um dos mais fortes preditores das suas trajetórias académicas (e do quão longe os discentes vão nos estudos) e o seu percurso académico tem um grande impacte em múltiplos domínios de funcionamento (tipo de emprego que terão, rendimento que auferirão ao longo da vida, manutenção/quebra dos ciclos intergeracionais de pobreza, exclusão social, etc.).
Por outro lado, verifica-se que o facto das crianças já não permanecerem isoladas nas suas aldeias com poucas pessoas com quem se relacionar e partilhar vivências e

experiências permite o desenvolvimento de competências sócio emocionais importantíssimas para o seu crescimento;

- b) Direto e de longo prazo – Este incremento é direto e a longo prazo – pelo período de vida útil do equipamento – e é espacialmente localizado nos edifícios construídos de raiz;
- c) Benéfico – O incremento das condições pedagógicas produz efeitos benéficos inquestionáveis no desenvolvimento das crianças e no futuro do território.

A reconfiguração da rede educativa teve um forte impacto financeiro para a Autarquia, não só pelo investimento imediato, que o financiamento comunitário aliviou, mas pelo **aumento dos custos de manutenção e funcionamento** que lhe estão associados. Este é impacto:

- a) Direto e económico – É a Autarquia que suporta as principais despesas de funcionamento e manutenção do parque escolar ao nível do pré-escolar e 1.º ciclo, cabendo-lhe também assegurar o suprimento de todos os custos associados à conservação e manutenção dos edifícios que são hoje bastante superiores à soma dos custos de todas as escolas que existiam anteriormente. São escolas maiores, com sistemas de climatização e qualidade do ar interior extremamente dispendiosos e com espaços exteriores que exigem permanente manutenção, como os jardins e os equipamentos infantis, por exemplo.

Por outro lado, a gestão dos circuitos de transporte escolar e a garantia da sua realização é da competência do município no âmbito da organização, financiamento e funcionamento do controle dos transportes escolares (Decreto-Lei nº 299/84 de 5 de Setembro). A oferta de serviço de transporte destina-se a todos os alunos do ensino básico e secundário, entre o local de residência e o local dos estabelecimentos de ensino que frequentam, que residam a mais de 3 km ou 4 km dos estabelecimentos de ensino. O transporte escolar é gratuito para os alunos sujeitos à escolaridade obrigatória. Relativamente aos alunos do ensino secundário é comparticipado nos termos a definir em simultâneo pelos Ministérios da Administração Interna e da Educação e Ciência.

A reorganização do transporte escolar representa um investimento anual por parte do Município de cerca de 120.000€, sendo assegurado pelos transportes coletivos de passageiros. Apesar de não haver nenhuma transportadora especialmente vocacionada para o transporte de alunos, a Autarquia negocia, no início de cada ano letivo, com as principais empresas os respetivos circuitos e a melhor forma de os rentabilizar, cobrindo todo o território;

- b) Adverso – Quando se verifica o aumento de custos, naturalmente que este é um impacte adverso;
- c) De longo prazo – pelo período de vida útil dos equipamentos.

Os centros escolares são equipamentos que pela sua natureza geram fluxos pendulares. Centrípetos e centrífugos, de acordo com o momento do dia considerado. A construção dos novos centros escolares nas freguesias de Monsul e de Campo veio portanto contribuir para a **criação de novas centralidades funcionais** nesses locais. A candidata classifica este impacte como:

- a) Físico – Os lugares de Santa Luzia (Monsul) e de Areal (Campo) passaram a assumir-se, a partir da entrada em funcionamento dos equipamentos como, pólos gravitacionais no que à atividade letiva diz respeito. É aí que ocorrem diariamente ao longo do ano letivo dezenas de alunos, docentes, auxiliares de ação educativa e pais. São destino e partida de carreiras de transporte escolar. São, para as respetivas zonas de influência, os centros funcionais no que à dimensão educativa do primeiro ciclo e pré-escolar diz respeito;
- b) Social, económico e direto – Toda esta nova dinâmica tem impactes diretos nas vivências dos locais, impactes esses que decorrem desde logo da existência de um novo equipamento. Originam também novas dinâmicas económicas, ao potenciarem o surgimento de alguns negócios locais;
- c) De longo prazo – Este incremento é a longo prazo – pelo período de vida útil do equipamento;
- d) Benéfico – Face ao exposto, a criação de novas centralidades funcionais produz efeitos benéficos para as freguesias onde se localizam os Centros Escolares.

A alteração da localização espacial dos equipamentos escolares teve também como impacto direto a necessidade da **criação de novos circuitos de transporte escolar** que passassem a dar resposta às novas necessidade de deslocação dos alunos. Considera-se este impacto como:

- a) De longo prazo – Já que terá, no essencial, uma duração equivalente à conjugação dos ciclos de vida dos equipamentos que são servidos e da evolução demográfica sentida nas localidades de origem dos alunos;
- b) Benéfico, Social e Económico – Num território como o da Póvoa de Lanhoso em que a variável “acesso a serviços de transporte públicos” importa e é relevante para a mobilidade de uma parte significativa da população, a criação dos novos circuitos de transporte escolar, que servem localidades em que esse serviço era inexistente é benéfico e importante em termos sociais e económicos;
- c) Adverso – Tem, no entanto, também natureza adversa ou negativa se forem consideradas variáveis ambientais e de segurança rodoviária. À luz das primeiras porque o incremento da circulação conduz ao aumento das emissões de gases com efeito de estufa e de partículas. No que diz respeito à segurança rodoviária, percebe-se que o aumento de tráfego, neste caso de veículos de transporte de passageiros, pela rede viária concelhia, potencia a possibilidade de ocorrência de acidentes que não aconteceriam caso não houvesse lugar à realização desse serviço.

Se por um lado, a construção dos centros escolares obrigou à criação de novos circuitos de transporte, por outro também permitiu a **manutenção de carreiras regulares de transporte público** existentes. Para se perceber este impacto considera-se útil recordar que muitas das carreiras regulares de transporte público têm vindo ou a desaparecer ou a verem diminuídas as frequências com que são realizadas. Esta realidade é mais notória nos territórios de baixa densidade, materializando especialmente aqui o ciclo vicioso representado na figura infra:

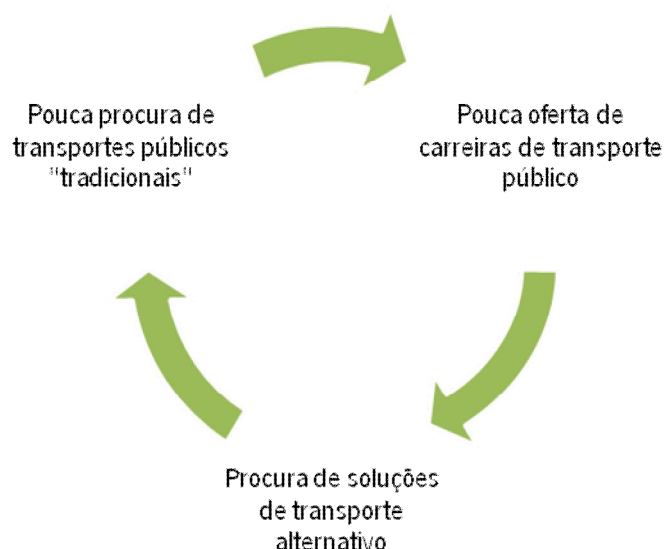


Figura 9 - Ciclo vicioso resultante da redução de oferta de transportes públicos

Fonte: Elaboração própria

No entanto, nos trajectos já servidos pelas carreiras regulares a conjugação ou a associação do serviço existente ao transporte escolar permitiu a manutenção dessas carreiras. Isto porque os novos utilizadores – os alunos - garantiram a sustentabilidade financeira do serviço. Este é um impacto positivo, social, económico e de longo prazo.

A reconfiguração da rede escolar representou também um **incremento da intervenção das Juntas de Freguesia** que passam a assumir o transporte de algumas crianças para os centros educativos ou para a paragem de autocarro. Também no âmbito do reforço de competências para as Juntas de Freguesia, os custos com os consumíveis necessários à limpeza e higienização dos espaços passam a ser da sua responsabilidade. Este é um impacto, essencialmente:

- a) Direto e a longo prazo – Este incremento é direto e a longo prazo – pelo período de vida útil do equipamento;
- b) Económico e adverso – As Juntas de Freguesia da área de influência dos centros escolares passam a assumir custos que anteriormente eram da competência da

Autarquia. Para essas entidades, o aumento de custos, naturalmente que é um impacte adverso;

- c) Social e benéfico – As Juntas de Freguesia passam a ser encaradas como um *stakeholder* territorial cujas competências foram reforçadas, pelo que socialmente vêm reforçado o seu papel na vida da comunidade;

O **aumento dos tempos de viagem para alguns alunos** é um impacte direto, de longo prazo e adverso que resultou da construção dos centros escolares. Para os discentes que residem nos limites dos polígonos que definem a área de influência dos centros escolares, as viagens de casa para a escola e vice-versa, começaram a ocupar-lhes tempo que era despendido noutras atividades. Com viagens que em alguns casos demoram 30 minutos, os alunos são forçados a saírem cedo de casa e a regressarem tarde. Resta-lhes menos tempo para desenvolverem outras atividades, para socializarem e para estudarem e/ou fazerem os seus trabalhos de casa. Esta é uma situação que compreensivelmente se agrava no Inverno.

Em síntese e à escala concelhia, a candidata considera que a construção dos centros escolares foi globalmente positiva. Para além da positividade intrínseca no domínio educativo é também possível identificar nos impactes que acima foram detalhados, alguns que indiretamente são contribuintes líquidos para as dinâmicas de coesão territorial e para a alteração de modelos de governação territorial.

Para as primeiras, concorrem desde logo os impactes relativos à disponibilização de ofertas de carreiras de transporte público e a criação de novas centralidades funcionais.

Tal como refere Araújo (2014):

“O conceito de coesão territorial defendido no “Livro Verde sobre a Coesão Territorial” (2008), assenta num modelo territorial policêntrico que favorece a criação de territórios compactos e de usos mistos de forma a promover uma menor necessidade de deslocação, o que leva à criação de espaços sustentáveis e com vitalidade, baseando-se em modelos territoriais de curta distância, conduzindo a uma redução do consumo de carbono e, consequentemente, à diminuição do impacte negativo provocado no ambiente e nos recursos naturais presentes nos territórios. Este modelo requer uma boa rede de transportes, que

satisfaça as populações locais para assegurar o acesso aos equipamentos e infraestruturas”

(Araújo, 2014: p 27)

A realidade pré-existente, corporizava uma indesejável dispersão de recursos financeiros, materiais e humanos que acentuava, ainda mais, os desequilíbrios locais e regionais que, por si só, impunham uma diferenciação negativa entre as zonas rurais e as zonas urbanas. A nova configuração da rede educativa e consequente melhoria da qualidade da vida que é oferecida às populações nas zonas rurais contribui, indubitavelmente, para o reforço da coesão territorial de âmbito nacional.

Para as segundas concorrem essencialmente as novas responsabilidades assumidas pelas juntas de freguesia. Isto porque este ramo da administração local está a assumir uma nova competência, materializando assim uma delegação funcional por parte da Câmara Municipal. As juntas de freguesia, mais do que um prestador de serviços, devem neste particular serem encaradas como um *stakeholder* territorial cujas competências foram reforçadas.

Também os Agrupamentos Escolares assumem, a nível educativo, um papel mais ativo. A agregação de escolas permite implementar mais facilmente projetos educativos. Há mais massa crítica e até uma saudável “competição” entre centros escolares que se orientam por elevados padrões de qualidade e exigência.

CAPÍTULO V - O CONTRIBUTO DA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL PARA O REFORÇO DE COMPETÊNCIAS NA ÁREA DO PLANEAMENTO E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Tal como referido anteriormente, a estrutura curricular da licenciatura em Geografia e Planeamento pela Universidade do Minho é tematicamente diversificada e rica, estando os alunos capacitados para trabalhar em equipas pluridisciplinares. Esta diversidade advém da própria definição de Geografia a que Garrido e Costa aludem:

“ciência de encruzilhada, autónoma, que tem por objeto o espaço terrestre diferenciado e organizado. A sua função é localizar certos fenómenos, descrevê-los com a ajuda de diversos tipos de documentos, e explica-los em função dessa descrição prévia, segundo Ilídio do Amaral (73/74); ciência que estuda o conjunto de fenómenos naturais e humanos que constituem aspetos da superfície da Terra, considerados na sua distribuição e relações recíprocas, segundo Orlando Ribeiro (1972); ciência que estuda as variações das distribuições espaciais dos fenómenos da superfície da Terra (abióticos, bióticos e culturais), bem como as relações do meio natural como o Homem e a individualização e análise das regiões à superfície da Terra, segundo José Estébanez”. (Garrido e Costa, 1996: p. 79)

Segundo Ferreira (2010: p. 1) a formação académica de um geógrafo dá-lhe competências e ferramentas que permitem diversificar a sua atuação na gestão territorial e a transversalidade da sua formação confere-lhe competências para abordar a complexidade territorial.

Os geógrafos estão habilitados para intervir na identificação de vários fenómenos espaciais, sendo capazes de desenvolver trabalhos e estudos sobre temáticas variadas e em diferentes escalas. Um geógrafo está apto a desenvolver um trabalho coerente na procura do desenvolvimento sustentável conciliando as suas principais dimensões: a preservação das condições ambientais, a viabilidade económica e a procura e defesa do bem-estar das populações.

Neste sentido, a licenciatura em Geografia e Planeamento é apresentada pelo próprio Departamento de Geografia da Universidade do Minho da seguinte forma:

“A Licenciatura em Geografia e Planeamento tem como principal objetivo a aquisição de competências diversas para a análise e interpretação das complexas relações entre o Homem e o ambiente físico, especialmente nos domínios do ordenamento, planeamento e

gestão do território. No decurso desta Licenciatura desenvolvem-se as capacidades de integração e síntese necessárias à compreensão dos fatores e processos que determinam as dinâmicas naturais, sociais, económicas e culturais, que se expressam nos usos e ocupação do espaço. Salienta-se o facto de no âmbito das competências desenvolvidas com esta Licenciatura ser dada especial ênfase ao domínio de ferramentas tecnológicas (Sistemas de Informação Geográfica) de apoio à análise e tomada de decisão.

Os Licenciados estão habilitados a exercer funções técnicas superiores, nos diferentes níveis da administração central, regional e local, bem como enquanto quadros técnicos de nível empresarial, sempre que as funções necessárias se enquadrem nos seguintes domínios:

- gestão e ordenamento do território;
- planeamento urbano;
- prevenção de riscos naturais;
- requalificação e reabilitação de áreas degradadas;
- conservação e educação ambiental;
- implementação e monitorização de políticas regionais e locais;
- áreas afins.³⁰

Passa-se de seguida a explicitar o modo como a experiência profissional contribuiu para o desenvolvimento de competências específicas na área do Planeamento e da Gestão do Território, robustecendo as habilitações adquiridas com a licenciatura.

Para facilitar a leitura, apresenta-se uma tabela de dupla entrada, em que na primeira coluna se identificam as áreas de trabalho desenvolvidas no GFC, e na segunda as competências adquiridas na licenciatura mobilizadas e reforçadas pela prática profissional.

Os trabalhos realizados, quer na área do planeamento, quer na área do desenvolvimento de projetos candidatados a financiamento, contribuíram para o reforço de competências diversas (Quadro 9).

<http://www.geografia.uminho.pt/Default.aspx?tabid=7&pageid=248&lang=pt-PT>, consultado em 06/02/2015.

Área de trabalho do Gabinete de Fundos Comunitários	Competências desenvolvidas / robustecidas
Participação, conceção, implementação e acompanhamento / avaliação de planos de cariz estratégico	<p>Capacidade científica e técnica especializada para:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Elaborar instrumentos de desenvolvimento e de planeamento territorial e para compreender as repercussões das decisões técnicas e políticas no território; 2) Participar em diálogos multidisciplinares sobre ideias, conceitos, princípios e modelos de desenvolvimento e de planeamento do território; 3) Identificar as necessidades das comunidades e fazer reconhecer as oportunidades, efeitos, condicionantes e exigências de assumir determinados cursos de ação e/ou trajetórias de desenvolvimento; 4) Participar na identificação de problemas e na formulação de estratégias de intervenção; 5) Realização de estudos nos mais variados âmbitos, tais como a localização e distribuição espacial de infraestruturas, população, atividades e equipamentos, transportes e mobilidade; 6) Desenvolver análise prospetiva e outras técnicas de planeamento e gestão do território; 7) Aplicar conceitos, teorias, metodologias e instrumentos de análise geográfica, fundamentais para o desenvolvimento local e regional e para o planeamento, ordenamento e gestão do território; 8) Inter-relacionar os fenómenos em diferentes escalas territoriais, especialmente no quadro do Ordenamento do Território, Desenvolvimento Sustentável e Urbanismo; 9) Avaliar, científica e tecnicamente estudos e projetos nos domínios do Desenvolvimento, Ordenamento e Gestão do Território; 10) Dominar o modo de articulação de planos desenvolvidos a

Área de trabalho do Gabinete de Fundos Comunitários	Competências desenvolvidas / robustecidas
	<p>escalas territoriais diferenciadas;</p> <p>11) Aplicar metodologias de avaliação <i>ex-ante</i>, <i>on-going</i> e <i>ex-post</i>;</p> <p>12) Monitorizar e avaliar planos, programas e projetos com incidência territorial;</p> <p>13) Desenvolver capacidades de trabalho em equipa, nomeadamente na aplicação de metodologias de planeamento: inquéritos, entrevistas, focus-group e análises SWOT;</p> <p>14) Avaliar com sentido crítico os instrumentos de planeamento.</p>
Elaboração de candidaturas a FEEI	<p>Capacidade científica e técnica especializada para:</p> <p>1) Formular programas e projetos de desenvolvimento regional e local</p> <p>2) Participar em diálogos multidisciplinares sobre ideias, conceitos, princípios e modelos de desenvolvimento e de planeamento do território;</p> <p>3) Participar na identificação de instrumentos de financiamento e na formulação de mecanismos de obtenção de fundos;</p> <p>4) Conceber Programas de Ação;</p> <p>5) Promover a identidade e competitividade global dos territórios a partir das suas especificidades;</p> <p>6) Elaborar e interpretar informação estatística.</p>

Quadro 9 - Competências desenvolvidas / robustecidas, por área de trabalho do Gabinete de Fundos Comunitários

Fonte: Elaboração própria

Face ao exposto, conclui-se que o trabalho desenvolvido pela candidata veio robustecer várias competências na área do Planeamento e da Gestão do Território. Efetivamente, a diversidade de temáticas abordadas, bem como de funções exercidas, exigem a aplicação de conhecimentos e de competências de que a licenciatura em Geografia e Planeamento dotou a candidata e que esta aprofundou em todo o seu percurso profissional.

CONCLUSÃO

A adesão de Portugal à CEE trouxe, entre outras, a oportunidade do país beneficiar de um volume total de Fundos Estruturais e de Coesão num valor superior a 96 mil milhões de euros, durante o período compreendido entre 1989 e 2013 (Mateus, 2013:24). Com cambiantes metodológicas evolutivas ao longo dos anos, estes recursos financeiros têm sido “distribuídos” pelas NUTS II, NUTS III e pelos municípios numa lógica similar ao efeito de cascata. Durante o período de execução do QREN, o Município da Póvoa de Lanhoso apresentou 44 candidaturas, cujo valor elegível total aprovado foi de 30.929.534,55€.

Das 34 candidaturas executadas, resultaram impactes variados na gestão do território, dos quais os relativos aos projetos na área da educação são demonstrativos, nomeadamente no domínio das dinâmicas de coesão territorial e na alteração de modelos de governação territorial.

Apesar de ser inegável a importância dos FEEI para a economia portuguesa e para a melhoria da qualidade de vida da população, é também evidente que Portugal ainda é um país onde a coesão territorial é assimétrica, verificando-se grandes disparidades ao nível do seu desenvolvimento. Note-se, a título de exemplo, que não obstante todo o investimento feito na Região Norte nos anteriores quadros comunitários, esta ainda é uma região de objetivo 1 no mapa da política de coesão da União Europeia tendo, no Portugal 2020, sido reforçado o seu envelope financeiro em cerca de 25% face ao anterior quadro comunitário.

A excessiva aposta nas infraestruturas em detrimento da qualificação dos recursos humanos nos primeiros quadros comunitários teve influência neste atraso que o Norte e a Póvoa de Lanhoso sentem atualmente. Não raras vezes se constata que os FEEI foram geridos de forma fragmentada, em que milhares de projetos se realizaram mas sem uma estratégia de planeamento eficaz por trás.

A Quaternaire Portugal, no exercício da prestação de serviços de consultoria ao observatório do QREN, no âmbito da coordenação e monitorização estratégica do Quadro Comunitário identifica com clareza uma das grandes dificuldades que a candidatada referiu no capítulo II

“(…) nem sempre a programação dos investimentos apresentada vem na sequência das estratégias de ordenamento / desenvolvimento explorada pelos diferentes Planos; na

generalidade dos exercícios verificou-se uma pressão generalizada dos representantes dos Municípios para que o capítulo de programação assumisse projetos já politicamente comprometidos e não executados (...)” (Figueiredo, 2011: 9)

Conclui-se, portanto, que exercícios de planeamento frágeis conduzem a resultados aquém do expectável.

Não obstante as reflexões críticas que possam ser feitas essencialmente aos exercícios de planeamento associados ao arranque e ao desenvolvimento do QREN, a candidata considera que o trabalho por si desenvolvido nos últimos sete anos e meio permitiu o robustecimento do seu *curriculum* e o reforço de competências nas áreas do planeamento e da gestão do território, como referido no capítulo III.

É inegável que a formação em Geografia e Planeamento, tematicamente diversificada e rica, contribuiu para que a candidata fosse capaz de participar numa grande diversidade de projetos e de grupos de trabalho multidisciplinares. Se é verdade que a formação académica de base foi, *ad initio*, uma mais-valia, permitindo uma visão transversal das problemáticas territoriais, é também verdade que estes anos de intensa atividade profissional no domínio do planeamento e gestão do território contribuíram para o reforço das suas capacidades e competências, em especial ao nível da leitura e interpretação do território, da análise e avaliação da sustentabilidade dos projetos e na perceção e compreensão das dinâmicas territoriais multiescalares.

A materialização dos diversos projetos, que contribuíram para o desenvolvimento do concelho da Póvoa de Lanhoso e para a melhoria da qualidade de vida dos Povoenses e nos quais esteve directamente envolvida são, para si, motivo de orgulho.

“Hoje, os geógrafos têm de ser bons gestores de redes, animadores de processos interativos de participação, conhecedores atentos da regulamentação jurídica, especialistas em estratégia e marketing territorial, hábeis comunicadores, e sobressaindo no domínio das novas metodologias de análise e representação territorial. A complexidade territorial e as mudanças globais determinam cada vez mais saberes e competências especializadas e simultaneamente construtores de visões integradas, o que favorece a afirmação da geografia e dos geógrafos.” (Ferreira, 2010: p. 3)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANSR (2013). *Sinistralidade Rodoviária – Ano 2013*. Lisboa: Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária - Observatório de Segurança Rodoviária.
- APA (2008). *Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável - ENDS 2015*. Lisboa: Agência Portuguesa do Ambiente.
- Araújo, João Daniel da Silva (2014). *O conceito de Coesão Territorial e a sua relevância para o Planeamento e Ordenamento do Território. Os casos da Estónia e Portugal*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Dissertação de Mestrado.
- CCDR-n (2005). *Sistema de informação do ON.2 – Guião de apoio ao preenchimento do formulário de candidatura*. Porto: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte.
- CCDR-n (2009). *Plano Regional de Ordenamento do Território da Região Norte*. Porto: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte.
- CE (2004-a). *Evalsed: Guia para a Avaliação do Desenvolvimento socioeconómico*. Bruxelas: Comissão Europeia.
- CE (2004-b). *Terceiro relatório sobre a coesão económica e social*. Luxemburgo: Comissão Europeia - Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
- CMPL (2015). *Caracterização e Diagnóstico Territorial do Concelho da Póvoa de Lanhoso – Plano Diretor Municipal*. Póvoa de Lanhoso: Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso.
- Crețu, Corina (2015). "Editorial", *Revista Panorama*, n.º 52, pp. 3.
- DGOTDU (2011). *Glossário de Desenvolvimento Territorial*. Lisboa: Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.
- FEUC (2005) - *Estudo para o Observatório do QCA III*. Coimbra. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

- Ferreira, Ana Paula (2010). "As novas competências do planeamento territorial", *Actas do XII Colóquio Ibérico de Geografia*, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 3 p.
- Figueiredo, António Manuel (2011). *Programação de fundos estruturais e instrumentos de gestão e ordenamento do território - pistas para uma convergência destes instrumentos*. Lisboa: Observatório do QREN.
- Garrido, Dulce e Costa, Rui (1996). *Dicionário Breve de Geografia*. Lisboa: Editorial Presença.
- GP (2014). *PORTUGAL 2020 – Acordo de Pareceria 2014-2020*. Lisboa: Governo de Portugal.
- Marques, B.P. (2011). "O Planeamento Estratégico Territorial como um Instrumento de Apoio ao Desenvolvimento Local e Regional. Algumas reflexões no âmbito do Trabalho de Projecto de Mestrado", in *Atas do VIII Congresso da Geografia Portuguesa*. Lisboa: Associação Portuguesa de Geógrafos, 6 p.
- MAOTDR (2007). *PNPOT – Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território*. Lisboa: Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.
- Mateus, Augusto (coordenação) (2013). *25 Anos de Portugal Europeu: A economia, a sociedade e os fundos estruturais*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos e Sociedade de Consultores Augusto Mateus & Associados.
- NQ-CMPL (2014-a). *Manual da Qualidade do Município da Póvoa de Lanhoso*. Póvoa de Lanhoso: Núcleo da Qualidade da Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso.
- NQ-CMPL (2014-b). *Manual de Funções do Município da Póvoa de Lanhoso*. Póvoa de Lanhoso: Núcleo da Qualidade da Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso.
- Nunes, Richard e Heitor, Manuel (2004). *Guia Prático de Prospectiva Regional em Portugal*. Luxemburgo: Comissão Europeia.
- Observatório do QCA III (2007). *QREN-Quadro de Referência Estratégico Nacional – 2007*. Lisboa: Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.

- Pereira, Margarida e Carranca, Maria Adelaide (2009). *Contributo da Associação Portuguesa de Geógrafos para a consulta pública lançada pela Comissão Europeia sobre o Livro Verde da Coesão Territorial Europeia*. Lisboa: Associação Portuguesa de Geógrafos.
- Quental, Nuno (2009). "Ordem nos planos! Propostas para um sistema de planeamento mais coerente". *A obra nasce. Revista de Arquitectura da Universidade Fernando Pessoa*, Out. 2009, pp. 27-31.
- Roldão, Vitor Sequeira (2000). *Gestão de Projectos. Uma Perspectiva Integrada*. Lisboa: Monitor - Projectos e Edições, Lda.
- Salvador, Regina (2006). "Empreendedorismo urbano e nova gestão do território: o caso de Sintra". *Geoinova*, n.º 12, pp. 325-347.
- Santinha, G. e Marques, T. (2012). A integração do princípio de Coesão Territorial na agenda política: o caso português. *Revista de Geografia e Ordenamento do Território*, n.º 2 (Dezembro), pp. 215 a 244.
- SEOTC (2005). *PROT 2006: Orientações para a elaboração dos Planos Regionais de Ordenamento do território*. Lisboa: Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.

ANEXOS.

ANEXO 1

Curriculum vitae

MARTA RIBEIRO DE ARAÚJO CARDOSO VELOSO

Setembro de 2015

ÍNDICE

IDENTIFICAÇÃO	2
HABILITAÇÕES ACADÉMICAS	2
OUTRAS HABILITAÇÕES	2
PRÉMIOS RECEBIDOS	2
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL	3
CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO PROFISSIONAL	11
PRINCIPAIS PARTICIPAÇÕES EM SEMINÁRIOS / CONGRESSOS / EVENTOS	12
DIVERSOS	16
IDIOMAS	16
CONHECIMENTOS INFORMÁTICOS	16

IDENTIFICAÇÃO

- Nome: Marta Ribeiro de Araújo Cardoso Veloso
- Morada: Rua Mário de Sá Oliveira, n.º 99 3.º C – 4760-849 Calendário – V. N. Famalicão
- Contacto: +351 96 309 23 95
- Correio eletrónico: veloso.marta@gmail.com
- Naturalidade: Amares / Nacionalidade: Portuguesa
- Data de nascimento: 29. julho.1979
- Estado civil: Casada
- Cartão de Cidadão n.º 11467671 2ZZ6 Válido até: 07/02/2018
- Contribuinte n.º: 167263986
- Carta de Condução n.º BR-254175 de 25/01/1999

HABILITAÇÕES ACADÉMICAS

1997 - 2001 **Licenciatura em Geografia e Planeamento, Ramo de Desenvolvimento Urbano e Regional**, pela Universidade do Minho, com a classificação final de **13 (treze) valores.**

OUTRAS HABILITAÇÕES

1990 - 2001 **Curso de Inglês** pela Escola Inglesa “International House” – Braga, com o **grau Avançado B.**

PRÉMIOS RECEBIDOS

1999-2000 **Prémio de Mérito Escolar** – Universidade do Minho;
2000 Atribuição de **Bolsa ERASMUS** para frequência da Universidade de Santiago de Compostela (ano letivo 2000-2001).

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Desde 2015	<p>Consultora dos Bombeiros Voluntários de Barcelos com responsabilidade de elaboração, coordenação, operacionalização e gestão processual do seguinte projeto:</p> <p>- “Requalificação do Quartel dos Bombeiros Voluntários de Barcelos”, candidato ao Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (PO SEUR) no âmbito do aviso POSEUR-10-2015-14 inserido no eixo prioritário 2 “Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos” e domínio de intervenção “Medidas de adaptação às alterações climáticas e prevenção e gestão de riscos associados ao clima, por exemplo erosão, incêndios, inundações, tempestades e seca, incluindo ações de sensibilização, proteção civil e sistemas e infraestruturas de gestão de catástrofes”;</p>
2015	<p>Co-representante do Município da Póvoa de Lanhoso na Equipa Técnica responsável pela elaboração do “Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável da Comunidade Intermunicipal do Ave”, promovido pela CIM do Ave e realizado pela TecMinho e UMCidades;</p>
Desde 2015	<p>Chefe da Equipa de Projeto Póvoa 2020 do Município da Póvoa de Lanhoso, no âmbito da qual participou a participa nos seguintes projetos:</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Elaboração do Programa Estratégico para a Área de Reabilitação Urbana da Vila da Póvoa de Lanhoso;
2015	<p>Representante do Município da Póvoa de Lanhoso no Comité de Pilotagem da CIM do Ave – Comunidade Intermunicipal do Ave, no âmbito da elaboração do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial – Investimento Territorial Integrado;</p>
2014-15	<p>Representante do Município da Póvoa de Lanhoso no Comité de Pilotagem da CIM do Ave – Comunidade Intermunicipal do Ave, no âmbito da elaboração da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial;</p>
2014-15	<p>Representante do Município da Póvoa de Lanhoso no Comité de Pilotagem da CIM do Ave – Comunidade Intermunicipal do Ave, no âmbito da elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal 2014-2020;</p>
Desde 2014	<p>Formadora Interna do Município da Póvoa de Lanhoso na área da Qualidade (Norma ISO:9001)</p>
Desde 2013	<p>Membro do Núcleo da Qualidade do Município da Póvoa de Lanhoso;</p>
Desde 2010	<p>Coordenadora do Gabinete dos Fundos Comunitários do Município da</p>

	Póvoa de Lanhoso;
2010	Membro do Júri (vogal) do “Procedimento concursal para contratação a tempo determinado de um técnico superior de contabilidade empresarial”;
Desde 2010	Representante do Município da Póvoa de Lanhoso na equipa técnica de acompanhamento do projeto “Minho In” , apresentado ao Programa de Valorização Económica de Recursos Endógeno (PROVERE) – com reconhecimento Formal como Estratégia de Eficiência Coletiva, do Regulamento da Promoção e Capacitação Institucional do Programa Operacional Regional Região Norte 2007-2013;
Desde 2010	<p>Consultora da Federação dos Bombeiros do Distrito de Braga com responsabilidade de elaboração, coordenação, operacionalização e gestão processual dos seguintes projetos aprovados:</p> <ul style="list-style-type: none"> - “Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual para os Bombeiros Voluntários do Distrito de Braga” – Operação com 17 beneficiários apresentada ao abrigo do regulamento Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Ações Materiais do Eixo Prioritário III – Valorização e Qualificação Ambiental e Territorial do Programa Operacional Regional do Norte 2007-2013, com posterior passagem para o POVT – Programa Operacional de Valorização do Território, ao abrigo do Eixo Prioritário “Sistemas Ambientais e de Prevenção, Gestão e Monitorização de Riscos”, Domínio de Intervenção “Prevenção e Gestão de Riscos”; - “Aquisição Veículos de Proteção Civil para os Bombeiros Voluntários do Distrito de Braga” – Operação com 8 beneficiários apresentada ao abrigo do regulamento Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Ações Materiais do Eixo Prioritário III – Valorização e Qualificação Ambiental e Territorial do Programa Operacional Regional do Norte 2007-2013, com posterior passagem para o POVT – Programa Operacional de Valorização do Território, ao abrigo do Eixo Prioritário “Sistemas Ambientais e de Prevenção, Gestão e Monitorização de Riscos”, Domínio de Intervenção “Prevenção e Gestão de Riscos”;
Desde 2010	Consultora dos Bombeiros Voluntários de Vila Nova de Famalicão com responsabilidade de elaboração, coordenação, operacionalização e gestão processual do seguinte projeto aprovado:

	<p>- “Remodelação e Ampliação do Quartel dos Bombeiros Voluntários de Vila Nova de Famalicão”, financiado pelo POVT – Programa Operacional de Valorização do Território, ao abrigo do domínio de intervenção Prevenção e Gestão de Riscos do Eixo Prioritário Sistemas Ambientais e de Prevenção, Gestão e Monitorização de Riscos.</p>
2010 a 2012	<p>Consultora dos Bombeiros Voluntários do Porto, em colaboração com o escritório JPAB - JOSÉ PEDRO AGUIAR-BRANCO & ASSOCIADOS - SOCIEDADE DE AVOGADOS, R.L;</p>
2009 - 2010	<p>Responsável pela elaboração do estudo económico “Indústrias têxteis no concelho da Póvoa de Lanhoso – Impacto sócio-económico”, apresentado publicamente em 2010 na Casa da Botica, concelho da Póvoa de Lanhoso;</p>
2009	<p>Membro da comissão executiva do 6.º Congresso Ibero-Americano de Parques e Jardins Públicos – “Sustentabilidade dos Espaços Verdes Urbanos”, uma parceria do Município da Póvoa de Lanhoso e a Associação Espanhola de Parques e Jardins Públicos, 24, 25 e 26 de Junho, Póvoa de Lanhoso;</p>
Desde 2009	<p>Técnica Superior de Geografia e Planeamento no Município da Póvoa de Lanhoso, em regime de contrato por tempo indeterminado, com funções no Gabinete de Fundos Comunitários;</p>
Desde 2008	<p>Representante do Município da Póvoa de Lanhoso no Comité de Pilotagem da CIM do Ave – Comunidade Intermunicipal do Ave, no âmbito do processo de operacionalização do “Contrato de delegação de competências com subvenção global” celebrado com a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte;</p>
Desde 2008	<p>Representante do Município da Póvoa de Lanhoso nas equipas técnicas responsáveis pela elaboração de candidaturas de carácter intermunicipal, entre as quais:</p> <p>“GESTRAVE – Gestão de riscos Naturais e Tecnológicos da AVE”, apresentada à ação “Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos Ações imateriais – Municipal”, do Eixo Prioritário III “Valorização e Qualificação Ambiental e Territorial” do Programa Operacional Regional do Norte 2007-2013;</p> <p>“NATURAVE – Gestão Ativa de Espaços Naturais e Classificados do AVE”, apresentada à Gestão Ativa de Espaços Protegidos e Classificados</p>

integradas no Objetivo Específico “Gestão Ativa da Rede Natura e da Biodiversidade” do Eixo Prioritário III “Valorização e Qualificação Ambiental e Territorial” do Programa Operacional Regional do Norte 2007-2013;

“**Ave Social**”, apresentada à ação “Promoção e Capacitação Institucional”, do Eixo Prioritário IV “Governança e capacitação institucional” do Programa Operacional Regional do Norte 2007-2013.

2007 - 2009 **Representante do Município da Póvoa de Lanhoso no Comité de Pilotagem da AMAVE – Associação de Municípios do Vale do Ave**, no âmbito do projeto “**Vale do Ave TRS – Território de Responsabilidade Social**”;

2007 - 2008 **Representante do Município da Póvoa de Lanhoso no Comité de Pilotagem da AMAVE – Associação de Municípios do Vale do Ave**, no âmbito do projeto “**PAISCTP – Programa de Ação Intermunicipal de Serviços Coletivos Territoriais de Proximidade**”;

2007 **Membro da Comissão Executiva do Congresso “Póvoa de Lanhoso – Terra do Ouro”**, numa organização conjunta da Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso, da Associação dos Ourives da Póvoa de Lanhoso e da ESAD – Escola Superior de Artes e Design, de Matosinhos, 24 a 27 de Maio, Póvoa de Lanhoso;

2005 - 2009 **Técnica Superior de 2.ª Classe de Geografia e Planeamento** no Município da Póvoa de Lanhoso, em regime de contrato a termo certo, com funções no Gabinete de Fundos Comunitários;

2005 -2008 **Responsável** no Município da Póvoa de Lanhoso pelo i) acompanhamento e ii) gestão do processo de **candidatura** e execução do **projeto “Biologic@ - Uma perspetiva BioEconómica do Futuro”**, projeto de cooperação entre Portugal, Espanha, Irlanda, Itália e Suíça aprovado no âmbito da Iniciativa Comunitária **INTERREG III C**, em que o Município da Póvoa de Lanhoso foi Chefe de Fila, em articulação direta com o Secretariado Técnico Conjunto do Programa em Valência, Espanha;

2005 - 2007 **Colaboradora** da equipa técnica externa responsável pelo processo de **revisão do PDM** do concelho da **Póvoa de Lanhoso**, com especial enfoque nos capítulos das Infra-Estruturas e dos Equipamentos;

2004 - 2008 **Responsável** no Município da Póvoa de Lanhoso pelo **acompanhamento** do processo de candidatura do projeto “**Vias Augustas**, um novo itinerário

- cultural”. Projeto aprovado no âmbito da Iniciativa Comunitária **INTERREG II e III A** de cooperação transfronteiriça entre Espanha e Portugal;
- 2004 - 2005 **Técnica Superior de 2.ª Classe** de Geografia e Planeamento no Município da Póvoa de Lanhoso, em regime de prestação de serviços, com funções no Gabinete de Fundos Comunitários;
- 2004 -2005 **Autora** do projeto de **Sinalização Rodoviária** em todo o território do Município da Póvoa de Lanhoso;
- 2004 - 2005 **Membro** da **Comissão Organizadora** do “**I e II Salão do Vinho Verde** da Póvoa de Lanhoso”;
- Desde 2004 Autora e responsável pela gestão processual de **candidaturas aprovadas a instrumentos de financiamento comunitários** entre os quais:
- Requalificação da Rede Escolar de 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-escolar, do Eixo Prioritário III – Valorização e Qualificação Ambiental e Territorial do Programa Operacional Regional do Norte 2007-2013, com os projetos “**Remodelação e Ampliação da Escola António Lopes**”, “**Construção e Apetrechamento do Centro Escolar de Monsul**”; “**Centro Escolar D. Elvira Câmara Lopes**”;
 - Equipamentos Desportivos, no domínio “Equipamentos para a Coesão Local” do Eixo Prioritário III – Valorização e Qualificação Ambiental e Territorial do Programa Operacional Regional do Norte 2007-2013, com os projetos “**Construção do Pavilhão Desportivo do Centro Escolar de Monsul**”, “**Construção do Pavilhão Desportivo do Centro da Póvoa de Lanhoso**”, “**Polidesportivo do Parque do Pontido**”, “**Colocação de Relvado Sintético no Campo de Jogos Municipal da Póvoa de Lanhoso**”, “**Colocação de Relvado Sintético no Campo de Jogos de Santo Emilião**”, “**Colocação de Relvado Sintético no Campo de Jogos Os Sandinenses**”; “**Construção dos Balneários de Apoio do Campo de Jogos Municipal da Póvoa de Lanhoso**”;
 - **Política de Cidades – Parecerias para a Regeneração Urbana**, no âmbito do domínio “Promoção de ações integradas em zonas prioritárias de regeneração urbana”, integrado no Objetivo Específico “Promoção de operações integradas em zonas prioritárias

de regeneração urbana” do Eixo Prioritário IV – Qualificação do Sistema Urbano do Programa Operacional Regional do Norte 2007-2013, com o Programa de Ação sem Protocolo de Parceria **“Regeneração Urbana da Avenida 25 de Abril e Áreas Envolventes”**, e os projetos individuais **“Jardim Gonçalo Sampaio”**, **“Construção do Fórum Municipal”** e **“Regeneração da Avenida 25 de Abril”**;

- **Rede de Equipamentos Culturais** do Eixo Prioritário III – Valorização e Qualificação Ambiental e Territorial do Programa Operacional Regional do Norte 2007-2013 com os projetos **“Biblioteca da Póvoa de Lanhoso”** e **“Arquivo da Póvoa de Lanhoso”**;
- **Valorização e Animação do Património Cultural** do Eixo Prioritário III – Valorização e Qualificação Ambiental e Territorial do Programa Operacional Regional do Norte 2007-2013 com o projeto **“Conservação, Valorização e Animação do Castelo de Lanhoso”** e **“Centro Interpretativo da Maria da Fonte”**;
- **Mobilidade Territorial** do Eixo Prioritário IV – Qualificação do sistema urbano do Programa Operacional Regional do Norte 2007-2013 com os projetos **“Beneficiação e Pavimentação de um troço da EM 597 (ligação à EN 103)”**, **“Retificação, Beneficiação e Pavimentação da ligação da EM 595 à EN 205, por São João de Rei”** e **“Redução de Pontos Negros ao longo da EN 205 – Póvoa de Lanhoso”**;
- **Turismo** do Eixo Prioritário II – Valorização económica de recursos específicos do Programa Operacional Regional do Norte 2007-2013 com o projeto **“Loja Interativa de Turismo de Póvoa de Lanhoso”**;
- **Energia** do Eixo Prioritário I – Competitividade, inovação e conhecimento do Programa Operacional Regional do Norte 2007-2013 com o projeto **“Redução da Factura Energética na Rede de IP – Instalação de Reguladores de Fluxo Luminoso - Vila da Póvoa de Lanhoso”** e **“Promoção da Eficiência Energético-Ambiental na Piscina Municipal Coberta da Póvoa de Lanhoso”**;
- **Tipologia 7.2 – Planos para a Igualdade**, do Eixo Prioritário 7 – Igualdade de Género do Programa Operacional do Potencial Humano, com o projeto **“Local de Iguais – Plano Municipal para a**

Igualdade”;

- **Ação 1.6.5** do Subprograma 1, Medida 1.6 (Projetos Estruturantes) do PRODER, com os projetos: **“Caminho Agrícola da Camarôa – Serzedelo”, “Caminho Agrícola da Carvalha de Calvos” e “Caminho Agrícola de Carreira – Sobradelo da Goma”;**
- **Sub-ação 7.1 – Núcleos Rurais**, da Ação n.º 7 “Valorização do Ambiente e do Património Rural”, da medida **AGRIS** do Programa Operacional da Região Norte do III Quadro Comunitário de Apoio com o **“Plano de Ação do Núcleo Rural de Sobradelo da Goma”, “Plano de Ação do Núcleo Rural de Calvos”;**
- **Medida 3.1, do Eixo Prioritário 1 do Programa Operacional da Região do Norte (ON – Operação Norte)** do III Quadro Comunitário de Apoio com os projetos **“Construção do novo estabelecimento de ensino do 1.º ciclo e jardim-de-infância da Póvoa de Lanhoso” e “Construção do novo estabelecimento de ensino do 1.º ciclo e jardim-de-infância de Travassos”;**
- **Programa de Iniciativa Comunitária LEADER +**, com os projetos **“Salão do Vinho Verde da Póvoa de Lanhoso”, “Festa do Comer e do Saber”, “Feira Medieval da Póvoa de Lanhoso”, “Metamorfoses do Ouro e da Prata: a ourivesaria tradicional do Noroeste de Portugal”, “Educação e Sensibilização Ambiental” e “Apetrechamento do Centro de Interpretação do Carvalho de Calvos” .**

Desde 2004

Gestão processual de diversas **candidaturas aprovadas a instrumentos de financiamento comunitários** entre os quais:

POSI / POSC – Programa Operacional Sociedade do Conhecimento;

PRODEP III – Programa Operacional da Educação;

FORAL – Formação para as Autarquias Locais;

EQUAL;

LEADER II e LEADER +;

AGRIS (Sub-ação 7.1 e ação 6.1);

Eixos Prioritários 1 (medida 1.1, 1.2 e 1.3) e 3 (medida 3.15) do Programa Operacional da Região do Norte (ON – Operação Norte) do III Quadro

	Comunitário de Apoio;
	Projeto de Urbanismo Comercial do Programa Operacional da Economia;
	Sistemas de Apoio à Modernização Administrativa do Eixo Prioritário V Governação e Capacitação Institucional –do Programa Operacional Regional do Norte 2007-2013 (ON2);
Desde 2004	<p>Gestão processual de diversas candidaturas aprovadas a instrumentos de financiamento nacionais entre os quais:</p> <p>Protocolos de Modernização Administrativa: com os projetos i) “Modernização Administrativa do Município da Póvoa de Lanhoso” (projeto galardoado com o Prémio de Boas Práticas, atribuído pela DGAL) e ii) “Modernização administrativa das 29 Juntas de Freguesia do concelho da Póvoa de Lanhoso”;</p> <p>Estágios Profissionais do IEFP,</p> <p>Projetos DGAL para Equipamento Associativo e Religioso</p> <p>PITER II.</p>
Desde 2004	<p>Apoio na operacionalização, nomeadamente protocolar, de atividades e eventos institucionais promovidos pelo Município da Póvoa de Lanhoso, nomeadamente ao nível do protocolo, como Feiras, Seminários, Congressos e Cerimónias protocolares de receção a individualidades, tais como Sua Ex.a o Presidente da República, o Exmo. Sr. Ministro da Educação e Exmo. Sr. Ministro da Administração Interna;</p>
2003 - 2004	<p>Técnica responsável pela execução do Plano de Acção relativo ao Núcleo Rural de Porto d’Ave (Póvoa de Lanhoso), projeto financiado pelo Programa Comunitário AGRIS (sub-acção 7.1) da ATAHCA (Associação de Desenvolvimento das Terras Altas do Homem, Cávado e Ave);</p>
2002 - 2003	<p>Estágio Profissional na Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso, no âmbito da revisão do PDM com especial enfoque nos capítulos: “Demografia” e “Atividades económicas”;</p>
2001 - 2002	<p>Responsável pela fase preliminar de um projeto de caracterização demográfica, económica e social da área de intervenção da ATAHCA (Associação de Desenvolvimento das Terras Altas do Homem, Cávado e Ave).</p>

CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO PROFISSIONAL

2014	Formação “Técnicas e ferramentas da qualidade”, no Município da Póvoa de Lanhoso, de 26 a 30 de julho (21 horas);
2014	Formação “Código dos Contratos Públicos (CCP)” , no Município da Póvoa de Lanhoso, de 27 de junho a 11 de julho (21 horas);
2014	Workshop “ISO 9001:2015 - Perspetivas Futuras” nas instalações da XZ Consultores, 20 de março (3 horas);
2014	Workshop “Mitigação de Riscos nas START UPS”, na Comunidade Intermunicipal do Ave, de 23 a 24 de janeiro (14 horas);
2013	Formação “Auditorias”, no Município da Póvoa de Lanhoso, de 27 de novembro a 18 de dezembro (35 horas) – classificação de 20 valores;
2013	Formação “As Novas Competências das Autarquias Locais”, no Município da Póvoa de Lanhoso, de 5 a 6 de dezembro (14 horas) – classificação de 18 valores;
2013	Formação “A Norma ISO 9001” no Município da Póvoa de Lanhoso, com conclusão a 13 de junho (35 horas) – classificação de 20 valores;
2013	Formação “Gestão de Conflitos” no Município da Póvoa de Lanhoso, de 28 de março a 13 de abril (21 horas) – classificação de 17 valores;
2013	Formação “Gestão Financeira das Autarquias: endividamento e financiamento” no Município da Póvoa de Lanhoso, com conclusão a 8 de abril (35 horas) – classificação de 16 valores;
2013	Participação na Formação “Certificação Ambiental”, no âmbito do Estudo de Implementação de uma Administração Pública Eco-Consistente, promovido pela Associação empresarial de Portugal, em Leça da Palmeira a 13 de março (3 horas);
2012	Formação “O Regime de Formação dos Contratação dos Contratos por Ajustes Diretos e Concurso Público no CCP – revisto e atualizado”, promovido pelo IGAP, Porto, 27 e 28 de junho (14 horas);
2012	Formação “Igualdade de Género”, no Município da Póvoa de Lanhoso, 27 a 29 de fevereiro (12 horas);
2011	Formação sobre “Contratação Pública”, no Município da Póvoa de Lanhoso, 10 e 11 de Março (14 horas);

- 2008 **Formação de “Métodos e práticas de prospectiva territorial”,** na Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Ave, S.A., de 13 a 14 de março (16 horas);
- 2007 **Formação “GSE – Gestão e Seguimento de Expediente” e “MDD – Módulo de Digitalização de Documentos”,** no Município da Póvoa de Lanhoso, 2 de novembro;
- 2004 **Curso de GeoMedia Fundamentals 5.2** - Intergraph, Universidade do Minho, Campus de Gualtar (21 horas), de 22 a 24 novembro;
- 2004 **Curso de GeoMedia Webmap Publisher 5.2** - Intergraph, Universidade do Minho, Campus de Gualtar (7 horas), 2 a 25 de novembro;
- 2004 **Curso de Autodesk Map** - Yellow Formação Profissional, Braga (46 horas), de 24 de maio a 14 de junho;
- 2003 **Curso de Arc View** - Yellow Formação Profissional, Braga (32 horas);
- 2003 **Curso de Introdução aos Sig’s e Elementos de Geodesia, Cartografia e Topografia** - Yellow Formação Profissional, Braga (32 horas), de 5 a 26 de abril;
- 2003 **Curso de Autodesk Map** - Yellow Formação Profissional, Braga (30 horas), de 8 a 21 de outubro;
- 2003 **Curso de Imagem Pessoal e Profissional** – Associação Comercial de Braga, Vila Verde, de 29 de setembro a 20 de outubro;
- 2002 **Curso de Introdução aos Sistemas de Informação Geográfica com aplicações em Saúde,** Universidade do Minho, Campus de Azurém (64 horas), de 22 a 31 de julho.

PRINCIPAIS PARTICIPAÇÕES EM SEMINÁRIOS / CONGRESSOS / EVENTOS

- 2015 Participação no **Focus Group - "Projeto Local Gender Equality - Mainstreaming de género nas comunidades locais: Desenvolvimento de instrumentos e métodos promotores da igualdade de género ao nível local",** Póvoa de Lanhoso, 17 de Setembro;
- 2015 Participação na **“Sessão de Apresentação do Programa Europeu URBACT III”,** promovido pela CCDR-n - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, Casa das Artes, Vila Nova de Famalicão, 2 de Junho;
- 2015 Participação na conferência **"A região norte no Portugal 2020",** promovido pela

- CCDR-n - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, Europarque, Santa Maria da Feira, 11 de Março;
- 2015 Participação no Workshop "**As cidades analíticas na região Norte**", promovido pela CCDR-n - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, Auditório da Casa das Artes, Porto, 10 de Março;
- 2015 Participação na conferência "**Lições do "Novo Norte" e a aplicação dos fundos no ciclo 2014-2020**", promovido pela CCDR-n - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, Centro de Congressos do Vidago Palace Hotel, Vidago, 30 de Janeiro;
- 2014 **Participação** no encontro de auditores internos das autarquias para debate sobre **o Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas**, promovido pelo Núcleo de Auditores Internos das Autarquias do IPAI – Instituto Português de Auditoria Interna, 30 de maio em Coimbra (7 horas);
- 2014 **Participação** no Congresso "**Forais Manuelinos – História do Município e Municipalismo Português**", organizado pela Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso, de 15 a 17 de maio, na Póvoa de Lanhoso;
- 2014 **Participação** na **visita de Multiplicadores de Informação a Bruxelas** (Comissão Europeia), uma iniciativa do Centro de Informação Europe Direct (CIED) de Barcelos, de 2 a 4 de fevereiro;
- 2014 Participação no workshop "**Mitigação de riscos nas strat ups**", promovido pelo IN.Ave – Rede de empreendedorismo do Ave, Comunidade Intermunicipal do Ave, Guimarães 24 de Janeiro;
- 2014 Participação no "**Seminário Horizonte 2020: Aspetos legais e financeiros**", realizado na Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, 16 de janeiro;
- 2013 **Participação** no "**I Congresso Social do Ave – O Futuro da Inclusão**" promovida pela Comunidade Intermunicipal do Ave, 28 e 29 de novembro;
- 2013 **Participação** na Conferência "**Novo modelo de desenvolvimento – planeamento, espaços de cidadania e qualidade de vida**" promovido pela Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão e a ADRAVE, 26 de setembro;
- 2012 **Participação** no "**Seminário Internacional Sustentabilidade e Usos Sociais dos Parques Urbanos – estratégias e trajetórias**" promovido pela Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão e a ADRAVE, 24 e 25 de outubro;
- 2012 **Participação** na Conferência "**Ordenamento e Mobilidade**" promovida pelo

- Município da Póvoa de Lanhoso, 1 de fevereiro;
- 2011 **Participação** na **Sessão de Informação do Programa LIFE +**, a 1 de março, em Lisboa;
- 2011 **Participação** no **“OPEN FÓRUM MINHO”**, promovido pelo Consórcio Minho In, Ponte de Lima, 14 de janeiro;
- 2011 **Participação** na Sessão do **“Info-Day 201” do Programa Energia Inteligente – Europa**, na Direção Regional de Economia, Inovação e Desenvolvimento, Porto, 17 de março;
- 2011 **Participação** no Seminário subordinado ao tema **“Europa 2020: O Plano Nacional de Reformas 2020 e os Apoios Comunitários na Região Norte”**, promovido pela CCDR-n – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, Porto, 21 de março;
- 2010 **Participação** no Evento Anual do ON2 – O Novo Norte **“O Norte e o QREN”**, promovido pela CCDR-n – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, Porto, 7 de dezembro;
- 2010 **Participação** no Seminário Internacional subordinado ao tema **“Europa 2020: Nova Estratégia, Novos Instrumentos de Financiamento”**, promovido pela CCDR-n – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, Porto, 19 de novembro;
- 2010 **Participação** nas **1^{as} Jornadas em “Gestão Ambiental e Ordenamento do Território”**, promovido pela Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Viana do Castelo, Refoios de Lima, 29 de outubro;
- 2010 **Participação** no Seminário subordinado ao tema **“Promover a Coesão, Descentralizar o Estado, Desenvolver as Regiões”**, promovida pela CCDR-n – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, Porto, 7 de julho;
- 2010 **Participação** no 1^o Congresso Internacional subordinado ao tema **“Empreendedorismo e Valorização Sustentável do Território”**, promovido pela Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Viana do Castelo, Refoios de Lima, 18 de junho;
- 2010 **Participação** na Sessão de Divulgação subordinada ao tema **“Internacionalização & Cooperação: Novas Oportunidades de Financiamento”**, promovida pela CCDR-n – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, Porto, 21 de abril;

- 2010 **Participação** na Sessão de **Apresentação da Segunda Convocatória do POCTEP**, promovida pela CCDR-n – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, Porto, 8 de março;
- 2009 **Participação** na Conferência Anual **“O Norte e o QREN, dois anos depois”**, promovida pela CCDR-n – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, Porto, 16 de Dezembro;
- 2009 **Participação** no **XXXVI Congreso nacional de Parques Y Jardines Públicos, “Del paraíso al paisaje urbano”**, celebrado em Córdoba, Espanha, de 22 a 24 de abril;
- 2008 **Participação** na **Conferência Internacional “Turismo & Desenvolvimento Regional 2007-2013 – o Caso do Norte de Portugal”**, promovido pela CCDR-n – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, Porto, 8 de maio;
- 2005 **Participação** no **Workshop – Cartas Educativas**”, organizado pela Associação Portuguesa de Planeadores do Território, 25 de fevereiro, Universidade de Aveiro;
- 2002 **Participação** no Seminário organizado pela ADRAVE – Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Ave, S.A., subordinado ao tema **“Turismo de Natureza – Contributo para o Desenvolvimento de Novos Produtos em Turismo”**, Hotel Rural Maria da Fonte, Póvoa de Lanhoso, 17 de outubro;
- 2000 **Participação** no Seminário **“Corredores Verdes na área metropolitana de Lisboa”**, promovido pela Área Metropolitana de Lisboa, Lisboa;
- 2000 **Participação** nas **III Jornadas de Geografia e Planeamento da Universidade do Minho** – “Turismo e, Universidade do Minho, promovidas pela Secção de Geografia, Universidade do Minho - Campus de Azurém;
- 2000 **Participação** no **I Encontro de Geografia Física e Ambiente**, Universidade do Minho, promovido pela Secção de Geografia, universidade do Minho - Campus de Gualtar;
- 1999 **Participação** nas **II Jornadas de Geografia e Planeamento da Universidade do Minho**, promovidas pela Secção de Geografia Universidade do Minho - Campus de Azurém;
- 1999 **Participação** no Workshop **“Regiões Eco-Eficientes: estratégias de inovação e sustentabilidade interregionais”**, promovido pelo Instituto Politécnico de Viana do Castelo;
- 1998 **Participação** nas **I Jornadas de Geografia e Planeamento da Universidade do**

Minho, promovidas pela Secção de Geografia, Universidade do Minho - Campus de Azurém;

1998 **Participação** no **Ciclo Ordenamento do Território e Políticas das Cidades – “Metodologias de Avaliação de PDM”**, Universidade do Minho, Campus de Gualtar;

1998 **Participação** nas II Conferências de **Sociologia – “Jovens e Migrações”**, Universidade do Minho, Campus de Gualtar.

DIVERSOS

Desde 2012 **Presidente** da Assembleia Geral da Associação Social e Cultural dos **Funcionários da Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso**;

2001-2004 Curso de Danças de Salão, na Escola Bracarense de Danças de Salão;

2001 Participação na 2.ª fase do Projeto GEOG// 99 PC1 – “A acessibilidade aos Cuidados de Saúde no Distrito de Braga”, uma parceria Universidade do Minho e Sub-Região de Saúde de Braga;

1999 - 2001 Sub-Delegada do Curso e Geografia e Planeamento da Universidade do Minho;

1998 – 2000 **Membro da Direção da GeoPlanUM – Associação de Estudantes de Geografia e Planeamento da Universidade do Minho**;

1998 **Fundadora da GeoPlanUM – Associação de Estudantes de Geografia e Planeamento da Universidade do Minho**.

IDIOMAS

Fluência oral e escrita em Inglês e Francês;

Conhecimentos básicos de Espanhol (oral e escrito);

Compreensão oral e escrita de italiano.

CONHECIMENTOS INFORMÁTICOS

Conhecimentos na ótica do utilizador em i) Office: Word, Excel, Power Point e Access; ii) aplicações de tratamento de dados: SPSS e Statistica; iii) aplicações SIG -Sistema de Informação

Geográfica; Arc View, Idrisi, AutoCad Map, Map Viewer e Geomedia; iii) aplicações de desenho assistido por computador: AutoCad; iv) navegação Web; v) Software de mapeamento mental; vi) Software de gestão de projetos.

Anexos

INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

UNIVERSIDADE DO MINHO



2^{as} CONFERÊNCIAS DE SOCIOLOGIA

"Jovens e Migrações" - "Ciência e Sociedade"

Certifico que

esteve presente nestas Conferências, realizadas na Universidade do Minho, em Gualtar, no dia 5 de Janeiro de 1998.

Braga, 5 de Janeiro de 1998.

O Responsável pelas Conferências,



DGOTDU

DIRECÇÃO-GERAL DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO URBANO
MINISTÉRIO DO EQUIPAMENTO DO PLANEAMENTO E DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Ciclo "Ordenamento do Território e Política das Cidades"

Certificado

Certifica-se que

Marta Ribeiro de Araújo Cardoso V.

participou no Painel "Metodologias de Avaliação de PDM", realizado em Braga, no Auditório da Universidade do Minho (Gualtar), dia 19 de Maio de 1998.

O Director Geral

(João Biencard Cruz)



Universidade do Minho

Certificado

Jornadas de Geografia e Planeamento

Certifica-se que Clotilde Ribeiro da Araújo Cardosa Sousa participou nas
Jornadas de Geografia e Planeamento, realizadas no dia 27 de Maio de 1998, Campus de Azurém,
Guimarães.

Guimarães, 27 de Maio de 1998

O Director do Curso de

UNIVERSIDADE DO MINHO
Ciências Sociais

Manuel Silva e Costa
Professor Doutor Manuel Silva e Costa



ASSOCIAÇÃO UNIVERSIDADE - EMPRESA PARA O DESENVOLVIMENTO

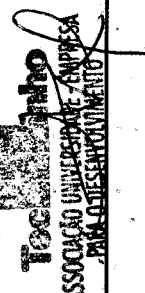
C E R T I F I C A D O

Certifica-se que MARTA RIBEIRO DE ARAUJO CARDOSO VELOSO

participou no Workshop "Regiões Eco-Eficientes: Estratégias de Inovação e Sustentabilidade Inter-Regionais"

com a duração de - horas, realizada entre 99/03/25 e 99/03/26

Guimarães, 26 de MARÇO de 1999


Director
TecMinho
ASSOCIAÇÃO UNIVERSIDADE - EMPRESA
PARA O DESENVOLVIMENTO



Universidade do Minho

Certificado

II Jornadas de Geografia e Planeamento

Certifica-se que Francisco António C. Velez participou nas II Jornadas de Geografia e Planeamento, realizadas no dia 20 de Maio de 1999, Campus de Azurém, Guimarães.

Guimarães, 20 de Maio de 1999

Pelo
UNIVERSIDADE DO MINHO
Instituto Ciências Sociais
Departamento de Geografia e Planeamento
Prof. Doutor Manuel Silva e Costa



Universidade do Minho

Certificado

I Encontro de Geografia Física e Ambiente

Certifica-se Lara Ribeiro de Araújo Cardoso Velez que participou no I Encontro de Geografia Física e Ambiente "Gestão de Riscos e Ordenamento do Território", realizado no dia 27 de Março de 2000, Campus de Gualtar, Braga.

Braga, 27 de Março de 2000

O Director de Curso

F. Costa

O Professor Doutor Manuel Silva e Costa



Universidade do Minho

*Instituto de Ciências Sociais
Secção de Geografia*

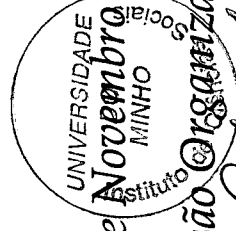
Certificado

III Jornadas de Geografia e Planeamento

Certifica-se que Marta Ribeiro de Araújo Condorez Velez *participou nas*
Jornadas sobre Turismo e Dinâmicas Territoriais, realizadas nos dias 16 e 17 de Novembro
de 2000, Campus de Gualtar, Braga.

Braga, 17 de Novembro de 2000

A Comissão Organizadora



Pelo OA

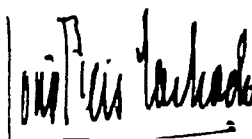
CERTIFICADO DE PARTICIPAÇÃO

Martha Ribeiro de Araújo Lardero Veloso.

Participou no Seminário

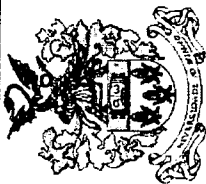
**Corredores Verdes
na área Metropolitana de Lisboa**

em Lisboa, nos dias 29 e 30 de Novembro de 2000.



*João Reis Machado, Ph.D.
Presidente da Comissão Científica*

29 - 30 Novembro 2000

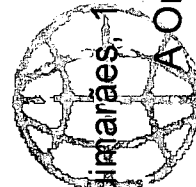


Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais
Geografia e Planeamento

Certificado

II Encontro de Geografia Física e Ambiente

Certifica-se que *Marta Ribeiro de Araújo Ladeira Vilela* participou no II Encontro de Geografia Física e Ambiente - "O Noroeste Português - homogeneidade e diversidade", realizado no dia 19 de Março de 2001, Campus de Azurém, Guimarães.



Guimarães, 19 de Março de 2001

A Organização

Associação de Estudos de Geografia e Planeamento
Instituto de Ciências Sociais
Universidade do Minho

UNIVERSIDADE DO MINHO



Diploma

Prémio de Mérito Escolar

Por ter obtido média igual ou superior a 14.0 valores no ano lectivo de 1999/2000 e ter transitado, sem disciplinas em atraso, para o 4º ano da Licenciatura em Geografia e Planeamento da Universidade do Minho, é atribuído a Marta Ribeiro de Araújo Cardoso Veloso o Prémio de Mérito Escolar.

Braga, 2 de Maio de 2001.

O Reitor

Tel

253 274 279 / 253 215 250

Fax

253 612 281

E-Mail

ih-braga@iniil mailpac pt

Internet

www international-house org

DECLARAÇÃO

A I.N.I.L.-Instituto Internacional de Línguas, Lda., declara para os devidos efeitos que a aluna **MARTA RIBEIRO VELOSO** frequentou esta escola completando o nível Proficiency 2.

A secretaria,

**INIIL - Instituto Internacional
de Línguas, Lda.**
Contribuinte N.º 501 597 239
Rua dos Chaos, 168
Telef. 74279 4700 BRAGA

International House

África do Sul
Alemanha
Argentina
Austrália
Áustria
Bielorrússia
Brasil
Egipto
Espanha
Estónia
EUA
Finlândia
França
Geórgia
Grécia
Hungria
Irlanda
Itália
Lituânia
Macedónia
Malásia
México
Nova Zelândia
Polónia
Portugal
Reino Unido
República Checa
Roménia
Rússia
Singapura
Suíça
Turquia
Ucrânia

Braga, 28 de Março 2001

International House

Reconhecido pelo Ministério de Educação

Rua dos Chãos, 168

4700 BRAGA

Portugal

This is to certify that / Certifica-se que


MARTA VELOSO

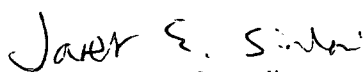
attended classes of English / frequentou um curso de Inglês
at this school from / nesta escola de

01/10/2000 - 30/06/2001

and has successfully completed the following level:
e completou com aproveitamento o nível seguinte:

AVANÇADO (B)


Teacher


Director/Director of Studies

INTERNATIONAL HOUSE ESTÁ TAMBÉM EM:

Alemanha, Argentina, Austrália, Austria, Brasil, Chipre, Egípto, Espanha, EUA,
Finlândia, França, Geórgia, Húngria, Inglaterra, Itália, Polónia, Portugal,
República de Macedónia, Roménia, Rússia, Singapura, Ucrania

NÍVEIS DE INTERNATIONAL HOUSE

PRINCIPIANTE

Os alunos inscritos neste nível estão em condições de usar a língua inglesa, em situações de ocorrência mais frequente de conteúdo simples e prático.

ELEMENTAR

Os alunos que frequentam este nível, aprendem já a comunicar com um certo grau de confiança numa variedade de situações correntes de língua falada.

INTERMÉDIO BAIXO

Ao atingir este nível os alunos estão aptos a resolver satisfatória e adequadamente situações de ocorrência provável em ambientes de falantes nativos de língua inglesa.

INTERMÉDIO

Os alunos que frequentam este nível estão já aptos a comunicar de forma eficaz numa variedade de situações de língua falada. Paralelamente começa-se também a desenvolver neste grau a capacidade escrita dos estudantes.

INTERMÉDIO ALTO (A)

Neste nível desenvolve-se nos alunos as capacidades produtivas - oralidade e escrita. Os alunos comunicam já de forma bastante fluente na maior parte das situações do quotidiano, fazendo uso das principais estruturas gramaticais de forma correcta e adequada.

INTERMÉDIO ALTO (B)

Os alunos inscritos neste grau estão já em condições de usar de forma competente a língua inglesa, não só em situações do dia-a-dia, como também em algumas áreas especializadas mais relacionadas com a vida profissional. Este grau dá acesso, aos alunos que o desejem, de se candidatarem ao exame denominado "UNIVERSITY OF CAMBRIDGE FIRST CERTIFICATE IN ENGLISH".

PÓS-INTERMÉDIO

Neste nível, os alunos começam a desenvolver mais confiança e consequentemente a serem capazes de funcionar com a língua a um nível de ideias de carácter mais abstracto, bem como a lidar com situações menos previsíveis. Inicia-se neste grau a abordagem a algumas das complexidades linguísticas a nível de estilo e idiomatismos.

AVANÇADO (A)

Os alunos inscritos neste nível têm capacidade para se exprimir de forma competente fazendo para tal uso de uma gama variada e adequada tanto de léxico como de estilo, quer em situações de carácter social, quer em contextos relacionados com o mundo do trabalho. Este grau dá acesso, aos alunos que o desejem, de se candidatarem ao exame denominado "UNIVERSITY OF CAMBRIDGE CERTIFICATE OF ADVANCED ENGLISH".

AVANÇADO (B)

Os alunos neste grau estão aptos a usar linguisticamente e de forma eficaz uma gama variada de situações e contextos. Compreendem sem dificuldade a língua normal quer ela seja falada ou escrita. Os alunos começam, a este nível, a desenvolver uma capacidade de compreensão e utilização das subtilezas e complexidades da língua. Este grau dá acesso, aos alunos que o desejem de se candidatarem a outro exame da Universidade de Cambridge, denominado "UNIVERSITY OF CAMBRIDGE CERTIFICATE OF PROFICIENCY IN ENGLISH".



UNIVERSIDADE DO MINHO
Secção de Geografia

Certificado

*Curso de Introdução aos Sistemas de Informação Geográfica
Com Aplicações em Saúde*

Certifica-se que Marta Ribeiro Veloso frequentou com aproveitamento o **Curso de Introdução aos Sistemas de Informação Geográfica - com aplicações em saúde**, realizado de 22 a 31 Julho de 2002, num total de 64 horas, na Secção de Geografia, Campus de Azurém, Guimarães.

Guimarães, 31 de Julho de 2002

António Ribeiro A Organização

Carla de Fátima de Almeida A Formadora



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

PORTUGAL
Direcção Regional do Norte

Marta Veloso

PORTUGAL

SEMINÁRIO SOBRE ESTATÍSTICA REGIONAL
"A Formação Estatística e Geográfica Territorial"

realizado no Edifício da Alfândega do Porto (Sala do Infante),
nos dias 7 e 8 de Novembro de 2002.

Porto, 8 de Novembro de 2002

O Director Regional,

Paulo Teles

(Prof. Doutor Paulo Teles)





-CERTIFICADO-

Nº 0095/2003

Yellow—Formação Profissional, Lda, certifica que Marta Ribeiro de Araújo Cardoso Veloso, portador(a) do Bilhete de Identidade nº 11467671, natural de Amares, nascido(a) a 29 / 07 / 1979, participou e concluiu com aproveitamento o curso denominado Autodesk Map, com uma duração de 30 horas que decorreu entre 08 / 10 / 2003 e 21 / 10 / 2003.

Coimbra, 24 de Outubro de 2003

O Director Pedagógico



YELLOW

Formação Profissional, Lda.
Coimbra

NIPC 503 847 266

Marta Ribeiro de Veloso

A Gerência



Entidade Acreditada 3328



PROGRAMA OPERACIONAL, EMPREGO,
FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
PODEREM



Ação de formação co-financiada
pelo Estado Português (MTE) e pelo
Fundo Social Europeu



CERTIFICADO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

(Dec. Reg. n.º 35/2002 de 23 de Abril)



ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE BRAGA, COMÉRCIO, TURISMO E SERVIÇOS,
com número de pessoa colectiva 500971285 e sede em Rua D. Diogo de Sousa, n.º 91.

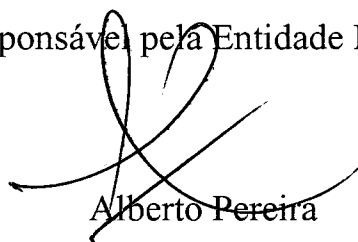
Certifica-se que, **Marta Ribeiro de Araújo Cardoso Veloso**, natural de Amares, nascida a 29/07/1979, de nacionalidade Portuguesa, sexo feminino, portadora do Bilhete de Identidade n.º11467671, emitido por Braga, em 06/03/2001, **concluiu com aproveitamento**, em 20/10/2003 o curso de Formação Profissional:

IMAGEM PESSOAL E PROFISSIONAL

que decorreu de 29/09/2003 a 20/10/2003 com a duração de 30 horas, tendo obtido a classificação final **EXCELENTE**, numa escala de Insuficiente a Excelente.

Braga, 26 de Março de 2004.

O Responsável pela Entidade Formadora



Alberto Pereira

Certificado n.º1156/2003

Código do formando:1156/FC124.3/10

Programa Operacional Emprego, Formação e Desenvolvimento Social
Medida 2.1 – Formação Profissional Contínua
Acção Co-financiada pelo Fundo Social Europeu e pelo Estado Português

ENTIDADE ACREDITADA PELO INOFOR



2015

Pacto Regional para
a Competitividade
Agendas Temáticas

Conferência Internacional | Agenda Regional do Turismo

Turismo & Desenvolvimento Regional 2007-2013
O CASO DO NORTE DE PORTUGAL

8.Mai.2008 PORTO 14h30 - 18h00

PROGRAMA

09h00 RECEPÇÃO DOS PARTICIPANTES

09h30 SESSÃO DE ABERTURA

Rui Rio, Presidente da Câmara Municipal do Porto | Carlos Lage, Presidente da CCDR-N | André Vallerand, Presidente do Centro Mundial de Destinos de Excelência | Luis Patrão, Presidente do Turismo de Portugal

10h30 PAINEL 1 – TURISMO & DESENVOLVIMENTO REGIONAL – PERSPECTIVAS E EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS

Política e planeamento turístico regional – Donald Hawkins, Eisenhower Professor, Universidade George Washington, EUA | Destinos Turísticos de Excelência – desafios e perspectivas – François Bédard, Director do Centro Mundial de Destinos Turísticos de Excelência, Organização Mundial do Turismo, Canada | Hidroterapia e Turismo de Saúde e Bem-Estar – o caso da Região de Auvergne e de Vichy – B. Pinard-Legry, representante de THERMAUVERGNE e Director da Agência de Desenvolvimento Económico de Vichy, França

Moderador: Paulo Gomes, Vice-Presidente CCDR-N

12h30 Almoço livre

14h00 ASSINATURA DE ACORDO DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL COM CENTRO MUNDIAL DE DESTINOS TURÍSTICOS DE EXCELÊNCIA (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO)

Acto presidido pelo Senhor Secretário de Estado do Turismo | CCDR-N | Estrutura de Missão Douro | Turismo de Portugal | ADETURN | Centro Mundial de Destinos Turísticos de Excelência

14h30 PAINEL 2 – TURISMO & DESENVOLVIMENTO REGIONAL – O CASO DA AGENDA REGIONAL DE TURISMO DO NORTE DE PORTUGAL

• Agenda Regional de Turismo – Plano de Acção para o desenvolvimento turístico do Norte de Portugal – Nuno Fazenda, Perito Coordenador da Agenda Regional de Turismo – CCDR-N | • Estratégia de Marketing e Promoção Turística da Marca Porto e Norte de Portugal – Jorge Osório, Presidente da ADETURN e Jorge Costa, Presidente do IPDT e Coordenador do Estudo
Moderador: Vitor Neto, Presidente da Comissão Org. da BTL (Bolsa Turismo Lisboa) e Presidente da Associação Empresarial da Região do Algarve – NERA

Pausa para café

Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro – Ricardo Magalhães, Chefe de Projecto da Estrutura de Missão Douro | Estratégia de Desenvolvimento Turístico para o Destino Minho – Francisco Calheiros, Presidente da Adril e António Manuel Figueiredo, Coordenador do Estudo – Quaternaire | “Turismo de Saúde e Bem-Estar” – produto turístico prioritário de desenvolvimento regional – Manuel Marques, Director da UNICER Turismo

18h00 ENCERRAMENTO

Paulo Gomes, Vice-Presidente CCDR-N | Luis Patrão, Presidente do Turismo de Portugal I.P.

CCDRn
COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO NORTE

TURISMO DE
PORTUGAL

PORTO

DOURO
ESTRUTURA DE MISSÃO

AQUANATTUR
Turismo de Natureza e Bem-Estar

Associação
CED

AS APRESENTAÇÕES EFECTUADAS SERÃO
DISPONIBILIZADAS, NO DIA 9 DE MAIO, NO ENDEREÇO:
WWW.CCDR-N.PT/TURISMO

ON
ON OPERAÇÃO NORTE
Programa Operacional do Região do Norte

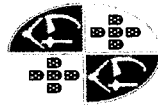
UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu de
Desenvolvimento Regional

Certificado

Certifica-se que Marta Ribeiro da Araújo e Cardoso Jurema participou no Seminário «**Financiamento de Infra-estruturas – As Parcerias Público Privadas (PPP) e o Financiamento de Projectos Locais**», organizada pela AICCOPN, que decorreu no dia 12 de Março de 2009, das 09h30 às 18h30, no Auditório da AICCOPN no Porto.



O Presidente da Direcção da AICCOPN



AICCOPN

Associação dos Industriais da Construção
Civil e Obras Públicas

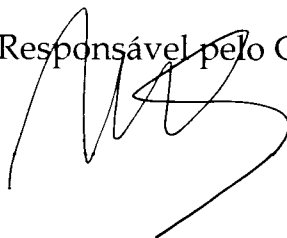
CERTIFICADO

A ano - Sistemas de Informática e Serviços, Lda. certifica que Marta Ribeiro Araújo Cardoso Veloso, da Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso frequentou com assiduidade e aproveitamento o curso de formação:

- GSE - Gestão e Seguimento de Expediente.
- MDD - Módulo de Digitalização de Documentos.

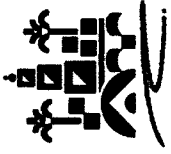
Porto, 02 de Novembro de 2007.

O Responsável pelo Curso





ASOCIACIÓN ESPAÑOLA
DE PARQUES Y
JARDINES PÚBLICOS



AYUNTAMIENTO DE CORDOBA



CÓRDOBA 2016
Capital Europea de la Cultura
CIUDAD CANDIDATA

DIPLOMA DE ASISTENCIA

Marta Veloso

ha participado en calidad de Congresista en el XXXVI Congreso Nacional de Parques y Jardines Públicos, *"Del paraíso al paisaje urbano"* celebrado en Córdoba, durante los días 22, 23 y 24 de abril de 2009, con una duración de dieciocho horas lectivas teórico-prácticas.

Para que conste a los efectos oportunos, expido el presente certificado
Córdoba a 24 de abril de 2009.

El Secretario del Congreso

Fdo. Ángel Lora González



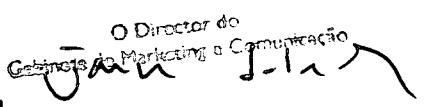
XXXVI CONGRESO NACIONAL
de PARQUES Y JARDINES PÚBLICOS
PARJAP 2009 - CORDOBA

CERTIFICADO

Para os devidos efeitos certifica-se que **Marta Araújo Veloso** esteve presente na Conferência Anual “**O Norte e o QREN, Dois Anos Depois**”, que decorreu no dia 16 de Dezembro, no Centro de Congressos da Alfândega do Porto, no Porto.

Porto, 16 de Dezembro de 2009

Director do Gabinete de Marketing e Comunicação,


O Director do
Gabinete de Marketing e Comunicação

Dr. Jorge Sobrado
(Jorge Sobrado)



CERTIFICADO

Certifica-se que **Maria R. Araújo C. Veloso** integrou a Comissão Executiva no 6.º Congresso Ibero-Americano de Parques e Jardins Públicos com o tema "A Sustentabilidade dos Espaços Verdes Urbanos", celebrado na Póvoa de Lanhoso, Portugal, nos dias 24, 25 e 26 de Junho de 2009.

O Presidente da Câmara
Municipal da Póvoa de Lanhoso


(Manuel José Baptista)

CERTIFICADO

Para os devidos efeitos certifica-se que **Marta Araújo Veloso** esteve presente na **Sessão de Apresentação da 2ª Convocatória do POCTEP**, que decorreu no dia 8 de Março, no Hotel Tuela, no Porto.

Porto, 8 de Março de 2010

Director do Gabinete de Marketing e Comunicação,

O Director do
Gabinete de Marketing e Comunicação
Jorge Sobrado
Dr. Jorge Sobrado
(Jorge Sobrado)

CCDRN

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO NORTE



PROGRAMA
COOPERACIÓN TRANSFRONTERIZA
ESPAÑA - PORTUGAL
COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRICA

CERTIFICADO DE PRESENÇA

Emitido a favor da **Sr^a Dr^a Marta Veloso**, pela sua participação na **Sessão de Apresentação da 2^a convocatória do POCTEP**, organizada pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDRN) e co-financiada pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), no dia 08 de Março de 2010, no Hotel Tuela – Porto.

Porto, 08 de Março de 2010

A COORDENADORA REGIONAL

Dra. Júlia Abrantes



União Europeia
Fundo Europeu de
Desenvolvimento Regional
Investimos no seu futuro

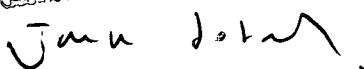
CERTIFICADO

Para os devidos efeitos certifica-se que **Marta Araújo Veloso** esteve presente na Sessão de Divulgação: **“Internacionalização & Cooperação: Novas Oportunidades de Financiamento”**, que decorreu no dia 21 de Abril, na Alfândega do Porto, no Porto.

Porto, 21 de Abril de 2010

Director do Gabinete de Marketing e Comunicação,

*O Director do
Gabinete de Marketing e Comunicação*


Dr. Jorge Sobrado
(Jorge Sobrado)

**1º CONGRESSO
INTERNACIONAL**

17 - 18 JUN '10

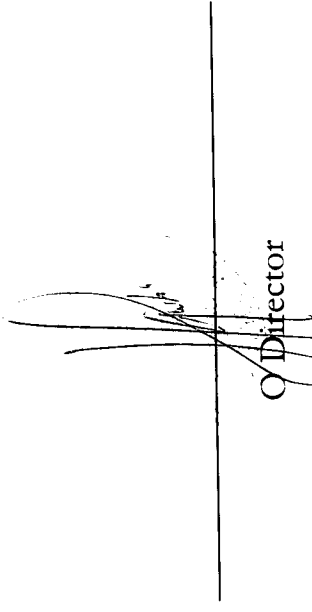


**EMPREENDEDORISMO E VALORIZAÇÃO
SUSTENTÁVEL DO TERRITÓRIO**

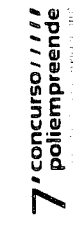
CERTIFICADO

Certificamos que Marta Seabra da Araujo Condore Velez esteve presente no 1º Congresso Internacional de «Empreendedorismo e Valorização Sustentável do Território», realizado nos dias 17 e 18 de Junho de 2010, na Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Viana do Castelo.

Refoios do Lima, 18 de Junho de 2010


O Director

Doutor Jorge Manuel Ferreira da Silva Agostinho

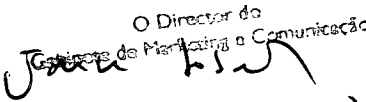
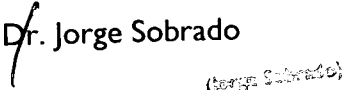


CERTIFICADO

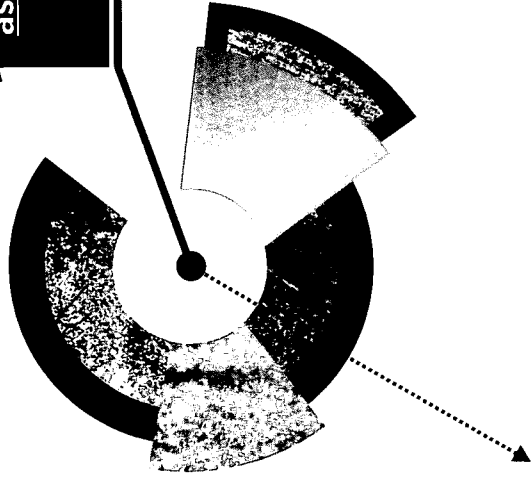
Para os devidos efeitos certifica-se que **Marta Araújo Veloso** esteve presente no Seminário: **“Promover a Coesão, Descentralizar o Estado, Desenvolver as Regiões”**, que decorreu no dia 7 de Julho, no Mosteiro de S. Bento da Vitória, no Porto.

Porto, 7 de Julho de 2010

Director do Gabinete de Marketing e Comunicação,

O Director do
Gabinete de Marketing e Comunicação

Dr. Jorge Sobrado


**1^{as} JORNADAS EM
GESTÃO AMBIENTAL E
ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO**



CERTIFICADO

Certificamos que Marta Ribeiro de Araújo Cardoso Jelencs
participou nas 1^{as} Jornadas em Gestão Ambiental e Ordenamento do Território,
no dia 29 de Outubro de 2010, na Escola Superior Agrária
do Instituto Politécnico de Viana do Castelo.

Refóios do Lima, 29 de Outubro de 2010
P¹a Comissão Organizadora

CERTIFICADO

Para os devidos efeitos certifica-se que **Marta Araújo Veloso** esteve presente no Seminário Internacional: **“Europa 2020: Nova Estratégia, Novos Instrumentos de Financiamento”**, que decorreu no dia 19 de Novembro, no Mosteiro de S. Bento da Vitória, no Porto.

Porto, 19 de Novembro de 2010

Director do Gabinete de Marketing e Comunicação,

O Director do
Gabinete de Marketing e Comunicação

D^o. Jorge Sobrado

(Jorge Sobrado)

CERTIFICADO

Para os devidos efeitos certifica-se que **Marta Araújo Veloso** esteve presente na
Iniciativa : **Evento Anual do ON.2 – O Novo Norte – “O Norte e o QREN”**,
que decorreu no dia 7 de Dezembro, na Alfândega do Porto, no Porto.

Porto, 7 de Dezembro de 2010

Director do Gabinete de Marketing e Comunicação,

O Director do
Gabinete de Marketing e Comunicação

Dr. Jorge Sobrado

(Jorge Sobrado)

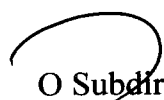


**Direcção Geral
de Energia e Geologia**

CERTIFICADO DE PARTICIPAÇÃO

Certifica-se que **Marta Ribeiro de Araújo Cardoso Veloso**, participou na Sessão do “Info-Day 2011” do Programa Energia Inteligente - Europa, que se realizou no Porto, na DRE Norte – Direcção Regional de Economia do Norte do Ministério da Economia, Inovação e Desenvolvimento, no dia 17 de Março de 2011.

Lisboa, 28 de Março de 2011


O Subdirector-Geral,
Pedro Gonçalves
Pedro Gonçalves

meid

Ministério da Economia,
da Inovação e do Desenvolvimento

CERTIFICADO

Para os devidos efeitos certifica-se que **Marta Araújo Veloso** esteve presente no Seminário “**Europa 2020: O Plano Nacional de Reformas 2020 e os Apoios Comunitários na Região do Norte**”, que decorreu no dia 17 de Março, no Porto Palácio Hotel, no Porto.

Porto, 21 de Março de 2011

Director do Gabinete de Marketing e Comunicação,

O Director do
Gabinete de Marketing e Comunicação

Dr. Jorge Sobrado

(Jorge Sobrado)

Certificado

Formação em Igualdade de Género

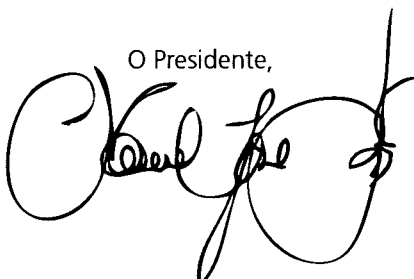
CERTIFICADO DE PARTICIPAÇÃO

A Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso certifica que Marta Ribeiro de Araújo
Condessa Veloso esteve presente na acção de **Formação em
Igualdade de Género**, que decorreu nos dias **27, 28 e 29 de Fevereiro de 2012**.

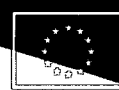
Esta iniciativa foi promovida pela Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso, no âmbito do Serviço para a Promoção da Igualdade de Género e do LocalDiguais, no Auditório da Casa da Botica, tendo a duração de 12 horas, ministradas por técnicas da CIG – Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.

Póvoa de Lanhoso, 29 de Fevereiro de 2012

O Presidente,



(Manuel José Baptista)



UNIÃO EUROPEIA

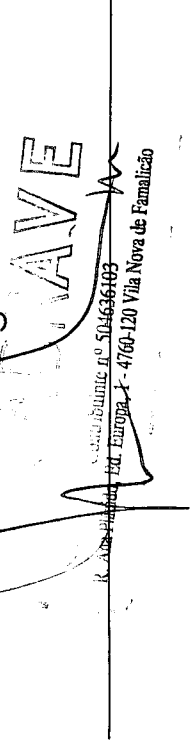
Fundo Europeu de
Desenvolvimento Regional



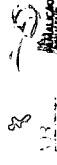
Certificado de Participação

Certifica-se que Marta B. Andrade C. Veloso participou no **SEMINÁRIO INTERNACIONAL Sustentabilidade e Usos Sociais dos PARQUES URBANOS - estratégias e trajetórias**, promovido pela Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão e pela **ADRAVE - Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Ave, sa.**, que decorreu nos dias 24 e 25 de outubro de 2012, na Casa das Artes, em Vila Nova de Famalicão.

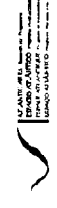
Vila Nova de Famalicão, 25 de outubro de 2012
O Administrador-Delegado da ADRAVE


Vila Nova de Famalicão, 25 de outubro de 2012
R. das Artes, 120 Vila Nova de Famalicão

COMUNICAÇÃO



Financiamento

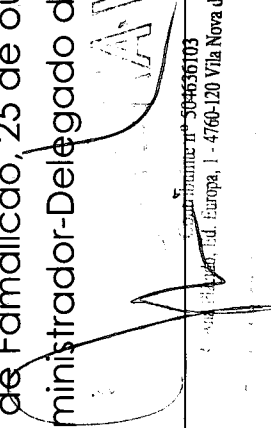




Certificado de Participação

Certifica-se que Marta Ribeiro da Análise Condensar Veloso participou no **SEMINÁRIO INTERNACIONAL Sustentabilidade e Usos Sociais dos PARQUES URBANOS - estratégias e trajetórias**, promovido pela **Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão** e pela **ADRAVE - Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Ave, sa.**, que decorreu nos dias 24 e 25 de outubro de 2012, na Casa das Artes, em Vila Nova de Famalicão.

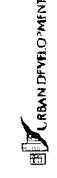
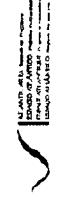
Vila Nova de Famalicão, 25 de outubro de 2012
O Administrador-Delegado da ADRAVE


ADRAVE
Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão
Rua da Europa, 1 - 4760-120 Vila Nova de Famalicão

COMUNICADO



FIGURA 1



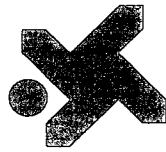
CERTIFICADO de FREQUÊNCIA

Para os devidos efeitos se declara que MARTA RIBEIRO DE ARAÚJO CARDOSO VELOSO, portadora do Cartão do Cidadão nº 11467671, funcionária do **Município da Póvoa de Lanhoso**, frequentou a ação de formação "Certificação Ambiental", no âmbito do **Estudo de Implementação de uma Administração Pública Eco-Consciente**, com a duração de **três horas**, que decorreu em 13/03/2013.

Leça da Palmeira, 13 de Março de 2013

Responsável Técnica

A.E.P. - ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE PORTUGAL
Av. BEAVIDA, 2671
4100-135 PORTO
Cont. N.º 500 971 315



A D R A V E

CERTIFICADO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

(Decreto-Lei n.º 95/92 de 23 de Maio, Decretos Regulamentares n.º 68/94 de 16 de Novembro e n.º 35/2002 de 23 de Abril e Decreto-Lei n.º 110/2000 de 30 de Junho)

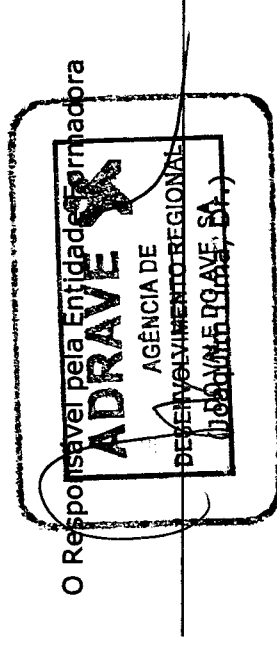
ADRAVE, Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Ave, S.A.

NIPC: 504.636.103

Morada: Av. Barão da Trovisqueira, n.º 358 R/C, 4760-126 Vila Nova de Famalicão

Certifica-se que **Marta Ribeiro de Araújo Cardoso Veloso**, natural de **Amares**, nascida em **29/07/1979**, nacionalidade **Portuguesa**, sexo **feminino**, portadora do documento de identificação n.º **11467671**, emitido por **Braga**, em **13/02/2008** concluiu em **14/03/2008**, o Seminário de Formação de **MÉTODOS E PRÁTICAS DE PROSPECTIVA TERRITORIAL** que decorreu de **13/03/2008** a **14/03/2008** com a duração total de **16 horas**.

Vila Nova de Famalicão, 17 de Março de 2008



Entidade Acreditada:



Entidade Homologada:



Entidade Parceira:



Apoio:



Certificado de Formação Profissional

Certifica-se que Marta Ribeiro de Araújo Cardoso Veloso natural de Amares nascida em 29/07/1979, com o N.º de Cartão de Cidadão 11467671 2ZZ6 válido até 07/02/2018, concluiu com aproveitamento o curso de Formação Profissional de Gestão Financeira das Autarquias: Endividamento e Financiamento, em 08/04/2013, com a duração de 35 horas.

Unidades de Formação/Módulos/Outras Designações	Horas	Classificação 0..20
Gestão Financeira das Autarquias: Endividamento e Financiamento	35	16
Nota Final		16

Braga, 18 de Julho de 2013

O(A) Responsável pelo(a) Forminho - Formação e Consultoria em Hotelaria, Lda

(Assinatura e selo branco ou carimbo da entidade formadora)

Certificado n.º 136/2013 de acordo com o modelo publicado na Portaria n.º 474/2010

Certificado de Formação Profissional

Certifica-se que Marta Ribeiro de Araújo Cardoso Veloso natural de Amares nascida em 29/07/1979, com o N.º de Cartão de Cidadão 11467671 2ZZ6 válido até 07/02/2018, concluiu com aproveitamento o curso de Formação Profissional de A Norma ISO 9001, em 13/06/2013, com a duração de 35 horas.

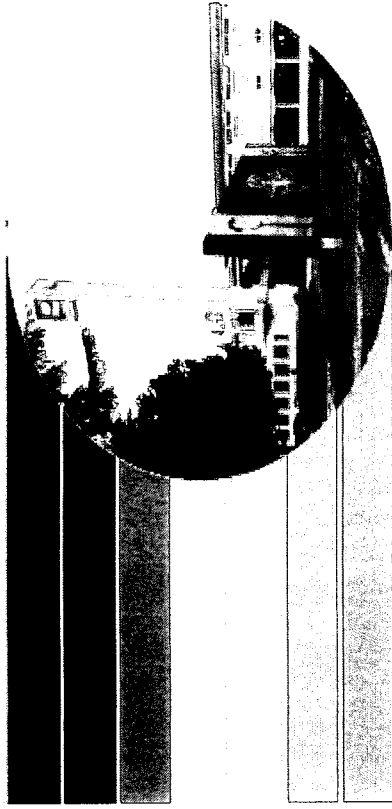
Unidades de Formação/Módulos/Outras Designações	Horas	Classificação 0..20
A Norma ISO 9001	35	20
Nota Final		20

Braga, 22 de Julho de 2013

O(A) Responsável pelo(a) Forminho - Formação e Consultoria em Hotelaria, Lda

(Assinatura e selo branco ou carimbo da entidade formadora)

Certificado n.º 221/2013 de acordo com o modelo publicado na Portaria n.º 474/2010



CONFERÊNCIA

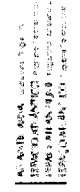
O Novo Modelo de Desenvolvimento
- planeamento, espaços de cidadania
e qualidade de vida

Certificado Participação

Certifica-se que Marta Araújo Veloso, participou na Conferência “O
“Novo Modelo de Desenvolvimento – planeamento, espaços de cidadania e
qualidade de vida”, promovida pela Câmara Municipal de Vila Nova de
Famalicão e pela **ADRAVE - Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do
Ave, sa.,** que decorreu no dia 26 de Setembro de 2013, na Casa do Território, em
Vila Nova de Famalicão.

Vila Nova de Famalicão, 26 de setembro de 2013
O Administrador-Delegado da ADRAVE

R. Am. Pimenta
R. Am. Pimenta, Ed. Europeia, 2, 4700-060 Vila do Conde



Certificado de Formação Profissional

Certifica-se que Marta Ribeiro de Araújo Cardoso Veloso natural de Amares nascida em 29/07/1979, com o N.º de Cartão de Cidadão 11467671 2ZZ6 válido até 07/02/2018, concluiu com aproveitamento o curso de Formação Profissional de Gestão de Conflitos, em 24/09/2013, com a duração de 21 horas.

Unidades de Formação/Módulos/Outras Designações	Horas	Classificação 0..20
Gestão de Conflitos	21	17
Nota Final		17

Braga, 11 de Outubro de 2013

O(A) Responsável pelo(a) Forminho - Formação e Consultoria em Hotelaria, Lda

(Assinatura e selo branco ou carimbo da entidade formadora)

Certificado n.º 581/2013 de acordo com o modelo publicado na Portaria n.º 474/2010

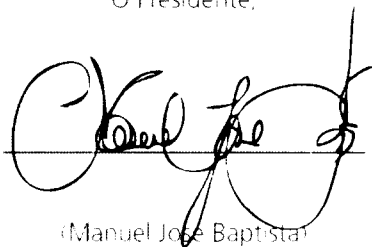
CICLO DE CONFERÊNCIAS INFORMAIS PARA FUNCIONÁRIOS

CERTIFICADO DE PARTICIPAÇÃO

A Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso certifica a participação de Marta Ribeiro da Silva Câmara Secretária na Conferência intitulada "**Ordenamento e Mobilidade**" tendo como oradora a **Eng^a Paula Teles**, realizada no dia **01 de Fevereiro de 2012**. Esta iniciativa foi promovida pela Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso e realizou-se no Auditório da Casa da Botica, na Póvoa de Lanhoso.

Póvoa de Lanhoso, 01 Fevereiro de 2012.

O Presidente,



(Manuel José Baptista)



CÂMARA MUNICIPAL
PÓVOA DE LANHOSO

I CONGRESSO SOCIAL DO AVE

O FUTURO DA INCLUSÃO

28 e 29 • NOVEMBRO • 2013 | TEATRO CINEMA DE FAFE

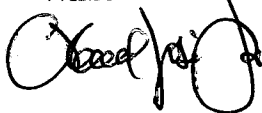
CERTIFICADO

A Associação de Municípios do Vale do Ave e a Comunidade Intermunicipal
do Ave certificam que

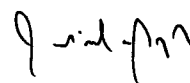
Marta Ribeiro de Araújo Cardoso Veloso

participou no I Congresso Social do Ave - O Futuro da Inclusão, que decorreu
nos dias 28 e 29 de novembro de 2013, no Teatro Cinema de Fafe.

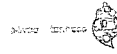
Manuel Baptista
Presidente da CIM DO AVE



Gabriel Pontes
Secretário-Geral da AMAVE



PROMOTORES



PARCEIROS



COLABORAÇÃO

CO-FINANCIAMENTO





Declaração de Presença

Declara-se, para os devidos efeitos, que

Marta Ribeiro de Araújo Cardoso ~~Seabra~~

esteve presente no “Seminário Horizonte 2020: Aspetos legais e financeiros”, realizado na Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, no dia 16 de Janeiro de 2014, entre as 10h30 e as 12h30.

Porto, 16 de Janeiro de 2014.

O(A) Responsável,

R. Pereira

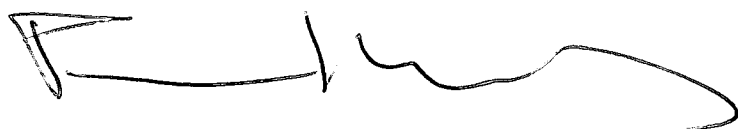
Certifica-se que **Marta Veloso** participou no Workshop

“MITIGAÇÃO DE RISCOS NAS START UPS

Preparação para a fase de financiamento/investimento”

com a duração de 14 horas, promovido pelo IN.AVE - Rede de Empreendedorismo do Ave e dinamizado por Paulo Andrez nos dias 23 e 24 de janeiro de 2014.

Guimarães, 24 de janeiro de 2014

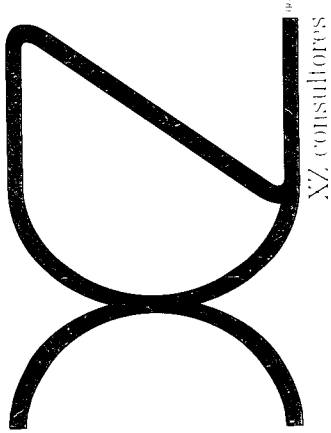


Paulo Andrez

IN.AVE

Rede de
Empreendedorismo
do Ave





Certificado de Participação

Certifica-se que **Marta Ribeiro Araújo Cardoso Velloso** participou no Workshop:

ISO 9001:2015 Perspetivas Futuras

com a duração total de **3 Horas**.

Braga, 20 de Março de 2014

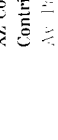
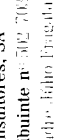
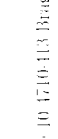
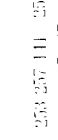
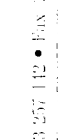
Responsável pela Entidade Formadora

Júlio Manuel Faceira Guedes

XZ consultores

Entidade acreditada pelo Instituto para a Inovação na Formação nos termos da Portaria n.º 782/97, de 29 de Agosto

XZ Consultores, SA
Contribuinte n.º 502 703 989
Av. Pedro João Figueira, 112, 1.º, Sala 9 e 10 4706-413 Braga - Portugal • Tel. 253 257 111 - 253 257 112 • Fax. 253 257 113
Rua da Cruz, 3A, Loja 1 Colares 4705-106 Braga - Portugal • Tel. 253 261 670 - 253 257 007 • Fax. 253 257 008
www.xzconsultores.pt • formacao@xzconsultores.pt



Certificado de Formação Profissional

Certifica-se que Marta Ribeiro de Araújo Cardoso Veloso natural de Amares nascida em 29/07/1979, com o N.º de Cartão de Cidadão 11467671 2ZZ6 válido até 07/02/2018, concluiu com aproveitamento o curso de Formação Profissional de Auditorias, em 18/12/2013, com a duração de 35:00 horas.

Unidades de Formação/Módulos/Outras Designações	Horas (hh:mm)	Classificação 0..20
Auditorias	35:00	20
Nota Final		20

Braga, 16 de Abril de 2014

O(A) Responsável pelo(a) Forminho - Formação e Consultoria em Hotelaria, Lda

(Assinatura e selo circular do(a) entidade formadora)

Certificado n.º 1251/2013 de acordo com o modelo publicado na Portaria n.º 474/2010



FORAIS NOVOS - PÓVOA DE LANHOSO

Lanhoso/50. João de Rei

Anos/1514-2014

FORAIS NOVOS MANUELINOS

HISTÓRIA E FUTURO DO MUNICÍPIO
E MUNICIPALISMO PORTUGUÊS

15, 16 E 17 DE MAIO "14 / PÓVOA DE LANHOSO

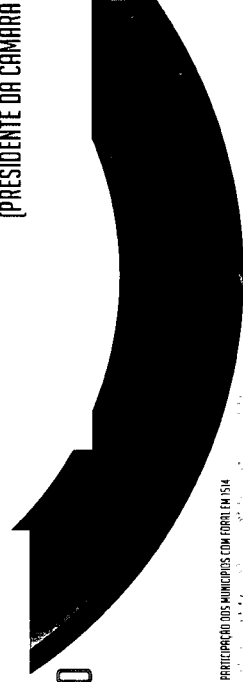
CERTIFICA-SE QUE

Marta Ribeiro de Araújo Landoiro Veloso

PARTICIPOU NO CONGRESSO FORAIS NOVOS MANUELINOS - HISTÓRIA DO
MUNICÍPIO E MUNICIPALISMO PORTUGUÊS, ORGANIZADO PELA CÂMARA
MUNICIPAL DA PÓVOA DE LANHOSO E QUE SE REALIZOU
NOS DIAS 15, 16 E 17 DE MAIO DE 2014.

MANUEL BAPTISTA

(PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA PÓVOA DE LANHOSO)



Certificado de Formação Profissional

Certifica-se que Marta Ribeiro de Araújo Cardoso Veloso natural de Amares nascida em 29/07/1979, com o N.º de Cartão de Cidadão 11467671 2ZZ6 válido até 07/02/2018, concluiu com aproveitamento o curso de Formação Profissional de As novas competências das autarquias, em 20/12/2013, com a duração de 14:00 horas.

Unidades de Formação/Módulos/Outras Designações	Horas (hh:mm)	Classificação 0..20
As novas competências das autarquias	14:00	18
Nota Final		18

Braga, 19 de Maio de 2014

O(A) Responsável pelo(a) Forminho - Formação e Consultoria em Hotelaria, Lda

(Assinatura e selo branco ou carimbo da entidade formadora)

Certificado n.º 1200/2013 de acordo com o modelo publicado na Portaria n.º 474/2010

COIMBRA

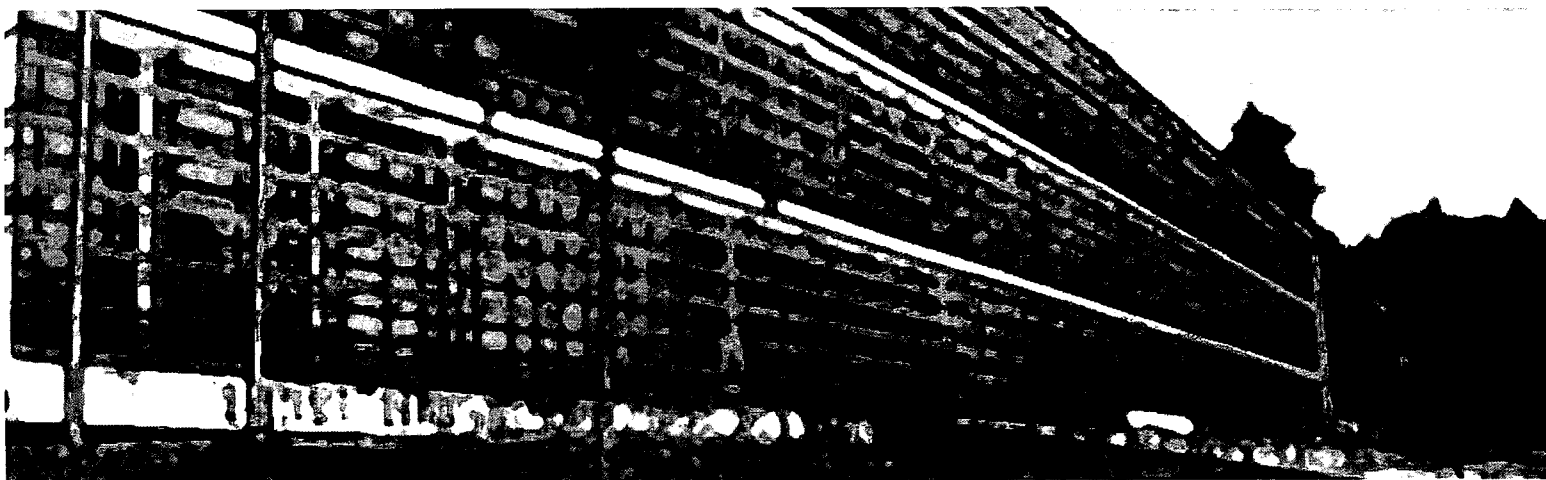
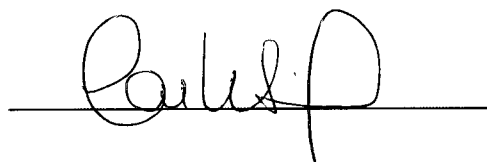
ENCONTRO DE AUDITORES

*“PPRG – Plano de Prevenção de Riscos de Gestão incluindo os de
Corrupção e Infrações Conexas”*

Certificado

Certifica-se que Monta Ribeiro de Araújo Cardoso Velez participou no Encontro de Auditores sobre o tema: “PPRG - Plano de Prevenção de Riscos de Gestão incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas”, promovido pelo Núcleo de Auditores Internos das Autarquias do IPAI - Instituto Português de Auditoria Interna, no dia 6 de junho de 2014, entre as 10h30 e as 16h30, no Auditório do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra.

Representante do NAIA



NAIA
Núcleo de Auditores
Internos das Autarquias

ORGANIZAÇÃO:

ipai
Instituto português de
auditoria interna

APOIO:

ISCAC



FORMINHO

Certificado de Frequência de Formação Profissional

Certifica-se que Marta Ribeiro de Araújo Cardoso Veloso, natural de Amares, nascido em 29/07/1979, com o Cartão do Cidadão/BI n.º 11467671, frequentou na Forminho, Consultoria de Gestão e Formação, Lda., de 27/06/2014 a 11/07/2014, o curso de:

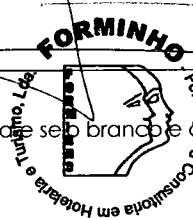
CCP – Código dos Contratos Públicos

Carga horária curso	21 horas	Classificação	18 valores
Carga horária frequentada	9 horas		

Braga, 09 de Setembro de 2014

O Responsável pela Forminho, Consultoria de Gestão e Formação, Lda.

(assinatura e selo branco e carimbo)





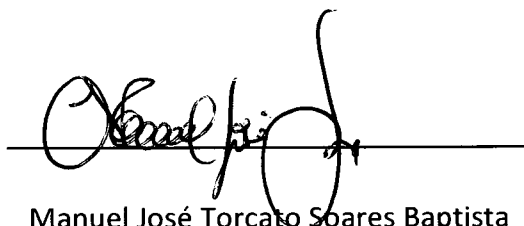
MUNICÍPIO DA PÓVOA DE LANHOSO

Declaração

Manuel José Torcato Soares Baptista, Presidente da Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso, declara que autoriza Marta Ribeiro de Araújo Cardoso Veloso, nascida em 29 de julho de 1979, residente na Rua Mário de Sá Oliveira, n.º 99 3.º C – 4760-849 Calendário, Vila Nova de Famalicão, portadora do Cartão do Cidadão n.º 11467671, contribuinte fiscal n.º 167263986, técnica superior desta autarquia, em regime de CTFPTI – Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado, no âmbito da realização do Mestrado em Geografia, Especialização em Planeamento e Gestão do Território, pela Universidade do Minho, a utilizar para os efeitos tidos por convenientes, a informação produzida no âmbito da sua atividade profissional no Gabinete de Fundos Comunitários desta Autarquia.-----

Por me ter sido pedido, passo a presente declaração, que assino e faço autenticar com o selo branco em uso nesta Câmara Municipal, aos trinta dias, do mês de Outubro, do ano de dois mil e catorze.-----_-----

O Presidente da Câmara Municipal,




Manuel José Torcato Soares Baptista

CERTIFICADO

Para os devidos efeitos certifica-se que **Marta Araújo Veloso** esteve presente **Conferência - Lições do “Novo Norte” e a aplicação dos fundos no ciclo 2014-2020**, que decorreu no dia 30 de Janeiro de 2015, no Centro de Congressos do Vidago Palace Hotel, em Vidago.

Porto, 30 de Janeiro de 2015

Gabinete de Marketing e Comunicação,

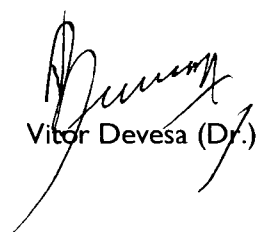

Vitor Devesa (Dr.)

CERTIFICADO

Para os devidos efeitos certifica-se que **Marta Araújo Veloso** esteve presente na conferência “**A Região do Norte no Portugal 2020**”, que decorreu no dia 11 de março de 2015, no Europarque, em Santa Maria da Feira.

Porto, 11 de Março de 2015

Gabinete de Marketing e Comunicação,


Vitor Devesa (Dr.)

CERTIFICADO

Para os devidos efeitos certifica-se que **Marta Araújo Veloso** esteve presente no **Sessão de Apresentação do Programa Europeu URBACT III**, que decorreu no dia 2 de Junho de 2015, na Casa das Artes em Vila Nova de Famalicão.

Porto, 2 de Junho de 2015

Gabinete de Marketing e Comunicação,



Vítor Devesa (Dr.)



MUNICÍPIO DA PÓVOA DE LANHOSO

Declaração

Manuel José Torcato Soares Baptista, Presidente da Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso, declara para os devidos efeitos que Marta Ribeiro de Araújo Cardoso Veloso, nascida em 29 de julho de 1979, residente na Rua Mário de Sá Oliveira, n.º 99 3.º C – 4760-849 Calendário, Vila Nova de Famalicão, portadora do Cartão do Cidadão n.º 11467671, contribuinte fiscal n.º 167263986, técnica superior desta autarquia, em regime de CTFPTI – Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado, foi nomeada representante do Município da Póvoa de Lanhoso no Comité Técnico de Pilotagem da CIM do Ave, constituído para acompanhar e monitorizar a elaboração da “Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial” financiado pelo Programa Valorizar, de Fevereiro a Dezembro de 2014. -----

Por me ter sido pedido, passo a presente declaração, que assino e faço autenticar com o selo branco em uso nesta Câmara Municipal, aos dezoito dias, do mês de Junho, do ano de dois mil e quinze.-----

O Presidente da Câmara Municipal,

Manuel José Torcato Soares Baptista



MUNICÍPIO DA PÓVOA DE LANHOSO

Declaração

Manuel José Torcato Soares Baptista, Presidente da Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso, declara para os devidos efeitos que Marta Ribeiro de Araújo Cardoso Veloso, nascida em 29 de julho de 1979, residente na Rua Mário de Sá Oliveira, n.º 99 3.º C – 4760-849 Calendário, Vila Nova de Famalicão, portadora do Cartão do Cidadão n.º 11467671, contribuinte fiscal n.º 167263986, técnica superior desta autarquia, em regime de CTFPTI – Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado, foi nomeada representante do Município da Póvoa de Lanhoso no Comité Técnico de Pilotagem da CIM do Ave, constituído para acompanhar e monitorizar a elaboração do “Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal do Ave” financiado pelo Programa Valorizar, de Fevereiro a Dezembro de 2014. -----

Por me ter sido pedido, passo a presente declaração, que assino e faço autenticar com o selo branco em uso nesta Câmara Municipal, aos dezoito dias, do mês de Junho, do ano de dois mil e quinze.-----

O Presidente da Câmara Municipal,

Manuel José Torcato Soares Baptista



MUNICÍPIO DA PÓVOA DE LANHOSO

Declaração

Manuel José Torcato Soares Baptista, Presidente da Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso, declara para os devidos efeitos que Marta Ribeiro de Araújo Cardoso Veloso, nascida em 29 de julho de 1979, residente na Rua Mário de Sá Oliveira, n.º 99 3.º C – 4760-849 Calendário, Vila Nova de Famalicão, portadora do Cartão do Cidadão n.º 11467671, contribuinte fiscal n.º 167263986, técnica superior desta autarquia, em regime de CTFPTI – Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado, foi nomeada representante do Município da Póvoa de Lanhoso no Comité Técnico de Pilotagem da CIM do Ave, constituído para acompanhar e monitorizar a elaboração do “Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial/Investimento Territorial Integrado” elaborado no âmbito do Convite n.º 3/ 2015 de 17 de Março de 2015 (modificado em 21 de Abril de 2015) da Autoridade de Gestão do Programa Regional do Norte, de Março de 2015 a Maio de 2015.-----

Por me ter sido pedido, passo a presente declaração, que assino e faço autenticar com o selo branco em uso nesta Câmara Municipal, aos dezoito dias, do mês de Junho, do ano de dois mil e quinze.-----

O Presidente da Câmara Municipal,

Manuel José Torcato Soares Baptista

ANEXO 2

sem remuneração à trabalhadora Assistente Operacional, Ana Maria Ferreira de Almeida, pelo período de mais doze meses com início em 01 de dezembro de 2014.

03 de dezembro de 2014. — O Presidente da Câmara, *Dr. Luís Manuel Martins de Vasconcelos*.

308284002

MUNICÍPIO DE PALMELA

Aviso n.º 14215/2014

Lista unitária de ordenação final do procedimento concursal comum para preenchimento de um posto de trabalho de Assistente Operacional (área funcional de Coveiro) em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado (processo n.º 3380/2014).

Em cumprimento do disposto no artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009 de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011 de 06 de abril, faz-se público que a lista unitária de ordenação final do procedimento em epígrafe, aberto por aviso publicado na 2.ª série do *Diário da República* n.º 146 de 31 de julho de 2014, encontra-se disponibilizada na página eletrónica através do sítio www.cm-palmela.pt e afixada para consulta na Divisão de Recursos Humanos e Organização da Câmara Municipal de Palmela, sita na Rua Gago Coutinho e Sacadura Cabral, n.º 39-A, 1.º andar, em Palmela.

9 de dezembro de 2014. — A Chefe da Divisão de Recursos Humanos e Organização, *Ana Paula Ruas* (no uso da competência subdelegada por Despacho n.º 19/2014, de 06 de janeiro).

308290597

MUNICÍPIO DA PÓVOA DE LANHOSO

Despacho n.º 15432/2014

Manuel José Torcato Soares Baptista, Presidente da Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso, torna público que a Assembleia Municipal, na sua sessão ordinária de 21 de dezembro de 2014, aprovou o seguinte:

Regulamento de organização dos serviços municipais, estrutura e competências

Preâmbulo

A Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, estabelece que os municípios devem aprovar a adequação das suas estruturas orgânicas, nos termos do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, nomeadamente, a reorganização dos serviços.

O atual regime jurídico da organização dos serviços das Autarquias Locais promove uma maior operacionalidade na prossecução das atribuições que lhes estão legalmente atribuídas. Regendo-se pelos princípios da unidade e eficácia da ação, da aproximação dos serviços aos cidadãos, da desburocratização, da racionalização de meios e da eficiência na afetação de recursos públicos, da melhoria quantitativa e qualitativa do serviço prestado e da garantia de participação dos cidadãos.

O Município da Póvoa de Lanhoso tem como uma das suas prioridades estratégicas promover a modernização da administração municipal como elemento fundamental para uma governação autárquica qualificada e para uma maior eficiência na prestação dos serviços aos cidadãos, fomentando uma gestão pública de qualidade, inovadora e pró-ativa que contribua para o desenvolvimento sustentável do território. No âmbito das suas competências o Município pretende garantir um serviço público que efetivamente promova a qualidade de vida dos munícipes e o desenvolvimento económico, social e cultural do concelho, aproveitando de uma forma racional e eficaz os meios disponíveis.

Impondo-se, agora, a reestruturação da estrutura/organização dos serviços municipais da Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso, através do “*Regulamento da Organização dos Serviços Municipais, Estrutura e Competências*”, que nos termos dos referidos diplomas legais compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, a aprovação do modelo de estrutura orgânica hierarquizada com o número máximo de unidades orgânicas flexíveis, fixado em cinco, e uma equipa de Projeto “Maria da Fonte”.

O presente regulamento é elaborado nos termos do disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, da alínea *k*) do n.º 1 do artigo 33.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 setembro, e

do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, conjugado com a Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto.

CAPÍTULO I

Âmbito, objetivos, princípios e normas de atuação dos serviços municipais

Artigo 1.º

Âmbito de aplicação

1 — O presente regulamento define os objetivos, a organização e os níveis de atuação dos serviços da Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso, bem como os princípios que os regem, e estabelece os níveis de hierarquia que articulam aqueles serviços municipais e o respetivo funcionamento.

2 — O presente regulamento aplica-se a todos os serviços da Câmara Municipal.

Artigo 2.º

Da superintendência e coordenação geral dos serviços

A superintendência e a coordenação geral dos serviços municipais competem ao Presidente da Câmara Municipal, nos termos da legislação em vigor, garantindo, através da implementação das medidas que se tornem necessárias, a sua correta atuação, na prossecução das atribuições que lhes são cometidas, assim como na realização dos objetivos enunciados no artigo 3.º, e promovendo um constante controlo e avaliação do desempenho e melhoria das estruturas e métodos de trabalho, de modo a aproximar a administração dos cidadãos em geral e dos munícipes em particular.

Artigo 3.º

Objetivos

No desempenho das funções em que ficam investidos por força deste regulamento e daquelas que, posteriormente, lhes forem atribuídas, os serviços municipais devem subordinar-se, designadamente, aos seguintes objetivos:

- Obtenção de índices, sempre crescentes, de melhoria da qualidade da prestação de serviços às populações, por forma a assegurar a defesa dos seus legítimos direitos e a satisfação das suas necessidades face à autarquia;
- Prossecução do interesse público, no respeito pelos direitos dos cidadãos, observando -se os princípios da eficiência, desburocratização e da administração aberta, permitindo e incentivando a participação dos cidadãos;
- Utilização racional, eficiente e eficaz dos recursos disponíveis;
- Responsabilização, motivação e valorização profissional dos seus funcionários;
- Aumento do prestígio e dignificação da administração local.

Artigo 4.º

Princípios gerais de gestão dos serviços

No desempenho das suas atribuições e competências, os serviços municipais funcionam subordinados aos seguintes princípios:

- Planeamento;
- Coordenação e cooperação;
- Controlo e responsabilização;
- Qualidade, inovação e modernização;
- Gestão por objetivos.

Artigo 5.º

Princípio do Planeamento

1 — A ação dos serviços municipais será referenciada ao planeamento geral e este, por sua vez, à planificação estratégica, todos definidos pelos órgãos autárquicos em conformidade com a legislação em vigor.

2 — Na elaboração dos elementos de planeamento e programação devem colaborar todos os serviços municipais promovendo a recolha e registo de toda a informação que permita não só uma melhor definição de prioridades das ações, bem como uma adequada realização física e financeira.

3 — Para além do controlo exercido pela direção política do município, os serviços devem criar os seus próprios mecanismos de acompanhamento da execução do plano, elaborando relatórios anuais sobre os níveis de execução atingidos, os resultados das ações concluídas e os bloqueamentos constatados.

4 — São considerados instrumentos de planeamento, programação e controlo, sem prejuízo de outros que venham a ser definidos, os seguintes:

- a) Plano Diretor Municipal;
- b) Planos anuais e plurianuais de investimento;
- c) Orçamentos anuais e plurianuais;
- d) Relatórios de atividades;
- e) Relatórios de Balanced Score-Card (SIADAP);
- f) Outros Planos Municipais de Ordenamento do Território.

Artigo 6.º

Princípio da coordenação e da cooperação

1 — As atividades dos serviços municipais, especialmente aquelas que se referem à execução dos planos e programas de atividades, serão objeto de coordenação aos diferentes níveis.

2 — A coordenação entre serviços deverá ser assegurada de modo regular e sistemático, em reuniões de coordenação geral, a realizar periodicamente, podendo também, ser decidida a criação de grupos de trabalho, com objetivos definidos e que envolvam a ação conjunta de diferentes divisões.

3 — Cabe aos titulares de cargos de direção realizar reuniões de trabalho para estudo e discussão de propostas de ações concertadas.

4 — Os responsáveis pelos serviços municipais devem dar conhecimento das propostas de trabalho à direção política com vista à sua alteração, caso a caso.

Artigo 7.º

Princípio do controlo e da responsabilização

1 — O controlo deverá assumir -se como uma atividade permanente consistindo na comparação dos resultados obtidos com os objetivos previamente fixados, no relacionamento dos meios e dos métodos usados com os resultados, e análise dos meios e dos métodos em função dos objetivos.

2 — O controlo, implicando o estabelecimento de uma relação social entre controlador e controlado, deverá constituir uma via de esclarecimento dos serviços municipais e deverá ser levado a cabo por todos os trabalhadores, servindo a respetiva cadeia hierárquica.

3 — Os cargos de direção intermédia, devem assumir um papel relevante em todo o processo de gestão autárquica, cabendo-lhes responsabilidades técnicas, de gestão e de liderança.

Artigo 8.º

Princípio da qualidade, da inovação e da modernização

Os responsáveis pelos serviços devem promover a qualidade, a inovação e a modernização, através da contínua introdução de soluções que permitam a racionalização, desburocratização e o aumento da produtividade, que conduzam à elevação da qualidade dos serviços prestados à população.

Artigo 9.º

Princípio da gestão por objetivos

A gestão por objetivos deve pautar pelo enfoque na definição estratégica de índices de desempenho, bem como nos resultados a atingir, no uso racional e eficaz dos recursos disponíveis, com base nas orientações definidas nos instrumentos fundamentais do planeamento municipal.

Artigo 10.º

Dever de informação

1 — Os trabalhadores têm o dever de conhecer as decisões e deliberações, tomadas pelos órgãos do município nos assuntos referentes às competências das unidades orgânicas em que se integram.

2 — Aos titulares dos cargos de direção, compete instituir as formas mais adequadas de divulgar as deliberações e decisões dos órgãos do município

CAPÍTULO II

Enquadramento, estrutura e competências dos serviços

Artigo 11.º

Enquadramento das estruturas formais

1 — O enquadramento institucional obedecerá a uma estrutura de nível político-estratégico, sob a responsabilidade direta do executivo e me-

diante o contributo das divisões municipais, na conceção e materialização das grandes orientações, e de nível operacional, sob a responsabilidade das divisões que concretizam as orientações político-estratégicas.

2 — Os serviços organizam-se de acordo com as categorias de unidades orgânicas de carácter permanente:

a) Gabinetes, unidades de apoio aos órgãos municipais de acordo com a natureza e especificidade do serviço, com nível hierárquico a definir, de acordo com a natureza e especificidade do serviço;

b) Divisões, unidades operacionais ou instrumentais de gestão das áreas específicas de atuação do Município, integradas na organização, dirigidas por chefes de divisão.

Artigo 12.º

Enquadramento das estruturas informais

1 — As estruturas informais organizam -se, no âmbito do apoio à gestão e atividades operativas, em setores, áreas e núcleos.

2 — Cada estrutura informal poderá dispor de um regulamento de organização e de funcionamento próprio, aprovado pelo Presidente da Câmara.

3 — Tais regulamentos devem refletir as tarefas permanentes de cada estrutura e privilegiar formas de organização flexíveis, por objetivos, em consonância com os planos de atividades anuais.

4 — Os coordenadores /responsáveis destas estruturas informais são designados pelo Presidente da Câmara sob proposta dos dirigentes dos respetivos serviços.

Artigo 13.º

Estrutura geral dos serviços

Para prossecução das suas atribuições, a Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso dispõe, segundo o organograma que consta do anexo I, os seguintes Serviços Municipais:

1 — Serviços e Gabinetes a depender diretamente da Presidência:

Gabinete de Apoio à Presidência
 Conselhos Municipais
 Gabinete de Comunicação
 Gabinete Municipal de Proteção Civil
 Comandante Operacional Municipal
 Gabinete de Fundos Comunitários
 Gabinete de Informática
 Execuções Fiscais
 Equipa de Projeto — “Maria da Fonte”

2 — Serviços de Apoio Técnico e Instrumental:

Divisão de Gestão Administrativa

Administração Geral
 Gabinete de Qualidade (inclui o Sistema de Gestão da Qualidade e Auditorias)

Apoio aos Órgãos Autárquicos
 Recursos Humanos e Formação
 Aprovisionamento e Contratação Pública
 Apoio Jurídico e Fiscalização
 Arquivo Municipal

Divisão de Gestão Financeira e Patrimonial

Tesouraria
 Contabilidade
 Património

Divisão de Obras Municipais e Ambiente

Obras Municipais
 Serviços Urbanos
 Ambiente e Recursos Naturais
 Serviços Técnicos Florestais
 Serviço de Veterinária Municipal

Divisão de Educação, Cultura e Ação Social

Ação Social e Saúde Pública
 Educação, Juventude, Desporto e Associativismo
 Cultura e Equipamentos Culturais
 Serviços de Turismo

Divisão de Gestão Urbanística e Planeamento

Gestão Urbanística e Planeamento
 Projetos de Arquitetura e de Engenharia

Artigo 14.º

Competências e funções comuns dos serviços

1 — São competências e funções de todos os serviços municipais, genericamente:

- a) Elaborar e submeter a aprovação superior projetos de normas e circulares que julgarem necessárias ao correto exercício das suas funções;
- b) Assegurar a correta execução das tarefas dentro dos prazos determinados;
- c) Remeter ao arquivo geral, nos prazos regulamentares, os documentos e processos e manter organizados e atualizados os arquivos setoriais;
- d) Assegurar a execução das deliberações da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal, os despachos do Presidente da Câmara, bem como dos Vereadores ou dos Dirigentes com poderes delegados, em matéria dos respetivos serviços;
- e) Assegurar a interligação necessária entre os diferentes serviços, bem como a circulação de informação, com vista ao bom funcionamento dos serviços;
- f) Observar pormenorizadamente a disciplina legal ou regulamentar dos procedimentos administrativos, comuns ou especiais, em que intervenham.

2 — Além das competências genéricas previstas no número anterior e das competências específicas estabelecidas para cada unidade orgânica, compete-lhes ainda exercer as demais funções, procedimentos, tarefas ou atribuições que lhes forem estabelecidas por lei, norma, regulamento, deliberação, despacho ou determinação superior.

Artigo 15.º

Competências Comuns dos Cargos de Direção Intermédia de 2.º Grau — Chefes de Divisão Municipal

Nos termos do estatuto do pessoal dirigente compete, genericamente, ao chefe de divisão municipal:

- a) Submeter a despacho do Presidente da Câmara ou a deliberação do conselho de administração dos serviços municipalizados, devidamente instruídos e informados, os assuntos que dependam da sua resolução;
- b) Receber e fazer distribuir pelos serviços da unidade orgânica a correspondência a eles referente;
- c) Propor ao Presidente da Câmara Municipal, tudo o que seja de interesse para a unidade orgânica;
- d) Colaborar na elaboração dos instrumentos de gestão previsional, relatórios e contas;
- e) Estudar os problemas de que sejam encarregados pelo presidente dos órgãos executivos e propor as soluções adequadas;
- f) Promover a execução das decisões do presidente e das deliberações dos órgãos executivos nas matérias que interessam à respetiva unidade orgânica que dirige.
- g) Definir os objetivos de atuação da unidade orgânica que dirigem, tendo em conta os objetivos gerais estabelecidos;
- h) Orientar, controlar e avaliar o desempenho e a eficiência dos serviços dependentes, com vista à execução dos planos de atividades e à prossecução dos resultados obtidos a alcançar;
- i) Garantir a coordenação das atividades e a qualidade técnica, da prestação dos serviços na sua dependência;
- j) Gerir com rigor e eficiência os recursos humanos, patrimoniais e tecnológicos afetos à sua unidade orgânica, otimizando os meios e adotando medidas que permitam simplificar e acelerar procedimentos e promover a aproximação à sociedade e a outros serviços públicos;
- k) Assegurar a qualidade técnica do trabalho produzido na sua unidade orgânica e garantir o cumprimento dos prazos adequados à eficaz prestação do serviço, tendo em conta a satisfação do interesse dos destinatários;
- l) Efetuar o acompanhamento profissional no local de trabalho, apoiando e motivando os trabalhadores e proporcionando-lhes os adequados conhecimentos e aptidões profissionais necessários ao exercício do respetivo posto de trabalho, bem como os procedimentos mais adequados ao incremento da qualidade do serviço a prestar;
- m) Divulgar junto dos trabalhadores os documentos internos e as normas de procedimento a adotar pelo serviço, bem como debater e esclarecer as ações a desenvolver para o cumprimento dos objetivos do serviço, de forma a garantir o empenho e a assunção de responsabilidades por parte dos trabalhadores;
- n) Proceder de forma objetiva à avaliação do mérito dos trabalhadores, em função dos resultados individuais e de grupo e à forma como cada um se empenha na prossecução dos objetivos e no espírito de equipa;
- o) Identificar as necessidades de formação específica dos trabalhadores da sua unidade orgânica e propor a frequência das ações de formação

consideradas adequadas ao suprimento das referidas necessidades, sem prejuízo do direito à autoformação;

p) Proceder ao controlo efetivo da assiduidade, pontualidade e cumprimento do período normal de trabalho por parte dos trabalhadores da sua unidade orgânica;

q) Autorizar a passagem de certidões de documentos arquivados na respetiva unidade orgânica, exceto quando contenham matéria confidencial ou reservada, bem como a restituição de documentos aos interessados.

Artigo 16.º

Competências comuns aos coordenadores técnicos

1 — Nos termos do regime de vínculos, carreiras e remunerações, compete aos coordenadores técnicos:

- a) Funções de chefia técnica e administrativa numa subunidade orgânica ou equipa de suporte, por cujos resultados é responsável;
- b) Realização das atividades de programação e organização do trabalho do pessoal que coordena, segundo orientações e diretivas superiores;
- c) Execução de trabalhos de natureza técnica e administrativa de maior complexidade;
- d) Funções exercidas com relativo grau de autonomia e responsabilidade.

2 — Além das competências previstas no número anterior, compete-lhes ainda exercer as demais funções, procedimentos, tarefas ou atribuições que lhes forem estabelecidas por lei, norma, regulamento, deliberação, despacho ou determinação superior.

CAPÍTULO III

Dos serviços de assessoria ou na direta dependência do Presidente da Câmara

Artigo 17.º

Gabinete de Apoio à Presidência

1 — Ao Gabinete de Apoio à Presidência, designado abreviadamente por GAP, compete prestar assessoria técnica e administrativa ao Presidente da Câmara, nos domínios de secretariado, de ligação com os órgãos do município e das freguesias, das relações institucionais e internacionais e da definição de políticas gerais.

2 — Os gabinetes de apoio à presidência são compostos nos termos da lei.

Artigo 18.º

Conselhos Municipais

1 — Os Conselhos Municipais são órgãos de natureza consultiva da Câmara Municipal e de assessoria do Poder Executivo, com o objetivo de analisar e propor medidas de concretização das políticas setoriais e verificar a sua execução, colaborando com a Câmara Municipal na sua resolução e implementação.

2 — Os Conselhos Municipais são presididos pelo Presidente da Câmara.

3 — Em relação a cada Conselho Municipal, deverá ser aplicada a legislação respetiva conforme a matéria que tem por finalidade regular.

Artigo 19.º

Gabinete de Comunicação

Ao Gabinete de Comunicação, compete:

- a) Promover a imagem pública dos serviços municipais e do concelho da Póvoa de Lanhoso;
- b) Estabelecer plataformas de comunicação entre os munícipes e o município, estimulando o diálogo permanente e a coresponsabilização coletiva, por um lado, e a constante adequação e elevação da qualidade dos serviços prestados, por outro;
- c) Assegurar o relacionamento público da autarquia com os órgãos de comunicação social;
- d) Organizar a recolha e difusão de notícias publicadas nos órgãos de comunicação social de âmbito local e nacional que tenham interesse para conhecimento dos órgãos e dos serviços do município;
- e) Promover a elaboração, publicação e distribuição de publicações periódicas municipais;
- f) Assegurar a atualização permanente da página eletrónica da Câmara Municipal, introduzindo ainda novas funcionalidades que beneficiem a acessibilidade dos utilizadores aos serviços prestados pelo município;

g) Coordenar a elaboração, publicação e distribuição de suportes de comunicação de variada tipologia sobre as atividades periódicas do município, em cooperação com os restantes serviços municipais, de modo a motivar a participação dos cidadãos;

h) Promover a publicação, nos órgãos de comunicação social de âmbito local e regional, de todos os atos municipais dotados de eficácia externa;

i) Assegurar as funções de protocolo nas cerimónias e atos oficiais do município;

j) Gerir a base de dados referente aos contactos de todas as entidades públicas e privadas de interesse para o município;

k) Desenvolver ações de comunicação interna, numa perspetiva de informação, integração e motivação dos funcionários e colaboradores municipais;

l) Prestar assessoria na área das relações internacionais, nomeadamente promover, gerir e executar todas as iniciativas nascidas no âmbito dos protocolos de geminação e de outras parcerias;

m) Organizar as deslocações oficiais dos eleitos municipais e a receção e estada de convidados oficiais do município;

n) Assegurar o registo fotográfico dos eventos organizados pela autarquia e a manutenção do respetivo arquivo digital;

o) Gerir a rede de estruturas publicitárias de grandes dimensões colocadas em vários locais de visibilidade do concelho da Póvoa de Lanhoso;

p) Apoiar a realização de iniciativas promocionais para o concelho.

Artigo 20.º

Gabinete Municipal de Proteção Civil

Ao Gabinete Municipal de Proteção Civil, no âmbito dos seus poderes de planeamento, operações, prevenção, segurança, e informação pública, dispõe o Serviço Municipal de Proteção Civil das seguintes competências:

a) Colaborar com a Autoridade Nacional de Proteção Civil no estudo e preparação de planos de defesa das populações, em casos de emergência, bem como nos simulacros e testes às capacidades de execução e avaliação dos mesmos;

b) Acompanhar a elaboração e implementação do plano municipal de emergência e atualizar os planos especiais, quando estes existam;

c) Assegurar a funcionalidade e a eficácia da estrutura do Serviço Municipal de Proteção Civil;

d) Inventariar e atualizar permanentemente os registos dos meios e dos recursos existentes no município, com interesse para o Serviço Municipal de Proteção Civil;

e) Realizar estudos técnicos com vista à identificação, análise e consequências dos riscos naturais, tecnológicos e sociais que possam afetar o Município, em função da magnitude estimada e do local previsível da sua ocorrência, promovendo a sua cartografia, de modo a prevenir, quando possível, a sua manifestação e a avaliar e minimizar os efeitos das suas consequências previsíveis;

f) Planear o apoio logístico a prestar às vítimas e às forças de socorro em situação de emergência, visando a busca, o salvamento, a prestação de socorro e assistência, bem como a evacuação, alojamento a abastecimento das populações;

g) Criação de condições para a mobilização rápida e eficiente de todas as entidades que concorrem para a proteção civil;

h) Previsão e planeamento de ações atinentes à eventualidade de isolamento de áreas afetadas por riscos;

i) Apoiar a reposição da normalidade da vida das pessoas, organizar o apoio a famílias sinistradas e seu acompanhamento até à sua reinserção social adequada, em colaboração com a Divisão de Educação, Cultura e Ação Social;

j) Junto aos Serviços Municipais de Proteção Civil, funcionará uma Comissão Municipal de Proteção Civil, cujas atribuições, competências, modo de funcionamento e composição são as constantes da legislação em vigor;

k) Organizar planos de atuação em colaboração com as Juntas de Freguesia e outros municípios, com a finalidade de intervir, em casos de emergência ou sinistros, em áreas bem determinadas expostas a níveis elevados de riscos;

l) Executar e promover as ações concernentes aos serviços de bombeiros e emergência médica, nomeadamente no acompanhamento e apoio financeiro ou outro, às associações humanitárias e de socorro do concelho;

m) Manter uma estreita ligação com todas as entidades a nível concelhio que tenham intervenção direta ou indireta na prevenção e execução dos planos de proteção civil;

n) Elaborar planos prévios de intervenção, preparar e propor a execução de exercícios e simulacros que contribuam para uma atuação eficaz de todas as entidades intervenientes nas ações de proteção civil;

o) Realizar ações de sensibilização para questões de segurança, preparando e organizando as populações face aos riscos e cenários previsíveis;

p) Promover campanhas de informação sobre medidas preventivas, dirigidas a segmentos específicos da população alvo, ou sobre riscos específicos em cenários prováveis previamente definidos;

q) Promover e incentivar ações de divulgação sobre proteção civil junto dos municípios com vista à adoção de medidas de auto proteção e promover o voluntariado na proteção civil;

r) Dar seguimento a outros procedimentos, por determinação do Presidente da Câmara Municipal ou Vereador com competências delegadas.

Artigo 21.º

Comandante Operacional Municipal

Ao Comandante Operacional Municipal, compete:

a) Acompanhar permanentemente as operações de proteção e socorro que ocorram na área do Município da Póvoa de Lanhoso;

b) Promover a elaboração dos planos prévios de intervenção com vista à articulação de meios face a cenários previsíveis;

c) Promover reuniões periódicas de trabalho sobre matérias de âmbito exclusivamente operacional, com os comandantes dos corpos de bombeiros;

d) Dar parecer sobre o material mais adequado à intervenção operacional no respetivo Município;

e) Comparecer no local do sinistro sempre que as circunstâncias o aconselhem;

f) Assumir a coordenação das operações de socorro de âmbito municipal, nas situações previstas no Plano de Emergência Municipal, bem como quando a dimensão do sinistro requeira o emprego de meios de mais de um corpo de bombeiros.

g) Solicitar a colaboração da Divisão de Obras Municipais e Ambiente, Serviços de Ação Social e Saúde Pública e outros serviços municipais, conforme a necessidade de apoio técnico que se depre.

Artigo 22.º

Gabinete de Fundos Comunitários

Ao Gabinete de Fundos Comunitários, compete:

a) Assegurar em articulação com outros serviços, a apresentação de candidaturas a prémios e programas de financiamento de projetos na área da qualidade e modernização;

b) Elaborar os relatórios de atividade anuais e intercalares;

c) Elaborar e ou acompanhar a elaboração de pareceres, estudos, planos e projetos de desenvolvimento território, que tenham sido considerados de interesse estratégico para o concelho;

d) Elaborar, coordenar e gerir candidaturas a fundos comunitários e nacionais;

e) Elaborar estudos e diagnósticos de suporte aos projetos a candidatar;

f) Tratar e disponibilizar a informação estatística;

g) Apoiar as associações e juntas de freguesias na elaboração e gestão de projetos/candidaturas;

h) Disponibilizar informação atualizada sobre os projetos da sua responsabilidade;

i) Prestar informações internas sobre os mecanismos de acesso aos fundos comunitários.

Artigo 23.º

Gabinete de Informática

Ao Gabinete de Informática compete, designadamente:

i) Conceber e manter a infraestrutura tecnológica, gerir e administrar os sistemas informáticos e assegurar o funcionamento eficiente dos sistemas de comunicações do município.

ii) Assegurar a conceção, administração, manutenção e adequada exploração dos sistemas informáticos centrais, redes de comunicações, sites e bases de dados instalados, incluindo os respetivos sistemas de proteção, segurança e controlo de acesso da sua responsabilidade direta ou atribuídos à exploração de outras entidades;

iii) Assegurar a instalação e atualização da arquitetura tecnológica e da infraestrutura de comunicações necessárias para suportar o normal funcionamento dos serviços;

iv) Definir e propor os standards tecnológicos a serem adotados pelo município, zelando pelo seu cumprimento;

v) Salvaguardar toda a informação centralizada no *Data Center*;

vi) Conceber e aplicar uma política de segurança.

vii) Assegurar a integração e gestão dos sistemas municipais de comunicações, compreendendo as redes de voz e dados, rede fixa, rede móvel, via rádio e sistemas de vigilância;

viii) Propor e supervisionar tecnicamente todos os processos de contratação de equipamento, mantendo um registo atualizado dos equipamentos e sistemas centrais instalados;

ix) Realizar projetos de investigação e desenvolvimento que visem a avaliação das tecnologias de comunicações adequadas para o município;

x) Garantir a conservação e a segurança ativa e passiva dos equipamentos informáticos;

xi) Assegurar os serviços de *helpdesk* tecnológico e apoiar os utilizadores, garantindo a correta utilização dos sistemas instalados;

xii) Gerir o parque informático e avaliar as necessidades de utilização e capacidades de funcionamento dos equipamentos.

Artigo 24.º

Execuções Fiscais

Aos serviços de execuções fiscais compete, designadamente:

i) A instrução dos processos de execução fiscal, analisando em conformidade legal as respetivas certidões de dívida, procedendo à sua autuação e tramitação, de acordo com as formalidades previstas no Código de Procedimento e de Processo Tributário — C.P.P.T e Lei Geral Tributária;

ii) Assegurar o atendimento dos executados e encaminhamento para os Serviços Emissores de dívida;

iii) Assegurar o apoio, registo e expediente dos serviços de contencioso fiscal;

iv) Citação e notificações dos executados;

v) Promover a penhora dos processos não pagos voluntariamente;

vi) Promover a remessa a tribunal e acompanhamento dos processos contenciosamente impugnados.

Artigo 25.º

Equipa de Projeto — “Maria da Fonte”

1 — A existência da equipa de projeto “Maria de Fonte”, justifica-se pela recente aprovação da estratégia municipal para a edificação de uma referência socio-turística a partir do nosso património histórico e etnográfico, assente na figura da Maria da Fonte.

2 — A equipa de projeto “Maria de Fonte” é composta por 5 elementos sendo coordenada por um técnico superior, responsável pela implementação e gestão do Projeto, não tendo relevância financeira no respetivo vencimento.

3 — A duração da Equipa de Projeto “Maria da Fonte” é fixada pelo período de 3 anos.

4 — A equipa de projeto “Maria de Fonte” tem como missão, a execução da componente de conteúdos da candidatura aprovada para o Centro Interpretativo Maria da Fonte (CIMF) e a implementação da estratégia municipal para a “Maria da Fonte”.

5 — As competências e a metodologia da equipa de projeto “Maria da Fonte”, assim como as competências do seu coordenador, serão estabelecidas por despacho do Presidente da Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso.

CAPÍTULO IV

Dos serviços de apoio técnico e instrumental

Artigo 26.º

Unidade Flexível de 2.º Grau de Gestão Administrativa

1 — À Unidade Flexível de 2.º Grau de Gestão Administrativa compete a programação, organização, coordenação e direção integrada das atividades de caráter administrativo e jurídico, bem como a formação e gestão dos seus recursos humanos, no âmbito dos respetivos serviços, designadamente:

a) Planear, programar, coordenar e controlar as atividades da Divisão;

b) Promover a execução de todas as tarefas que se insiram nos respetivos serviços, de acordo com as disposições aplicáveis e critérios de boa gestão;

c) Dar apoio aos órgãos do município;

d) Propor e colaborar em estudos e seleção de dados suscetíveis de tratamento informático;

e) Promover as tarefas administrativas à boa gestão do pessoal;

f) Desencadear as ações inerentes ao processo eleitoral;

g) Secretariar as reuniões da Câmara Municipal a Assembleia Municipal;

h) Assegurar a implementação do sistema de controlo interno na divisão;

i) Conceber, propor e implementar novas metodologias conducentes à obtenção de ganhos de eficácia, eficiência e satisfação dos utilizadores dos serviços;

j) Assegurar e promover o relacionamento funcional com as outras áreas orgânicas da Câmara;

k) Promover a melhoria do funcionamento dos serviços, no que respeita à estrutura, métodos de trabalho e equipamentos

l) Superintender o arquivo municipal;

m) Organizar e promover ações regulares de formação e aperfeiçoamento profissional de todo o pessoal do Município;

n) Assegurar as demais funções que por lei ou por deliberação de câmara lhe sejam cometidas.

2 — A Unidade Flexível de 2.º Grau de Gestão Administrativa compreende os seguintes serviços, com as correspondentes competências:

2.1 — Serviço de Administração Geral, que compreende as seguintes áreas de ação:

a) Expediente

No serviço de expediente podemos identificar as seguintes competências:

i) Executar as tarefas inerentes à receção, classificação, registo, distribuição e expedição da correspondência e de outros documentos dentro dos prazos respetivos;

ii) Preparar o expediente relativo a eleições e referendos;

iii) Efetuar o expediente relativo à passagem de certidões da competência da Câmara Municipal, bem como o expediente relativo à autenticação dos documentos;

iv) Registrar e arquivar avisos, editais, anúncios, posturas, regulamentos e ordens de serviço;

v) Superintender e assegurar o serviço de telefone;

vi) Tratar da documentação inerente aos recintos para espetáculos a solicitação dos interessados;

vii) Executar os serviços respeitantes a estatísticas ou informação própria do serviço;

viii) Assegurar a receção, registo, classificação, expedição e arquivo de todos os documentos referentes à atividade dos órgãos do Município;

ix) Organizar e dar sequência aos processos administrativos que lhe sejam distribuídos;

x) Organizar a carteira de seguros do Município;

xi) Organizar os transportes escolares;

xii) Promover e assegurar os atos administrativos decorrentes da aplicação dos normativos da diretiva de serviços e licenciamento zero;

xiii) Organizar os processos para concessão de licenças de queimadas;

xiv) Organizar os processos para realização de provas desportivas e emitir as respetivas licenças;

xv) Organizar os processos de concessão de terrenos para sepulturas perpétuas e jazigos, mantendo atualizado o respetivo registo;

xvi) Organizar os processos para obtenção de cartas de caçador;

xvii) Elaborar bases de dados específicas para cada ato administrativo, facilitando atos de consulta e pedidos de documentação;

xviii) Executar os serviços respeitantes a estatísticas ou informação própria do setor;

xix) Colaborar na organização do processo de recenseamento militar e assegurar o expediente respeitante a assuntos militares;

xx) Organizar os processos de atribuição de subsídio ao arrendamento e Habitalanhoso;

xxi) Colaborar nos processos de atribuição de bolsas de estudo.

b) Impostos

Ao serviço de impostos, podemos identificar as seguintes competências:

i) Promover a arrecadação de receitas municipais;

ii) Liquidar impostos, taxas, licenças e demais rendimentos do Município.

c) Gabinete de Apoio ao Município

Para o Gabinete de Apoio ao Município, podemos identificar as seguintes competências:

i) Prestar apoio aos munícipes no seu relacionamento com os órgãos e serviços da Autarquia, tendo a rápida e adequada resposta às suas pretensões, no âmbito do princípio de uma Administração aberta e participada

ii) Garantir o serviço de “front-office”, nomeadamente, prestando informações e fornecendo minutas de requerimentos e encaminhar os munícipes para os serviços, caso necessário

iii) Registrar, por via pessoal, telefónica ou escrita, as sugestões e reclamações apresentadas pelos munícipes e encaminhá-las para os respetivos serviços

iv) Prestar apoio ao emigrante, dentro das seguintes linhas de ação:

Emissão de Certificados de Residência dos Cidadãos Comunitários;
Pedido de Pensões no Estrangeiro;
Equivalência e Reconhecimento de Habilitações Literárias adquiridas no Estrangeiros;

Troca de Cartas de Condução obtidas no estrangeiro;

Ajuda na legalização de Veículos Automóveis (Isenção do Imposto);
Qualquer tipo de apoio administrativo (correspondência recebida do estrangeiro e elaboração de minutas para resposta aos mesmos).

2.2 — Apoio aos Órgãos Autárquicos

O serviço de Apoio aos Órgãos Autárquicos compreende o apoio administrativo a prestar quer ao órgão executivo quer ao órgão deliberativo do município a quem compete, designadamente:

- i) Preparar a agenda e expediente das reuniões do Executivo e da Assembleia Municipal;
- ii) Certificar assuntos constantes das atas dos Órgãos Municipais;
- iii) Assegurar e secretariar as reuniões;
- iv) Fotocopiar documentos de apoio às reuniões de Câmara e envio de elementos para os membros do Executivo e da Assembleia;
- v) Ações de relacionamento com as Juntas de Freguesia, Associação Nacional de Municípios e outros organismos;
- vi) Registrar e arquivar avisos, editais, anúncios, posturas, regulamentos e ordens de serviço.

2.3 — Arquivo Municipal

Aos serviços do Arquivo Municipal compete, designadamente:

- i) Organizar e gerir os arquivos Geral e Histórico Municipal;
- ii) Catalogar e arquivar todos os documentos, livros e processos que lhe sejam remetidos pelos diversos serviços;
- iii) Promover a informatização e digitalização do arquivo bem como gerir o seu processo de externalização;
- iv) Definir as regras de organização e classificação dos arquivos administrativos, intermédios e histórico;
- v) Definir o plano de incorporações para os diversos serviços da Autarquia;
- vi) Promover a atualização sistemática do plano de classificação do arquivo;
- vii) Zelar pela manutenção e conservação dos documentos em arquivo e propor, logo que decorridos os prazos estipulados por lei, a inutilização de documentos sem interesse histórico.
- viii) Promover a eficaz aplicação do regulamento municipal do Arquivo.

2.4 — Gabinete de Qualidade

Ao Gabinete de Qualidade compete, designadamente:

- i) Apresentar ao Presidente da Câmara para aprovação o Plano de Ação Global de Auditoria e os respetivos relatórios periódicos das ações de auditoria;
- ii) Dirigir e dinamizar as ações de auditoria interna nos domínios do Sistema de Controlo Interno em articulação com o Presidente da Câmara;
- iii) Promover reuniões de coordenação com os responsáveis das Divisões Municipais, sempre que se revelem necessárias no âmbito das ações de auditoria interna, no sentido de aperfeiçoar e corrigir procedimentos e emitir recomendações técnicas;
- iv) Assegurar o controlo e a monitorização Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas;
- v) Fomentar novos modelos de gestão dos serviços, orientados para os resultados, através da simplificação de procedimentos e da reengenharia de processos;
- vi) Apoiar o executivo na definição de objetivos anuais da qualidade, sua concretização e seguimento;
- vii) Dinamizar a autoavaliação da qualidade e apoiar cada serviço na identificação de necessidades de melhoria, no estabelecimento de planos de ação e seu seguimento;
- viii) Propor a utilização de metodologias e de ferramentas da qualidade adaptadas à especificidade de cada serviço;
- ix) Efetuar inquéritos de satisfação dos munícipes e outros interlocutores da Autarquia e elaborar relatórios de análise dos mesmos;
- x) Acompanhar a promoção, coordenação e gestão da formação.

2.4.1 — O gabinete de Qualidade e Estratégia integra os seguintes serviços:

Núcleo da Qualidade
Auditorias e Modernização Administrativa

2.5 — Recursos Humanos e Formação

Aos serviços de Recursos Humanos compete, designadamente:

- i) Gerir o quadro de pessoal e elaborar o balanço social;
- ii) Gerir os perfis de competências;
- iii) Assegurar a gestão de carreiras;
- iv) Organizar e manter atualizados os processos individuais;
- v) Gerir o sistema de assiduidade;
- vi) Processar as remunerações, abonos e suplementos;
- vii) Apoio técnico e administrativo ao processo de avaliação de desempenho dos trabalhadores, bem como o processo de indigitação e eleição da comissão paritária;
- viii) Recolher e tratar dados para fins estatísticos e de gestão, designadamente quanto à assiduidade, trabalho extraordinário, ajudas de custo e participação na doença;
- ix) Proceder à estimativa anual das verbas a orçamentar em despesas com pessoal;
- x) Proceder ao levantamento e análise das necessidades de formação;
- xi) Elaborar o plano anual de formação e proceder à sua divulgação, execução e avaliação;
- xii) Envio de informação de recursos humanos às entidades tutelares;
- xiii) Gerir os procedimentos concursais.

2.6 — Apoio Jurídico e Fiscalização

Os serviços de Apoio Jurídico e Fiscalização compreendem as seguintes áreas de ação, com as respetivas competências determinadas:

a) Apoio jurídico

- i) Prestar assessoria e consultadoria jurídica aos órgãos e aos serviços municipais;
- ii) Elaborar informações, emitir pareceres técnico-jurídicos e efetuar estudos jurídicos;
- iii) Dar parecer e acompanhar processos gratuitos e contenciosos, nomeadamente os que incidam sobre petições diversas, reclamações, recursos, sindicâncias, inquéritos e estatuto disciplinar;
- iv) Propor a adequada metodologia e acompanhar os processos litigiosos de expropriação, requisição, constituição de encargo, ónus, responsabilidade ou restrição que sejam pela lei consentidos para o desempenho regular das atribuições do município, até à sua conclusão, em articulação com a área de Património;
- v) Assegurar e concorrer para o aperfeiçoamento técnico jurídico dos atos administrativos municipais;
- vi) Após solicitação dos órgãos e ou pessoas competentes, fazer o adequado tratamento dos pareceres jurídicos externos considerados necessários, bem como elaborar os que forem pedidos por entidades exteriores, desde que haja permissão legal;
- vii) Elaborar respostas e ou fornecer elementos solicitados pelos Tribunais, ou por entidades ou autoridades administrativas, que requeiram esclarecimentos jurídicos relativos à atividade da autarquia;
- viii) Assegurar, em articulação com os advogados, o patrocínio nas ações propostas pela Câmara Municipal, ou contra ela, bem como a defesa dos titulares dos órgãos ou funcionários quando sejam demandados em juízo por causa do exercício das suas funções.
- ix) Assegurar a elaboração de respostas ou fornecimento de elementos solicitados pelos Tribunais, ou entidades públicas, ou autoridades administrativas, tutelares ou não, que requeiram esclarecimentos jurídicos relativos à atividade da autarquia, tendo em atenção os respetivos prazos;
- x) Promover o apoio e o tratamento de todo o expediente que diga respeito ao patrocínio judiciário nas ações propostas pela Câmara ou contra ela, bem como aos mandatários ao serviço do Município;
- xi) Promover a tramitação dos processos que possam caber dentro da responsabilidade da área de Contencioso e Contra — Ordenações e que, pela sua natureza, se devam incluir na área de Contencioso, designadamente em matéria de reclamações e queixas, em que os serviços competentes na matéria não consigam dar -lhes a devida solução, em função da sua complexidade jurídica;
- xii) Conferir os mapas de cobrança de taxas dos mercados e feiras e emitir as respetivas guias de receita.

b) Fiscalização

- i) Fiscalizar obras particulares e outras situações que lhe sejam solicitadas pelos diversos serviços da Câmara Municipal;
- ii) Fiscalizar o cumprimento dos regulamentos municipais;
- iii) Efetuar participações, elaborar autos de notícia e de embargo;
- iv) Prestar as informações que lhe sejam solicitadas pelos serviços no âmbito do exercício da fiscalização.

2.7 — Aprovevisionamento e Contratação Pública, a quem compete, designadamente:

- i) Assegurar a realização dos procedimentos de contratação pública o aprovisionamento, em consonância com os preceitos legais aplicáveis, pautando -se por pressupostos de economia e eficácia;
- ii) Proceder às aquisições necessárias para todos os serviços do município, após adequada instrução dos procedimentos contratuais, incluindo a abertura de concursos, sob proposta e apreciação técnica das demais unidades orgânicas, salvaguardando as articulações necessárias;
- iii) Procurar que o aprovisionamento se efetue ao menor custo, dentro dos requisitos de quantidade e qualidade nos prazos previstos, devendo para o efeito efetuar consultas prévias ao mercado, mantendo informação atualizada sobre os preços dos bens e serviços mais significativos;
- iv) Proceder à avaliação contínua dos fornecedores ao nível da eficiência e eficácia dos seus serviços, garantindo parâmetros de qualidade que assegurem um desempenho adequado por parte dos serviços municipais.
- v) Promover, em articulação com os setores de armazenamento e serviços requisitantes que procedem à receção de bens, à elaboração, atualização e evolução de Procedimento que regule as Regras do Controlo e Receção de Bens;
- vi) Proceder ao registo de todos os processos de aquisição nos suportes em vigor e mantê-los atualizados
- vii) Assegurar a gestão estratégica, operacional e transacional das aquisições de bens e serviços e das empreitadas, em articulação com os serviços envolvidos;
- viii) Instruir, acompanhar e avaliar o processo instrutório de pré-contratação de aquisição de bens e serviços e de empreitadas, sob proposta e apreciação técnica das demais unidades orgânicas, salvaguardando as articulações necessárias;
- ix) Elaborar, em colaboração com os serviços o plano anual de aquisições e assegurar a sua execução em tempo útil, atendendo a critérios de ordem legal, técnica, de economia e de oportunidade;
- x) Desenvolver e gerir um sistema centralizado de contratação que potencie a capacidade negocial do município, a eficiência e racionalidade da contratação através da centralização e da integração das necessidades de bens, de serviços e de plataformas tecnológicas para o efeito;
- xi) Conhecer o mercado e gerir adequadamente a relação com os fornecedores, através de um sistema de avaliação contínuo do serviço prestado;
- xii) Garantir a conformidade normativa dos procedimentos pré-contratuais, bem como, a respetiva uniformização processual;
- xiii) Desenvolver estudos que permitam criar um sistema de controlo;
- xiv) Elaborar manual de normalização de compras que tenha em conta critérios de economia e funcionalidade e a compatibilização das compras com os bens e serviços adquiridos anteriormente;
- xv) Desenvolver estudos que permitam, designadamente, analisar os custos de aquisições de bens e serviços.

Artigo 27.º

Unidade Flexível de 2.º Grau de Gestão Financeira e Patrimonial

1 — À Unidade Flexível de Gestão Financeira e Patrimonial compete, genericamente:

- i) Assegurar a execução atempada de todas as tarefas que se insiram no domínio da administração dos recursos financeiros, de acordo com as disposições legais aplicáveis e critérios de boa gestão;
- ii) Promover e zelar pela arrecadação de receitas do Município;
- iii) Propor e colaborar na execução de medidas que visem o aperfeiçoamento organizacional e à racionalização de recursos financeiros;
- iv) Organizar e participar no relatório de contas, orçamento e opções do plano;
- v) Manter atualizado o inventário de bens móveis e imóveis do município;
- vi) Organizar os documentos de prestação de contas e colaborar na elaboração do relatório anual, bem como das grandes opções do plano e orçamento;
- vii) Assegurar as demais funções que por lei ou por deliberação de câmara lhe sejam cometidas.

2 — A Unidade Flexível de Gestão Financeira e Patrimonial compreende os seguintes serviços:

a) Contabilidade, a quem compete, designadamente:

- i) Promover e colaborar na elaboração anual dos documentos previsionais — grandes opções do plano e orçamento — e ainda, preparar as modificações orçamentais que se revelem necessárias ao desempenho pretendido;
- ii) Acompanhar a execução do orçamento e do plano plurianual de investimento, mantendo atualizados os registos relacionados com a sua evolução, bem como, zelar pela racional persecução dos mesmos;

iii) Proceder aos registos contabilísticos referentes aos atos que provoquem modificações quantitativas ou qualitativas do património;

iv) Assegurar o suporte informativo necessário ao conhecimento, por parte dos serviços municipais, das informações resultantes dos registos contabilísticos efetuados;

v) Coordenar as ações necessárias à elaboração dos documentos de prestação de contas do Município;

vi) Reunir os elementos necessários à elaboração das relações para efeitos fiscais;

vii) Desencadear as operações necessárias ao encerramento do ano económico;

viii) Elaborar bem como organizar os documentos de prestação de contas, submetendo-os à aprovação do órgão executivo, publicitando-os posteriormente;

ix) Apresentar, ao executivo, balancetes mensais referentes ao cumprimento do plano plurianual de investimentos e do orçamento, bem como a respetiva apreciação técnica, sobre os aspetos mais relevantes;

x) Elaborar os planos de tesouraria;

xi) Manter permanentemente atualizadas as conta-correntes referentes a todas as instituições bancárias, onde se encontrem contas abertas em nome do Município, comprovando, mensalmente, o saldo das diversas contas bancárias.

b) Tesouraria, a quem compete, designadamente:

i) Efetuar a arrecadação de receitas e o pagamento de despesas, bem como de outros fundos extraorçamentais cuja contabilização esteja a cargo da autarquia, nos termos legais e regulamentares e no respeito das instruções de serviço;

ii) Efetuar o pagamento de todas as despesas depois de devidamente autorizadas;

iii) Elaborar balancetes diários de tesouraria;

iv) Entregar diariamente na Secção da Contabilidade o diário da tesouraria e ainda os documentos, relações de despesa e receita relativas ao dia, bem como os títulos de anulação e guias de reposição;

v) Manter devidamente escriturados os documentos obrigatórios e cumprir as disposições legais e regulamentares sobre contabilidade municipal.

c) Património, a quem compete, designadamente:

i) Organizar e manter organizado o inventário e cadastro de bens móveis e imóveis do município;

ii) Executar e acompanhar os processos de inventariação, aquisição, transferência, abate, permuta e venda de bens;

iii) Colaborar na elaboração de normas no âmbito da gestão e controlo patrimonial e zelar pela sua posterior atualização e cumprimento;

iv) Proceder à legalização de prédios rústicos e urbanos nas entidades competentes;

v) Proceder à identificação, codificação, classificação, etiquetagem, registo, movimentação, inventário permanente e controlo de todos os bens patrimoniais dos serviços, incluindo obras de arte, mobiliário e equipamentos existentes nos serviços ou cedidos pela Câmara Municipal a outros organismos;

vi) Promover as inscrições nas matrizes prediais e o registo na conservatória do registo predial de todos os bens imobiliários do município;

vii) Executar todo o expediente relacionado com o abate e alienação de bens móveis e imóveis;

viii) Exercer as demais funções que lhe forem cometidas.

Artigo 28.º

Unidade Flexível de 2.º Grau de Obras Municipais e Ambiente

1 — À Unidade Flexível de 2.º Grau de Obras Municipais e Ambiente compete, genericamente:

a) Promover a execução de projetos das obras municipais e a segurança da circulação pedonal e rodoviária do Concelho com eficiência, eficácia e qualidade;

b) Prestar o apoio logístico às atividades dos serviços municipais satisfazendo as necessidades de transporte e montagem de equipamentos procedendo à manutenção de edifícios e das instalações municipais;

c) Promover a prestação de serviço público no âmbito da gestão dos sistemas municipais de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e de recolha de resíduos sólidos urbanos de modo a garantir a satisfação do munícipe.

2 — A Unidade Flexível de 2.º Grau de Obras Municipais e Ambiente compreende os seguintes serviços, com as correspondentes competências:

2.1 — Serviço de Obras Municipais, ao qual compete, designadamente:

a) Prestar informações específicas do serviço;

b) Tratar a documentação e correspondência inerente aos vários serviços da divisão.

c) Registrar e arquivar os documentos relativos aos trabalhos efetuados por cada um dos serviços;

d) Dar apoio técnico e logístico a eventos culturais e desportivos;

e) Coordenar e proceder à montagem de mesas e cabines de voto em referendos e eleições;

f) Reparar e conservar as viaturas da Câmara Municipal;

g) Executar trabalhos de serralharia e carpintaria;

h) Conservar, reparar e construir pavimentos, passeios e muros;

i) Fornecer, colocar e conservar a sinalização de trânsito;

j) Gerir o armazenamento de materiais no Estaleiro Municipal;

k) Manter os edifícios escolares (escolas primárias e jardins de infância) e os edifícios municipais;

l) Apoiar a manutenção dos edifícios-sedes das Juntas de Freguesia;

m) Conservar a rede elétrica dos edifícios municipais e escolares (escolas primárias e jardins de infância);

n) Conservar as redes de iluminação da responsabilidade da Câmara Municipal;

o) Conservar as instalações elétricas de fontes luminosas;

p) Proceder à limpeza do cemitério municipal;

q) Elaborar estudos e orçamentos, bem como autos de medição;

r) Apoiar, fiscalizar e acompanhar obras em curso, tanto empreitadas como administração direta;

s) Elaborar a parte técnica de procedimentos no âmbito de Concursos de acordo com o Código dos Contratos Públicos;

t) Elaborar autos de receção provisória e definitiva.

2.2 — Serviços Urbanos, ao qual compete, designadamente:

a) Garantir a distribuição de água destinada a consumo humano, de forma contínua e eficiente, quer em termos quantitativos quer qualitativos, incluindo leituras mensais de contadores;

b) Garantir a recolha de águas residuais domésticas ou equiparadas e seu encaminhamento até aos pontos de entrega em “alta”;

c) Garantir a recolha e encaminhamento de águas pluviais ao seu destino final;

d) Planeamento, projeto e execução de empreitadas de ampliação e reabilitação das redes de distribuição de água, recolha de águas residuais domésticas e pluviais;

e) Elaboração dos projetos de execução, incluindo cadernos de encargos no âmbito de concursos de acordo com o Código dos Contratos Públicos;

f) Apoiar, fiscalizar e acompanhar obras em curso, tanto empreitadas como administração direta;

g) Garantir a eficiência e bom desempenho de todos os equipamentos interligados às redes de distribuição de água e drenagem de águas residuais;

h) Promoção contínua de processos de manutenção e conservação, por forma a garantir uma adequada gestão dos sistemas públicos de distribuição de água e de recolha de águas residuais;

i) Recolha, transporte e deposição no destino final de resíduos urbanos indiferenciados;

j) Faturação dos serviços prestados pela Divisão;

k) Gerir, técnica e administrativamente os equipamentos existentes destinados às diversas atividades nas redes de distribuição de água, drenagem de águas residuais domésticas e pluviais, de limpeza manual e mecânica das vias, espaços públicos e jardins;

l) Elaboração e constante atualização de cadastro georreferenciado do património municipal a cargo da Divisão de Ambiente;

m) Reportar à ERSAR o funcionamento dos serviços de distribuição de água, drenagem de águas residuais e recolha de resíduos urbanos, nomeadamente através da elaboração e cumprimento do Plano de Controle da Qualidade Água (PCQA) e avaliação de desempenho da prestação dos serviços incluindo auditoria promovida pela mesma entidade;

n) Garantir a limpeza, manutenção e qualidade das praias fluviais classificadas.

2.3 — Serviços de Ambiente e Recursos Naturais, ao qual compete, designadamente:

a) Assegurar a limpeza das vias, espaços públicos e jardins;

b) Assegurar a construção, a manutenção e conservação dos parques e jardins do município bem como das zonas verdes envolventes aos edifícios e equipamentos públicos;

c) Dinamizar e coordenar as ações de planeamento e programação dos sistemas de limpeza e higiene urbana;

d) Promover a arborização das ruas, jardins e demais logradouros públicos;

e) Organizar e manter viveiros onde se preparam as mudas para os serviços de arborização das zonas urbanas;

f) Execução e manutenção de espaços verdes;

g) Desenvolver, colaborar e participar em ações de formação, sensibilização e educação ambiental em diversas temáticas;

h) Assegurar o apoio, quando solicitado, a feiras, festas e outros eventos.

2.4 — Serviços de Apoio Técnico Florestal, ao qual compete, designadamente:

a) Propor medidas adequadas a incluir no plano de atividades anuais e plurianuais e executar as ações que na área da defesa e ordenamento da floresta estejam aí incluídas;

b) Coordenar o funcionamento da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, cujas atribuições, competências, modo de funcionamento e composição são as constantes da legislação em vigor;

c) Acompanhar, executar e atualizar o Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios (PMDFCI), bem como os programas de ação nele previstos;

d) Participar nas tarefas de planeamento e ordenamento dos espaços rurais do município;

e) Centralizar a informação relativa aos Incêndios Florestais;

f) Coadjuvar o Presidente da CMDFCI e da CMPC em reuniões e em situações de emergência, quando relacionadas com incêndios florestais;

g) Promover o cumprimento do estabelecido no sistema nacional de defesa da floresta contra incêndios, relativamente às competências aí atribuídas aos municípios;

h) Supervisionar no controlo de qualidade das obras municipais e subcontratadas no âmbito de DFCl;

i) Construir e gerir os Sistemas de Informação Geográfica (SIG's) de DFCl

j) Avaliar e informar sobre a utilização de fogo -de -artifício e outros artefactos pirotécnicos;

k) Acompanhar e divulgar o índice diário de risco de incêndio;

l) Emitir propostas e pareceres no âmbito das medidas e ações de DFCl e ordenamento florestal, dos planos e relatórios de âmbito local, regional e nacional e das propostas de legislação;

m) Planear as ações a realizar, no curto prazo, no âmbito do controlo das ignições, designadamente, sensibilizar a população, vigiar e adotar as medidas de compressão legalmente previstas, quando for caso disso;

n) Atender e informar os municípios sobre as ações de gestão de combustíveis e sobre as ações de florestação e reflorestação e disposições legais aplicáveis;

o) Acompanhar, vistoriar e emitir pareceres sobre as ações de florestação ou reflorestação sujeitas a licenciamento camarário;

p) Propor e informar projetos de candidaturas a programas de financiamento público e coordenar a sua execução física;

q) Elaborar anualmente o Plano Operacional Municipal (POM);

r) Promover ações de voluntariado na DFCl, acompanhando o seu desenvolvimento e treino dos participantes;

s) Participar em ações de Formação e Treino no âmbito de DFCl.

2.5 — Serviço de Veterinária Municipal, ao qual compete, designadamente:

a) Gestão do Canil Municipal;

b) Fiscalização de âmbito veterinário;

c) Vistorias e licenciamentos de utilização;

d) Vacinação, identificação eletrónica e abate de animais;

e) Colaborar na execução das tarefas de inspeção e controlo de higiene sanitária das instalações para o alojamento de animais, dos produtos de origem animal e dos estabelecimentos comerciais ou industriais onde se abatam, preparem, produzem, transformem, fabriquem, conservem, armazenem ou comercializem animais ou produtos de origem animal e seus derivados;

f) Emitir parecer, nos termos da legislação vigente, sobre as instalações e estabelecimentos referidos na alínea anterior.

Artigo 29.º

Unidade Flexível de 2.º Grau de Educação, Cultura e Ação Social

1 — À Unidade Flexível de 2.º Grau de Educação, Cultura e Ação Social compete, genericamente, contribuir para alcançar uma comunidade e um território com cidadãos livres, profissionalmente ativos, competentes e capazes, integrados na comunidade povoense e solidários entre si, na procura do equilíbrio social.

2 — A Unidade Flexível de 2.º Grau de Educação, Cultura e Ação Social, compreende os seguintes serviços, e correspondentes competências:

2.1 — Serviço de Ação Social e Saúde Pública, ao qual compete, designadamente:

a) Prestar atendimento social à população do Concelho da Póvoa de Lanhoso;

- b) Mobilizar os recursos institucionais e ou outros existentes, no sentido da resolução das situações/problemas identificados;
- c) Promover a criação de respostas de âmbito social necessárias à prossecução dos objetivos da Divisão;
- d) Definir e implementar instrumentos de planeamento social através da promoção do Programa Rede Social;
- e) Representar a Câmara Municipal em Equipas de Trabalho, Projetos, Comissões e ou, outras instâncias tidas como relevantes, para a concretização dos objetivos da Divisão de Serviços Sociais e Saúde (ex. Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, Rendimento Social de Inserção, Unidade Móvel de Saúde, etc.);
- f) Atender às necessidades sentidas pela população, na área da habitação, mediante a mobilização das respostas tidas como necessárias pelo Município;
- g) Promover atividades de ocupação de animação sociocultural dirigidas à população em geral (ex. crianças, jovens, idosos etc.);
- h) Conceber e implementar ações consideradas relevantes no âmbito da saúde;
- i) Dinamizar uma política de voluntariado no Concelho da Póvoa de Lanhoso;
- j) Apoiar a população, mediante a atribuição de bens de primeira necessidade e ou outros;
- k) Articular com as Instituições locais, no sentido da promoção de atividades de animação sócio-cultural e desportiva;
- l) Incorporar e promover os princípios da igualdade e do respeito pelos direitos humanos, no cumprimento da sua missão;
- m) Intervir nas áreas do emprego, do empreendedorismo e da formação, no sentido de atender às necessidades de grupos da população específicos;
- n) Priorizar as medidas de política social dirigidas às famílias, no sentido da sua capacitação, tornando-as agentes de mudança;
- o) Priorizar as políticas de proximidade enquanto estratégia de intervenção junto da população do Concelho da Póvoa de Lanhoso;
- p) Elaborar estudos e organizar informação relativa à intervenção da Divisão;
- q) Prestar apoio técnico às instituições locais quando solicitado;
- r) Cumprir as orientações de serviço, emanadas do executivo municipal.

2.2 — Serviço de Cultura e Equipamentos Culturais, ao qual compete, designadamente:

- a) Assegurar a execução de todas as tarefas que se insiram no domínio cultural;
- b) Promover e realizar ações de inventariação, defesa, salvaguarda e conservação do património histórico, artístico, bibliográfico, documental, etnológico e paisagístico do concelho da Póvoa de Lanhoso;
- c) Promover ativamente a preservação, formação e fomento cultural da comunidade, através dos instrumentos na sua dependência, como bibliotecas, teatros, auditórios, museus e tecnologias da informação;
- d) Promover, apoiar, fomentar e assegurar as mais adequadas dinâmicas dos espaços e equipamentos municipais de cultura;
- e) Assegurar o desenvolvimento e execução de ações de animação cultural, resultantes de dinâmicas municipais, associativas, institucionais ou sociais;
- f) Investigação, estudo, conceção e aplicação de métodos e processos técnico-científicos na área da história e património;
- g) Participar na programação e execução de atividades ligadas ao desenvolvimento da autarquia local, com projetos, propostas e ações de intervenção e valorização, em resultado de solicitações ou necessidades detetadas;
- h) Propor e estabelecer critérios para a avaliação da eficácia dos programas de ação ou intervenção cultural, participando em grupos ou comissões de classificação de empreendimentos.

2.3 — Serviços de Turismo ao qual compete, designadamente:

- a) Assegurar a execução de todas as tarefas que se insiram no domínio turístico;
- b) Promover, apoiar, fomentar e assegurar as mais adequadas dinâmicas dos espaços e equipamentos de turismo;
- c) Assegurar o desenvolvimento e execução de ações de animação turística, resultantes de dinâmicas municipais, associativas, institucionais ou sociais;
- d) Investigação, estudo, conceção e aplicação de métodos e processos técnico-científicos do turismo;
- e) Propor e estabelecer critérios para a avaliação da eficácia dos programas de ação ou intervenção turística, participando em grupos ou comissões de classificação de empreendimentos;

2.4 — Serviços de Educação, Juventude, Desporto e Associativismo, ao qual compete, designadamente:

- a) Coordenar as atividades dos setores afetos à unidade;
- b) Planear, programar e implementar a ação municipal nos domínios da educação, juventude e desporto, de forma coordenada;

- c) Gerir a rede de equipamentos escolares e desportivos municipais;
- d) Gerir a ação social escolar, o transporte escolar, e todas as medidas do Programa de Apoio aos Alunos Carenciados;
- e) Assegurar o fornecimento das componentes de apoio à família, no ensino pré-escolar e primeiro ciclo do ensino básico;
- f) Garantir a articulação, o apoio e as medidas de incentivo ao movimento associativo, desportivo e juvenil.

Os serviços de educação, juventude, desporto e associativismo, compreendem as seguintes áreas de ação, com as respetivas competências determinadas:

2.4.1 — Educação

- a) Planear, programar e desenvolver a ação municipal no domínio da educação;
- b) Programar ações de desenvolvimento a integrar no plano de atividades do município;
- c) Gerir as condições essenciais ao bom funcionamento das unidades de ensino nomeadamente ao nível da manutenção e conservação dos edifícios e equipamentos escolares (pré-escolar e 1.º Ciclo do Ensino Básico), da gestão do pessoal de ação educativa, das componentes de apoio à família no ensino pré-escolar e alimentação no 1.º Ciclo do Ensino Básico, e ainda do programa de alargamento e generalização das atividades de enriquecimento curricular, matéria salvaguardada pelo Despacho n.º 14460/2008;
- d) Organizar, manter e desenvolver a rede de transportes escolares no concelho, assegurando a respetiva gestão, acompanhamento e avaliação;
- e) Mobilizar os mecanismos necessários à concretização de uma política de Ação Social Escolar nomeadamente através da concretização das medidas do PAAC — Plano de Apoio aos Alunos Carenciados — quer através da abrangência de agregados familiares a usufruírem de subsídios de apoio relativamente à frequência das componentes de apoio à família no pré-escolar e 1.º CEB, quer relativamente à política de atribuição de bolsas a atribuir aos alunos do ensino secundário e ensino universitário, apoios ao nível dos transportes escolares para as EB1/JI, quer ainda pela identificação de situações de carência sócio-económica e respetivo encaminhamento para o Gabinete de Ação Social e possíveis ajudas do Banco de Voluntariado (ambas, unidades orgânicas do Município).
- f) Colaborar com a comunidade educativa municipal (conselho municipal de educação; comissão permanente, no âmbito da Assembleia Municipal de Educação, Juventude e Desporto; Direções dos Agrupamentos de Escolas; conselhos pedagógicos; Assembleias Gerais dos Agrupamentos de Escolas; associações de estudantes; associações de pais; etc.) em projetos e iniciativas que potenciem a função social da escola;
- g) Manter uma relação próxima e constante com as diferentes entidades que intervêm no processo educativo, nomeadamente os Agrupamentos de Escolas, com os objetivos de planificação e concretização articulada das políticas educativas.

2.4.2 — Juventude

- a) Definir e implementar estratégias de intervenção na área da Juventude, promovendo atividades regulares direcionadas aos jovens e que fomentem a sua participação ativa;
- b) Assegurar a articulação com outros serviços da Câmara numa perspetiva de transversalidade das questões ligadas à juventude;
- c) Apoiar o desenvolvimento do associativismo juvenil e desenvolver projetos próprios ou em parceria com organizações juvenis formais ou informais e com entidades direcionadas para o público jovem;
- d) Assegurar a elaboração de propostas ou emissão de pareceres sobre a instalação de equipamentos municipais ou realização de projetos vocacionados para o segmento juvenil, contribuindo para a gestão dos mesmos;
- e) Assegurar a promoção da igualdade de oportunidades dos jovens no acesso à informação, incentivar, acompanhar e divulgar a concretização de projetos juvenis e promover parcerias com entidades exteriores que desenvolvem ações e projetos na área da juventude;
- f) Coordenar programas dirigidos à juventude como sejam o “Juventude em Movimento” que visa o primeiro contacto dos jovens com a vida ativa, e o programa “Férias Ativas”, que de uma forma transversal com outras unidades orgânicas do município concorrem para a ocupação lúdica e pedagógica dos jovens nas interrupções letivas;
- g) Fomentar a competição saudável dos jovens quer ao nível desportivo, pedagógico ou recreativo.

2.4.3 — Desporto

- a) Assegurar a gestão/manutenção das infraestruturas desportivas de propriedade Municipal, implantando princípios de rigor, eficácia, rentabilização dos espaços, racionalização de custos e satisfação do utente;
- b) Planificar criteriosamente a expansão, melhoria e requalificação da rede de equipamentos desportivos concelhios, a curto, médio e longo prazo;
- c) Organizar ações tendentes ao aproveitamento de instalações desportivas e recreativas, dinamizando o tecido associativo concelhio e estimulando a prática ativa do “Lazer na sua vertente educativa/formativa”;

d) Propor e desenvolver programas /iniciativas que promovam o Incremento do número de utentes e a acessibilidade dos cidadãos aos espaços desportivos;

e) Proceder à realização de estudos de diagnóstico da situação desportiva no município, nomeadamente a elaboração e atualização da Carta Desportiva.

f) Fomentar e promover o desenvolvimento das atividades físicas e desportivas numa perspetiva integrada e participada pela comunidade local e estruturas associativas de enquadramento;

g) Promover o progressivo acesso generalizado à prática desportiva, nas suas diversas vertentes, a toda a população do concelho;

h) Formatar o apoio regular do desenvolvimento promovido pelo “Associativismo Desportivo Concelhio”, com particular realce a vertentes formativa;

i) Propor a realização de ações de caráter recreativo e desportivo, tendentes à ocupação dos tempos livres das populações de acordo com as diversas faixas etárias e equipa — alvo;

j) Potenciar a realização de grandes eventos desportivos de intercâmbio, pontuais, quer como veículo promotor/indutor de novas modalidades desportivas, quer como instrumento de divulgação do concelho.

Artigo 30.º

Unidade Flexível de 2.º Grau de Gestão Urbanística e Planeamento

1 — À Unidade Flexível de 2.º Grau de Gestão Urbanística e Planeamento compete, genericamente, assegurar a qualidade urbanística do Concelho, quer seja através da elaboração de estudos urbanísticos quer seja através da sensibilização dos técnicos e particulares fazendo a correta e objetiva apreciação técnica dos projetos de licenciamento assegurando uma célere e eficiente gestão de procedimentos.

2 — A Unidade Flexível de 2.º Grau de Gestão Urbanística e Planeamento compreende os serviços de Gestão Urbanística e Serviço de Planeamento, Projetos de Arquitetura e Engenharia.

2.1 — Ao serviço de Gestão Urbanística compete, designadamente:

a) A tramitação processual e apreciação de pedidos ou comunicações para a realização de operações urbanísticas;

b) A realização de vistorias no âmbito do regime jurídico da urbanização e da edificação;

c) A tramitação processual e apreciação de pedidos de licenciamento de publicidade (com exceção da publicidade temporária, sonora e em veículos terrestres e aéreos);

d) A tramitação processual e apreciação de pedidos de instalação de estabelecimentos de alojamento local;

e) A gestão urbanística, nomeadamente através da emissão de pareceres

f) Na área de Obras Particulares, compete:

i) Gerir os processos de edificação, no âmbito do regime jurídico da urbanização e da edificação;

ii) Prestar as informações relacionadas com processos de obras particulares que lhe forem solicitadas;

iii) Promover o tratamento de toda a documentação a anexar aos processos que lhe estejam confiados;

iv) Promover as consultas às entidades exteriores ao Município, no âmbito do regime jurídico da urbanização e da edificação;

v) Notificar os interessados de todas as decisões proferidas nos processos que lhe estejam confiados;

vi) Submeter a decisão, depois de devidamente informados, todos os processos que lhe estejam confiados;

vii) Proceder à liquidação de todas as taxas que sejam devidas, dos processos que lhe estejam confiados;

viii) Emitir os alvarás de licenciamento e autorização;

ix) Promover a gestão dos prazos relativos aos processos de obras particulares;

x) Organizar os processos de vistoria das edificações no âmbito do regime jurídico da urbanização e da edificação e dar andamento às decisões que incidirem sobre os mesmos;

xi) Executar os serviços que de algum modo se prendam com a realização de obras particulares nas suas relações com os Serviços Municipais, tais como informações, estatísticas, mapas para diversos fins e outros de caráter administrativo.

2.2 — Ao Serviço de Planeamento, Projetos de Arquitetura e Engenharia compete, designadamente:

a) Elaborar, colaborar, apreciar e ou divulgar documentos relativos ao planeamento do território, designadamente os planos municipais de ordenamento do território (PMOT's) e o plano regional de ordenamento do território (PROT-Norte);

b) Assegurar a constituição e manutenção da base de dados territorial, incluindo a dinamização da plataforma SIG (Sistema de Informação Geográfica) e a elaboração de cartografia temática;

c) Produzir os documentos escritos e desenhados relacionados com a elaboração dos estudos e projetos necessários à execução de obras municipais e outras.

d) Fazer o acompanhamento técnico e fiscalização das obras municipais e outras.

e) Cooperar na produção de dossiers temáticos e na participação em programas ou ações;

f) Cumprir as solicitações quotidianas, bem como a emissão de informações internas;

g) Participar na produção dos documentos escritos e desenhados necessários para o concurso de obras municipais e solicitação de pareceres a entidades externas;

h) Elaborar uma base de dados do património imobilizado, com a produção de todos os documentos escritos e desenhados, e fazer a sua gestão.

CAPÍTULO V

Disposições Finais

Artigo 31.º

Organograma dos serviços

O organograma que representa a estrutura orgânica dos serviços da Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso, consta do anexo I deste regulamento.

Artigo 32.º

Mapa de Pessoal

O mapa de pessoal do Município da Póvoa de Lanhoso é elaborado e aprovado anualmente aquando do orçamento, conforme disposições legalmente previstas.

Artigo 33.º

Dependência hierárquica das carreiras gerais e carreiras subsistentes

Os técnicos superiores, os assistentes técnicos e os assistentes operacionais e os trabalhadores integrados nas carreiras não revistas dependem, hierárquica e funcionalmente, dos cargos de direção intermédia.

Artigo 34.º

Coordenação dos serviços dependentes de unidades ou subunidades orgânicas

A coordenação de serviços dependentes de unidades ou subunidades orgânicas pode ser assegurada por um trabalhador designado por despacho do presidente da Câmara ou pelo Vereador com competência em matéria de recursos humanos.

Artigo 35.º

Alteração e ajustamento de atribuições e competências

As atribuições, competências e responsabilidades dos diversos serviços da presente estrutura orgânica, e consequentemente dos seus dirigentes e chefias, podem ser alteradas ou ajustadas por deliberação da Câmara Municipal, sempre que razões de eficácia assim o justifiquem, designadamente, para cumprimento dos planos, prévia e anual ou plurianualmente aprovados.

Artigo 36.º

Dúvidas e omissões

As dúvidas e omissões decorrentes da interpretação e aplicação do presente Regulamento orgânico serão resolvidas por deliberação da Câmara Municipal, tendo em conta a legislação aplicável.

Artigo 37.º

Norma revogatória

Com a entrada em vigor do presente regulamento orgânico e estrutura dos serviços municipais, ficam revogadas todas as disposições anteriores sobre estas matérias.

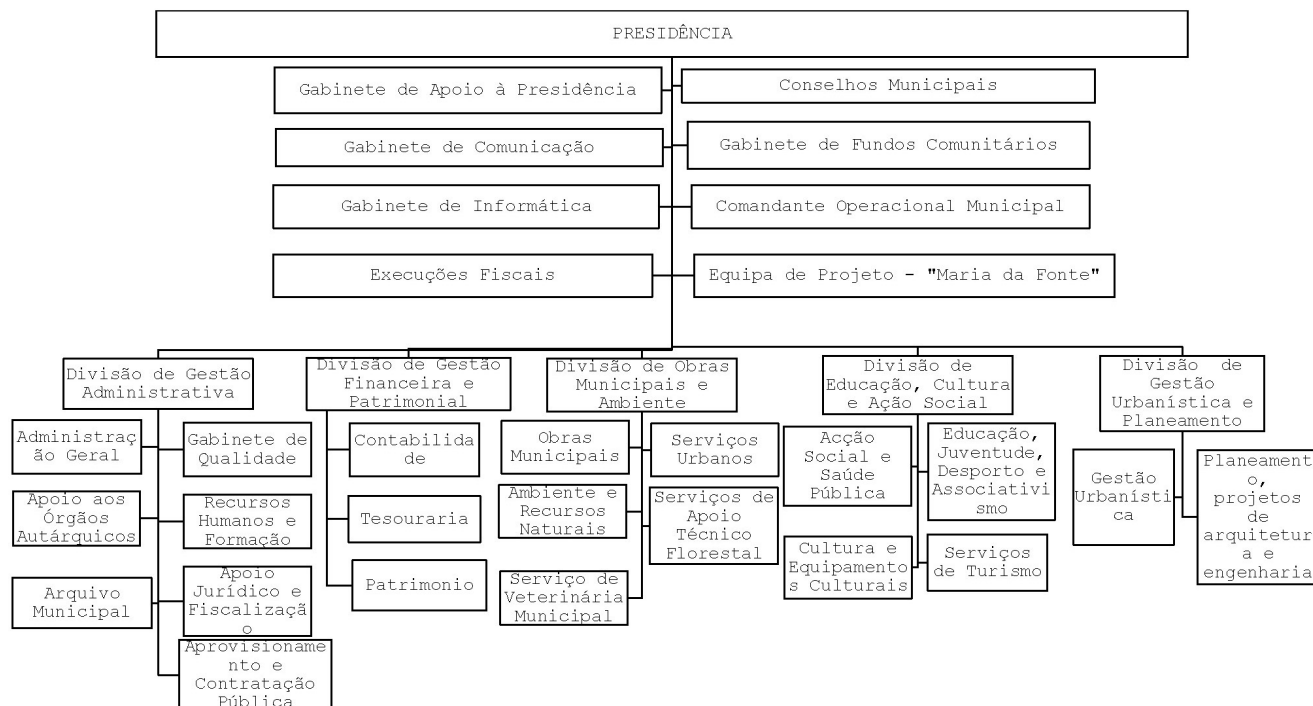
Artigo 38.º

Entrada em vigor

O presente regulamento entra em vigor no dia 1 de janeiro de 2015.

ANEXO I

Organograma



11 de dezembro de 2014. — O Presidente da Câmara, *Manuel José Torcato Soares Baptista*.

208296494

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO

Aviso n.º 14216/2014

Nomeação do Comandante Operacional Municipal

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por meu despacho datado de 20 de novembro de 2014 e no uso das competências que me são conferidas pela alínea a) do n.º 2 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com o disposto no n.º 2 do artigo 13.º da Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro, e nos termos conjugados do n.º 1 e 4 do artigo 13.º e do artigo 25.º, todos deste último diploma legal e do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 49/2003, de 25 de março, na sua redação atual, nomeei para o cargo de Comandante Operacional Municipal, a Técnico Superior Vânia Alexandra Araújo Grilo Oliveira Marçal, em regime de comissão de serviço pelo período de 3 anos, com possibilidade de renovação por iguais períodos, com efeitos a 1 de dezembro de 2014, com a remuneração e demais regalias correspondentes ao cargo de direção intermédia de 2.º grau — Chefe de Divisão Municipal.

Nota Curricular

Vânia Alexandra Araújo Grilo Oliveira Marçal

Início de funções na área da Proteção Civil e Gabinete Técnico Florestal: junho de 2005

Principais tarefas e funções levadas a cabo: Participação direta na gestão de ocorrências em eventos de Proteção Civil, nomeadamente em situações de intempérie; Organização de exercícios de Proteção Civil; Elaboração do Plano Municipal de Defesa da Floresta (2006-2009; 2008-2012 e 2014-2018); Elaboração do Plano Operacional Municipal (anos: 2006 a 2014); Participação direta nos trabalhos de revisão do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil (já aprovado, com 87,2 %); Participação nas tarefas de planeamento e ordenamento dos espaços rurais do município, no âmbito da revisão do Plano Diretor Municipal; Acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos pela Equipa de Sapadores Florestais (SF 07-113); Centralização da informação relativa aos Incêndios Florestais (levantamento de áreas ardidas e produção cartográfica, tratamento estatístico); Coadjuvação do Presidente da Comissão Municipal de Defesa da Floresta (CMDF) em reuniões; Supervisão e controlo de qualidade das obras municipais subcontratadas no âmbito de DFCI (beneficiação

de caminhos florestais); Organização e gestão de programas de vigilância florestal (móvel e fixa); Construção e Gestão de SIG's de DFCI; Elaboração de candidaturas no âmbito da defesa da floresta contra incêndios, nomeadamente ao Programa Desenvolvimento Rural 2007-2013, Ação 2.3.1 — Minimização de Riscos, Subação 2.3.1.1 — Defesa da Floresta Contra Incêndios, para a construção de um Reservatório DFCI; Organização de atividades de sensibilização sobre a defesa da floresta, nomeadamente: "Semana da Floresta", sessões de sensibilização em instituições educativas e Freguesias; Organização de atividades de sensibilização sobre Proteção Civil, nomeadamente: "Semana da Proteção Civil", sessões de sensibilização em instituições educativas; Elaboração de candidaturas no âmbito da defesa da floresta contra incêndios, nomeadamente — candidatura ao Fundo Florestal Permanente — área de apoio 1 — prevenção e proteção da floresta contra incêndios, ação 1.1 — Intervenções de silvicultura preventiva e outras operações de redução de combustíveis;

Formação Académica: Licenciatura em Geografia e Planeamento, ramo de Desenvolvimento e Ambiente, pela Universidade do Minho, com média final de 14 valores; Pós-Graduação em Sistemas de Informação Geográfica pelo Instituto Superior de Línguas Aplicadas de Gaia, com média de 18 valores e Mestrado em Engenharia Florestal, pela Universidade do Trás-os-Montes e Alto Douro, média de 14 valores.

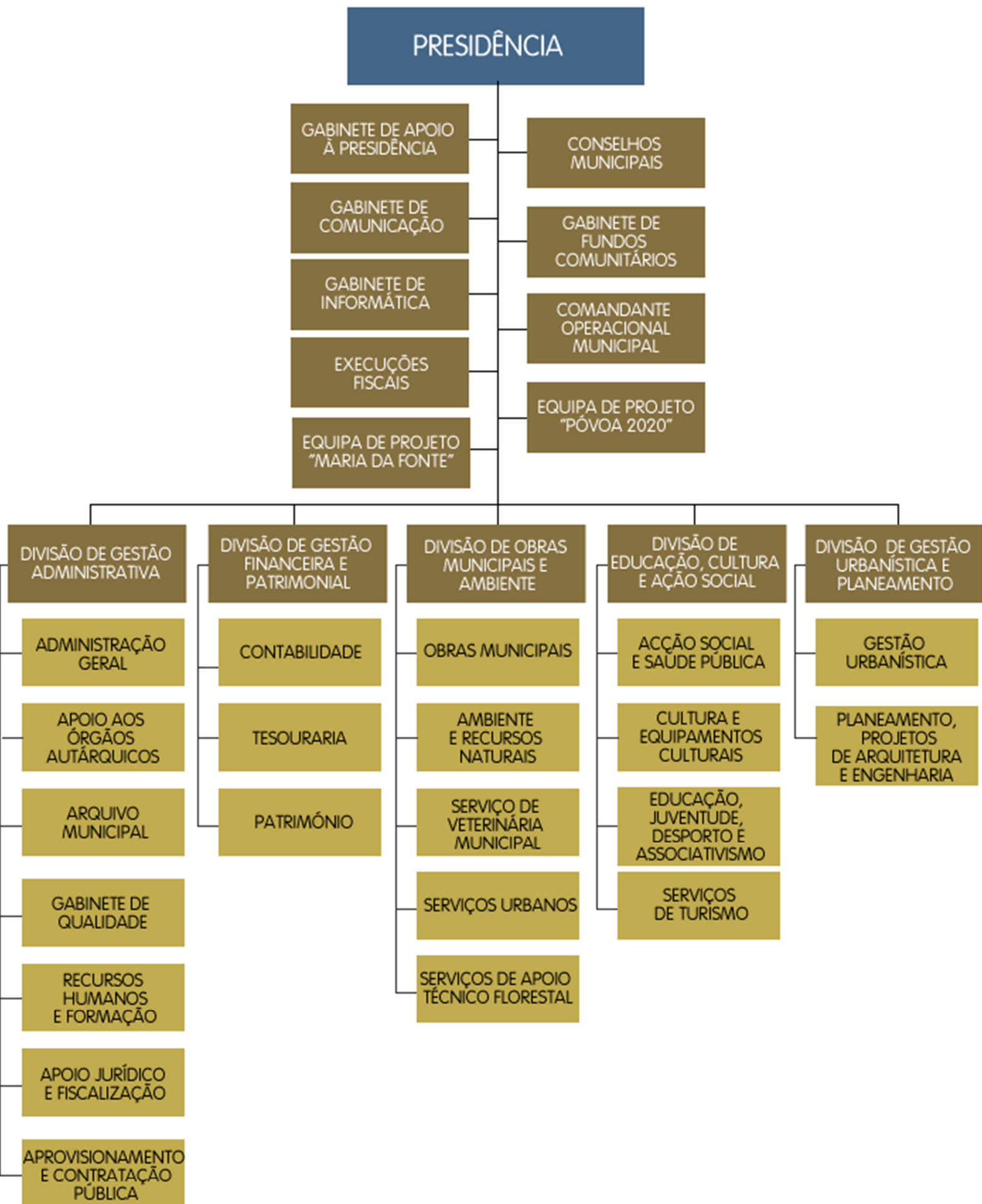
Formação Profissional: "Exercícios de Proteção Civil", 21 horas, CEFA, outubro de 2014; "Logística em Proteção Civil", 21 horas, CEFA, setembro de 2014; Curso de Formação para Comandante Operacional Municipal", 169 horas, CEFA e Escola Nacional de Bombeiros, junho de 2014 (com nota final 17 valores); "Legislação Específica de Riscos", 35 horas, CEFA, dezembro de 2013; "Risco de Incêndio Florestal", 35 horas, CEFA, dezembro 2013; "Sistema de Gestão de Incêndios Florestais (SGIF-2010)", 2,5 horas, Autoridade Florestal Nacional, agosto de 2010; "Metodologias e Planeamento de Desenvolvimento Local", 25 horas, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão e Agência de Desenvolvimento da Região do Vale do Ave (ADRAVE), abril de 2007; "Curso Geral de Proteção Civil", 35 horas, Escola Nacional de Bombeiros, abril de 2007; "Prevenção de Incêndios Florestais no Interface Urbana-Florestal", 12 horas, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Centro, abril 2006; "Elaboração e Gestão de Projetos Florestais", 45 horas, ADRAVE, junho 2005.

3 de dezembro de 2014. — O Presidente da Câmara Municipal, *Paulo Alexandre Matos Cunha*, Dr.

308282578

ANEXO 3

ORGANOGRAMA DO MUNICÍPIO DA PÓVOA DE LANHOSO



ANEXO 4



MUNICÍPIO DA PÓVOA DE LANHOSO

DESPACHO

Considerando o alargamento do Sistema de Gestão da Qualidade implantado na Câmara Municipal de Póvoa de Lanhoso, ao abrigo da Norma NP EN ISO 9001:2008,

NOMEIO,

Ao abrigo da Norma NP EN ISO 9001:2008, como **Representante da Gestão a Dra. Zita Gabriela Vieira de Fonseca de Matos** e como **Gestoras do Núcleo da Qualidade a Dra. Joana de Fátima Peixoto Martins e a Dra. Marta Ribeiro Araújo Cardoso Veloso**, para assegurar o estabelecimento, a implementação e a manutenção dos processos necessários ao Sistema de Gestão da Qualidade, integrando o núcleo da qualidade e articulando com os gestores dos respetivos processos, tendo ainda por missão reportar o desempenho do mesmo e qualquer necessidade de melhoria ao órgão de gestão.

Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso, 28 de janeiro de 2013.

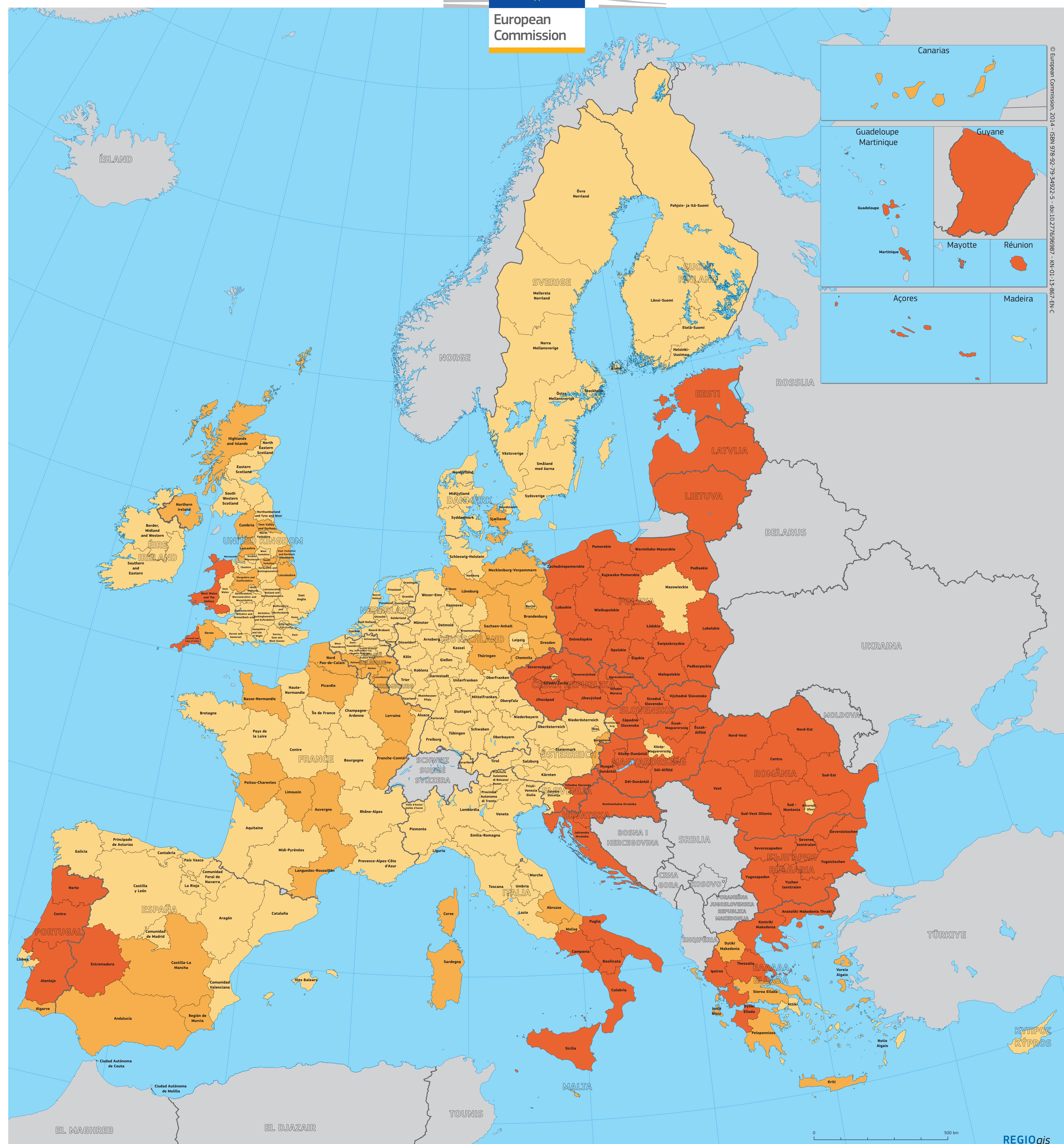
O Presidente da Câmara,

(Manuel José Torcato Soares Baptista)

ANEXO 5



European
Commission



Structural Funds (ERDF and ESF) eligibility 2014-2020

www.ec.europa.eu/regional_policy
www.ec.europa.eu/esf

Cohesion
Policy

Category

- Less developed regions (GDP/head < 75% of EU-27 average)
- Transition regions (GDP/head between 75% and 90% of EU-27 average)
- More developed regions (GDP/head >= 90% of EU-27 average)

* This designation is without prejudice to positions on status, and is in line with UNSCR 1244 and the ICJ Opinion on the Kosovo declaration of independence.

© EuroGeographics Association for the administrative boundaries

ANEXO 6

2 — A dispensa da elaboração de Avaliação Ambiental da alteração em presença.

Os documentos em causa poderão ser consultados durante o período de 30 (trinta) dias úteis, a contar a partir do 6.º dia após publicação do presente Aviso na 2.ª série do *Diário da República*, estando disponíveis nas frentes de atendimento da CMP e na sede da Junta de Freguesia da Quinta do Anjo, nos respetivos horários de expediente. As reclamações, observações ou sugestões, deverão ser feitas por escrito e dirigidas ao Presidente da Câmara Municipal de Palmela, utilizando para o efeito, o impresso próprio que pode ser obtido nos locais acima referidos ou em www.cm-palmela.pt.

Para constar se publica o presente Aviso no *Diário da República* e na comunicação social, sendo ainda afixados, nos locais de estilo, Editais de igual teor.

01 de abril de 2015. — O Presidente da Câmara, *Álvaro Manuel Balseiro Amaro*.

208546905

MUNICÍPIO DE PINHEL

Aviso n.º 3751/2015

Discussão Pública

Rui Manuel Saraiva Ventura, Presidente da Câmara Municipal de Pinhel, torna público, nos termos do n.º 1, artigo 35.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, e submete a discussão pública, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo, a retificação do n.º 2 do artigo 15.º do Regulamento de Atribuição de Lotes de Terreno da Zona Industrial de Pinhel, aprovada pelo Executivo em reunião de Câmara do dia 4 de fevereiro de 2015, no qual deverá passar a constar o seguinte: “Essa documentação será analisada pela Comissão Técnica da Avaliação dos Projetos, da qual farão parte o Presidente da Câmara Municipal de Pinhel, dois Vereadores e dois Técnicos Superiores, que, deverão ser indicados pelo Executivo Municipal”.

Assim, os interessados deverão no prazo de 30 dias a contar da data da publicação do presente Edital, publicado na 2.ª série do *Diário da República*, dirigir as suas sugestões à referida retificação do Regulamento acima mencionado, por escrito para a morada de Município de Pinhel, ou através de email da Câmara Municipal de Pinhel com o endereço cm-pinhel@cm-pinhel.pt.

O presente projeto encontra-se ainda disponível para consulta, na Loja do Município, todos os dias úteis e nas horas normais de expediente, bem como na página da Internet do Município de Pinhel em www.cm-pinhel.pt.

Para conhecimento geral, se publica este edital e outros de igual teor que vai ser afixado nos locais de estilo.

26 de março de 2015. — O Presidente da Câmara, *Rui Manuel Saraiva Ventura*.

308537688

MUNICÍPIO DA PÓVOA DE LANHOSO

Declaração de retificação n.º 254/2015

Alterações ao Regulamento de Organização dos Serviços Municipais, Estrutura e Competências

Manuel José Torcato Soares Baptista, Presidente da Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso, torna público, ao abrigo das competências previstas no artigo 35.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que a Assembleia Municipal da Póvoa de Lanhoso, em reunião ordinária realizada no dia 02 de março de 2015, deliberou aprovar, por maioria, as alterações à organização dos serviços municipais, estrutura e competências, bem como o regulamento e organograma respetivo, aprovado em sessão da assembleia municipal de 21 de dezembro de 2014 e publicado na 2.ª série do *Diário da República* n.º 244, de 18 de dezembro de 2014, da forma seguinte:

Alterações ao artigo 25.º:

No n.º 2, onde se lê «A equipa de projeto “Maria de Fonte” é composta por 5 elementos sendo coordenada por um técnico superior, responsável pela implementação e gestão do Projeto, não tendo relevância financeira no respetivo vencimento» deve ler-se «A equipa de projeto “Maria de Fonte” é composta por 5 elementos sendo coordenada por um técnico

superior, responsável pela implementação e gestão do Projeto, que durante a ocupação do cargo de coordenação é remunerado pela posição remuneratória e nível remuneratório seguinte ao que é detentor aquando da ocupação do referido cargo».

Aditamento:

N.º 6 — O Presidente da Câmara Municipal, a qualquer momento pode cessar, a coordenação da equipa de projeto “Maria da Fonte”.

Aditamento ao Regulamento:

Artigo 25.º-A

Equipa de Projeto — “Póvoa 2020”

1 — A existência da equipa de projeto “Póvoa 2020”, justifica-se pela necessidade de programar e implementar no concelho da Póvoa de Lanhoso o quadro comunitário “Portugal 2020” decorrente do Acordo de Parceria adotado entre Portugal e a Comissão Europeia que reúne a atuação dos 5 Fundos Europeus Estruturais e de Investimento — FEDER, Fundo de Coesão, FSE, FEADER e FEAMP — no qual se definem os princípios de programação que consagram a política de desenvolvimento económico, social e territorial para promover, em Portugal, entre 2014 e 2020. Estes princípios de programação estão alinhados com o Crescimento Inteligente, Sustentável e Inclusivo, prosseguindo a Estratégia “Europa 2020”.

2 — A equipa de projeto “Póvoa 2020” é composta por 7 elementos sendo coordenada por um técnico superior, responsável pela implementação e gestão do Projeto, que durante a ocupação do cargo de coordenação é remunerado pela 6.ª posição remuneratória e nível remuneratório 31, da carreira de técnico superior.

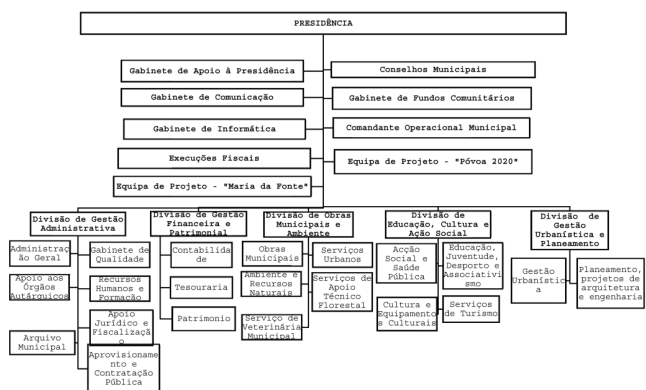
3 — A duração da Equipa de Projeto “Póvoa 2020” é fixada pelo período de 3 anos.

4 — A equipa de projeto “Póvoa 2020” tem como missão apoiar o executivo nos exercícios de planeamento estratégico associados ao período de programação 2014-2020, apresentar candidaturas dos projetos considerados estruturantes e gerir processualmente os que venham a ser financiados pelos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento.

5 — As competências e a metodologia de atuação da equipa de projeto “Póvoa 2020”, assim como as competências do seu coordenador, serão estabelecidas por despacho do Presidente da Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso.

6 — O Presidente da Câmara Municipal, a qualquer momento pode cessar, a coordenação da equipa de projeto “Póvoa 2020”.

Alterações ao Organograma:



18 de março de 2015. — O Presidente da Câmara, *Manuel José Torcato Soares Baptista*.

208518036

MUNICÍPIO DE SABROSA

Aviso n.º 3752/2015

Para os devidos efeitos torna-se público que, no uso das competências que me são conferidas pela alínea a) do n.º 2 do artigo 35.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com a que decorre do n.º 2 do artigo 13 da Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro, e atento ao estabelecido no n.º 4 do artigo 13.º da referida Lei 65/2007, e à condição presente na alínea a) do artigo 30.º do Decreto-Lei n.º 73/2013 de 31 de maio, nomeei em regime de comissão de serviço pelo período de 3 anos, a partir de 12 de maio de 2014, com possível renovação por iguais períodos, Comandante Operacional Municipal de Sabrosa, o Licenciado Marco Paulo Nunes Sequeira, cujo perfil e experiência

Ponto Cinco

Proposta do sr. Presidente da Câmara para a constituição das equipas de projeto “Maria da Fonte” e “Póvoa 2020” para os efeitos previstos nos artigos 7.º e 11.º do Decreto-Lei 305/2009.

DELIBERAÇÃO: Aprovado por unanimidade.

Seguidamente foi presente proposta do sr. Presidente do seguinte teor,

“PROPOSTA

Considerando:

Considerando, que em sessão de assembleia municipal de 21 de novembro de 2014, sob proposta da câmara municipal de 30 de outubro de 2014, foi criada a equipa de projeto “Maria da Fonte”, com alterações efetuadas em sessão de assembleia municipal de 02 de março de 2015;

Que em sessão de assembleia municipal de 02 de março de 2015, sob proposta da câmara municipal de 10 de fevereiro de 2015, foi criada a equipa de projeto “Póvoa 2020”

Considerando que, a equipa de projeto “Maria de Fonte” tem como missão, a execução da componente de conteúdos da candidatura aprovada para o Centro Interpretativo Maria da Fonte (CIMF) e a implementação da estratégia municipal para a “Maria da Fonte”, acima referida.

E que, por seu lado, a equipa de projeto “Póvoa 2020” tem como missão apoiar o executivo nos exercícios de planeamento estratégico associados ao período de programação 2014-2020, apresentar candidaturas dos projetos considerados estruturantes e gerir processualmente os que venham a ser financiados pelos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento.

Conforme o disposto da alínea a) do n.º 2 do artigo 35.º, do anexo I, da lei n.º 72/2013, de 12 de setembro, conjugado com o n.º 5 do artigo 25.º do regulamento da Organização dos Serviços Municipais, Estrutura e Competências, aprovado em sessão de assembleia de 21 de novembro de 2014, e complementado, através de aditamento, em sessão de assembleia municipal de 02 de março de 2015, as competências e a metodologia destas equipas de projeto, assim como as competências dos seus coordenadores, são estabelecidas por despacho do Presidente da Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso, sendo que a constituição da Equipa de Projeto cabe, ao abrigo dos artigos 7.º e 11.º do DL 305/2009, à Câmara Municipal sob proposta do seu Presidente;

Em face de tudo o exposto **propõe-se:**

1 – Revalidar a proposta deliberada em sessão da câmara municipal havida a 15 de janeiro de 2015, no que respeita à constituição da equipa de projeto “Maria da Fonte” e à afetação do cargo de coordenação ao técnico superior Paulo Alexandre Ribeiro Freitas.

2 – Criação da Equipa de Projeto “Póvoa 2020”

Conforme o disposto no n.º 2 do artigo 25.º do Regulamento da Organização dos Serviços Municipais, Estrutura e Competências, a equipa de projeto “Póvoa 2020” é composta por sete elementos.

Assim, ficam afetos à Equipa de Projeto “Póvoa 2020”, sem relevância financeira no respetivo vencimento, os seguintes recursos humanos, para além do coordenador da equipa:

Perfil Carreira	Área Funcional	N.º Funcionários	Nome	Serviço
	Gab. Fundos			
Técnico Superior	Comunitários	1	António Campos	GFC
Técnico Superior	Ação Social	1	Eliana Oliveira	DECAS
Técnico Superior	Informática	1	Artur Queirós	GI
Técnico Superior	História	1	Mariana Pereira	DECAS
Técnico Superior	Arquitetura	1	José Vilas Boas	DGUP
	Gabinete			
	Empreendedorismo	1	Sandrina Oliveira	GE

A coordenação da Equipa de Projeto “Póvoa 2020” é da competência da técnica superior, Marta Veloso, dra, técnica integrada no gabinete de fundos comunitários.

3 – A presente proposta produz efeitos a partir de 01 de maio de 2015.

Póvoa de Lanhoso, 14 de abril de 2015

O Presidente da Câmara Municipal,

Manuel José Torcato Soares Baptista, sr.



MUNICÍPIO DA PÓVOA DE LANHOSO



DESPACHO

EQUIPA DE PROJETO “PÓVOA 2020”

Considerando que, em sessão de assembleia municipal de 2 de março de 2015, sob proposta da câmara municipal, foi criada a equipa de projeto “Póvoa 2020”.

Considerando que, a equipa de projeto “Póvoa 2020” tem como missão, implementar no concelho da Póvoa de Lanhoso o quadro comunitário “Portugal 2020” decorrente do Acordo de Parceria adotado entre Portugal e a Comissão Europeia que reúne a atuação dos 5 Fundos Europeus Estruturais e de Investimento - FEDER, Fundo de Coesão, FSE, FEADER e FEAMP - no qual se definem os princípios de programação que consagram a política de desenvolvimento económico, social e territorial para promover, em Portugal, entre 2014 e 2020. Estes princípios de programação estão alinhados com o Crescimento Inteligente, Sustentável e Inclusivo, prosseguindo a Estratégia “Europa 2020”.

Conforme o disposto da alínea a) do n.º 2 do artigo 35.º, do anexo I, da lei n.º 72/2013, de 12 de setembro, conjugado com o n.º 5 do artigo 25.º do regulamento da Organização dos Serviços Municipais, Estrutura e Competências, aprovado em sessão de assembleia de 21 de novembro de 2014, as competências e a metodologia da equipa de projeto “Póvoa 2020”, assim como as competências da sua coordenadora, são estabelecidas por despacho do Presidente da Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso.

Assim face ao exposto, **DETERMINO**,

As competências da Equipa de Projeto “Póvoa 2020”:

- a) Contribuir para a definição e actualização da visão estratégica do Concelho, em articulação com as unidades orgânicas municipais e entidades concelhias;
- b) Coordenar e monitorizar os exercícios de planeamento estratégico com incidência concelhia, nomeadamente em articulação com o plano anual de actividades, o plano plurianual de investimentos e outros planos de cariz estratégico exteriores ao município;
- c) Dinamizar e apoiar a concepção, implementação e gestão de programas de acção ou projectos, nomeadamente iniciativas integradas sustentadas em parcerias interinstitucionais;
- d) Assegurar o desenvolvimento das relações técnicas com entidades da administração central, regional e local e outras entidades públicas ou privadas, designadamente aquelas participadas pelo Município;
- e) Assegurar a articulação e integração do plano estratégico com as diversas agendas e planos sectoriais, locais ou regionais, nomeadamente a Agenda Local XXI, Planos de Ordenamento Territoriais, Plano de Desenvolvimento Social, Projecto Educativo Local, entre outros; e dar suporte sempre que solicitado aos trabalhos de planeamento dos serviços e dos órgãos intersectoriais (comissões e conselhos);
- f) Acompanhar a introdução das novas agendas e temáticas na intervenção autárquica em sede de inovação, competitividade, internacionalização, criatividade, eficiência energética, ambiente, planeamento territorial, entre outros domínios, e promover a difusão das melhores práticas;



MUNICÍPIO DA PÓVOA DE LANHOSO

- g) Assegurar as condições necessárias à captação dos meios financeiros, analisando e difundindo informação relevante para os serviços e para os agentes concelhios;
- h) Coordenar os processos de concepção dos projectos municipais candidatáveis a fundos comunitários e nacionais;
- i) Elaborar candidaturas a fundos comunitários e nacionais;
- j) Coordenar a execução, gerir processualmente e avaliar os diversos projectos que tenham sido alvo de atribuição de financiamento, comunitário e nacional;
- k) Assegurar, em articulação com outros serviços, a apresentação de candidaturas a prémios nas diversas áreas de intervenção da Autarquia;
- l) Prestar apoio técnico e acompanhamento às juntas de freguesias e associações na elaboração e gestão de projectos candidatados a fundos comunitários e nacionais;
- m) Tratar e disponibilizar a informação estatística;
- n) Elaborar ou coordenar os estudos necessários e gerir um sistema de indicadores de monitorização do desenvolvimento do território;
- o) Disponibilizar informação actualizada sobre os projectos da sua responsabilidade;
- p) Elaborar os relatórios de actividade anuais e intercalares.

A metodologia da Equipa de Projeto “Póvoa 2020”:

- a) A Equipa de Projeto apresentará, no exercício das suas funções, perante o Presidente da Câmara Municipal ou em quem este delegue, as propostas de trabalhos a executar e as diligências subjacentes às tarefas inerentes a cada dinâmica prevista, associando-lhe o cronograma de execução, orçamentos e relatórios trimestrais;
- b) As autorizações de contactos e diligências externas, que extravasem as competências próprias ou delegadas na Equipa de Projeto, são competente e casuisticamente autorizadas pelo Presidente da Câmara Municipal, ou em quem este delegue, mediante informação da Equipa de Projeto.

Membros da Equipa de Projeto “Póvoa 2020”

Conforme o disposto no n.º 2 do artigo 25.º do Regulamento da Organização dos Serviços Municipais, Estrutura e Competências, a equipa de projeto “Maria de Fonte” é composta por sete elementos.

A constituição da equipa de projeto bem como a quem compete o papel de coordenação desta equipa serão definidos em proposta a ser deliberada em sede de sessão da Câmara Municipal agendada para 20 de abril 2015.

4. As competências da coordenadora da Equipa de Projeto “Póvoa 2020”:

- a) Coordenar os recursos humanos afetos à equipa de projeto “Póvoa 2020”, mediante a devida articulação com as chefias diretas desses mesmos trabalhadores;



MUNICÍPIO DA PÓVOA DE LANHOSO

- b) Propor superiormente, quando aplicável, planos de acção, e executar as diligências subjacentes às tarefas inerentes a cada competência, associando-lhe o cronograma de execução, e recursos necessários;
- c) Coordenar reuniões técnicas do projeto “Póvoa 2020”;
- d) Apresentar superiormente todos os assuntos relativos ao projeto “Póvoa 2020”;
- e) Assegurar o cumprimento das orientações e das normas definidas pelo executivo municipal;
- f) Representar a Autarquia, em articulação com o Presidente, nos *eventos* atinentes aos domínios de intervenção da equipa de projecto;
- g) A coordenadora do projeto “Póvoa 2020” pode ainda ter outras competências que lhe sejam incumbidas pelo Presidente.

5. Mandato da Equipa de Projeto “Póvoa 2020”:

A duração da Equipa de Projeto “Póvoa 2020” foi fixada em Regulamento da Organização dos Serviços Municipais, Estrutura e Competências, pelo período de 3 anos.

6. Dependência Hierárquica da Equipa de Projeto “Póvoa 2020”:

Conforme o definido no organograma, aprovado aquando do Regulamento da Organização dos Serviços Municipais, Estrutura e Competências, a equipa de projeto “Póvoa 2020”, no exercício das suas funções, depende diretamente da presidência, a quem compete prever e dotar a equipa de projeto de recursos logísticos, técnicos ou financeiros necessários ao desenvolvimento com autonomia das tarefas enunciadas como decisivas ao bom desempenho da mesma.

Município da Póvoa de Lanhoso, 15 de abril de 2015

O Presidente da Câmara Municipal



(Manuel José Torcay Soares Baptista)

ANEXO 7

PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO NORTE - ON2 O NOVO NORTE

Designação	EIXO ON2	Regulamento Específico	Ano de execução		Estado	Elegível aprovado	Taxa de financ. Final	Valor FEDER	Valor AL	Obs.
			Início	Fim						
Vale do Ave Região Digital, SAMA1	Eixo Prioritário V - "Governança e Capacitação Institucional"	Sistema de Apoios à Modernização Administrativa	2007	2014	Encerrada	2.864.870,99 €	85,00%	2.435.140,34 €	429.730,65 €	Projeto AMAVE
Programa de Ação sem Parceria "Regeneração Urbana da Avenida 25 de Abril e Áreas Envolventes - Póvoa de Lanhoso"	Eixo IV - Qualificação do sistema urbano	Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana	2008	2011	Encerrada	2.498.978,92 €	85,00%	2.124.132,08 €	175.758,17 €	
Requalificação da Avenida 25 de Abril e áreas envolventes - 1.ª fase	Eixo IV - Qualificação do sistema urbano	Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana	2008	2011	Desistida	2.299.890,25 €	85,00%	1.954.906,71 €	344.983,54 €	
Construção do Fórum Municipal	Eixo IV - Qualificação do sistema urbano	Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana	2008	2011	Desistida	1.947.663,41 €	85,00%	1.655.513,90 €	292.149,51 €	
NATURAVE - Gestão Activa dos Espaços Naturais e Classificados do AVE	Eixo III "Valorização e Qualificação Ambiental e Territorial"	Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados	2008	2010	Reprovada	0,00 €	85,00%	0,00 €	0,00 €	Projeto CIM AVE
Remodelação e Ampliação da Escola António Lopes - Póvoa de Lanhoso	Eixo III "Valorização e Qualificação Ambiental e Territorial"	Requalificação da Rede Escolar do 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar	2008	2014	Encerrada	1.927.460,88 €	85,00%	1.638.341,75 €	289.119,13 €	
Construção e Equipamento do Centro Escolar de Monsul	Eixo III "Valorização e Qualificação Ambiental e Territorial"	Requalificação da Rede Escolar do 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar	2008	2013	Encerrada	2.134.751,53 €	85,00%	1.814.538,80 €	320.212,73 €	
Construção do Jardim Gonçalo Sampaio	Eixo IV - Qualificação do sistema urbano	Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana	2008	2012	Encerrada	199.088,66 €	85,00%	169.225,36 €	29.863,30 €	
Redução da Factura Energética na Rede de IP-Instalação de Reguladores de Fluxo Luminoso - Vila PL	Eixo I – Competitividade, Inovação e Conhecimento	Eficiência Energética	2009	2011	Desistida	250.000,00 €	85,00%	212.500,00 €	37.500,00 €	
Biblioteca da Póvoa de Lanhoso	Eixo Prioritário III - Valorização e Qualificação Ambiental e Territorial	Rede de Equipamentos Culturais	2009	2011	Desistida	1.186.316,20 €	85,00%	1.008.368,77 €	177.947,43 €	
Arquivo da Póvoa de Lanhoso	Eixo Prioritário III - Valorização e Qualificação Ambiental e Territorial	Rede de Equipamentos Culturais	2009	2011	Desistida	691.952,03 €	85,00%	588.159,23 €	103.792,80 €	
Pavilhão Desportivo do Centro Educativo da Póvoa de Lanhoso	Eixo III "Valorização e Qualificação Ambiental e Territorial"	Equipamentos e serviços colectivos de proximidade (coesão local)	2009	2011	Desistida	677.250,00 €	73,83%	500.000,00 €	177.250,00 €	
GESTRAVE - Gestão de Riscos no Ave	Eixo III - Valorização do Espaço Regional	Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos – Acções Imateriais	2009	2013	Encerrada	357.539,89 €	85,00%	303.908,91 €	53.630,98 €	Projeto CIM AVE
Conservação, Valorização e Animação do Castelo de Lanhoso	Eixo III "Valorização e Qualificação Ambiental e Territorial"	Valorização e Animação do Património Cultural	2009	2013	Encerrada	406.941,02 €	85,00%	345.899,87 €	61.041,15 €	
Pavilhão Desportivo do Centro Educativo de Monsul	Eixo III "Valorização e Qualificação Ambiental e Territorial"	Equipamentos e serviços colectivos de proximidade (coesão local)	2009	2013	Encerrada	677.250,00 €	73,83%	500.000,00 €	177.250,00 €	
Polidesportivo do Parque do Pontido / Espaço Jovem - Póvoa de Lanhoso	Eixo III "Valorização e Qualificação Ambiental e Territorial"	Equipamentos e serviços colectivos de proximidade (coesão local)	2009	2012	Encerrada	76.257,34 €	85,00%	64.818,74 €	11.438,60 €	

PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO NORTE - ON2 O NOVO NORTE

Designação	EIXO ON2	Regulamento Específico	Ano de execução		Estado	Elegível aprovado	Taxa de financ. Final	Valor FEDER	Valor AL	Obs.
			Início	Fim						
Loja Interactiva de Turismo de Póvoa de Lanhoso	Eixo II – Valorização Económica dos Recursos Específicos	Valorização Económica dos Recursos Específicos - Turismo	2010	2013	Desistida	183.315,02 €	85,00%	155.817,77 €	27.497,25 €	
Promoção da Eficiência Energético-Ambiental na Piscina Municipal Coberta da Póvoa de Lanhoso	Eixo I – Competitividade, inovação e conhecimento	Eficiência Energética	2010	2015	Em curso	361.087,51 €	70,00%	252.761,26 €	108.326,25 €	
Ave Social	V – Governação e Capacitação Institucional	Promoção e Capacitação Institucional Redes Institucionais	2010	2014	Encerrada	300.793,16 €	85,00%	255.674,19 €	45.118,97 €	Projeto AMAVE
Centro Escolar D. Elvira Câmara Lopes	Eixo III “Valorização e Qualificação Ambiental e Territorial”	Requalificação da Rede Escolar do 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar	2010	2014	Encerrada	2.485.905,50 €	85,00%	2.113.019,68 €	372.678,79 €	
Rectificação, Beneficiação e Pavimentação da ligação da EM 595 à EN 205, por São João de Rei	Eixo IV - Qualificação do sistema urbano	Mobilidade Territorial	2010	2014	Encerrada	209.442,20 €	85,00%	178.025,87 €	31.416,33 €	
Beneficiação e Pavimentação de um troço da EM 597 (ligação à EN 103)	Eixo IV - Qualificação do sistema urbano	Mobilidade Territorial	2010	2014	Encerrada	239.819,70 €	85,00%	203.846,75 €	35.972,96 €	
Redução de Pontos Negros ao longo da EN 205 – Póvoa de Lanhoso	Eixo IV - Qualificação do sistema urbano	Mobilidade Territorial	2010	2014	Encerrada	326.888,82 €	85,00%	277.855,50 €	49.033,32 €	
Filum Granum	Eixo II – Valorização Económica dos Recursos Específicos	Valorização Económica dos Recursos Específicos - Recursos Endógenos	2011	2012	Desistida	128.376,37 €	85,00%	109.119,91 €	19.256,46 €	
Centro Interpretativo da Maria da Fonte	IX - Valorização do espaço regional	Valorização e Animação do Património Cultural	2013	2015	Encerrada	1.736.502,18 €	85,00%	1.476.026,85 €	260.475,33 €	
Colocação de Relvado Sintético no Campo de Jogos Municipal da Póvoa de Lanhoso	Eixo X - Coesão Local e Urbana	Infraestruturas e Equipamentos Desportivos	2014	2015	Encerrada	246.169,79 €	81,24%	200.000,00 €	46.169,79 €	
Colocação de Relvado Sintético no Campo de Jogos de Santo Emilião	Eixo X - Coesão Local e Urbana	Infraestruturas e Equipamentos Desportivos	2014	2015	Encerrada	231.674,46 €	85,00%	196.923,29 €	34.751,17 €	
Construção dos Banheiros do Campo de Jogos Municipal da Póvoa de Lanhoso	Eixo X - Coesão Local e Urbana	Infraestruturas e Equipamentos Desportivos	2014	2015	Em curso	94.339,62 €	85,00%	80.188,68 €	-80.188,68 €	
Total:						24.740.525,45 €		20.814.714,19 €	3.632.175,93 €	

PROGRAMA OPERACIONAL POTENCIAL HUMANO - POPH

Designação	EIXO POPH	Regulamento Específico	Ano de execução		Estado	Elegível aprovado	Taxa de financ. Final	Valor FSE	Valor AL	Obs.
			Início	Fim						
Estágios Profissionais na Administração Pública Local - PEPAL 1	Eixo Prioritário 5 – Apoio ao Empreendedorismo e à Transição para a Vida Activa	5.2.2 - Estágios Profissionais na Administração Pública Local	2007	2008	Encerrada	12.734,44 €	70,00%	8.914,11 €	25.615,05 €	
Estágios Profissionais na Administração Pública Local - PEPAL 2	Eixo Prioritário 5 – Apoio ao Empreendedorismo e à Transição para a Vida Activa	5.2.2 - Estágios Profissionais na Administração Pública Local	2008	2009	Encerrada	34.529,16 €	70,00%	24.170,41 €	10.358,75 €	
Estágios Profissionais na Administração Pública Local - PEPAL 3	Eixo Prioritário 5 – Apoio ao Empreendedorismo e à Transição para a Vida Activa	5.2.2 - Estágios Profissionais na Administração Pública Local	2009	2010	Encerrada	72.717,06 €	70,00%	50.901,94 €	21.815,12 €	
Estágios Profissionais na Administração Pública Local - PEPAL 4	Eixo Prioritário 5 – Apoio ao Empreendedorismo e à Transição para a Vida Activa	5.2.2 - Estágios Profissionais na Administração Pública Local	2011	2012	Encerrada	11.357,32 €	70,00%	7.950,12 €	3.407,20 €	
Projecto – “LocalDiguais” sendo uma adaptação à designação “local de Iguais”	Eixo Prioritário 7 – Igualdade de Género	7.2 - Planos para a Igualdade	2011	2013	Encerrada	95.075,88 €	70,00%	66.553,12 €	28.522,76 €	
Qualificação dos Profissionais da Administração Pública Local 1	Eixo Prioritário 3 – Gestão e Aperfeiçoamento Profissional	3.4 - Qualificação dos Profissionais da Administração Pública Local	2012	2014	Encerrada	71.235,00 €	79,08%	56.332,64 €	14.902,36 €	
Qualificação dos Profissionais da Administração Pública Local 2	Eixo Prioritário 3 – Gestão e Aperfeiçoamento Profissional	3.4 - Qualificação dos Profissionais da Administração Pública Local	2013	2015	Encerrada	29.074,30 €	79,08%	22.991,96 €	6.082,34 €	
Total:						326.723,16 €		228.900,19 €	85.088,53 €	

PROGRAMA OPERACIONAL FATORES DE COMPETITIVIDADE - COMPETE

Designação	EIXO COMEPE	Regulamento Específico	Ano de execução		Estado	Elegível aprovado	Taxa de financ. Final	Valor FEDER	Valor AL	Obs.
			Início	Fim						
Ave Digital XXI	Sistemas de Apoio à Modernização Administrativa	Modernização Administrativa	2012	2015	Em curso	2.457.195,91 €	85,00%	2.088.616,52 €	634.360,49 €	Projeto supramunicipal
Total:						2.457.195,91 €		2.088.616,52 €	634.360,49 €	

PROGRAMA OPERACIONAL VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO - POVT

Designação	EIXO POVT	Regulamento Específico	Ano de execução		Estado	Elegível aprovado	Taxa de financ. Final	Valor FC	Valor AL	Obs.
			Início	Fim						
Aquisição de Equipamentos Individuais	Sistemas Ambientais e de Prevenção, Gestão e Monitorização de Riscos	Riscos	2013	2015	Em curso	180.751,34 €	85,00%	153.638,64 €	47.318,27 €	Projeto CIM AVE
Abastecimento de Água e Drenagem de Águas Residuais no Concelho da Póvoa de Lanhoso	Sistemas Ambientais e de Prevenção, Gestão e Monitorização de Riscos	Ciclo Urbano da Água	2012	2013	Reprovada	0,00 €	0,00%	0,00 €	987.057,29 €	
IPEAVE - Iluminação Pública Eficiente no Ave	II - Sistemas Ambientais e de Prevenção, Gestão e Monitorização de Riscos	Energias Renováveis e Eficiência Energética	2011	2014	Desistida	2.722.866,54 €	85,00%	2.314.436,56 €	408.429,98 €	
Total:						2.903.617,88 €		2.468.075,20 €	1.442.805,54 €	

PRODER

Designação	EIXO PRODER	Regulamento Específico	Ano de execução		Estado	Elegível aprovado	Taxa de financ. Final	Valor FEADER	Valor AL	Obs.
			Início	Fim						
Caminho Agrícola da Carvalha de Calvos	AGRIS	1.6.5- Projetos Estruturantes	2010	2012	Encerrado	118.647,14 €	75,00%	88.985,36 €	29.661,79 €	
Caminho Agrícola da Camará - Serzedelo	AGRIS	1.6.5- Projetos Estruturantes	2010	2012	Encerrado	188.522,38 €	75,00%	141.391,79 €	47.130,60 €	
Caminho Agrícola de Carreira - Sobradelo da Goma	AGRIS	1.6.5- Projetos Estruturantes	2010	2012	Encerrado	138.777,96 €	75,00%	104.083,47 €	34.694,49 €	
Caminho Agrícola do Carvalho de Calvos - Electrificação	AGRIS	1.6.5- Projetos Estruturantes	2010	2011	Desistida	55.524,67 €	75,00%	41.643,50 €	13.881,17 €	
Total:						501.472,15 €		376.104,11 €	125.368,04 €	

ANEXO 8



FUNÇÕES DE APOIO

GESTORES DO NÚCLEO DA QUALIDADE

Principais responsabilidades	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentar ao Presidente da Câmara para aprovação, o Plano da Auditoria e respetivos relatórios de acompanhamento das ações de auditoria; • Dirigir e dinamizar as ações de auditoria interna nos domínios do Sistema de Controlo Interno em articulação com o Presidente da Câmara; • Dinamizar o cumprimento da Política da Qualidade e cumprimento S.G.Q; • Promover reuniões de coordenação com os responsáveis das Unidades Orgânicas, sempre que se revelem necessárias no âmbito das ações de auditoria interna e externa, no sentido de aperfeiçoar e corrigir procedimentos e emitir recomendações técnicas; • Coordenar o planeamento, verificação e melhoria do S.G.Q; • Divulgar a política da qualidade; • Elaborar o Manual de Gestão da Qualidade, matrizes de processo e os procedimentos; • Elaborar e atualizar o manual de funções, procedimentos e processos da qualidade; • Elaborar/aprovar instruções de trabalho; • Elaborar e divulgar o plano de auditorias internas; • Codificar os impressos e manter atualizada a lista de impressos existentes; • Elaborar instruções de trabalho de acordo com as indicações/sugestões dos gestores de processos; • Elaborar impressos de acordo com as indicações/sugestões dos gestores de processos; • Rever sempre que necessário os procedimentos da qualidade e respetivos documentos; • Emitir lista de impressos, lista de detentores de documentos e lista de documentos de origem externa; • Elaborar e manter atualizada a Lista de Impressos e as Tabelas de Controlo; • Emitir nota de reunião de revisão do sistema; • Emitir relatório da qualidade; • Aprovar a tabela de controlo de documentos; • Aprovar a tabela de controlo de registos; • Emitir Plano Anual de Formação; • Verificar e garantir a correta implementação dos procedimentos da qualidade; • Fornecer toda a informação solicitada aos auditores; • Dar conhecimento das constatações e conclusões das auditorias a todos os intervenientes; • Selecionar auditores internos;
------------------------------	--



GESTORES DO NÚCLEO DA QUALIDADE

Principais responsabilidades	<ul style="list-style-type: none"> • Apoiar o Presidente da Câmara na definição de objetivos anuais da qualidade, sua concretização e seguimento; • Propor a utilização de metodologias e de ferramentas da qualidade adaptadas à especificidade de cada serviço; • Elaborar os relatórios de atividade anuais e intercalares; • Assegurar em articulação com outros serviços, a apresentação de candidaturas a prémios e programas de financiamento de projetos na área da qualidade e modernização; • Efetuar inquéritos de satisfação dos clientes/municípes e outros interlocutores da Autarquia e elaborar relatórios de análise dos mesmos; • Acompanhar a promoção, coordenação e gestão da formação; • Dinamizar a autoavaliação da qualidade e apoiar cada serviço na identificação de necessidades de melhoria, no estabelecimento de planos de ação e seu seguimento; • Procurar a definição de ações preventivas que visem a melhoria do serviço prestado; • Dar formação interna sobre assuntos relacionados com a qualidade; • Verificar a eficácia de todas as ações corretivas e preventivas; • Autorizar a implementação de ações preventivas; • Colaborar na formação e prestar apoio aos utilizadores na programação e execução de procedimentos pontuais de interrogação de ficheiros e bases de dados, na organização e manutenção de pastas de arquivo e na operação dos produtos e aplicações de microinformática disponíveis.
Requisitos	<ul style="list-style-type: none"> • Grau de formação: Licenciatura; • Experiência profissional: Experiência de 2 anos na área de intervenção; • Competências técnicas: <ul style="list-style-type: none"> – Conhecimentos na área de intervenção; – Legislação aplicável na área de intervenção; – Domínio de informática na ótica do utilizador; • Competências comportamentais: <ul style="list-style-type: none"> – Orientação para o serviço público; – Planear e organizar; – Inovação e Qualidade; – Análise da informação e sentido crítico; – Adaptação e melhoria contínua; – Trabalho em equipa e cooperação; – Representação e colaboração institucional.



GESTORES DO NÚCLEO DA QUALIDADE

Superior hierárquico	<ul style="list-style-type: none">• Chefe da Divisão de Gestão Administrativa
Substituições	<ul style="list-style-type: none">• É da responsabilidade do executivo municipal ou chefe de divisão ou responsável de serviço definir a política de substituição, que é feita caso a caso.